UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RUBENS LEONARDO PANEGASSI

**O PASTO DOS BRUTOS:
CONTEXTO DE JOÃO DE BARROS, “HORIZONTE HISTÓRICO” E
POLÍTICA NAS *DÉCADAS DA ÁSIA***

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O pasto dos brutos:
contexto de João de Barros, “horizonte histórico” e política nas *Décadas da Ásia***

Rubens Leonardo Panegassi

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Laura de Mello e Souza

São Paulo
2013

Resumo

Esta tese pretende localizar as ideias presentes na produção intelectual letrada do Renascimento português a partir do vocabulário conceitual de João de Barros, autor das *Décadas da Ásia*. Em vista de uma tradição que assinala o compromisso de João de Barros com a vida cívica em Portugal, a localização destas ideias atentou para as convenções intelectuais acionadas na regulamentação da honra e da dignidade deste personagem como elementos estruturantes para a credibilidade de seus escritos. Sem perder de vista a estreita relação entre as letras e o poder, a obra de João de Barros é compreendida como veículo para o debate público de ideias e, por isso, no enfoque dado às *Décadas*, ganha relevância o fato de se tratar de um gênero epidítico, em que a memória se configura como instrumento pedagógico. Assim, o vocabulário conceitual disponível à mentalidade renascentista portuguesa apresenta-se atrelado às vicissitudes da expansão marítima e à promoção do bem público em um ambiente heterogêneo e descontínuo, marcado pela presença da diversidade cultural. Em suma, a questão, aqui, reside no papel que este vocabulário desempenha na formulação de um ambiente culturalmente homogêneo em vista da evidente necessidade política de manter a unidade do reino.

Palavras-chave: João de Barros, Portugal, historiografia, política, cultura

Abstract

This thesis aims to find the most important concepts in the work of João de Barros, the Portuguese Renaissance author who wrote the *Décadas da Ásia*. To this end, we look at a tradition that considers Barros as a man dedicated to civic life in Portugal. The work of João de Barros is understood as a vehicle for public debate of ideas, and the *Décadas da Ásia*, his book of history, as a pedagogical tool. The most important concepts are linked to the history of maritime expansion and the presence of cultural diversity. The question of this thesis is the role of these concepts in the reduction of cultural differences and the union of the Portuguese kingdom.

Keywords: João de Barros, Portugal, historiography, politics, culture

e-mail: rubensleonardo@uol.com.br

A Vicente do Rego Monteiro

(João Cabral de Melo Neto)

Eu vi teus bichos
mansos e domésticos:
um motociclo
gato e cachorro.
Estudei contigo
um planador,
volante máquina,
incerta e frágil.
Bebi da aguardente
que fabricaste,
servida às vezes
numa leiteira.
Mas sobretudo
senti o susto
de tuas surpresas.
E é por isso
que quando a mim
alguém pergunta
tua profissão
não digo nunca
que és pintor
ou professor
(palavras pobres
que nada dizem
de tais surpresas);
respondo sempre:
- É inventor,
trabalha ao ar livre
de régua em punho,
janela aberta
sobre a manhã.

Agradecimentos

Esta tese é o resultado de um projeto de vida, que, embora destinado a continuar, cumpre-se neste momento em que entendo ser a coroação de uma trajetória que tive o privilégio de percorrer em cada etapa da vida acadêmica: a iniciação científica, o mestrado e, por fim, o doutorado. E, a realização deste projeto de vida jamais teria se concretizado sem o apoio e a confiança de minha orientadora. Por isso, sou profundamente grato a Laura de Mello e Souza, que me acolheu de modo exemplar, sempre com o máximo profissionalismo, compromisso, generosidade, respeito, além de sua refinada erudição. Seja como docente ou como pesquisadora e intelectual, sua postura será sempre uma referência para mim.

Sou grato também de modo veemente a Leila Mezan Algranti, quem tive a feliz oportunidade de conhecer ao longo das saudosas atividades do projeto temático *Dimensões do Império Português* e que, desde minha iniciação científica e ao longo de todo o mestrado, demonstrou sempre um estimulante interesse por minha pesquisa, além de ser uma profissional exemplar por seu compromisso e erudição.

À Fapesp agradeço pelo financiamento sistemático de todas as etapas de minha formação. Sem dúvida, o auxílio dessa instituição foi imprescindível também ao longo deste doutorado, em virtude da bolsa de estudos que tive o privilégio de usufruir ao longo de onze meses.

A Ana Paula Torres Megiani sou também imensamente grato. Seu auxílio e sua orientação foram fundamentais no momento da elaboração do projeto de pesquisa que resultou nesta tese. Além disso, suas consistentes observações no exame de qualificação contribuíram imensamente para o desenvolvimento da pesquisa. No mesmo sentido, agradeço a Maria Lêda Oliveira pelas observações feitas também na ocasião do exame de qualificação.

À Universidade de São Paulo, ao Departamento de História, ao Programa de Pós-Graduação em História Social e à Cátedra Jaime Cortesão, deixo, também, meus agradecimentos. Ali, desde a graduação, pude contar com um ambiente estimulante, tanto por parte dos professores e colegas, quanto pela excelente infra-estrutura.

Agradeço aos colegas de pós-graduação com os quais, em diferentes momentos, tive interação: Aldair Carlos Rodrigues, Alexandre Varella, Ana Letícia Batista, André Miatello, Bruno Feitler, Daniel Monteiro, Francismar Alex de Carvalho, Gustavo Tuna, Gustavo Acioli Lopes, Joana Monteleone, Juliana Fujimoto, Luís Filipe Silvério Lima, Nelson Cantarino, Rodrigo Bonciani, Rui Luis Rodrigues, Sérgio Alcides P. do Amaral, Thaís Assunção Santos e Thiago Nicodemo.

Como professor da Universidade Federal de Viçosa tive a oportunidade de articular a pesquisa à docência e às atividades de extensão em condições que só uma universidade pública oferece. No Departamento de História encontrei interlocutores que, de maneiras diversas, contribuíram para o andamento desta tese. Por isso, registro meu agradecimento a Álvaro Antunes, Angelo Assis, Francisco Cosentino e Patrícia Faria. Agradeço ainda à compreensão dos colegas que ao longo destes dois últimos anos conviveram com o ônus de um colega doutorando: Fábio Hering, Fábio Mendes, Jonas Queiroz, Karla Martins, Luiz Vailati, Patrícia Araújo, Priscila Dorella e Thiago Silva.

A José Carlos e Stella Maris Vilardaga agradeço pela primeira acolhida em Viçosa. A Ana Luisa Gediel, Daniela Alves, Daniela Rezende, Diogo de Sousa, Felipe Lisboa, Isabella Freitas, Júlio César Silva, Juan e Nara Chiappara agradeço pela nova acolhida em Viçosa.

Agradeço aos alunos de História Moderna I e II dos anos de 2011 e 2012 e, sobretudo, aos alunos que participam com motivador entusiasmo de nosso embrionário grupo de pesquisa.

Agradeço também a meus pais e minhas irmãs pelo apoio e compreensão de uma trajetória tortuosa.

Por fim agradeço a minha companheira, Marcia Jaschke Machado, que esteve ao meu lado desde o momento em que estudar História era apenas um sonho, e com quem pude compartilhar cada uma das etapas alcançadas com um misto sentimento de alegria e insegurança. Sem ela, tudo teria sido diferente. E com ela, não importa qual a caminhada, espero continuar. Sempre em frente.

esta vida é uma viagem
pena eu estar
só de passagem
(Paulo Leminski)

Para Valentina Jaschke Panegassi

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Dos preceitos e da perfeição de João de Barros	16
1.1. A <i>Vida</i> de Manuel Severim de Faria	17
1.2. João de Barros cresce	29
1.3. Da efetiva dignidade de João de Barros	41
Capítulo 2 – João de Barros, sua obra, a especificidade do humanismo português e as ambiguidades do reinado de Dom João III	55
2.1. Da prova do estilo ao diálogo moral	56
2.1. O humanismo português e as linhas de força do reinado de Dom João III	74
2.3. O polemista ausente	100
Capítulo 3 – Dos artifícios das <i>Décadas</i>	120
3.1. A fala e a letra	121
3.2. Da escritura à memória	145
3.3. História e “horizonte histórico” nas <i>Décadas</i> de João de Barros	170
Capítulo 4 – Ciência moral e barbarismo	190
4.1. Antigos e modernos	191
4.2. Brutos e políticos	213
Conclusão	239
Bibliografia	246

Introdução

O historiador Jaques Lafaye sugere que a história da Europa Moderna foi marcada por uma sucessão de revoluções políticas, científicas e industriais, sociais e culturais. Sem dúvida, o humanismo pode ser considerado como uma destas revoluções, cuja ocorrência deu-se, fundamentalmente, no campo da cultura. Por sua vez, a uma revolução operada no âmbito da cultura segue-se a substituição de todo um sistema de referências filosóficas ou religiosas, científicas, estéticas, éticas e políticas por outro, parcialmente novo, seguido de consequências múltiplas a serem verificadas nos mais diversos planos, seja o econômico, o político, o social ou mesmo no âmbito da vida cotidiana.¹

Em linhas gerais, o humanismo pode ser compreendido como um conjunto de valores estéticos, éticos, pedagógicos e filosóficos, orientados pela tentativa de recuperar a Antiguidade sob seus mais diferentes aspectos. Entretanto, este procedimento intelectual encontra variáveis distintas, e exhibe aspectos diferenciados quando atentamos para a multiplicidade de autores que podem ser considerados como representantes desse movimento. Contudo, mesmo em face da heterogeneidade que o caracteriza, é possível definir a exaltação do homem e de sua obra como traço comum a este fenómeno na variedade de suas manifestações. Em síntese, os humanistas consideraram o homem como centro do mundo e ator de sua própria história.²

Ainda que os humanistas se considerem atores de sua própria história, dificilmente poderíamos apontar para os efetivos limites da autonomia do homem em relação a seus diversos constrangimentos estruturais. Diante disso algumas questões persistem:

“Quem são os verdadeiros agentes na história, os indivíduos ou os grupos? Será que eles podem resistir com sucesso às pressões das estruturas

¹ Cf. LAFAYE, Jaques. *Por amor al griego. La nación europea, señorío humanista (siglos XIV-XVII)*. México: FCE, 2005.

² Cf. SERRÃO Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Castanhoso/Fez. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992. s.v. “Humanismo português”.

sociais, políticas e culturais? São essas estruturas meramente restrições à liberdade de ação, ou permitem aos agentes realizarem mais escolhas?”³

Assim, a compreensão do humanismo como uma revolução cultural que pressupõe a substituição de um sistema de referências, não deve perder de vista que tais constrangimentos condicionam, libertam ou limitam as realizações humanas. De todo modo, importa considerar que esta revolução cultural alcançou seu ápice na proclamação da equidade entre as letras humanas e as letras sagradas: ainda que largamente atrelado à religião, o conhecimento da Antiguidade, bem como a experiência do homem da Época Moderna ganham relevância na economia do saber ocidental. Sem dúvida, a relação entre o cristianismo e a Antiguidade pagã foi pautada como problema por boa parte dos letrados humanistas.

Aqui, o enfoque dado ao fenômeno humanista em Portugal é feito a partir da obra de um dos mais importantes personagens desse movimento no reino ibérico: João de Barros, autor de uma enorme diversidade de escritos, dentre os quais podemos encontrar uma fábula, diversos diálogos, panegíricos, gramáticas, cartilhas e ainda uma das mais notáveis obras sobre a expansão marítima portuguesa: as *Décadas da Ásia*. Sem dúvida, é possível considerar esta obra como um discurso representativo do ponto de vista oficial sobre a expansão portuguesa, sobretudo à medida em que ela traz uma justificativa para o imperialismo português. Entretanto, em linhas gerais, a obra deste humanista fornece, também, um valioso campo de observação das ferramentas intelectuais operacionalizadas por um cortesão letrado, que se dispôs a registrar a experiência dos descobrimentos marítimos portugueses. Além disso, é preciso notar que a obra compõe amplo espaço de observação, também, para a percepção do debate público experimentado por Barros em seu contexto.

Com efeito, a especificidade do humanismo português encontra-se profundamente atrelada à experiência dos descobrimentos. Desse modo, se por um lado isso facilita a compreensão da dimensão experiencial desse movimento em terras lusas, por outro, verifica-se que a ressonância da expansão marítima no âmbito da cultura letrada marca profundamente a construção da memória das virtudes que orientaram as

³ BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 31.

atitudes dos portugueses nesse momento histórico, além de dar a tônica, também, ao projeto de poder das monarquias portuguesas envolvidas nessa política.

Assim, a cultura letrada portuguesa em seu evidente entrelaçamento com o poder político foi afetada pela experiência de além-mar. Com isso, a diversidade de povos e costumes com os quais os portugueses entraram em contato, fortemente marcada pela percepção da unidade do gênero humano, haveria de ser articulada ao ideário de um humanismo cívico, orientado por preocupações didáticas e pedagógicas complementares à honra, à glória e à justiça de uma monarquia que possui função estruturante na expansão marítima e nas conquistas.

Tendo isso em vista, se por um lado a equidade que doravante se estabelece entre letras humanas e letras sagradas pode ser assinalada como elemento constitutivo do movimento humanista, por outro, é preciso considerar que no caso português, as motivações da expansão marítima possuem lastros profundos em questões de cunho religioso, fundamentalmente nas cruzadas contra os mouros.

Com efeito, o intuito desta pesquisa foi percorrer os diversos temas inerentes à produção intelectual letrada portuguesa a partir da recuperação da trajetória da vida, bem como da obra de João de Barros. Definitivamente, o interesse foi debater a questão do impacto dos descobrimentos marítimos no âmbito do horizonte intelectual humanista ao início da Época Moderna por meio do estudo das categorias acionadas numa obra de referência tal como as *Décadas da Ásia*. Entretanto, é importante notar que esta investigação foi levada a cabo sem deixar de recorrer a outras fontes, sejam elas de autoria do próprio João de Barros, ou sejam elas de outros autores – coevos ao humanista ou não –, onde foi possível coletar, verificar e confrontar informações que colaboram com o propósito de debater algumas questões que orientaram a elaboração deste trabalho.

Sem dúvida, um destes questionamentos diz respeito aos limites do pensamento de João de Barros em face do lugar social por ele ocupado, ou seja, em que medida a extensão de suas relações pessoais e o próprio contexto do humanismo português circunscrevem, por um lado, seu ideário, e por outro, sua credibilidade enquanto autor? Outro questionamento que conduziu esta investigação articula-se à própria noção de humanidade, a saber, quais os lugares-comuns que instauram uma efetiva continuidade da natureza humana para o historiador quinhentista, e qual a trajetória histórica da noção de humanidade veiculada nas *Décadas da Ásia*? Por fim, de que modo as categorias que

pressupunham uma continuidade da natureza humana – cujo caráter é fundamentalmente inclusivo – denotavam, simultaneamente, segregação?

Pode parecer que a recuperação das ideias inerentes à produção intelectual letrada portuguesa a partir da trajetória da vida e da obra de João de Barros seja, em última instância, uma história dos grandes homens e das grandes ideias. Entretanto, as ideias, aqui, estão ancoradas em relações concretas e funcionam como instrumentos de assimilação ou segregação dos diversos grupos culturais que doravante interagiriam de modo sistemático com o mundo europeu.

Diante disso, é o caso de assinalar o fato de que o contexto que proporcionou a revolução humanista coincidiu com o início da supremacia europeia no mundo: estabilizada ao longo da Época Moderna, a preponderância dos países europeus duraria, ao menos, até meados de século XX.⁴ É sob esta grade de leitura que nos interessa, por exemplo, a ideia de que “*a história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos europeus pelo resto do mundo*”: em suma, a expansão assinalada por Immanuel Wallerstein pautou-se na difusão de valores pretensamente universais, que entretanto, derivam de um contexto rigorosamente europeu, e funcionaram, sobretudo, como justificativa moral para a ingerência européia nos mais diversos lugares do mundo.⁵

No intuito de recuperar o ideário inerente à produção intelectual letrada portuguesa, o que se procurou fazer aqui, foi compreendê-lo como o produto de um vocabulário conceitual disponível à mentalidade renascentista europeia. Assim, a proposta foi encontrar o distanciamento necessário para compreender o passado não sob a perspectiva do presente, mas sim, em seus próprios termos, e também em relação ao presente. O imperativo, aqui, foi o de atentar para os limites inerentes ao pressuposto historicista que nos conduz à consideração do passado como alteridade absoluta, uma vez que em última instância, esta proposição restringe a produção historiográfica a um inventário de fatos desconexos. Ora, mesmo um historiador contextualista como Paul Oskar Kristeller, que assinala as dificuldades de utilizar o termo “humanismo” na renascença, por exemplo, não se furta à ideia de que o pensamento renascentista contém

⁴ Cf. LAFAYE, Jaques. *Op. cit.*

⁵ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007. Cit. p. 29.

os *germes* da ideia moderna de progresso, ou ainda, de que o embate entre antigos e modernos do século XVII detém suas *raízes* nos séculos XV e XVI.⁶

Aqui, a recuperação do vocabulário conceitual de João de Barros foi facilitada em larga medida pela edição eletrônica da *Ásia de João de Barros*: a possibilidade de manipular, selecionar e comparar diferentes trechos da obra permitiu superar os limites impostos pela vasta extensão desta obra.⁷

Vale observar ainda, que a recuperação do vocabulário conceitual foi acompanhada de um procedimento de atualização ortográfica. É evidente que para um estudo de crítica filológica, é fundamental a manutenção da forma ortográfica original, uma vez que nestes estudos, os interesses podem residir, por exemplo, no estabelecimento de tipologias para as grafias, sejam elas latinas ou de outras formas populares que paulatinamente desaparecem – tal como se pode notar em estudo clássico de Hernani Cidade sobre o assunto. Além disso, estes estudos têm a possibilidade de se deter, também, no estilo de uma obra como as *Décadas*, onde é possível verificar pompas de escritura ao se ater, por exemplo, aos “*discursos, de expressão direta ou indireta [...] em voga na literatura latina*”, mas que “*nenhum escritor põe nelas os cuidados arquitetônicos de João de Barros*”.⁸ Contudo, o propósito do estudo que aqui se apresenta difere substancialmente das propostas apresentadas por Cidade em seu artigo.

Além disso, creio que seja preciso manter a coerência na utilização das fontes. Afinal, foram utilizadas traduções atualizadas de Michel de Montaigne, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, entre outros. A rigor, não seria coerente contar com a hipótese de que a manutenção da ortografia original das *Décadas*, das gramáticas, bem como de outras obras de autoria de João de Barros que foram utilizadas, implicaria na utilização das obras de cada um desses autores em língua e ortografia originais? É provável que esta prática viesse a ser contraproducente.

⁶ Cf. KRISTELLER, Paul Oskar. “Philosophy and Humanism in Renaissance Perspective”. In: O’KELLY, Bernard (edited by). *The Renaissance image of man and the world*. Ohio: Ohio University Press, 1966. pp. 30 e ss.

⁷ BARROS, João de. *Ásia de João de Barros*. Eletronic edition (T. F. Early and Stephen Parkinson). Oxford: Centre for the Study of the Portuguese Discoveries, 1992. Deixo aqui meu agradecimento a Aldair Carlos Rodrigues que muito gentilmente me forneceu uma cópia desta edição.

⁸ CIDADE, Hernani. “João de Barros: o que pensa da língua portuguesa, como a escreve”. In: *Boletim de Filologia*. Tomo XI. Miscelânea de filologia, literatura e história cultural memória de Francisco Adolfo Coelho (1847 – 1919). Lisboa, 1950, p. 298.

Considero inevitável comparar a atualização ortográfica ao exercício da tradução: entretanto, enquanto esta última verte para outra língua, a primeira verte para outro contexto. Definitivamente, ambas as práticas interferem e corrompem não apenas o texto, mas também os conceitos originais. Contudo, o compromisso com a ortodoxia do texto e com a pureza do conceito me remete a um dogmatismo que mais parece a resistência da Igreja Católica diante da tradução da *Bíblia* ao longo de sua história. Em vista disso, categorias como “*imperium*”, “*imitatio*” ou “*studia humanitatis*” foram eventualmente utilizadas, mas não necessariamente.

Portanto, aqui, os textos foram atualizados e traduzidos, o que denota, sem dúvida, um certo grau de apropriação e invenção. Uma apropriação, todavia controlada pelo diálogo com a historiografia pertinente, coerente com as questões a partir das quais este estudo foi elaborado e, sobretudo, empenhada em fornecer explicações racionais às questões elaboradas.

Dito isto, importa assinalar que a tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles, intitulado *Dos preceitos e da perfeição de João de Barros*, é dividido em três partes, onde a primeira se detém na dignidade e no valor cívico da obra de João de Barros como referência e modelo para outros escritores, a segunda recupera a trajetória do autor das *Décadas* na Corte – tendo em vista que a honra de cada cortesão articula-se à definição de seu papel no interior desta instituição –, e a terceira atenta para os critérios de classificação social que permitem a hierarquização das várias figuras de cortesãos, de modo que a bastardia de João de Barros ganha especial relevância.

O segundo capítulo intitula-se *João de Barros, sua obra, a especificidade do humanismo português e as ambiguidades do reinado de Dom João III*, e também está dividido em três partes, que em linhas gerais, procuram compreender a obra de João de Barros como um espaço no qual o autor define suas posições frente às questões de seu tempo. Assim, a primeira parte do capítulo circunscreve um primeiro momento da obra do humanista em face de sua opção pela composição de colóquios – gênero literário que dá maior espaço às polêmicas, bem como à manifestação de opiniões heterodoxas. A segunda parte do capítulo atenta para as ambiguidades que marcaram o reinado de Dom João III, ao passo que a terceira parte se detém em um segundo momento da obra de João de Barros, onde sua opção por composições do gênero epidítico – caracterizados por um tom fundamentalmente encomiástico e que poupam o autor de tomar partido em

polêmicas inconvenientes –, é compreendida no âmbito de um contexto mais fechado, que se desdobra das diferentes situações que o reinado de Dom João III experimentou.

O terceiro capítulo, *Dos artifícios das Décadas*, possui três partes cujo intuito é perceber o modo como João de Barros instrumentaliza sua relação com o passado, ou seja, seu “horizonte histórico”. Na primeira delas, procurou-se contextualizar a relação entre fala, letra, escrita e o potencial persuasivo inerente a estas categorias. A segunda parte se debruça, principalmente, sobre as noções de escritura e memória enquanto elementos fundamentais para a estruturação de uma sensibilidade que se constitui como ferramenta para a noção de história. A terceira parte se detém no “horizonte histórico” de João de Barros a partir das conotações que a noção de história possui nas *Décadas*.

Por fim, o quarto e último capítulo, intitulado *Ciência moral e barbarismo*, divide-se em duas partes. A primeira se detém na especificidade do conflito entre antigos e modernos que se desenha no contexto dos descobrimentos marítimos e que fornece um horizonte comparativo para dimensionar os feitos portugueses numa relação de constante imitação e emulação com a Antiguidade. A segunda parte procura analisar as noções de usos e costumes como formas específicas de percorrer a alteridade cultural no âmbito da formação dos Estados europeus modernos, onde a articulação de uma miríade de povos e territórios sob um único cetro dependia, também, da observância de leis e costumes em um ambiente marcadamente descontínuo e heterogêneo.

Capítulo 1

Dos preceitos e da perfeição de João de Barros

“[...] na leitura das histórias, que são assunto de toda gente, habituei-me a considerar quem são seus escritores: se são pessoas que têm como única profissão as letras, aprendo delas principalmente o estilo e a linguagem; se são médicos, creio neles mais facilmente no que nos dizem sobre a temperatura do ar, sobre a saúde e a constituição dos príncipes, sobre os ferimentos e doenças; se jurisconsultos, é preciso colher deles as controvérsias dos direitos, as leis, a elaboração de contratos e coisas semelhantes; se teólogos, os assuntos da Igreja, punições eclesiásticas, dispensas e casamentos; se cortesãos, as regras e as cerimônias; se homens de guerra, o que é de seu ofício e principalmente as façanhas em que estiveram pessoalmente; se embaixadores, as manobras, entendimentos e intrigas e a maneira de conduzi-los.” (Michel de Montaigne, ‘Uma característica de alguns embaixadores’)

Através da recuperação das convenções intelectuais que regeram o tratamento dado por Manuel Severim de Faria ao percurso de vida de João de Barros, o interesse aqui reside na percepção da consolidação da figura deste autor como elemento fundamental para a credibilidade de seus escritos. Diante desta proposta, primeiramente o capítulo se detém no autor da *Vida de João de Barros, em que se discorre sobre os preceitos da História e perfeição com que escreveu as suas Décadas* para, em seguida, apreender o sentido da trajetória apresentada nesta *Vida de João de Barros* no âmbito da experiência vivida pelo humanista português em seu próprio contexto. A este propósito, a análise desenvolvida considerou o fato de que a inserção de João de Barros na Corte

portuguesa não pode ser compreendida sem a consideração dos cargos ocupados por ele, bem como sua condição de nascimento.

1.1. A Vida de Manuel Severim de Faria

Em seus *Discursos Vários Políticos*,⁹ publicados em Évora, no ano de 1624, Manuel Severim de Faria, além de se debruçar sobre temas como a importância do aumento da monarquia espanhola, a perfeição da língua portuguesa, as condições para o exercício da caça e de compor uma história da indumentária eclesiástica em Portugal, escreveu, também, a biografia de alguns dos mais notáveis autores portugueses, dentre os quais, Luís de Camões, Diogo do Couto e o antecessor de ambos, João de Barros.¹⁰ É relevante considerar, aqui, que leitura de seus *Discursos* deve ser articulada à especificidade de um contexto no qual a Antiguidade é percebida de modo paradigmático; tanto em função da cristalização de um percurso histórico que a compreende como um momento ideal da história da humanidade, como, também, em função do contexto de crise política vivido em Portugal, no qual a invenção de uma tradição e a construção de uma memória se faz a partir da estabilização da figura de personagens relevantes e que possam ser recuperados como fonte de exemplo para a nação.

Com efeito, em sua *Vida de João de Barros, em que se discorre sobre os preceitos da História e perfeição com que escreveu as suas Décadas*, um dos livros que compõe os *Discursos*, Severim de Faria dá início ao relato sobre a vida deste personagem, assinalando o fato de que a República de Atenas, “*que entre os antigos foi a primeira que ensinou a honrar com prêmios públicos as virtudes excelentes dos cidadãos*”,¹¹ não discriminava a atividade intelectual em detrimento da atividade

⁹ FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios politicos* / por Manoel Severim de Faria Chantre, & Conego na Santa Se de Evora . - Em Evora: impressos por Manoel Carvalho, impressor da Universidade, 1624.

¹⁰ Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* Cf. tbm. SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2008. p. 287.

¹¹ Daqui por diante remeto-me à seguinte edição: FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros por Manuel Severim de Faria e indice geral das quatro décadas da sua Ásia* (1624).- Nova ed. - Lisboa : Na Régia Officina Typografica, 1777-1788. p. III. O português foi atualizado por mim. Todas as transcrições em português serão, igualmente, atualizadas.

militar. Em vista disso, a quantidade de monumentos construídos à memória de seus capitães não era maior que a quantidade de monumentos erguidos à memória de seus escritores. Pelo contrário, eram os últimos ainda mais agalardoados que os primeiros, de modo que “*só a Demetrio Falereo, discípulo de Teofrasto, dedicaram mais de 300 em seu louvor; e muito maior cuidado puseram em escrever as vidas dos seus filósofos e oradores, que as dos príncipes e capitães da mesma república*”.¹²

Evidentemente, é notório que o texto de Severim de Faria não pode deixar de ser compreendido como resultante de um momento que se concebe como uma época já distante da Antiguidade, um ambiente plenamente inserido no contexto da experiência histórica que, tal como sugeriu José Antonio Maravall, permitiu sua assimilação como uma categoria referente a um período histórico singular, concreto, e sobretudo, paradigmático.¹³ Contudo, não obstante o comentário de Severim de Faria referente ao mundo antigo, o autor contemporiza ao tratar das motivações do zelo dispensado pelos atenienses a seus escritores e especula a respeito dos possíveis motivos que os levariam a premiar com maior generosidade “*o trabalho da escritura*” do que a milícia. Primeiramente, afirma que, enquanto o capitão, para alcançar a glória, não pode prescindir do talento e da determinação de seus soldados, o escritor, em seu empreendimento, não pode se valer “*mais que de seu trabalho e valor próprio*”.¹⁴ Ou seja, na comparação entre o escritor e o capitão, o primeiro é quem deve levar os louros, pois a guerra, por ser uma atividade coletiva, obscurece os feitos virtuosos do capitão, ao passo que a escritura, sendo uma atividade individual, sublima as virtudes do escritor.

Todavia, para Manuel Severim de Faria, a valorização do trabalho não se resumia, unicamente, a uma variação do modo pelo qual se executava a atividade. Havia, ainda, um critério de valoração intrínseco à finalidade do trabalho. Assim, a milícia, além de ofuscar as virtudes individuais, se ocupa da “*conservação de um só príncipe ou governador, que muitas vezes é um tirano da república*”, à medida que, “*na escritura, um só trabalha pela conservação de todos, e faz com ela viver na lembrança*

¹² FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. III.

¹³ Cf. MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos*. Visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento. Madrid: Alianza Editorial, 1986. p. 283 e ss.

¹⁴ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. III e IV.

dos homens aqueles que pela pátria entregaram liberalmente as vidas, e conservando a memória das coisas passadas, dá regra para acertar nas futuras".¹⁵

Desse modo, a partir da sugestão de uma oposição – embora nem sempre efetiva – entre milícia e escrita, Manuel Severim de Faria nos faz pensar que na República de Atenas, tanto o escritor, quanto a escritura, estavam a serviço do bem público – a “*conservação de todos*” – enquanto a atividade militar estava a serviço de interesses particulares – “*um só príncipe*”. Com isso, desenha uma tópica comum da literatura portuguesa: a antinomia entre armas e letras.

Luís de Sousa Rebelo nos ajuda a compreender a importância dessa tópica, à medida que recupera sua trajetória no âmbito da história da literatura, não apenas em Portugal, mas, também, no ocidente. Segundo ele, a tópica remonta à religião pré-histórica indo-européia, na qual “*o sistema cósmico, religioso e social se hierarquizava numa ordem trinitária de funções: a soberania, [...] a guerra e a fecundidade*”,¹⁶ onde a noção de soberania se apresentava intrinsecamente ligada à dualidade régia, ora mágica e terrificante, ora sábia e justa. “*Esta antinomia*”, explica Sousa Rebelo, foi incorporada pelos “*mestres da retórica romana*” e, ao longo da história, se recompôs na polarização “*sapientia*” e “*fortitudo*”, formulação que surgiu para qualificar a conduta dos grandes personagens latinos.¹⁷

Com efeito, a tópica se difundiu principalmente através da pena de retóricos, tratadistas, panegiristas, oradores fúnebres, bem como de outros autores e conheceu terreno fértil no âmbito da civilização hispano-islâmica, ao passo que veiculava o ideal do monarca ilustrado, personagem efetivamente experimentado nesta sociedade. Entretanto, foi ao longo do Renascimento, que “*transmuda-se o tópico da sapientia et fortitudo no das armas e das letras*” para ganhar definitiva importância na Península Ibérica ao longo dos séculos XVI e XVII. Atento ao fenômeno, Rebelo faz notar que, por detrás desta querela ideológica e literária, há uma asserção do direito de cidadania,

“[...] concretizado na atuação coletiva dos cidadãos, perante a solução imposta para as grandes questões nacionais pelo poder das armas. Ora Cícero, tal como Cipião, simbolizava na vida e nos seus escritos esse ideal cívico, ao passo que César tipificava, no plano existencial, a segunda opção.

¹⁵ Idem. *ibidem*. p. IV.

¹⁶ REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 195.

¹⁷ REBELO, Luis de Sousa. *Op. cit.* p. 196.

E quando Cícero vai pleitear perante os juízes de instrução o caso do poeta Aulo Licínio, que requeria a cidadania romana [...], argumenta que esse estrangeiro plenamente a merecia por haver ilustrado as letras. Estas, tão estimadas de Cipião e daqueles que formavam o seu círculo, perpetuavam os grandes feitos, que sem elas se quedariam na trevas [...]. Ademais, continha ainda a literatura um forte ensinamento moral, como bem sabia Alexandre Magno, leitor assíduo de poesia e história no meio das suas campanhas. E se a argumentação cicerônica e os exemplos, que a reforçavam, justificavam a concessão do direito de cidadania a um poeta, que já tão altos serviços prestara, e haveria ainda de prestar à República, pelo uso que em louvor dela fizera da sua arte, tão-pouco haviam de ser eles jamais esquecidos pelos autores renascentistas.”¹⁸

Todavia, o eco deste fenómeno, embora seja nítido em Portugal, é matizado por Rebelo à medida em que a especificidade do contexto no qual o tópico das “armas e das letras” surge não deve ser generalizável a outros contextos.

Em vista desta observação de Sousa Rebelo, vale anotar, em linhas gerais, o contexto no qual Manuel Severim de Faria escreveu sua *Vida de João de Barros*, uma vez que, tendo vivido entre os anos de 1583 e 1655, pertence a uma geração de letrados que – juntamente com “*artistas como o calígrafo Manuel Barata ou o arquiteto Pero Vaz Pereira*”,¹⁹ ou os poetas “*Diogo Ferreira Figueiroa, Manuel Galhegos, Correia Mantenegro, J. Álvares, Frade Morais Sardinha, Miguel Pinto de Sousa*”,²⁰ os historiadores Antônio Alves, Antônio Álvares, Belchior Estácio do Amaral, Soares Toscano, Antônio da Fonseca Osório, Luís Marinho de Azevedo, Belchior Rego de Andrade, Diogo de Paiva Andrade, Gaspar de Chaves Sentido, Martim Afonso de Miranda, bem como outros eminentes juristas e eclesiásticos coevos – frequentou a Corte de Vila-Viçosa e, não apenas conheceu todo seu esplendor intelectual, mas, sobretudo, compartilhou sua atmosfera mental.”²¹

¹⁸ Idem. *Ibidem*. cf. pp. 196 e 198.

¹⁹ FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 112.

²⁰ FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Op. cit.* p. 112.

²¹ Cf. FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. Idem. *Ibidem*. França cita ainda; “*Juristas como: Pedro Barbosa, Francisco Homem de Abreu ou J. Pinto Ribeiro. Eclesiásticos eminentes como: Frei Luís de Sousa, Fr. Bernardino da Silva, Frei João de Jesus, P. João Lucena, Fr. Bartolomeu Guerreiro. Ou ainda esse infeliz Fr. Agostinho Manuel de Vasconcelos [...]*”. Sobre a citada “atmosfera mental”, cf. o referido trabalho de Eduardo França, notavelmente o capítulo 2, “Uma corte de aldeia: a dos Braganças”. p.105-116.

Segundo o *Dicionário de História de Portugal*, Manuel Severim de Faria “espera ainda um biógrafo à altura da sua figura notabilíssima”.²² Sabe-se, contudo, que foi presbítero, mestre em Artes e alcançou o grau de doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade Jesuítica de Évora. Por volta dos vinte e seis anos foi alçado a cônego e, em seguida, chantre de Évora, cargos herdados de seu tio, Baltasar Faria Severim. Foi poeta e, ao que parece, um diligente antiquário, tendo, por isso, cultivado o gosto pela erudição arqueológica. É tido como polígrafo dotado de intensa curiosidade histórica, cujo amplo leque de interesses abarcava, praticamente, todos os domínios do conhecimento, desde a descrição geográfica dos lugares da pátria até numismática portuguesa, genealogia nobiliária, história das universidades peninsulares, história da organização militar portuguesa ou a história dos cardeais portugueses.²³

Embora homem de carreira eclesiástica, vale notar que Manuel Severim de Faria tem sido apresentado pela historiografia, principalmente, como historiador e refinado erudito e que, enquanto colecionador de peças e objetos antigos, chegou a constituir o mais célebre gabinete de curiosidades de todo o reino. Por sua reputação, tornou-se uma referência para fidalgos e clérigos dos quatro cantos do império português, o que fez dele um interlocutor consciente da necessidade de se articular os diferentes lugares de um mundo colonial cada vez mais ameaçado no contexto da união dos reinos ibéricos sob um mesmo cetro.²⁴ Nesse sentido, enquanto historiador, sua obra incorpora elementos inerentes a um horizonte intelectual comum à sua época e sua atmosfera mental. Desse modo, segundo aponta Joaquim Veríssimo Serrão, a historiografia produzida ao longo do período da União Ibérica “refletiu a permanência espiritual da velha nação que, embora ligada à coroa da Espanha, não perdera os antigos foros, nem tão-pouco a consciência do seu passado histórico”.²⁵

Com efeito, a respeito do período da União Ibérica, vale anotar que a existência de um príncipe estrangeiro de nascimento em Portugal não pode ser considerada uma humilhação. Aliás, nem em Portugal, nem em país algum na Europa do século XVII.

²² SERRÃO Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal...* s.v. “Faria, Pe. Severim de”.

²³ Cf. SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *Op. cit.* pp.542 e 543; Cf. SERRÃO Joel (dir.). *Op. Cit.* s. v. “Faria, Pe. Severim de”.

²⁴ Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres. “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 239-256.

²⁵ SERRÃO Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume IV. Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640). Lisboa: Editorial Verbo, 1990. p. 422.

Também, no caso específico da Península Ibérica, houve uma sistemática tentativa de promover sua união que, se por um lado, remonta a um passado distante, por outro produziu algum consenso interno quanto à unificação das coroas. Nesse sentido, Oliveira Marques sugere que seria um “*erro supor que a União Ibérica constituía apenas o desejo e capricho de um pequeno grupo de cabeças coroadas*”.²⁶ É sob a ótica de uma concepção unificada da Península Ibérica que se pode compreender, por exemplo, o *Libro de las costumbres de todas las gentes del Mundo*, de Joannes Bomus, com cerca de duzentas páginas acrescentadas por Francisco Tamara, e publicada em Anvers no ano de 1556, onde, ainda que as duas primeiras partes do livro sejam uma compilação das notícias dos antigos sobre os diversos povos do mundo, a terceira parte nos remete às notícias das Índias descobertas pelos espanhóis, incluindo “*las otras tierras y Indias, y islas y prouincias descubiertas por Españoles Portugueses la buelta de Leuante*”.²⁷ Em síntese, nem sempre Espanha e Portugal foram compreendidos separadamente. Por fim, vale notar que o próprio Severim de Faria teria sido “*acusado de filipista porque, conformando-se com o domínio espanhol, apenas pleiteava a restituição a Lisboa de sua preeminência de Corte pela residência do rei*”.²⁸

De todo modo, no caso português, o que caracterizaria de maneira mais efetiva essa atmosfera mental, seria um *desgosto* frente às condições políticas locais, sobretudo devido ao fato de que “*os portugueses sempre haviam tido monarcas naturais em suas duas dinastias anteriores, ambas implantadas mediante duras lutas com Castela*”.²⁹ Daí uma produção historiográfica permeada de “*orgulho nacional*”, expresso numa corrente que assume um caráter de “*resistência literária*” e política, por meio da “*constante evocação dos heróis antigos*”.³⁰ Onde uma obra como a *Monarquia Lusitana* vem à luz como a primeira tentativa de se elaborar a história integral da nação portuguesa, buscando suas raízes e a continuidade histórica circunscrita numa identidade étnica e geográfica de Portugal.³¹

Sob outro ponto de vista, Diogo Ramada Curto situa, neste momento de questionamento da identidade portuguesa, a produção literária como a atribuição de

²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006. p. 280.

²⁷ TAMARA, Francisco. *El libro de las costumbres de todas las gentes del mundo*. Antuérpia: Martin Nucio, 1556. *Apud*. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séc. XV e XVIII)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 123. O grifo é meu.

²⁸ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Op. cit.* p. 130 e 131.

²⁹ Idem. *Op. cit.* p. 130.

³⁰ SERRÃO Joaquim Veríssimo. *Op. cit.* p. 423.

³¹ Cf. Idem. *ibidem*.

significados e invenção de uma tradição destinada a selecionar e impor sentidos às práticas de escrita, sobretudo diante do fato de que a escrita era moldada, também, por uma cultura política centrada em dádivas e mercês, onde a proteção oferecida não apenas desempenhava um papel de grande relevo mas, também, traduzia as pressões sociais inerentes às proteções nobiliárquicas e lógicas de parentesco. Daí a necessidade de notarmos, também, que um autor como Severim de Faria não deixava de se servir de seus escritos para difundir uma visão de mundo pontual, no intuito de interferir no debate político de seu tempo. Por isso, não seria fora de propósito atentarmos para o fato de que, se, por um lado, a invenção de uma tradição pode nortear a construção de um sentido para as práticas de escrita do passado, por outro, este procedimento não está desvinculado da especificidade de um contexto onde a lógica de sucessão familiar dinamiza o embate na construção desses sentidos, tal como foi o caso do processo judicial movido por Antônio de Barros de Almeida contra João Batista Lavanha depois que este levara à prensa, em 1615, os manuscritos da *Quarta Década*.³²

De todo modo, é notável o quanto o período no qual vigorou a monarquia dual afetou a estrutura sociocultural portuguesa, sobretudo ao passo que despertou problemas no âmbito do pensamento cívico, notavelmente por meio do “*nacionalismo*”. Para Luís de Sousa Rebelo, nesse contexto, o “*conceito nuclear do tópico das armas e das letras*” passa “*a acusar uma viragem de rumo*”, sobretudo em vista da especificidade dessas novas preocupações. Dessa inflexão, diz Rebelo, “*renasce o diferendo que opõe a superioridade da milícia, ou da acção, às letras, ou à vida contemplativa. A hora [...] voltava a ser a da aristocracia da espada*”.³³

Assim, fica evidente a tentativa de Manuel Severim de Faria reabilitar a figura de João de Barros pelo alto serviço prestado à República através de sua arte. Entretanto, a proposta que o biógrafo de João de Barros leva a cabo revela exatamente a predominância do tema das armas em detrimento das letras apontado por Rebelo. Sobre isso, Severim de Faria é eloquente à medida que nos revela que o bom costume cultivado pela República de Atenas – o honrar com prêmios públicos seus escritores –

“[...] tem cessado há muitos anos, vemos agora isto pelo contrário, sendo muitos os que escrevem histórias de Capitães, e raros os que se

³² Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.* Parte II – “Cultura escrita e práticas de identidade (1570 – 1697)”.

³³ REBELO, Luis de Sousa. *Op. cit.* p. 230.

ocupam em nos dar notícia dos que as escreveram, particularmente neste Reino, onde ainda que não é pequena a falta que temos do conhecimento dos Escritores antigos, e mais para sentir o pouco que comumente se alcança do nosso grande João de Barros, trabalhando ele toda a vida por ilustrar a pátria, e deixar de seus naturais gloriosa memória.”³⁴

De acordo com António Lopes Saraiva e Óscar Lopes, a *Vida de João de Barros* de Manuel Severim de Faria é a principal fonte para o estudo da biografia e da bibliografia de João de Barros.³⁵ Da importância e notoriedade desta obra, António Baião atenta ainda para o fato de que nela, Severim de Faria se serviu de “*informações orais hoje impossíveis de adquirir*”.³⁶ Importante, portanto, considerar, por um lado, o contexto “nacionalista” e a conotação civil a que o texto de Severim de Faria nos remete. Todavia, por outro lado, não se pode deixar de notar que para o biógrafo, João de Barros não apenas trabalhou por ilustrar a pátria, mas também, para deixar de seus naturais gloriosa memória. Ou seja, Manuel Severim de Faria reconhece o aspecto mnemônico que a obra de João de Barros evoca.

Ora, a reabilitação da figura de João de Barros está articulada ao seu trabalho dedicado à memória de seus naturais. Com efeito, a memória, em sua dimensão coletiva, tem sido posta em jogo, historicamente, na luta das forças sociais pelo poder. Sob esta perspectiva Jaques Le Goff nos alerta para o fato de que, “*tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas*”.³⁷ Diante disso, no embate sobre os sentidos do passado, é possível compreender a construção da figura desse autor no âmbito de uma carreira individualizada e a serviço do rei, em oposição às lógicas de sucessão familiar, tão evidentes na disputa judicial movida contra João Batista Lavanha.³⁸

Efetivamente, não é nosso objetivo recuperar, aqui, o debate a respeito do conceito de memória em toda sua extensão, nem mesmo considerar fenômenos como o

³⁴ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. IV.

³⁵ Cf. SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *Op. cit.*

³⁶ BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998). p. V.

³⁷ LE GOFF, Jaques. “Memória”. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et alii. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 422.

³⁸ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.*

da memória étnica das sociedades sem escrita. Contudo, vale atentar para o fato de que, no Ocidente, foi ao longo da Idade Média que a escrita se desenvolveu à par da oralidade e, sobretudo no seio do grupo dos literatos, a memória oral e a memória escrita entraram em equilíbrio, enquanto o recurso ao segundo suporte de memória se intensificava. Mas foi principalmente sob o progresso da memória escrita ao longo da renascença que este suporte foi colocado a serviço do centralismo monárquico.³⁹ O que, por sua vez, nos revela algo a respeito do partido tomado por Manuel Severim de Faria. Com efeito, notemos, em suma, um caráter que se apresenta duplamente político da *Vida de João de Barros*. Por um lado em seu aspecto civil e, por outro, em seu esforço de cristalizar elementos para a constituição de uma memória coletiva, fundamentada na continuidade artificial de uma suposta experiência comum.

É possível apontar, ainda, um terceiro aspecto da *Vida de João de Barros* que se articula e reforça a dimensão valorativa do caráter civil desse personagem, ainda que sob outro ponto de vista. Trata-se, propriamente, do objeto em questão até o momento, a saber, a narrativa biográfica da “vida”. Em sua tese sobre Francisco Sá de Miranda, Sérgio Alcides atenta para estas narrativas enquanto aparatos editoriais que reforçavam o vínculo entre a imagem do autor e seu texto. Para ele, o vínculo entre as publicações impressas e o realce da autoria “*é uma condição que se generaliza na cultura letrada precisamente ao longo do século XVI, num plano europeu*”.⁴⁰

Atento ao todo narrativo formado não apenas pela “vida”, mas também pelo “retrato”, Sérgio Alcides anota que elementos descritivos tais como a aparência física e os hábitos morais se estabeleceram como regra no gênero biográfico desde a Antiguidade,⁴¹ quando o ensino das composições orais e escritas era orientado por modelos aprovados de inventividade, arranjo e estilo. Este procedimento, por meio do qual os estudantes deveriam procurar imitar esses modelos, haveria de ser combinado com a emulação, onde o exemplo da escrita e da fala aparecia, eventualmente, associado à necessidade de se observar a vida e a moral.⁴²

³⁹ Cf. LE GOFF, Jaques. *Op. cit.*

⁴⁰ ALCIDES, Sérgio. *Desavenças*. Poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. p.14.

⁴¹ Cf. ALCIDES, Sérgio. *Op. Cit.* p.48 e ss.

⁴² “*Convidarei o douto imitador a atentar para o modelo da vida e dos costumes e a partir disto a compor falas vivas*”. QUINTO HORÁCIO FLACO. *Arte Poética*. Linhas 309-318. Trad. Mauri Furlan. In: <http://www.latin.ufsc.br/986ED7F3-3F3A-4BC2-BBE3-A3514D872AC1.html>. Acesso em 05/08/2011. Cf. tbm. SLOANE, Thomas O (Editor in Chief). *Encyclopedia of rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 2001, s. v. “Imitation”.

Entretanto, a imitação de modelos de linguagem e literatura da Antiguidade clássica foi pouco difundida na Idade Média e o que ganhou efetiva aderência neste período foi a imitação dos exemplos morais encontrados principalmente na literatura de caráter devocional, tal como se pode ver na *Imitação de Cristo*, obra atribuída ao monge alemão Tomás de Kempis. Contudo, entre os humanistas italianos da renascença, a imitação literária viria a se tornar uma operação intelectual basilar, não menos importante que a imitação da arte clássica e da arquitetura, por exemplo. Tal fenômeno pode ser compreendido como o mais notório desdobramento do processo de recuperação das obras latinas característico desse momento, e que trouxe um novo olhar sobre o latim medieval, que doravante, seria visto como decadente e bárbaro. Com isso, os humanistas entenderiam a imitação da linguagem e do estilo dos escritores clássicos latinos como o melhor antídoto para a superação do decaído latim medieval.⁴³

Com efeito, é possível considerar este procedimento de imitação como fenômeno emblemático do início da Época Moderna. Para Federico Chabod, a “*imitatio*” pode ser compreendida, precisamente, como uma prática característica do Renascimento europeu, visto que ela incorpora a própria contraposição Renascimento-Medieval sob o aspecto das diferentes maneiras de se relacionar com a cultura clássica. Segundo Chabod, a “*imitatio*” é:

“[...] a grande palavra que separa o mundo de Cola Di Rienzo do de Hildeberto de Le Mans. Em lugar da combinação entre admiração e deploração por aquilo que já não pode mais renascer, a vontade de atuar em conformidade com tudo quanto se aprende com os antigos, o *exercere* substitui o *legere*, e, em lugar da elegia, a exortação à renovação do antigo esplendor, a glória de Roma.”⁴⁴

Também para Eugenio Garin a imitação é a palavra de ordem desse novo momento histórico que representou a cultura do Renascimento. Todavia, Garin observa que a recuperação e a imitação da Antiguidade foi um fenômeno de extrema complexidade, uma vez que os limites desse procedimento intelectual residiam no âmbito de sua efetiva interação com o ambiente renascentista, o qual, em face de sua especificidade, nem sempre poderia encontrar, no passado, um repertório de

⁴³ Cf. SLOANE, Thomas O (Editor in Chief). *Op. cit.*

⁴⁴ CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento*. Trad. Rodrigo Ruza. México: FCE, 1990. p. 77. Tradução para o português feita por mim.

formulações que auxiliassem à compreensão do presente. Desse modo, era fundamental que a recuperação dessas referências se realizasse como um procedimento autoconsciente, por meio do qual a redescoberta do antigo trouxesse, simultaneamente, a consciência do moderno. Nesse sentido, o historiador italiano observa que é representativa a recorrência da tópica do trabalho da abelha na pena de humanistas como Petrarca ou, mais tarde, Ronsard: ao voar sobre as flores a abelha recolhe o pólen, e a partir dele, faz o mel e a cera; está sobretudo neste trabalho de síntese a originalidade do Renascimento, ou seja, a partir da leitura e da recuperação dos antigos por meio da imitação é que se atualiza uma tradição de maneira absolutamente nova.⁴⁵

Nesse mesmo sentido, José Antonio Maravall argumenta que a diferença entre uma fase Medieval e outra Moderna, naquilo que se refere à cultura da Antiguidade, está na consciência histórica com que, ante esta Antiguidade, se colocam uns e outros. Segundo o autor, a Idade Média parte de um princípio de contemporaneidade de todos os séculos, em virtude do qual se considera compreendido no mesmo âmbito daqueles antigos a quem veneram, sem nenhuma separação radical entre ambos os momentos e que, portanto, a Época Medieval foi marcada por um sentimento de pertença a uma mesma continuidade histórica em relação à Antiguidade. Por outro lado, Maravall afirma que o homem da época Moderna detém uma outra chave de leitura do tempo histórico, onde o desenvolvimento de um fio contínuo no curso do tempo é diferenciável em várias fases ou épocas. Para este autor, *“el factor de continuidad, en la medida que existe, permite contemplar el tiempo de las sociedades como un curso no interrumpido, pero que por su misma larga duración va llevando a situaciones diferentes unas de las otras”*.⁴⁶ Com isso, uma dessas fases distintas no tempo é a

⁴⁵ Cf. GARIN, Eugenio. *La cultura del Rinascimento*. Milano, 1988.

⁴⁶ Cf. MARAVALL, José Antonio. *Op. cit.* p.285 e 286. Sem sombra de dúvidas, António Maravall ecoa o belíssimo e sugestivo texto de Erwin Panofsky: “A Idade Média havia deixado insepulta a Antiguidade, e alternadamente galvanizou e exorcizou seu cadáver. O Renascimento chorou ante sua tumba e tratou de ressuscitar sua alma: e em um momento fatalmente propício o logrou. Por isso o conceito medieval de Antiguidade foi tão concreto e ao mesmo tempo tão incompleto e deformado; enquanto o moderno, desenvolvido gradualmente ao longo dos últimos trezentos ou quatrocentos anos, é completo e consequente, porém, se se me permite dizer, abstrato. E por isso os renascimentos medievais foram transitórios, ao passo que o Renascimento foi permanente. As almas ressuscitadas são intangíveis, porém têm as vantagens da imortalidade e da ubiquidade. Daí que o papel da Antiguidade clássica depois do Renascimento seja um tanto esquivo, porém, por outro lado, onipresente: e mutável só a custa da mutação de nossa civilização como tal.” In: PANOFSKY, Erwin. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Trad. Maria Luisa Balseiro. Madrid: Alianza, 1991. p. 173. Tradução para o português feita por mim.

Moderna, diferente daquela precedente, Medieval, dos bárbaros que viveram um século de obscuridade, precisamente por terem-se separado da linha dos antigos.

Em suma, diante de seu aspecto de síntese física e moral, a “vida” contribuiu “*para o surgimento de uma imagem estável do autor*”. Imagem, que no seio de uma cultura construída sobre um imperativo pautado na imitação, constituía-se também como exemplo a ser seguido.⁴⁷ Portanto, esta imagem modelar se apresenta alinhada à Antiguidade clássica, já cristalizada enquanto momento ideal da história humana, lugar de realização das mais altas aspirações dos homens e que, sobretudo, haveria de servir de guia – basta recuperarmos, aqui, a leitura feita por Severim de Faria da república de Atenas ao assinalar sua singularidade, “*a primeira*”, e sua exemplaridade, “*que ensinou*” – para ações elevadas, tanto no campo das letras como no das artes, no da milícia e, também, no da política.

Esta grade de leitura nos ajuda a compreender o horizonte intelectual que dá sentido à *Vida de João de Barros* em seu contexto de produção. Com isso, é mais uma vez a partir do próprio texto de Manuel Severim de Faria que se pode reiterar o argumento até aqui desenvolvido. Anota o historiador que João de Barros foi:

“[...] varão de vida exemplar, e muito piedoso, como se vê bem de suas obras, que podem ser nisso exemplo a outros escritores modernos, os quaes compõem seus livros com tal esquecimento das coisas Divinas, que lidos eles, não se pode determinar se é o autor cristão, se gentio, como já se disse de Joviano Pontano, e de outros. Esta piedade lhe fez procurar por tantas vias o melhoramento dos costumes de seus naturais, compondo tantas obras”⁴⁸

Aqui, Severim de Faria julga que a obra de João de Barros incorpora e deixa transparecer a exemplaridade e piedade que o definem. Desse modo, a singularidade de sua vida e de seu trabalho pode ser generalizada como referência e modelo para outros escritores. E a própria existência de êmulos reitera sua excelência, uma vez que “*os maus naturalmente aborrecem os bons por serem contrários a seus costumes*”.⁴⁹ Sua exemplaridade o associa, ainda, ao desempenho de papéis políticos, ao passo que é

⁴⁷ Cf. ALCIDES, Sérgio. *Op. Cit.* Idem.

⁴⁸ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. LVIII.

⁴⁹ Idem. *Op. cit.* Ibidem.

considerado homem de “*grande conselho, prudência, verdade, e crédito*”,⁵⁰ habilidades fundamentais ao homem de Corte. Logo, João de Barros alcança “*feliz memória, à qual ajudou muito com a artificial*”.⁵¹ Está fora de dúvidas, portanto, que esta memória tem algo a ver não apenas com o passado, mas também com a identidade e com sua persistência no futuro.⁵²

Em síntese, a celebração de um herói em um momento de crise de confiança nacional, ou de desgosto em função das condições políticas locais e conjunturais, pode nos remeter à hipótese da existência de uma compensação cultural constituída pela publicação de obras destinadas a inventar ou manipular a memória dos heróis do passado. Com efeito, se a escrita é um instrumento destinado a interferir no debate político, estas celebrações do passado podem ser compreendidas como uma das possíveis respostas frente à situação de crise no plano político e, porque não, como um dos instrumentos mais bem acabados daqueles que pretendem exorcizar suas próprias derrotas.⁵³

1.2. João de Barros cresce

Ainda que nosso objetivo não seja a elaboração de uma biografia detalhada de João de Barros, importa nos debruçarmos sobre sua trajetória de vida, sobretudo como homem de Corte, uma vez que este percurso mostra-se associado aos atributos e qualidades de seus escritos. Assim, entramos nitidamente no cerne da imagem do autor, estabilizada não apenas enquanto o responsável pela composição das obras de engenho mas, sobretudo, enquanto aquele que possui credibilidade em função de sua reconhecida autoridade e retidão moral. “*Todos os bons autores se hão de ler com estudo*”⁵⁴

⁵⁰ Idem. *Ibidem*. p.LXII.

⁵¹ Idem. *Ibidem*.

⁵² Cf. ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. Seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁵³ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.*

⁵⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, & latino*. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, & latinos, e offerecido a elrey de Portugal Dom Joam V. pelo padre Dom Raphael Bluteau. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1712/1728. p. 684. (Os 8 volumes que compoem o dicionario foram publicados ao longo de 9 anos, a saber: Volumes I e II, em 1712; III e IV, em 1713; volume V, em 1716, volumes VI e VII, em 1720 e o volume VIII, em 1721. Aos 8 volumes juntaram-se outros dois de suplementos publicados entre 1727 e 1728, contendo mais de cinco mil vocábulos que não

escreveria Rafael Bluteau em seu *Vocabulário Português e Latino* um século depois de Severim de Faria sem deixar de evocar, porém, a autoridade e o exemplo dos melhores escritores portugueses e latinos. Como exemplo de retidão moral, a conduta deste autor só ganha sentido quando imersa no contexto de sua experiência social concreta, que é a vida na Corte. A princípio é possível afirmar, unicamente, que o cortesão é um dos principais personagens dentre aqueles que emergiram ao longo do início da Época Moderna, e que a conotação política de sua representação enquanto ideal de vida civil não se afasta dos padrões de honra e dignidade que lhe devem ser característicos.

Com efeito, indício da exemplaridade da vida João de Barros nos é apresentado em sua própria trajetória enquanto homem de Corte. A respeito dessa trajetória até o momento de sua entrada para o paço a historiografia consultada é imprecisa. Além da *Vida* de Severim de Faria, muito do que se sabe do percurso de João de Barros advém de sua própria obra e do importantíssimo dossiê publicado por António Baião,⁵⁵ com o qual o historiador se propôs a “autenticar certas afirmações de Severim de Faria, aditar e precisar outras e até ratificar algumas”.⁵⁶ Contudo, mesmo em face das dificuldades, João de Barros tem sido visitado com alguma sistematicidade pela historiografia, que nunca deixou de lhe traçar uma síntese biográfica. Dentre alguns estudos de referência, vale mencionar, além do texto fundamental de António Baião,⁵⁷ as contribuições de António Alberto Banha de Andrade, *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*,⁵⁸ a de Charles R. Boxer, *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia*,⁵⁹ e as de António Borges Coelho, *Tudo é mercadoria. Sobre o percurso e obra de João de Barros e João de Barros: vida e obra*.⁶⁰

constavam nos volumes anteriores). s. v. “Author”. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 09/08/2011.

⁵⁵ Cf. BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas ‘Décadas’”. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. XL, 1917. pp. 202-355.

⁵⁶ BAIÃO, António. “Introdução”. In: *Op. cit.* p. VI.

⁵⁷ BAIÃO, António. Idem. *Op. cit.*

⁵⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

⁵⁹ BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

⁶⁰ COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria. Sobre o percurso e obra de João de Barros*. Caminho, 1992; COELHO, António Borges. *João de Barros: vida e obra*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Assim, embora não haja fontes seguras para atestar a informação, a historiografia aponta o ano de 1496 como data provável de seu nascimento, que teria ocorrido possivelmente na província da Beira, em Viseu, “*a mãe que me gerou*”, tal como afirma o próprio João de Barros referindo-se ao lugar.⁶¹ Nascido, portanto, dois anos antes da chegada de Vasco da Gama à Índia, é filho de Lopo de Barros, “*pessoa nobre e dos principais desta família [...] neto de Álvaro de Barros, senhor do morgado de Moreira*”.⁶² Seu pai foi vereador de Viseu e corregedor de Entre-Tejo-e-Odiana.⁶³ Ainda a respeito da ascendência de Barros, Severim de Faria enfatiza sua nobreza ao atentar para as memórias das quais sua linhagem “*se pode gloriar*”.⁶⁴ Seu avô, Álvaro de Barros, teria sido fundador do Mosteiro de Requião da Congregação de São João Evangelista e neto de Martim Martins de Barros, um dos mais antigos fidalgos da linhagem. Além disso, a Casa possuía alguns morgados na região do Minho, “*e antigamente tiveram lugares com jurisdição*”,⁶⁵ tais como o Perozelo – mercê que foi feita pelo rei Dom Pedro a Nuno Fernandes de Barros – e Castro Daire – mercê que foi feita pelo rei Dom João I a Gonçalo Nunes de Barros. Por fim, Severim de Faria atenta para os letrados da linhagem, e menciona o primo irmão de João de Barros, Dom Frei Braz de Barros, que foi o primeiro Bispo de Leiria. Por sua vez, António Borges Coelho anota que, segundo Manoel Botelho Pereira, o pai de João de Barros foi criado de Afonso V, de Dom João II e de Dom Manuel, tendo participado da tomada de Arzila e capitaneado “*um esquadrão no cerco do Sabugal durante as guerras luso-castelhanas do Africano*”.⁶⁶ Contudo, embora se saiba relativamente bastante a respeito de seu pai, não há qualquer menção a respeito da figura materna, claro indício de bastardia.

Sobre a entrada de João de Barros para o paço, Severim de Faria nos revela ter ido a “*serviço do Rei Dom Manuel de tão poucos anos, que ele mesmo confessa que à idade do jogo de pião*”.⁶⁷ Ou seja, entrou para a Corte quando era ainda uma criança, e possivelmente mediado por um nobre da mais alta espirpe, Dom João de Meneses – prior do Crato e mordomo-mor do rei Dom Manuel –, amigo de Lopo de Barros.⁶⁸ Esse

⁶¹ BARROS, João de. *Panegírico da Infante Dona Maria*. Apud. COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...* p. 17.

⁶² FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. V.

⁶³ Cf. COELHO, António Borges. *Op. cit.*

⁶⁴ Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Idem.* p. VI e COELHO, António Borges. *Op. cit.* p. 20.

⁶⁵ Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Ibidem.* p. VII.

⁶⁶ Cf. COELHO, António Borges. *Op. cit.* p. 20.

⁶⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. VII.

⁶⁸ Cf. COELHO, António Borges. *Op. cit.* p.21.

fato nos revela algo a respeito dessa instituição social e sua lógica enquanto uma sociedade de raízes medievais, cuja persistência na primeira modernidade é o mais notável indício de sua importância como um circuito social onde se teciam redes de interdependência.⁶⁹ Realmente, como assinalou Diogo Ramada Curto, “as possibilidades de carreira, no interior da Corte, não são independentes da configuração das facções que aí existem”.⁷⁰ Em vista disso, a trajetória da vida de João de Barros descrita por Severim de Faria nos revela ter sido ele muito bem amparado no ambiente cortesão.

Tal como sugeriu oportunamente Peter Burke, embora não seja fácil dizer exatamente o que era um cortesão, ele pode ser compreendido, juntamente com o humanista – figura com a qual muitas vezes se confunde – e o príncipe, como um dos personagens de maior visibilidade da renascença, cuja vida orbitava em torno da Corte. Por sua vez, a Corte, além do palácio, em si, composto de pátios, salões e aposentos, era um tipo especial de instituição à medida que abrigava o rei.⁷¹ “O lugar onde reside o rei, assistido dos oficiais e ministros da Casa real”,⁷² como definiria Rafel Bluteau. Grosso modo, portanto, e tendo em vista principalmente a idéia inerente à noção de Casa real, é possível compreender a Corte como a “família” de um soberano frente a quem servirá, sempre, de paradigma. O próprio João de Barros escreveria no *Panegírico do Rei Dom João III* não haver “coisa mais prejudicial ao vassalo que o mau costume ou defeito do senhor”.⁷³ Com efeito, Emmanuel Le Roy Ladurie aponta para o fato de que a monarquia liga-se estreitamente ao funcionamento da Corte, “centrada em torno do soberano”,⁷⁴ de modo que “a Corte erige-se em lugar geométrico das hierarquias”⁷⁵ e, efetivamente, sustenta o sistema monárquico.

Por sua vez, em artigo esclarecedor, Valerio Valeri, atento aos elementos estruturais da noção de realeza, distingue-a da instituição monárquica. Para ele,

⁶⁹ Cf. BURKE, Peter. “O cortesão”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991. pp. 101–119.

⁷⁰ CURTO, Diogo Ramada. “A cultura política”. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 112.

⁷¹ Cf. BURKE, Peter. *Op. cit.*

⁷² BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.* s. v. “Corte”. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 19/08/2011.

⁷³ BARROS, João de. “Panegírico do Rei Dom João III”. In: *Panegíricos* (Panegírico de Dom João III e da Infanta Dona Maria). Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943. p. 7.

⁷⁴ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico, França, 1460-1610*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 14.

⁷⁵ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Op. cit.* p. 15.

enquanto a primeira designa aquilo que pertence à pessoa e ao estatuto do rei, a segunda se refere à forma do governo régio. Neste sentido, ao passo que a realeza é um sistema de organização política no qual uma pessoa é o centro de toda a comunidade, o rei deve representar os valores fundamentais da sociedade sobre a qual reina. Revestido de um poder místico fundamentado, principalmente, no uso da força, o rei transcende a uma dimensão meta-humana e divina, cujo poder se legitimará frente à sociedade sobre a qual reina por meio do ritual da coroação – momento no qual estabelece uma união com seu povo. Desse modo, para Valeri, não existe oposição entre o ritual e o político e, por isso, assegura-nos que não há estruturas sociais sem estruturas simbólicas (e vice-versa). Ainda para este autor, a sacralidade do rei será, sempre, motivada por sua capacidade de representar a sociedade a si própria como totalidade. Com isso, o rei vem a ser a ideia abstrata que luta para se realizar concretamente, e tal realização só se tornará possível graças a um processo de desdobramento do rei em duplos. Ainda segundo o antropólogo, uma importante realização deste princípio é a generalização da estrutura da Corte. No limite, assegura-nos Valeri:

“[...] a compenetração da pessoa do rei na sociedade é realizada pela imitação do seu comportamento por parte dos súbditos. O rei e a sua Corte tendem então a tornar-se o paradigma do comportamento (etiqueta, etc.); sobretudo na Europa moderna, o rei alargou deste modo o seu controle sobre a sociedade [...] Mas, se todos se comportam como o rei, então todos são coletivamente o rei: a generalização ilimitada da realeza leva paradoxalmente à sua dissolução em um novo soberano: o povo. Por isso a realeza deve recriar periodicamente a distinção entre o todo e a parte (rei, Corte) que o simboliza”.⁷⁶

Daí, conclui o autor, é possível perceber o papel de fenômenos ligados às formas de distinção social, tais como a moda.

Diante disso, não seria fora de propósito observar, aqui, algumas proposições referentes ao poder real. Partindo das problemáticas desenvolvidas por historiadores como Otto Brunner e Gerhard Oestreich, ou seja, a observação de continuidades entre os sistemas políticos medieval e moderno, onde as realidades provinciais, as agremiações regionais, as forças locais, os senhorios, as cidades e os poderes

⁷⁶ Cf. VALERI, Valerio. “Realeza”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 30. “Religião-Rito”. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. pp. 415-445. Cit. à p. 439.

intermediários do sistema político europeu da época moderna não perdem sua autonomia, António Manuel Hespanha define o político como um campo social autônomo sob uma ótica “*fenomenológica*”, onde a essência do poder reside, fundamentalmente, em seu modo de funcionamento, ou seja, para ele, o poder “*só se detém quando se exerce*”.⁷⁷ Contudo, Hespanha não se furta da observação de que “*o rei figurava, no imaginário político dos súbditos, como um ideal de bom governo e de justiça*”,⁷⁸ muito embora, no exercício cotidiano do poder estivesse sujeito aos enganos dos executores. Por sua vez, no caso dos privilégios corporativos, Manuel Hespanha observa que “*a integração da Igreja no sistema do poder corresponde a um modelo que iremos encontrar em relação a outros pólos de poder político*”.⁷⁹ Para ele, “*no plano simbólico, a preeminência da coroa, como caput communitatis, é salvaguardada pela garantia da proteção régia*”⁸⁰ e pelo reconhecimento da superioridade temporal do rei. “*A esta superioridade simbólica junta-se a soma de prerrogativas que, no plano material, a coroa foi adquirindo em relação à Igreja, nomeadamente a sujeição a certos impostos*”.⁸¹ Todavia, matiza o autor, – mais uma vez atentando para o âmbito da prática cotidiana do poder – “*o domínio de autonomia e particularismo da Igreja mantinha uma enorme importância*”.⁸² Ora, sem negar a importância *relativa* dos poderes locais, não se pode perder de vista que são as próprias ações cotidianas que conferem a excepcionalidade e o sentido do rito – lembro aqui dos rituais de sagração por exemplo.⁸³ Por isso, a autonomia do político pretendida por António Manuel Hespanha se esvazia em função dessa dimensão relacional, que condiciona a produção de sentidos do simbólico. Definitivamente, o poder não pode ser concebido em termos fenomenológicos pois não é uma auto evidência empírica.⁸⁴ A própria noção de soberania possui uma dimensão relacional, como nota Giorgio Agamben: o soberano é

⁷⁷ Cf. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. Cf. p. 43, cit. à p. 40. Cf. tbm. OESTREICH, G. “Problemas estruturais do absolutismo europeu”. In: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. (colectânea de textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. p. 181-200).

⁷⁸ Cf. HESPANHA, António Manuel. *Op. cit.* p. 128.

⁷⁹ Cf. Idem. *Op. cit.* p. 343.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Idem. *Op. cit.* p. 343.

⁸³ Cf. BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio*, França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁸⁴ Cf. tbm. Sobre a noção de rito, cf. VALERI, Valerio. “Rito”. In: *Enciclopédia Einaudi*...pp. 325-357.

“*aquela que decide sobre o estado de exceção*”, sugere o autor a partir da recuperação da proposição de Carl Schmitt.⁸⁵

Finalmente, ainda no que tange à soberania e aos diferentes modos de governos que caracterizam a Época Medieval e a Época Moderna, vale reproduzirmos o que escreveu Michel Senellart em seu estudo sobre a arte de governar. Para o autor:

“Não se tratava, para o príncipe (carolíngio), de governar um ‘Estado’ no sentido territorial da palavra, nem esse ou aquele povo, franco, lombardo ou outro, mas um *populus* definido por uma comunidade de crença, cujos membros eram todos iguais aos olhos de Deus, seu verdadeiro soberano. Sendo assim, governar consistia (no plano secular) em proteger esse povo e em garantir-lhe a paz a fim de que pudesse trabalhar na sua salvação. A concepção do ministério régio só tem sentido no quadro de uma sociedade que se representa a si mesma sob a forma do povo de Deus, e não como uma comunidade política entre outras numa humanidade dividida. O que caracteriza o *regimen* da alta Idade Média é que ele tende a manter a paz de um povo único, indiferente ao resto do mundo.

Muito diferente será a política dos Estados quando, entrando em competição uns com os outros, eles tiverem de afirmar seu poder. Ou melhor, é então que nascerá a política moderna. Esta, à diferença do *regimen* que pressupõe a unidade do todo, desenvolve-se sobre fundo de pluralidade. Ela se põe em ação quando a harmonia (natural ou forçada) dos desejos é substituída pela concorrência das forças. Ora, a paz da sociedade cristã não resulta de um equilíbrio precário das forças. Repousa sobre uma finalidade comum, que a virtude do príncipe simboliza: a sociedade encontra sua unidade identificando-se com seu dirigente, ele próprio imagem de Deus. Daí a função capital da exemplaridade, sem a qual seria rompido o eixo teológico que vai do povo a Deus através da pessoa do príncipe. De certo modo, pode-se dizer que a virtude é tão necessária ao *regimen* quanto o cálculo e a habilidade política.”⁸⁶

Em suma, ainda no que tange aos cortesãos, é importante considerá-los sob o signo da heterogeneidade, visto que havia uma classificação hierárquica das várias figuras de cortesãos. Sobre essa hierarquia, Le Roy Ladurie afirma:

⁸⁵ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 11.

⁸⁶ SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006. pp. 219 e 220.

“O espírito hierárquico fixa-se em alguns aspectos: subdivisão cada vez mais extensa das posições, ao longo de um eixo vertical, que desce da família real aos simples fidalgos, passando pelos duques e pares. Referência às distinções entre o sagrado e o profano; também entre o puro e o impuro, o bastardo e o legítimo”.⁸⁷

Por sua vez, como sublinhou Peter Burke, o topo dessa hierarquia era ocupado por aristocratas aos quais eram delegados cargos de grande prestígio social, tais como o de camareiro, de senescal ou de escudeiro. Estes cargos possuíam caráter fundamentalmente doméstico, onde o camareiro deveria tratar dos aposentos e das roupas do príncipe, o grão-senescal cuidaria de sua comida e o escudeiro se dedicaria aos cavalos. Todavia, essas funções eram exercidas apenas em ocasiões especiais e ritualizadas.⁸⁸ As funções domésticas eram um privilégio que obedecia uma hierarquia precisa. Segundo Norbert Elias, pai da matéria:

“[...] depois que um determinado sistema de privilégios estava estabilizado em seu equilíbrio, nenhum dos privilégios podia abandoná-lo sem tocar nesses privilégios, que constituíam a base de toda a sua existência pessoal e social.”⁸⁹

Por sua vez, essa hierarquia deveria marcar os diferentes graus de aproximação entre o cortesão e o monarca sem deixar transparecer preferências e impedir que se criassem desigualdades marcantes, fato que bastaria para extravasar o legalmente fixado e aceite. De acordo com Joaquim Romero Magalhães, a “*distância cortesã libertaria o monarca de influências e favoritismos, pondo-o acima e fora das facções*”.⁹⁰ Todavia, embora essa distância, associada à difusão de um comportamento ritualizado no serviço aos príncipes seculares tenha afirmado sua autoridade diante de seus cortesãos subordinados, não se pode perder de vista que “*um papel importante na Corte era desempenhado pelos chamados ‘favoritos’*”, pois “*faziam companhia ao soberano no*

⁸⁷ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Op. cit.* p. 15.

⁸⁸ Cf. BURKE, Peter. *Op. cit.*

⁸⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 105.

⁹⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As estruturas políticas de unificação: o rei”. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 66.

seu tempo livre, tal como os conselheiros passavam com ele as horas de trabalho".⁹¹ Vale matizar, entretanto, que embora a história das monarquias modernas tenha sido marcada pela figura de criados ou ministros em que o soberano depositasse maior confiança, o auge dos favoritos nos remete ao início do século XVII.⁹² Nesse sentido:

"[...] a existência de indivíduos que orbitaram em torno da esfera central do poder e, mesmo não se constituindo, nestes casos, seus legítimos representantes, exerceram forte influência de decisão, não foi um atributo exclusivo das sociedades do Antigo Regime. Desde a Antiguidade — como podemos ver nas mais diversas fontes, como a Bíblia, passando pelos escritos de caráter histórico de Heródoto, Plutarco, Tucídides, Tito Lívio e Tácito —, a problemática, de alguma forma, foi recorrente, servindo até mesmo de fonte fundamental tanto para a crítica quanto para o elogio produzido pelos discursos políticos e tratados sobre a ética na Época Moderna acerca da presença dos validos na dinâmica da sociedade de Corte".⁹³

Em síntese, a honra de cada cortesão passava pela definição de seu lugar na Corte, lugar onde o rei deveria aspirar à distância majestática, no intuito de sinalizar sua autoridade soberana. Uma vez alcançada esta posição de supremacia, o soberano teria, abaixo de si, seus súditos, "obrigados à obediência". Assim, enquanto centro de poder e também enquanto referencial paradigmático, o grau de proximidade com o rei se constituía como um ideal, que orientaria as práticas dos cortesãos.⁹⁴ Efetivamente, ao passo que a proximidade com a figura do rei se impunha como necessária no cálculo da carreira do cortesão, é visível que a fixação da imagem do cortesão ideal reifica este procedimento como elemento de diferenciação da singularidade do cortesão e de sua carreira.

No caso de João de Barros, a *Vida* atesta sua proximidade com Dom João III uma vez que, de acordo com o escrito de Manuel Severim de Faria, o rei Dom Manuel o entregaria "*ao príncipe Dom João por seu moço de guarda-roupa, quando lhe assentou*

⁹¹ BURKE, Peter. *Op. cit.* p. 105.

⁹² Cf. THOMPSON, I. A. A. "El contexto institucional de la aparición del ministro-favorito". In: ELLIOTT, John y BROCKLISS, Laurence (dirección). *El mundo de los validos*. Trad. Jesús Alborés y Eva Rodríguez Halfter. Madrid: Taurus, 2000. pp. 25-41.

⁹³ OLIVEIRA, Ricardo de. "Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime". *Revista Brasileira de História*, Dez 2005, vol.25, no.50, p. 217.

⁹⁴ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.*

casa".⁹⁵ Vale notar que esta relação doravante inextrincável assinalará o caráter da obra de João de Barros, uma vez que não é possível "*analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza*".⁹⁶ Entretanto, sem perder de vista nosso foco na construção da imagem desse historiador enquanto cortesão exemplar, vale sublinhar que o privilégio a ele concedido não apenas lhe confere a dignidade de uma estreita relação com o príncipe Dom João, mas, sobretudo, vem coroar sua diligência enquanto cortesão. Com efeito, segundo Manuel Severim de Faria, quando João de Barros entrou para o Paço:

“Costumavam naquele tempo os reis de Portugal mandar doutrinar os moços fidalgos e os da câmara, de que se serviam, em toda boa disciplina. E tinham para isso mestres no Paço que lhes ensinavam as línguas, ciências matemáticas, letras humanas, dançar, jogar as armas, e outros virtuosos exercícios. E os mestres tinham certo dia no mês em que o rei sabia deles quem bem exercitava estas artes ou se havia remisso e negligente nelas.

E era tão grande a benignidade daqueles príncipes, que se lembravam de louvar a uns e repreender aos outros, no que muitos se ascendiam nos desejos de aprender. Estes foram os claros estudos, em que João de Barros cultivou seu engenho.”⁹⁷

Foi, portanto, sob a observância de Dom Manuel que João de Barros “*se avantajou tanto a seus condiscípulos*” e foi nomeado moço de guarda-roupa. Sua nomeação obedecia, portanto, uma rígida regulamentação que reiterava o ordenamento da Corte e atendia àquilo que seria o ideal na formação do cortesão. Realmente, sua vivência no Paço se adequou à exigência de uma formação intelectual abrangente, cujo acesso somente lhe fora garantido pela oportunidade de viver no âmbito da Corte. Com efeito, segundo o historiador Perry Anderson, esta formação intelectual foi uma exigência do novo papel que a aristocracia assumiu a partir do fim da Idade Média. Para o inglês, os aristocratas tiveram “*que aprender as novas ocupações de um oficial*

⁹⁵ SEVERIM de FARIA, Manuel. *Op. cit.* p.VIII.

⁹⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 71.

⁹⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p.VII-VIII.

disciplinado, um funcionário letrado, um polido cortesão e um proprietário de terras mais ou menos prudente".⁹⁸

Assim, para atentarmos de modo mais detalhado àquilo que seria a possível formação de um cortesão português na virada do século XV para o XVI, vale nos determos no que escreveu Baldassare Castiglione em seu livro d'*O cortesão*, uma vez que pode nos dar a exata medida do modelo ideal que viria a servir de referência para a formação intelectual enciclopédica desse personagem ainda no decorrer do século XVI. Dedicado a Dom Miguel da Sylva, bispo de Viseu, o livro de Baldassare Castiglione veio à luz na primeira metade do século XVI, mais precisamente em abril de 1528 e delineia a imagem daquele que seria o perfeito homem de Corte: possuir origem irredutivelmente nobre e conhecer com propriedade a poesia, a história, a retórica, a música, as artes e a filosofia moral, sendo que seria este último campo de conhecimento que lhe permitiria dominar os rudimentos necessários às exigências de prudência e discrição, virtudes necessárias à vida palaciana.⁹⁹

Sobre o cortesão Castiglione pretendia que:

“[...] nas letras ele (o cortesão) seja mais que medianamente erudito, pelo menos nestes estudos que chamamos de humanidades, e não somente da língua latina, mas também da grega tenha conhecimentos para as muitas e várias coisas que nelas estão divinamente escritas. Seja versado nos poetas e não menos nos oradores e historiadores, e exercitado também em escrever versos e prosa, especialmente nesta nossa língua vulgar; pois, além do contentamento que ele próprio terá, com isso nunca lhe faltarão prazerosos entretenimentos com as mulheres, que, em geral, apreciam tais coisas”¹⁰⁰

Efetivamente, a *Vida de João de Barros* nos apresenta uma figura bem acabada do homem de Corte, sobretudo em vista de alguns já mencionados aspectos de sua trajetória, tais como sua origem irredutivelmente nobre, a residência na Corte desde a mocidade, sua proximidade com o rei e sua sólida formação erudita, tendo em vista que “*aprendeu a língua latina e grega, e as ciências matemáticas e letras humanas com*

⁹⁸ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 47.

⁹⁹ Cf. PÉCORA, Alcir. “Prefácio à edição brasileira. A cena da perfeição”. In: CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *O cortesão*. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. VII-XV.

¹⁰⁰ CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *Op. cit.* p. 67.

grande perfeição. Entre os poetas se deu mais à lição de Virgílio e Lucano, e nos historiadores à de Salustio e Lívio".¹⁰¹ A importância da formação do cortesão deve ser compreendida, portanto, no âmbito de um espaço onde o "*trato dos príncipes e a comunicação das pessoas que andão junto a eles*"¹⁰² é o primeiro e principal exercício. Do ato de comunicação na Corte e sua relevância é o próprio João de Barros quem nos dá seu testemunho. Segundo ele, a "*conversação de homens especiais e de grandes qualidades*" constitui o essencial do "*saber cortesão*".¹⁰³

Entretanto, além das condições e das etapas que devem ser galgadas pelo cortesão ideal, tais como, a de possuir uma origem nobre, residir na Corte desde a mocidade, ter proximidade com o rei e ter uma sólida formação, Diogo Ramada Curto assinala que o serviço nos cargos da guerra é um passo importante na carreira ideal do homem de Corte.¹⁰⁴ Em vista disso, faz sentido que, na composição da carreira exemplar de João de Barros, Manuel Severim de Faria tenha sugerido que Dom João III nomeara o historiador para servir na capitania da Mina.¹⁰⁵ Asserção que, muitas vezes, ecoa na historiografia dedicada ao autor das *Décadas*, como é o caso do artigo assinado por Rafael Moreira e William M. Thomas, publicado na revista *Oceanos* – dirigida por António Manuel Hespanha –, onde os autores afirmam que João de Barros governara São Jorge de Mina entre 1522 e 1525, ou no livro *O redemunho do horror*, de Luiz Costa Lima, no qual o autor nos assegura que João de Barros foi agraciado com a Capitania da Mina.¹⁰⁶

De fato, tendo em vista a dignidade que Manuel Severim de Faria empresta a João de Barros, seria natural que ele tivesse ocupado tal cargo. Não se pode perder de vista que, nesse contexto, a representação ideal de vida civil não deve prescindir dos padrões de honra e dignidade que, ao menos em tese, devem caracterizar o personagem

¹⁰¹ SEVERIM de FARIA, Manuel. *Op. cit.* p.VIII.

¹⁰² Cf. LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia e noites de inverno*. ed. Affonso Lopes Vieira, Lisboa, Sá da Costa, 1945; ed. Adriano de Carvalho, Lisboa, Presença, 1992. p. 256. *Apud.* CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.* p.111.

¹⁰³ Cf. BARROS, João de. *Ropicapnefma*. Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah. Volume II. Instituto Nacional de Investigação Científica: Lisboa, 1983. p.56. Cf. tbm. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.* p.111. Agradeço à colega Juliana Fujimoto pela assistência nesta nota e na anterior.

¹⁰⁴ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.* p. 112.

¹⁰⁵ Cf. SEVERIM de FARIA, Manuel. *Op. cit.* p. X.

¹⁰⁶ Cf. MOREIRA, Rafael e THOMAS, William M. "Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão – O achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536". In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. p. 102 e LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: as margens do ocidente*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. p. 41, nota 5.

em questão. Todavia, nesse ponto específico da trajetória do historiador quinhentista – em que ele teria capitaneado a cidade de São Jorge da Mina –, é possível revisar, com segurança, a afirmação de Severim de Faria e sugerir um redimensionamento da efetiva dignidade do historiador quinhentista.

1.3. Da efetiva dignidade de João de Barros

A compreensão do significado efetivo que o cargo de capitão da cidade de São Jorge da Mina ganha no contexto social da vida da Corte portuguesa pode ser alcançado quando observamos a história desta cidade. Contudo, antes de recuperarmos sua trajetória histórica, vale atentarmos para o fato de que tal cargo era, efetivamente, uma função da mais extrema importância, e por isso, é verossímil a afirmação de que João de Barros a tenha capitaneado: tanto em função de sua importância no asseguramento da presença portuguesa no golfo de Guiné, como também pelo fato de que São Jorge da Mina se constituiu como resultado das históricas disputas entre o reino de Portugal e de Castela.

Por sua vez, o histórico dessas disputas se confunde com a história da cidade de São Jorge da Mina. E a respeito das históricas disputas entre os reinos de Portugal e Castela, Oliveira Marques ensina que “*os monarcas português e castelhano alimentavam o sonho vago de unir os dois países, com vista ao ideal ainda mais vago de ‘reunificar’ toda a Península*”.¹⁰⁷ Efetivamente, tal disputa foi agravada em 1475, quando Dom Afonso V – entusiasta conquistador do Norte da África e, significativamente, o primeiro rei a assumir o título de *Rei de Portugal e dos Algarves* – invadiu o reino Castela. Com efeito, a solução de tal conflito somente foi alcançada com o tratado de Alcáçovas de 4 de setembro de 1479, por meio do qual se concertava que o rei português ficaria obrigado a renunciar a quaisquer direitos à coroa castelhana, bem como abandonar suas reivindicações sobre as Canárias ou projetos de caráter militar contra Granada. Por outro lado, este mesmo tratado determinaria que o reis Dom

¹⁰⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Op. cit.* p. 190.

Fernando de Aragão e Dona Isabel de Castela reconhecessem o monopólio português no comércio da Guiné.¹⁰⁸

O tratado de Alcáçovas foi, portanto, um instrumento político fundamental, ao menos em tese, para a garantia da presença lusa no golfo de Guiné. Por isso, é relevante o valor simbólico de tal conquista, principalmente se não perdermos de vista que, para o português quinhentista, ela poderia muito bem significar a primeira etapa de um processo expansivo de impulso cruzadístico cujo ápice seria o retorno de Vasco da Gama de sua viagem à Índia no ano de 1499. Charles R. Boxer nos dá uma medida aproximada da importância do feito para Portugal:

“A tomada de Ceuta pelos portugueses, em agosto de 1415, e, ainda mais importante, o fato de a terem conservado, foram provavelmente inspirados pelo ardor de cruzados que visavam desferir um golpe nos infiéis, e pelo desejo dos príncipes de Portugal, semi-ingleses, de serem teatralmente armados cavaleiros no campo de batalha.”¹⁰⁹

Entretanto, essa presença somente seria assegurada em termos mais concretos com a construção de uma fortaleza na região, que foi levada a cabo pelo entusiasmo imperialista de Dom João II, o Príncipe Perfeito. Desse modo, interessava-se pessoalmente pelo comércio e, com isso, procurava garantir os interesses portugueses no golfo da Guiné contra possíveis intrusos – tanto de espanhóis quanto de outros europeus –, bem como intimidar as tribos por intermédio das quais o ouro era adquirido e, por fim, resguardar os portugueses de possíveis ataques de indígenas africanos.¹¹⁰

Localizada numa região que compreendia o território situado entre o cabo das Palmas e o rio Volta, a ação portuguesa na Mina foi orientada pela ocupação segura de pontos estratégicos no litoral africano sem, contudo, penetrar para o interior do continente. Seu principal papel comercial era o de atrair as tradicionais rotas africanas de comércio de escravos e ouro. Desempenhando, portanto, um papel passivo neste comércio – vale lembrarmos que o tráfico de escravos, por exemplo, envolvia a

¹⁰⁸ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem. Ibidem.* Cf. tbm. ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contento (coord.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Caminho, 1994. s. v. “Mina, Feitoria e Fortaleza da”.

¹⁰⁹ BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415 – 1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 34.

¹¹⁰ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contento (coord.). *Op. cit.* s. v. “Mina, Feitoria e Fortaleza da”. Cf. tbm. Cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 47 e 48.

participação ativa de líderes africanos –, a diplomacia local do governador de São Jorge se configurava como um instrumento da maior importância para garantir segurança à presença portuguesa. Sendo assim, a feitoria-fortaleza de São Jorge da Mina foi a sede de todos os estabelecimentos portugueses na costa do golfo de Guiné entre os anos de 1482 e 1637.¹¹¹ Todavia, é preciso anotar que a Coroa portuguesa jamais exerceu jurisdição efetiva na África Ocidental para além dos limites de suas feitorias.¹¹²

Por sua vez, António Borges Coelho nos apresenta uma brevíssima descrição do modo como a Fortaleza de São Jorge da Mina estava ordenada. Segundo o historiador, os funcionários principais da Fortaleza eram, em ordem descendente, “o capitão, o alcaide-mor e o feitor, os escrivães, o feitor da roupa velha (roupa das tripulações e do rei vendida legalmente no mercado), o meirinho, o vigário e os clérigos, o almoxarife dos mantimentos, o vedor do forno” e, por fim, a imprescindível função de vendedor de vinho.¹¹³

Dentre os capitães – ou capitães governadores – dessa feitoria-fortaleza, Diogo de Azambuja foi o primeiro a assumir o cargo e, entre seus sucessores, Diogo Lopes de Sequeira e Duarte Pacheco Pereira. Este último em seu fundamental *Esmeraldo de situ orbis*, “antes de mais nada, um roteiro ao mesmo tempo que um livro de geografia e um livro de cosmografia”,¹¹⁴ redigido entre os anos de 1505 e 1507, nos deixa algumas informações a respeito da história e da importância do lugar:

“[...] o excelente Rei Dom Afonso o quinto mandou descobrir da serra Leoa, donde o Infante acabou, em diante toda a costa da Malagueta e a Mina, e do rio dos Escravos até o cabo de Caterina, que será por costa, além da dita serra Leoa, seiscentas e cinquenta léguas.

Descobertas todas estas regiões e províncias, e finado o Rei Dom Afonso, veio esta mesma conversão ao sereníssimo Príncipe o Rei Dom João o segundo, seu filho, que é tão digno de imortal lembrança; o qual, com muito desejo de acrescentar no comércio e riqueza deste reinos, mandou descobrir as ilhas de de São Tomé e Santo Antonio e as povoaou com fundamento da navegação da Índia; se lhe Nosso Senhor dera vida, devemos crer que ele a descobrira; e também mandou fazer do primeiro fundamento à cidade de São

¹¹¹ Cf. Idem. *Ibidem*.

¹¹² Cf. BOXER, Charle R. *Op. cit.* p. 47.

¹¹³ COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...* p. 28.

¹¹⁴ CARVALHO, Joaquim Barradas de. “As fontes de Duarte Pacheco Pereira no ‘Esmeraldo de Situ Orbis’”. In: *Coleção da Revista de História* (PAULA, E. Simões de. dir.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1967. p. 20.

Jorge da Mina, da qual tanta utilidade Vossa Alteza e vossos reinos recebem; e por não alargar mais matéria, deixo de dizer as particularidades de muitas coisas que este glorioso Príncipe *mandou descobrir por mim e por outros seus capitães em muitos lugares e rios da costa da Guiné*, dos quais, em tempo do Infante Dom Henrique e o Rei Dom Afonso, a costa do mar somente era sabida sem se saber o que dentro neles era.”¹¹⁵

Com efeito, na pena de Duarte Pacheco Pereira, o reino português recebe muita utilidade de São Jorge da Mina, e a descoberta de lugares e rios são atividades que figuram entre os feitos do capitão da fortaleza. Neste sentido, não se pode perder de vista o fato de que o serviço nos cargos da guerra era um importante passo na trajetória do cortesão e, por isso, Manuel Severim de Faria nos faz crer que Dom João III nomeara João de Barros à capitania da Mina, posição que pode ser considerada como um cargo militar, principalmente quando atentamos para o fato de que “*o governo militar das praças transita dos alcaides-mores para os capitães das fortalezas*”.¹¹⁶

Todavia, se nos determos no estudo introdutório feito por António Baião para a *Ásia* de João de Barros, é possível recolocar a efetiva trajetória do historiador quinhentista. Porém, diferentemente de António Baião, que se propôs a ratificar algumas informações transmitidas por Manuel Severim de Faria, – embora nos valendo do legado de sua excelente e erudita pesquisa – nesse momento, nossa investigação pretende se deter naquilo que possivelmente tenha levado Manuel Severim de Faria a escrever o que escreveu.¹¹⁷ Contudo, julgamos insuficiente considerar, aqui, a hipótese de que Severim de Faria escreveu o que escreveu porque não teve acesso à informação correta. É evidente que isso pode ser verdade. Entretanto, esta não é a questão. Nossa questão, aqui, é problematizar as possíveis convenções intelectuais que regeram o tratamento dessa temática em seu texto.

António Baião anota que, em suas *Décadas*, João de Barros não faz qualquer menção à sua situação oficial no momento em que registra sua viagem para o castelo da

¹¹⁵ PEREIRA, Duarte Pacheco. “Esmeraldo de situ orbis”. In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Edition critique et commentée. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1991. pp. 531 e 532. O grifo é meu.

¹¹⁶ SERRÃO Joel (dir.). *Dicionário...* s. v. “Capitão”.

¹¹⁷ Sobre a elaboração dessa problemática remeto ao seguinte artigo: SKINNER, Quentin. “Motives, Intentions and the Interpretation of Texts”. In: *New Literary History*. Vol. 3, No. 2, On Interpretation: I (Winter, 1972), pp. 393-408.

Mina.¹¹⁸ O grande historiador da literatura portuguesa, António José Saraiva, corrobora a assertiva de Baião ao afirmar que João de Barros fez “*apenas uma viagem até São Jorge da Mina*”.¹¹⁹ Na mesma linha, Charles R. Boxer afirma que não há nenhuma fonte coeva que comprove que o historiador quinhentista tenha ocupado este cargo. Além disso Boxer sugere, com maestria, que seria pouco provável que um cargo de tamanha importância fosse dado a alguém tão jovem e inexperiente e, ainda, arrisca a hipótese de que João de Barros foi enviado à Fortaleza de São Jorge da Mina para uma visita de inspeção, ou, possivelmente, para realizar alguma missão especial breve.¹²⁰

Por sua vez, se retomamos o estudo de António Baião, não é possível deixar de notar sua menção de que, no primeiro ano do reinado de Dom João III, ou seja, o de 1522, em registro de quatro de julho, consta a nomeação de Dom Afonso de Albuquerque – ao que tudo indica, homônimo do famoso conquistador e colonizador – como capitão da cidade portuguesa de de São Jorge da Mina em substituição a Duarte Pacheco, tal como se pode conferir no excerto que segue:

“Dom João etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que, *confiando-nos da bondade e descrição de Dom Afonso de Albuquerque*, fidalgo de nossa Casa e por que somos certo que em todo o que o encarregarmos, nos há de servir bem e fielmente com aquele cuidado e Recado que se dele espera, havendo, além de tudo, Respeito a seus serviços e merecimentos, temos por bem *e o damos por capitão de nossa cidade de São Jorge da Mina* pelo tempo contido em nosso Regimento, assim e por a maneira que o até aqui foi Duarte Pacheco que a dita capitania teve com todo o mantimento [...] percalços e poderes, honras, liberdades a ele ordenados e contidos no dito Regimento e provisões nossas que para isso leva; notificamo-lo assim ao dito Duarte Pacheco e lhe mandamos que, tanto que esta vir,

¹¹⁸ Particularmente no momento em que João de Barros resolve a polêmica a respeito de um peixe que deu de encontro com a nau de Dom João de Lima poucos anos antes de sua ida para São Jorge da Mina. Escreve João de Barros: “*Depois, passados alguns anos, confirmei ser do peixe-agulha, como alguns diziam; porque, indo eu para o castelo de São Jorge da Mina, que é na costa de Guiné, levando o piloto pela popa do navio uma linha com seu anzol para tomar os peixes a que os mareantes chamam albecoras, que são do tamanho e feição do atum, veio cair no anzol um destes peixes-agulha, o qual anzol ficou metido entre as duas farpas das ‘cachages’, com que teve o peixe, até que, ao estremecer do navio, acudiram todos; e, suspendendo o focinho fora da água, ou (por melhor dizer) o bico, tanto andaram marinheiros com fiskas e arpões, que o prenderam per muitas partes, e lhe lançaram no governo do rabo uma laçada.*” (BARROS, João de. *Da Asia de João de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Década Terceira. Parte Primeira. Livro III. Capítulo I. Lisboa: Na Regia Oficina Tipográfica, 1777. pp. 235/236.)

¹¹⁹ SARAIVA, António José. “Uma concepção planetária de História em João de Barros”. In: *Para a História da Cultura em Portugal*. Volume II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972. pp. 353/354.

¹²⁰ BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia...* p. 26.

entregue a fortaleza da dita cidade ao dito Dom Afonso com todo o que nele estiver sem falecer coisa alguma e assim mandamos ao feitor e oficiais e moradores e quaisquer pessoas outras que na dita cidade estiverem que hajam ao dito Dom Afonso por capitão dela e obedeçam em todo o que ele mandar, assim como se acostuma fazer aos nossos capitães por quanto nos fazemos mercê da dita capitania ao dito Dom Afonso, como dito é por esta nossa carta que lhe mandamos dar por nós assinada e selada do nosso selo.”¹²¹

Frente a esta evidência, António Baião nos remete à quitação dada a João de Barros como tesoureiro da Casa da Índia, na qual é possível ler o seguinte:

“Dom Sebastião etc. faço saber a quantos esta minha carta de quitação virem, que el rei meu senhor e avô que santa glória haja, *mandou tomar conta ao feitor João de Barros, que serviu de tesoureiro do dinheiro da Casa da Índia e assim de tesoureiro da Casa da Mina e de tesoureiro mor da Casa de Ceuta de tempo de três anos e oito meses*, que começaram ao primeiro dia do mês de Maio de 1525 e acabaram em fim de dezembro de 1528 e, pela arrecadação de sua conta, se mostra receber de dinheiro oitocentos e noventa e três contos, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta.”¹²²

Com isso, António Baião observa o fato de que João de Barros teria exercido os cargos de tesoureiro do dinheiro da Casa da Índia, o de tesoureiro da Casa da Mina e o de tesoureiro-mor da Casa de Ceuta ao longo de três anos e oito meses.¹²³ Todavia, além de tesoureiro, João de Barros ocupou, também, o cargo de feitor da Casa da Índia, tal como observou Manuel Severim de Faria, ao tratar do retorno de João de Barros de sua quinta de Alitém, em Pombal, a Lisboa, oportunidade na qual o rei “*o proveu do cargo de Feitor da Casa da India, e Mina [...] cargos [...] de grande cuidado e importância, assim pelo muito que então rendia o comércio de Asia e África, como por tudo pender da industria do mesmo Feitor que o administrava*”.¹²⁴ Efetivamente, Dom

¹²¹ “Nomeação de Dom Afonso de Albuquerque para a capitania da São Jorge da Mina”. *Chancelaria de Dom João III*, liv. 5 I, fl. 184 v. Apud. BAIÃO, António. “Introdução”. In: *Op. cit.* p. X. O grifo é meu.

¹²² “Quitação dada a João de Barros como tesoureiro da Casa da Índia”. In: BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas ‘Décadas’”. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. XL, 1917. p. 202. O grifo é meu.

¹²³ Cf. BAIÃO, António. “Introdução”. In: *Op. cit.* pp. IX, X e XI (cit. à p. XI).

¹²⁴ SEVERIM de FARIA, Manuel. *Op. cit.* p. XV.

João III o nomeou para o cargo de feitor da Casa da Índia em substituição a Vasco Queimado, no ano de 1533, tal como se pode conferir no excerto abaixo transcrito;

“Dom João etc. a quantos esta minha carta virem, faço saber que *confiando eu como o ofício de feitor das casas de Guiné e Índias é de tanta substância e fiabilidade, para o qual é necessário uma pessoa tal e de tanto recado que o saiba e possa bem servir segundo a qualidade do dito ofício requer pela experiência e muita confiança que tenho em João de Barros, que ora serve o dito ofício por meu mandado* havendo respeito aos serviços que dele tenho recebidos e a boa conta que de si tem dado em todas as coisas de que o encarreguei, e *por folgar de lhe fazer mercê o dou ora daqui a diante por feitor das ditas casas de Guiné e Índias, assim e como era Vasco Queimado*, que o dito ofício deixou por satisfação que lhe dele dei quando se aposentou.”¹²⁵

Entretanto, no contexto do século XVI, o que significava exercer os cargos de tesoureiro do dinheiro da Casa da Índia, de tesoureiro da Casa da Mina, de tesoureiro-mor da Casa de Ceuta e de feitor da Casa da Índia? Para esboçarmos uma resposta a esta questão, vale recuperarmos, em síntese, o papel desempenhado por tais estabelecimentos na História de Portugal e atentarmos para a estrutura de seu funcionamento.

Com efeito, a história destas instituições ligam-se estreitamente e, grosso modo, a Casa da Índia deve ser compreendida como o resultado da evolução sofrida pelos organismos surgidos ao longo do século XV para regular o comércio e a administração do ultramar, ou seja, da Casa de Ceuta – organização criada para atuar em todos os negócios referentes à cidade de Ceuta e fundada, provavelmente, à época da conquista da cidade marroquina – e da Casa da Guiné – organismo fundado em Lagos e, mais tarde, transferido para Lisboa, cuja atuação consistia no comércio português com as feitorias da costa africana, funcionando, simultaneamente, como depósito, tanto dos

¹²⁵ “Nomeação de João de Barros para feitor da Casa da Índia”. In: BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas ‘Décadas’”. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. XL, 1917. pp. 204-205. O grifo é meu.

produtos europeus destinados ao comércio com os africanos, quanto dos produtos da costa da África destinados a Portugal.¹²⁶

A organização dessas instituições veio arrematar uma política econômica da Coroa portuguesa que se propunha a assumir a organização do comércio com o oriente. Desse modo, a Casa da Índia se tornaria não apenas o centro do comércio, como, também, de toda a administração ultramarina. Da grandiosidade que a instituição veio a adquirir, o humanista Damião de Góis nos dá notícias, considerando-a um dos sete grandes edifícios em sua *Descrição da cidade de Lisboa*, publicada em Évora, no ano de 1554:

“No canto ocidental deste terreiro – deixando para trás a referida praça do peixe, e passando o mercado dos padeiros, dos vendedores de hortaliça e de fruta, o mercado das aves e a praça dos comestíveis – fica situado um edifício, a que nós chamamos *Casa de Ceuta*, onde os comissários régios dão despacho às questões relativas à guerra de África.

Não longe desta casa, num renque contíguo de edifícios, ergue-se o sexto monumento, realizado de feição maravilhosa, repleto de abundantes presas e despojos de muitas gentes e povos. Por ali se trataram os negócios da Índia, o nosso povo dá-lhe o nome de *Casa da Índia*. Na minha opinião, deveria antes chamar-se-lhe empório copiosíssimo dos aromas, pérolas, rubis, esmeraldas e de outras pedras preciosas que nos são trazidas da Índia ano após ano; ou então vastíssimo armazém de ouro e de prata, quer trabalhado quer em barra. Ali estão patentes, para quem os quiser admirar, inúmeros compartimentos, distribuídos com engenhosa arte e ordem, abarrotados com grande abundância daquelas preciosidades que – palavra de honra! – ultrapassaria a faculdade de acreditar, se não saltassem aos olhos de todos e as não pudéssemos tocar com as próprias mãos.

Desde o topo do Paço real, grandioso e suntuoso, que Dom Manuel mandara construir para si, avança para o mar, como uma máquina de guerra, uma vastíssima *colunata*, que limita pelo sul o terreiro a que já aludimos. No extremo da *colunata*, voltada ao nascente, ergue-se sobranceira à praia uma torre de cantaria bem trabalhada.

Junto àquele, mesmo à beira do rio, começou há pouco o muito poderoso Rei Dom João III, nosso Senhor, a levantar desde os alicerces um *outro edifício*, de admirável construção. Quando estiver concluído, com o

¹²⁶ Cf. SERRÃO Joel (dir.). *Dicionário...* s. v. “Ceuta, Casa de”; “Mina, Casa da” e ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.). *Dicionário...* s. v. “Índia, Casa da”.

auxílio de Deus e dos seus santos, ocupará o oitavo lugar nas belezas da cidade e arrebatará, de certo, a palavra a todos os demais monumentos.”¹²⁷

A notável grandiosidade da instituição registrada pelo humanista em meados do século XVI é um dos resultados de uma política de intervenção do reino português nos negócios da Índia. Com efeito, foi diante da crescente importância que a Casa da Índia adquiriu para o reino que Dom Manuel I publicou, em 1509, um regimento por meio do qual se propunha a organizar o funcionamento dessa instituição. Efetivamente, foi com o *Regimento das Casas das Índias e Mina* que a designação “Casa da Índia” se consagrou.¹²⁸

O *Regimento* divide a instituição em Casa dos escravos, Casa da Guiné e Mina e Casa da Índia, sendo que cada uma dessas seções possuía seu tesoureiro e seu escrivão próprios. Por sua vez, todas estas repartições eram subordinadas a uma autoridade central, o feitor da Casa da Índia, um funcionário de grandes responsabilidades e que só prestava conta de seus atos ao rei. Compunham ainda o grupo de funcionários de alto escalão, os tesoureiros. O *Regimento* determinava a existência de três tesoureiros, a saber, o tesoureiro da Casa da Índia, o tesoureiro da Guiné e Mina e o tesoureiro do dinheiro. A divisão das tarefas entre o tesoureiro da Guiné e Mina e o tesoureiro da Casa da Índia obedecia a um critério por meio do qual o tesoureiro da Guiné e Mina recebia ouro e era responsável pelas mercadorias a serem exportadas, enquanto o tesoureiro da Casa da Índia recebia especiarias, drogas, pedraria e aljôfar. No que tange ao tesoureiro do dinheiro, ele era responsável pelas vendas e pelos livros de receitas e de despesas da Casa da Índia, onde os escrivães declaravam as operações comerciais, que eram anualmente enviados ao monarca para fiscalização.¹²⁹

Por sua vez, António Borges Coelho descreve a Casa da Índia e Mina como uma vasta empresa de importação e exportação situada à beira do Tejo. Segundo o autor,

¹²⁷ GÓIS, Damião de. *Descrição da cidade de Lisboa pelo Cavaleiro Português Damião de Góis*. Ao íncito príncipe Dom Henrique, infante de Portugal, Eminentíssimo cardeal da Santa Igreja Romana do título dos Quatro santos Coroados. Tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. pp. 56/57.

¹²⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.). *Dicionário...* s. v. “Índia, Casa da”. É possível cf. tbm. LUZ, Francisco Mendes da. “Regimento da casa da Índia: manuscrito do século XVII existente no arquivo geral de Simancas”. In: *Anais: estudos da geografia da expansão portuguesa*. - Vol. VI, tomo II (1951), p. 9- 23; LUZ, Francisco Mendes da. “Regimento da casa da Índia: título das cousas comus e geraes aos officiaes da casa” In: *Anais: estudos da geografia da expansão portuguesa*. - Vol. VI, tomo II (1951), p. 27-35.

¹²⁹ Cf. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.). *Dicionário...* s. v. “Índia, Casa da”.

quando as caravelas, ou, mais tarde, as naus e os galeões que operacionalizavam o monopólio régio sobre o trato da Guiné, Mina e Índia aportavam no rio, em Lisboa, era função do feitor da Casa convocar o juiz da Guiné e Índia, seus oficiais, o tesoureiro, bem como a guarda, para que se realizasse uma minuciosa revista das embarcações, em busca de mercadorias não declaradas pela tripulação.¹³⁰

Em essência, é preciso tomar conhecimento de que, enquanto tesoureiro e, depois, feitor, João de Barros ocupou os cargos do mais alto escalão nas Casas da Guiné e Mina e na Casa da Índia. Importante notar, ainda, que enquanto feitor da Casa da Índia, só deveria prestar conta de seus atos diretamente ao rei, fato que, mais uma vez, reitera sua proximidade com o monarca – principalmente se nos lembrarmos que ele foi moço de guarda-roupa do príncipe Dom João. Contudo, não se pode deixar de observar que todos estes cargos estavam ligados ao comércio, e não às armas.

Com efeito, existe uma diferença fundamental entre a milícia e o comércio que, todavia, deve ser compreendida sob outro registro, diferente da oposição outrora apontada entre as armas e as letras. Para esclarecermos esta diferença, vale recuperarmos o que escreveu Baldassare Castiglione a respeito da importância das armas para o cortesão:

“[...] considero que a principal e verdadeira profissão do cortesão deve ser das armas; à qual desejo sobretudo que ele se dedique vivamente, e seja conhecido entre os outros como ousado, valoroso e fiel àquele a quem serve. E a fama dessas boas qualidades há de adquirir se delas der provas em todo tempo e lugar, pois não é lícito jamais falhar nisso, sem intensas críticas.”¹³¹

Notemos portanto, que exigia-se do cortesão, não apenas uma sólida formação intelectual por meio do conhecimento das letras, da retórica, das artes figurativas, da música, enfim, das humanidades, mas, também, o exercício da cortesia deveria fazer, do uso das armas, sua profissão. Por isso, o cortesão deveria ser dotado de bela forma de corpo, ser viril e de boa compleição para que possa demonstrar *“força, leveza e desenvoltura, e saiba todos os exercícios corporais que são exigidos de um homem de*

¹³⁰ Cf. COELHO, António Borges. *Op. cit.* pp. 26 e ss.

¹³¹ CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *Op. cit.* pp. 31/32.

guerra”.¹³² Tudo isso para que o cortesão, nobre por natureza, alcance aquilo que lhe deve ser característico, ou seja, superar, em glória e fama o legado de seus antepassados, pois lhe seria censurável se não chegasse ao menos no ponto que lhe “*foi assinalado por seus ancestrais*”.¹³³

Diogo Ramada Curto chama a atenção para o fato de que a milícia pode ser compreendida como uma forma específica de educação, que começa pela apropriação dos antigos valores cavaleirescos, onde “*a honra, o ser, o preço e riqueza de um soldado não consiste no apelido de sua família, na herança de seus avós, na riqueza e morgado de seu pai, nem outros juro, tenças e rendas de que tenha esperança [...] senão na virtude, valor e magnanimidade e esforço próprio*”.¹³⁴ Vale lembrar, nesse sentido, o que escreveu Duarte Pacheco Pereira a respeito de seus feitos como capitão de São Jorge da Mina, dentre os quais menciona a descoberta de lugares e rios, em face de uma evidente necessidade de sublinhar a superação dos feitos legados por seus ancestrais.

Ora, o verdadeiro cortesão de Castiglione esboça o modelo exemplar do homem de Corte e representa, portanto, mais uma aspiração desta sociedade do que, propriamente, uma realização concreta. Portanto, nossa hipótese, aqui, é de que esta deve ser a chave de leitura com a qual devemos compreender a afirmação feita por Manuel Severim de Faria, de que o rei Dom João III teria designado João de Barros para capitanear a Fortaleza de São Jorge da Mina, uma vez que tal cargo corresponderia à dignidade da nobreza de João de Barros. Sobretudo em vista do fato de que seu texto é concebido, aqui, no âmbito de uma rede dinâmica de relações sociais, onde Severim de Faria assume uma clara posição política na construção da carreira individual do autor a serviço do rei e da república.

Entretanto, não se pode perder de vista o fato de que, após a instituição do regime das capitânias hereditárias, Dom João III concedeu a João de Barros, em associação com Fernão de Álvares de Andrade, a Capitania do Maranhão, a 11 de fevereiro de 1535. Em certa medida, este fato corresponde à dignidade de João de Barros. Entretanto, é preciso anotar que o Maranhão era um lugar inóspito e ainda pouco conhecido, cujas dificuldades de navegação dificultavam o acesso a uma costa “*varrida pela rápida corrente de leste-oeste que deturpava o cálculo das distâncias*

¹³² Idem. *Ibidem*. p. 36.

¹³³ *Ibidem*. p. 28.

¹³⁴ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.* p. 114.

percorridas, por súbitas borrascas tropicais, e pelos perigos de uma orla arenosa e de dunas traiçoeiras”.¹³⁵

Era, de fato, de uma área de interesse secundário para a coroa portuguesa até então, uma vez que os interesses portugueses nesse momento estavam centrados, principalmente, no comércio de especiarias e outras mercadorias lucrativas na Índia, bem como na conservação das feitorias e fortalezas espalhadas pelo continente africano, fundamentais para a manutenção e expansão não apenas desse comércio, mas também das ilhas atlânticas. Da importância da Ásia nessa conjuntura em relação à *Província de Santa Cruz*, basta atentarmos para o fato de que é exatamente a partir de meados do século XVI que se pode detectar um aumento na produção de textos referentes à presença portuguesa no oriente, quando, além das *Décadas* de João de Barros, foram publicadas, também, a *História do descobrimento e conquista da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda e os *Comentários de Afonso de Albuquerque* de Brás Afonso de Albuquerque, fenômeno que denota um nítido interesse em divulgar tais feitos por sua grandiosidade. Ainda neste sentido, Diogo Ramada Curto atenta para o fato de que, entre a década de 1570 e os anos de 1620, o oriente, “*nomeadamente os feitos portugueses na Índia, permance no centro das atenções, enquanto o interesse pelo Brasil conduz às primeiras representações literárias*”.¹³⁶

Com efeito, além da doação da Capitania do Maranhão é possível alinhar, ainda, outros fatos que nos permitem redesenhar, sensivelmente, a figura de João de Barros apresentada por Manuel Severim de Faria. Primeiramente, vale observarmos, mais uma vez, sua formação humanista. Embora não seja nosso interesse, neste momento, recuperar a história do humanismo em Portugal – o que será feito, em síntese, posteriormente –, vale anotarmos que este termo, utilizado correntemente desde o início do século XIX, deriva da palavra “*umanista*” e foi cunhado ao final do século XV para designar professores e estudantes de “humanidades” ou “*studia humanitatis*”. Por sua vez, a palavra latina *humanitas* (*humanidade* em português e *humanity* em inglês) foi usada com frequência nos discursos de Cícero e, em termos semânticos, se relaciona, por um lado, à palavra grega “*paidéia*”, cujo significado é “*educação*” e, por outro, à palavra “*philanthrōpia*”, cuja denotação é “*amor à espécie humana*”. Em suma, a partir do século XIV, a palavra humanidade foi revestida com um novo significado pelos

¹³⁵ MOREIRA, Rafael e THOMAS, William M. *Op. cit.* p. 102.

¹³⁶ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial...* p.145. Sobre a concentração de textos relativos à expansão portuguesa de meados do século XVI cf. tbm. CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.*

humanistas italianos, passando a designar o corpo de obras definido que estes humanistas tinham como referência para o estudo e imitação: os “*studia humanitatis*”. Em vista disso, o termo humanismo passou a indicar uma série de procedimentos que primavam pela importância do homem e o desenvolvimento de suas faculdades, bem como o respeito aos valores humanos, especialmente àqueles que opõem a humanidade à bestialidade, tais como a amabilidade ou o domínio da linguagem.¹³⁷

Em Portugal, ao longo do século XVI, este movimento cultural concentrava-se, fundamentalmente, em dois polos, a saber, a Corte e a universidade. Por sua vez, de acordo com Américo da Costa Ramalho, convencionou-se fazer coincidir o início do humanismo em Portugal com o ano da chegada do siciliano Cataldo Parisio Sículo, por volta de 1485 – embora caiba a observação: “*uma muito pontual e restrita influência itálica detecta-se ainda no tempo de Dom Afonso V, pelos meados do século XV, com a fixação na Corte dos eruditos transalpinos Mateus Pisano e Justo Baldino*”.¹³⁸ Professor de retórica da Universidade de Pádua ao longo de quatro anos, Cataldo Sículo adaptou-se perfeitamente à Corte portuguesa, segundo Luís de Matos, o que lhe rendeu notoriedade.¹³⁹ Figura emblemática do movimento humanista português ao longo de sua vida – teria falecido em 1517 –, o professor siciliano jamais ensinaria na universidade portuguesa, então em Lisboa, mas teria sido preceptor dos príncipes e dos filhos da alta nobreza lisboeta – teria educado, entre outros, Dom Jorge, filho bastardo de Dom João II; a infanta Dona Joana; Dom Pedro de Meneses e sua irmã, Dona Leonor de Noronha; Dom Dinis, irmão mais novo do duque de Bragança. Todavia, embora tenha sido neste ambiente de Corte que João de Barros cresceu e foi educado, tal como vimos, nem a bibliografia consultada, nem as fontes consultadas até o momento fazem qualquer menção de que ele tenha sido aluno de Cataldo Sículo.¹⁴⁰ Somemos a isso o fato de que Américo da Costa Ramalho sugere que João de Barros teria tomado contato com a cultura renascentista “*em parte como autodidata*”, além de sustentar que o historiador quinhentista foi um fraco helenista.¹⁴¹

¹³⁷ Cf. SLOANE, Thomas O. (Editor in Chief). *Op. cit.* s. v. “Humanism”.

¹³⁸ MENDES, António Rosa. “A vida cultural”. In: MATTOSO, José. (dir.) e MAGALHÃES, Joaquim R. (coord.) *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade. Editorial Estampa. Lisboa: 1998. p. 333.

¹³⁹ Cf. MATOS, Luis de. *L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. P. 82 e ss.

¹⁴⁰ Sobre os alunos de Cataldo Sículo cf. RAMALHO, Américo da Costa. “Cataldo”. In: *Cátedra Humanismo Latino*. Intervenção no colóquio internacional Humanismo Latino na Cultura Portuguesa, 17 a 19 Outubro de 2002. pp. 1-5.

¹⁴¹ Cf. RAMALHO, Américo da Costa. “João de Barros, humanista”. In: *Oceanos...* pp. 68 – 73.

Desse modo, João de Barros, embora conhecesse bem o latim, não dominava profundamente o grego. Além disso, sua atividade ligada à mercância, e não às armas, é outro elemento que nos permite redimensionar a figura deste humanista. Segundo António Borges Coelho, a nomeação de João de Barros para as funções de tesoureiro da Casa da Mina, tesoureiro da Casa da Índia e tesoureiro-mor de Ceuta “*legítima a hipótese da ligação de Barros, por via materna, com os homens de negócio de Lisboa*”.¹⁴² Por fim, a observação de Borges Coelho nos coloca diante de um último elemento da *Vida de João de Barros* que nos chama a atenção mais por sua ausência que por sua presença: a figura materna do historiador quinhentista.

Se, como sugeriu Emmanuel Le Roy Ladurie,¹⁴³ havia uma classificação hierárquica das várias figuras de cortesãos fixadas em aspectos distintivos, onde as diferenças entre o bastardo e o legítimo ganhavam sentido e serviam para marcar a posição ocupada pelo cortesão na estrutura social, é possível compreendermos o exercício retórico produzido por Manuel Sevarim de Faria com um instrumento elaborado para a diluição desta mácula. Seria, então, a *Vida de João de Barros* uma tentativa de escamotear sua condição de bastardo? Sem resposta possível, podemos apenas especular sobre o fato de que a estabilização da figura do autor das *Décadas* deveria obedecer a um rígido critério de seleção daquilo que o deveria caracterizar diante de uma necessária credibilidade desse personagem e, consequentemente, de sua obra, frente a seus iguais.

¹⁴² COELHO, António Borges. *Op. cit.* p. 28.

¹⁴³ Cf. LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Op. cit.*

Capítulo 2

João de Barros, sua obra, a especificidade do humanismo português e as ambiguidades do reinado de Dom João III

“[...] Aquele cujo engenho penetra nas profundidades das coisas têm muito valor nos assuntos muito sérios e importantes; aqueles que andam sobrevoando a superfície são fecundos nas argúcias, charlatões e sofistas, detendo-se a olhar certas minúcias desnecessárias que outros desprezam; têm a agudeza do cutelo, não da espada, de tal maneira que podem dissecar um cabelo; mas se se aplicam a algo mais duro, se atrapalham. Alguns triunfam nos estudos, outros na prudência com os negócios, outros nas artes manuais, e, no campo das letras, uns são por natureza poetas, outros têm facilidade com o aprendizado das línguas e são uma negação e um fracasso nas outras áreas da cultura [...] Esta é a distribuição dos dons de Deus: ninguém pode orgulhar-se de tê-los recebido todos, ninguém pode queixar-se por não ter recebido nenhum.” (Juan Luis Vives, ‘Sobre a alma e a vida’)

*“Salvai, Senhor, o Reino e o Rei,
E quem só vive sua vida!
Sua fé e esperança atendei,
Que para salvar vos convida,
Seu coração, desejo e invidia,
Ao vosso olhar sempre se dão;
À alegria dai guarida
No-lo entregando alegre e são.”*

(Marguerite de Navarre, ‘Pensamentos da Rainha de Navarra estando em sua liteira durante a doença do Rei’)

Diante da estabilização da figura de João de Barros como autor, a elaboração de um inventário de sua obra não pode perder de vista a especificidade do movimento humanista em Portugal. Contudo, é imperativo considerá-la, também, no âmbito de um referencial teórico que seja capaz de fugir do pressuposto historicista que compreende o passado como alteridade absoluta. Por isso, neste capítulo, a relação entre passado e presente é considerada como elemento constitutivo das linhas de força desse momento da história de Portugal, cujas mudanças causaram impacto notável na produção intelectual desse autor, principalmente quando é levado em consideração o fato de que suas opções por diferentes gêneros literários obedecem a uma lógica intrínseca à diversidade de conjunturas efetivamente experimentadas pelo autor das *Décadas da Ásia*.

2.1. Da prova do estilo ao diálogo moral

Até o momento, nosso estudo procurou apresentar a ideia de que a estabilização da figura de João de Barros articulou-se a um critério de seleção daquilo que deveria caracterizar um autor cuja credibilidade da obra fundamentava-se numa estreita correspondência entre sua honra e sua dignidade. O que se pode notar, com isso, é que havia uma relação de complementariedade entre a elaboração intelectual e as práticas morais. Ou seja, ao menos no âmbito da representação literária, não havia dissociação entre ideias e práticas.

Com efeito, debruçar-se sobre um personagem como João de Barros coloca-nos a difícil tarefa de recuperarmos o contexto histórico no qual ele estava inserido. João de Barros foi um homem de seu tempo e, desse modo, deparou-se com os dilemas e as contradições que o cercavam, bem como suas resoluções, ou mesmo a inviabilidade delas. Tendo em vista que a par de sua carreira de funcionário, João de Barros manteve intensa atividade como homem de letras, é possível compreender sua obra como um espaço no qual o autor definia sua posição frente às questões de seu tempo. Todavia, tal tarefa não pode ser realizada sem uma aproximação mais rigorosa com seus escritos, à medida que devem ser compreendidos como testemunho desse contexto – ainda que, não necessariamente, como uma evidência objetiva do passado.

A produção de João de Barros é vasta ¹⁴⁴ e teve seu início com a *Crônica do Imperador Clarimundo donde os Reis de Portugal descendem*, um romance de cavalaria publicado em 1522 e oferecido a Dom João III, que, de acordo com António José Saraiva e Óscar Lopes, era amante deste gênero literário. ¹⁴⁵ Após esta primeira experiência, Barros engajou-se em outros trabalhos. Norteado pelos ideais humanistas, onde a erudição e a versatilidade davam a tônica na formação do cortesão, seu labor literário deu origem não somente a panegíricos e obras de caráter historiográfico – que exigem maior fôlego –, mas, também, a livros didáticos e escritos de cunho doutrinário.

Com efeito, ao romance seguiu-se a *Ropicapnefma*, publicada em Lisboa dez anos após a *Crônica*. Em 1533, foi lido na cidade de Évora *O Panegírico do Rei Dom João III*, enquanto, por sua vez, o *Panegírico da mui alta e esclarecida Infante Dona Maria Nossa Senhora* foi redigido em 1544. Todavia, vale anotar que ambos os panegíricos não conheceram a prensa na época em que foram elaborados, tendo sido publicados por Manuel Severim de Faria mais de um século depois; o primeiro somente na segunda edição das *Notícias de Portugal*, em 1740, ao passo que o segundo panegírico está presente já na edição de 1655.

Em dezembro de 1539 foi publicada, em Lisboa, a *Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*, conhecida também com o título que lhe foi dado à época, no colofão, a saber, *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja, e com os misterios da missa e responsorios dela*. Um ano depois, em 1540, João de Barros manda imprimir outra gramática, precedida por um diálogo; a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor de nossa linguagem*. Ora, ao que tudo indica, 1540 foi um ano profícuo para Barros, visto que, além deste pequeno livro, conheceram a prensa, ainda, outros dois livretos; o *Diálogo da viçiosa Vergonha* e o *Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais em modo de jogo*. Por fim, o ano de 1540 é considerado, também, o momento em que foi composto os *Grammatices Rudimenta*, publicados somente em 1972, por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

¹⁴⁴ Nos próximos parágrafos segue uma breve apresentação da obra de João de Barros, onde serão mencionadas apenas as datas referentes às edições *princeps*. Para um mapeamento preciso das diferentes edições, recomendo a consulta dos estudos de Charles R. Boxer (BOXER, Charles R. *João de Barros...*) e de António B. Coelho (COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...*).

¹⁴⁵ Cf. SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *Op. cit.* p. 273.

Provavelmente, entre os anos de 1542 e 1543 João de Barros compôs o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*. No entanto, esta obra só foi publicada em 1950, por Israel Salvator Révah, com um estudo introdutório de autoria do próprio Révah.

Finalmente, a partir de 1552 inicia-se a sequência de publicações de sua obra de maior fôlego, as *Décadas da Ásia*. A “primeira década”, cujo título é *Ásia de João de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* foi editada em 1552, enquanto a *Segunda década da Ásia de João de Barros* e a *Terceira década da Ásia de João de Barros* foram publicadas, respectivamente, em 1553 e 1563. A *Quarta década da Ásia de João de Barros* foi publicada somente em 1615, em Madrid, depois de ter sido consertada por João Batista Lavanha, seu editor.

A dimensão e a multiplicidade da obra de João de Barros são duas características que lhe são inerentes, e dificultam a elaboração de um exame rigoroso e exaustivo para análise e confronto de suas ideias e referências. Todavia, a partir do exame da produção intelectual desse letrado em seu contexto histórico será possível investigar o debate conceitual no qual Barros estava inserido, sobretudo se não quisermos perder de vista que o intuito de nosso estudo é circunscrever as ferramentas intelectuais que lhe permitiram descrever povos e culturas diversas, com os quais Portugal se deparou à época dos descobrimentos marítimos.

Com efeito, tal como foi apresentado no primeiro capítulo, a *Vida de João de Barros* é a principal fonte existente não apenas para o estudo da biografia, mas também da bibliografia de João de Barros. Retomando-a como guia desta investigação, nota-se que, ainda no intróito de sua obra, Manuel Severim de Faria nos chama atenção sobre a aptidão de João de Barros para o labor literário, ao passo que nos revela sua determinação em ocupar o engenho “*escrevendo uma universal história de Portugal*”. É notável, ainda, que à sua virtuosa aptidão para as letras correspondesse outra virtude, a da prudência, uma vez que antes de compor uma obra de tamanha grandeza, decidiu-se por compor “*um livro de história fabulosa, a que deu titulo de Imperador Clarimundo, para provar o estilo, como fazem os bons soldados, que antes da batalha se exercitam em pelejas*”.¹⁴⁶

¹⁴⁶ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. VIII.

Desse modo, por volta dos vinte anos, João de Barros leu a *Crônica do Imperador Clarimundo* para Dom Manuel. Mesmo sem perder de vista que a obra foi redigida no intuito de ajudar na educação do príncipe Dom João, Ana Paula Torres Megiani atenta para o conteúdo messiânico desta novela.¹⁴⁷ Por sua vez, segundo Charles R. Boxer, o enredo da *Crônica* remete a um tipo de obra que encontra em *Amadis de Gaula* seu exemplo mais bem acabado. Por sua vez, em sua *Crônica*, Barros conta a história do Imperador Clarimundo, apresentado como avô de Dom Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal. Ainda segundo Boxer, para nossos leitores contemporâneos, o trecho mais interessante do livro é o vaticínio do personagem Fanimor¹⁴⁸ sobre a expansão portuguesa.¹⁴⁹ A respeito desse assunto, António Borges Coelho sugere que a profecia de Fanimor é um elemento por meio do qual se pode estabelecer uma aproximação efetiva com o pensamento de João de Barros. A história de Portugal, sugere Borges Coelho, descrita em oitavas, cobre os feitos portugueses até o governo de Dom Manuel, “*exaltado pela conversão dos judeus*” e, além disso, descreve a expansão manuelina em terras africanas, asiáticas e americanas. Em suma, Coelho afirma que na pena do historiador quinhentista, “*os portugueses definem-se já no combate contra os infiéis, em especial a mourama. E quem não quiser obedecer e servir amando encontrará pela frente a fúria dobrada dos homens que levavam ‘cruzes de sangue nas asas’*”.¹⁵⁰

Com efeito, esta foi a obra mais famosa de João de Barros ao longo de sua vida, tal como atesta Severim de Faria, ao comentar a respeito da segunda e da terceira impressão da *Crônica*:

“No mesmo ano de 1553, em que imprimiu a segunda *Década*, tornou a imprimir pela segunda vez o seu *Clarimundo*, o qual depois no de 1601 se tornou a estampar pela terceira vez: e sendo este livro fabuloso, e o primeiro parto juvenil, teve melhor fortuna nas impressões que as outras obras e

¹⁴⁷ Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal, século XIII a XVI*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003.

¹⁴⁸ Na trama, servidor e amigo de Clarimundo. O vaticínio de Fanimor está em BARROS, João de. *Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem*. Quarta Impressão. Lisboa: Na officina de Francisco da Sylva, 1742. Livro III, Capítulo IV.

¹⁴⁹ Cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.* pp. 38-45.

¹⁵⁰ COELHO, António Borges. *Op. cit.* p. 26.

Décadas do mesmo autor; donde se vê como o gosto do vulgo não se governa por razão, mas por apetite, e que o bom de ordinário contenta aos menos”.¹⁵¹

Efetivamente, além da fama que alcançou esta obra, o excerto transcrito revela, ainda, um critério de distinção social fundamentalmente qualitativo, nítido na percepção do biógrafo sobre *Clarimundo*, que, não obstante tenha revelado o talento e a diligência do cortesão, é tido como o resultado de um “*parto juvenil*”, ou seja, uma obra imatura, que não atingiu a plenitude. Por sua vez, ainda na pena de Severim de Faria, tal categoria de obra corresponde ao “*gosto do vulgo*”, que é, provavelmente, o segmento social onde a publicação teve maior êxito. Desse modo, conclui, “*o gosto do vulgo não se governa por razão, mas por apetite*”. O sentido do que escreveu Severim de Faria ganha maior visibilidade quando o inserimos no âmbito de um espaço mental onde os quadros explicativos fornecidos por uma longa tradição herdada da Antiguidade se revela pela presença de uma obra como a *Política* de Aristóteles – autor de notório prestígio na Península Ibérica, sobretudo se recordarmos seu papel no importante debate entre Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginez de Sepúlveda sobre a condição dos ameríndios.¹⁵² Vale lembrar que, para Aristóteles, havia uma relação natural de subordinação na sociedade, onde a criança, ainda que fosse considerada humana, era tida como imperfeita, e por isso deveria submeter-se ao homem maduro, dotado de razão, por quem deveria ser tutelada.¹⁵³ O que se pode notar, com isso, é que a distinção social era orientada não apenas pelo gosto literário, mas, sobretudo, por uma capacidade de avaliação essencialmente “racional”, característica da fidalguia em sua aptidão para exercer o comando.

Esta percepção “racionalista” que Severim de Faria tem sobre o gosto literário denuncia um fenômeno que pode ser compreendido como o resultado mais notório da hostilidade que o humanismo ibérico assumiu diante dos romances de cavalaria. Para Edumundo O’Gorman, seria esta posição que levaria o humanista espanhol Juan Luis Vives a condenar moralmente a literatura de cavalaria. No intuito de reforçar este argumento, é relevante atentarmos para o que Vives escreveu a respeito das *Fábulas Licenciosas*:

¹⁵¹ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p.XXXI. Sobre o assunto, cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.* p.41.

¹⁵² Sobre o assunto cf. PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. El indio americano y los orígenes de la etnología comparativa. Trad. Belén Urrutia Domínguez. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

¹⁵³ Cf. ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Livro I, Capítulo III. pp. 33-37.

“[...] um determinado gênero de fábulas, nem verdadeiro, nem verossímil, nem acomodado, nem conveniente a nenhuma utilidade prática da vida, se não que é pura perda de tempo, como os convites e tertúlias de homens e mulheres, tal qual toda literatura erótica”.¹⁵⁴

A crítica de Luís Vives nos revela os defeitos de um tipo de literatura que não contempla o verdadeiro, o verossímil, o conveniente, enfim, um tipo de literatura caracterizada pela ausência de qualquer utilidade prática. É exatamente este ideário que levou outro humanista espanhol, Juan Valdés, a reivindicar a verossimilhança na novela como condição essencial. Com efeito, para Valdés, os acontecimentos imaginados deveriam guardar alguma equivalência com os verdadeiros.¹⁵⁵

Todavia, a tendência assumida tanto por Luis Vives, quanto por Juan Valdés parece não ser exclusiva da Península Ibérica. Edumundo O’Gorman atenta para o fato de que, também nos famosos *Ensaio*s de Michel de Montaigne, é perceptível este conceito de equivalência entre o verdadeiro e o verossímil, defendido sob o argumento de seu proveito e utilidade. Diante disso, O’Gorman recupera a ideia do francês, quando este afirma que:

“[...] no estudo em que trato de nossos costumes e movimentos, os testemunhos fabulosos, contanto que sejam possíveis, servem tanto como os verdadeiros. Tendo acontecido ou não, em Paris ou em Roma, a João ou a Pedro, é sempre um lance da capacidade humana, do qual sou proveitosamente informado por esse relato. Examino-o e tiro proveito dele tanto em sombra como em corpo”.¹⁵⁶

Portanto, a razão se apresenta, de algum modo, calcada na ideia de utilidade, uma verdade essencial e proveitosa que pode e deve ser alcançada por meio da leitura,

¹⁵⁴ Cf. VIVES, Juan Luis. “Arte de hablar”. Libro III, Cap. VII. In: *Obras completas*. Primera traslacion castellana integra y directa, comentarios, notas y um ensayo bibliografico por Lorenzo Riber de la Real Academia Española. Tomo Segundo. M. Aguilar Editor: Madrid, 1948. p. 790.

¹⁵⁵ Sobre a hostilidade do humanismo ibérico em face aos romances de cavalaria cf. O’GORMAN, Edumundo. “Estudio preliminar”. In: ACOSTA, Joseph de. *Historia Natural y Moral de las Indias. Em que se tratan las cosas notables Del cielo, y elemenos, metales, plantas y animales dellas: y los ritos, y ceremonias, leyes y gobierno, y guerras de los Indios*. Mexico: FCE, 1940. p. IX-LXXXV. Cf. tbm. BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Trad. Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

¹⁵⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Os Ensaio*s: livro 1. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Capítulo XXI, pp. 156-157.

de modo que esta prática não se situaria no âmbito do entretenimento, mas sim, da edificação pessoal; uma categoria de leitura que deveria ser, principalmente, instrutiva. Era essa elevação moral que haveria de caracterizar a fidalguia como grupo social privilegiado. Tendo isso em vista, é curioso atentar para o fato de que, ao classificar como irracional o gosto do vulgo, Severim de Faria, embora tenha atirado no que viu, acertou no que não viu, fato que muito pode nos ajudar a compreender as ambiguidades que têm sido apontadas como características do reinado de Dom João III, tal como será apresentado oportunamente.

Mas onde, exatamente, Severim de Faria teria acertado? Para arriscarmos uma resposta a esta questão, é importante cruzarmos algumas informações. A primeira delas já foi mencionada acima: se dermos crédito ao que escreveu António José Saraiva e Óscar Lopes,¹⁵⁷ a *Crônica* foi oferecida a Dom João III por ser, ele, amante deste gênero literário. Tal preferência colocaria Dom João III – se operarmos na mesma lógica de Manuel Severim de Faria – ao mesmo nível do vulgo em termos de gosto literário, sendo movido, portanto, mais pelo apetite que pela razão.

Ora, possivelmente, seria o caso de contra-argumentarmos que a preferência do vulgo foi quem imitou ao rei, o que seria mais coerente com sua dignidade. Tal como já foi apontado no capítulo anterior, é válida aqui a tese segundo a qual o rei e sua Corte, enquanto paradigmas do comportamento social, devem recriar periodicamente os códigos de distinção social, donde fenômenos como a moda vem desempenhar um importante papel como instrumento de diferenciação no interior da sociedade. Além disso, não seria de todo fora de propósito lembrar que o mais importante humanista desse momento, Erasmo de Roterdã, dedicou a primeira edição de seu *Lucubrações de Crisóstomo* ao rei português, ainda que, sem poupar críticas ao monopólio de especiarias. Ou mesmo o fato de que o notabilíssimo humanista espanhol Juan Luis Vives lhe dedicou um “*manifesto por uma educação humanista*”, seu *Da Disciplina*.¹⁵⁸

Todavia, não parece ser este o caso. Se cruzarmos a sugestão de que Dom João III era amante de novelas de cavalaria com o que escreveu o humanista Inácio de

¹⁵⁷ Os autores não citam a fonte onde buscaram esta informação.

¹⁵⁸ Cf. BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. A citação está na p. 12. Sobre o assunto cf. tbm. HAHN, Fábio André. *A pureza da fé*. O antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal Quinhentista. Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2009. pp. 34 – 35.

Morais em seu *Panegírico de Dom João III*,¹⁵⁹ é possível visualizar isso com maior nitidez. Moraes, embora reconheça o entusiasmo régio pelas letras, chegando a considerá-lo seu maior patrono e mecenas, não deixa de anotar que, “*muitas vezes nos admirávamos de um príncipe não muito culto se entusiasmar tanto num extraordinário amor pelas letras*”.¹⁶⁰

Com efeito, Aires do Couto sugere que a importância das palavras de Inácio de Moraes – proferidas publicamente numa oração de caráter laudatório – reside em sua sinceridade, “*numa época em que as pessoas nem sempre o eram, elogiando-se habitualmente uns aos outros de forma pouco sincera*”.¹⁶¹ Sinceridade ou ingenuidade, o elogio escrito por Inácio de Moraes ajuda-nos a contextualizar as preferências literárias de Dom João III e, simultaneamente, aponta para o fato de que sua pouca cultura denota um gosto que se orienta mais pelo apetite do que pela razão. Daí, por exemplo, uma das possíveis explicações do conhecido caráter transitório da abertura de seu reinado em direção ao humanismo cristão.

De todo modo, não é nosso interesse – nem é desejável – reduzir as decisões políticas tomadas por Dom João III a uma única motivação. Posteriormente, as ambiguidades que marcaram seu reinado serão apresentadas com maior acuidade. Além disso, é preciso contar com a hipótese de que o século XVI português fora marcado por uma revivescência do gosto pela literatura novelesca,¹⁶² o que nos obriga a matizar a existência de uma hostilidade em face desse tipo de literatura e, ao menos, contar com a possibilidade de que o gosto humanista estava longe de ser hegemônico. Por fim, vale ainda observar que a mais importante qualidade do monarca não haveria de ser a

¹⁵⁹ Segundo Aires do Couto, Inácio de Moraes, embora tenha sido pouco estudado, foi um importante humanista. Dentre suas obras conhecidas, duas são dedicadas a Dom João III. São elas; *Ignatii Moralis oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioannem tertium, nomine totius Academiae Conimbricensis, atque in eiusdem scholis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, et regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus*; e *Ignatii Moralis oratio funebris in interitum serenissimi regis Ioannis ad patres conscriptos* Conimbricensis Academiae. Conimbricae. Anno MDLVII. Excudebat Ioannes Aluarus Typographus Regius, apud quem est uenalis. O panegírico ao qual nos referimos aqui é o primeiro, a *Oratio panegyrica*, que foi elaborada ao longo de 1550 (Cf. COUTO, Aires do. “Panegíricos de Dom João III de dois humanistas de quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”. In: *Máthesis*. N. 9. 2000. pp. 42 – 43).

¹⁶⁰ MORAIS, Inácio. *Ignatii Moralis oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioannem tertium, nomine totius Academiae Conimbricensis, atque in eiusdem scholis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, et regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus*. Apud. COUTO, Aires do. *Op. cit.* p. 52. O grifo é meu.

¹⁶¹ COUTO, Aires do. *Op. cit.* p. 52.

¹⁶² Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Op. cit.* p. 11.

erudição, mas sim, a justiça – contudo, importa notar que a justiça, embora fosse o primeiro meio de se fazer bem aos súditos por despertar-lhes o amor pelo monarca, não era o fundamento de sua reputação.¹⁶³ Já Dante Alighieri, em sua obra de caráter político mais influente, a *Monarquia*, operando no âmbito de um esquema tomista de sociedade, cujo fundamento residia nas ideias de ordem e harmonia – esquema que, como vimos, marcou profundamente as concepções de sociedade no Antigo Regime –, considerava que:

“[...] a justiça alcança sua plenitude no mundo quando reside em um sujeito muito nobre, de vontade sem limites e de sumo poder; com efeito, tal sujeito é unicamente o Monarca; logo, no mundo, só o Monarca detém o poder da justiça em sua plenitude.”¹⁶⁴

De todo modo, uma das utilidades desse tipo de literatura orientada para a edificação pessoal, é que ela serviria de referência até mesmo para o monarca. É nessa literatura que ele encontraria exemplos concretos dos princípios mais evidentes da justiça e da lei natural. Daí que uma tese como a de Edmundo O’Gorman a respeito do interesse pelo verossimilhante pôde encontrar reverberação até no fabuloso *Clarimundo*, no qual João de Barros, segundo Charles R. Boxer, se apresenta claramente fascinado pelo som dos nomes dos lugares exóticos da Ásia, pulverizando-os ao longo de seu texto. Para Boxer, assim como Luís de Camões o faria n’*Os Lusíadas*, o vaticínio de Fanimor celebra a expansão da fé e do império aos pontos mais distantes do mundo. Foi essa dimensão “realista” que – ainda de acordo com o historiador inglês – estimulou Dom Manuel a confidenciar a Barros seu interesse em “*mandar por em memória as coisas da Índia*” e que, caso o jovem cortesão estivesse disposto “*a sair com esta empresa, não seria seu trabalho ante ele perdido*”.¹⁶⁵

Com efeito, cerca de dez anos após a publicação da *Crônica*, João de Barros mandou à prensa outra obra, um “*diálogo moral*”, tal como o denominou Severim de Faria.¹⁶⁶ Assinada “*desta minha quinta da Ribeira do Alitém a XXV de maio de mil*

¹⁶³ Sobre o assunto, cf. BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coordenação e introdução Luís Torgal. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

¹⁶⁴ ALIGHIERI, Dante. *Monarquía*. Estudio preliminar y notas, Laureano Robles Carcedo y Luis Frayle Delgado. Editorial Tecnos: Madrid, 1992. Libro I, XI, p. 27. Sobre o caráter tomista do pensamento social de Dante e as ideias de ordem e harmonia cf. pp. 5 – 20.

¹⁶⁵ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* pp. IX - X. Cf. tbm. BOXER, Charles R. *Op. cit.* pp. 44 e 45.

¹⁶⁶ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. XII.

quinhentos e trinta e um anos”,¹⁶⁷ lugar para onde o historiador quinhentista se havia retirado, na ocasião em que “os rebates do mal da peste obrigaram a cada um buscar os ares puros dos campos e povoar as quintas”.¹⁶⁸ A este diálogo deu o título de *Ropicapnefma* e, segundo o próprio autor escreveu em sua dedicatória a Duarte de Resende,¹⁶⁹ seu parente, tal nome resulta de um enxerto de “dois ramos gregos: a um chamam **Ropica** e a outro **Pnefmaticos**. Os quais [...] lançarão de si **Ropicapnefma**, a que em nossa linguagem podeis chamar **Mercadoria espiritual**”.¹⁷⁰ Charles Boxer atenta para a complexidade e a paradoxalidade desta obra, cujas passagens possuem, segundo o historiador inglês, formulações obscuras, fazendo dela uma publicação de difícil compreensão.¹⁷¹ É evidente que o obscurantismo atribuído por Boxer deve ser matizado diante do fato de que, em síntese, tal paradoxismo pode ser compreendido como uma estratégia de dissimulação da opinião do autor.

Ainda que tenha sido escrita de um modo que hoje nos pareça demasiadamente hermético, a elaboração de *Ropicapnefma* foi pautada pela preocupação de ser lida não apenas pelos doutos. É o próprio autor quem nos atesta isso ao escrever uma “introdução, quase argumento da obra, para aqueles que folgarem saber a intenção dela”.¹⁷² A existência dessa introdução deve ser compreendida, em si mesma, como a demanda de um público que não possui familiaridade com o assunto, ao passo que, para os doutos, a obra é “leiga e clara de entender”, ainda que Barros não deixe de reconhecer que foi escrita em metáfora.¹⁷³

Portanto, um diálogo moral escrito por meio de metáforas. Com efeito, o diálogo foi um dos mais importantes gêneros literários ao longo do Renascimento. Influenciados por diálogos clássicos, tais como os de Platão, Cícero, Luciano e Santo Agostinho, os diálogos do Renascimento deles se diferenciam “por uma extrema inventiva formal”,¹⁷⁴ distanciando-se, com isso, de seus modelos da Antiguidade. Por sua vez, o diálogo deve ser compreendido como um gênero híbrido, que por sua forma aproxima-se da ficção

¹⁶⁷ BARROS, João de. *Ropicapnefma*... p. 6. Contudo, A edição *princeps* desta obra, segundo Révah, foi acabada de imprimir em Lisboa, a 8 de Maio de 1532.

¹⁶⁸ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. XII.

¹⁶⁹ Segundo escreveu João de Barros, Duarte de Resende encomendou a obra a João de Barros depois de ter lido a *Crônica*. Cf. BARROS, João de. *Op. cit.* pp. 3-6.

¹⁷⁰ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 6. Os grifos são do autor.

¹⁷¹ Cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.* pp. 47-64.

¹⁷² BARROS, João de. *Op. cit.* p. 6.

¹⁷³ Idem. *Op. cit.* p. 7.

¹⁷⁴ HUE, Sheila Moura. “Introdução”. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. pp. 9-35. Cf. cit. à nota 33.

narrativa, ou mesmo do teatro. Contudo, diferentemente desses gêneros, o diálogo “*se desenrola em torno de uma questão teórica ou prática*” e pertence, por isso, à “*literatura de ideias*”.¹⁷⁵ Para Eugenio Garin, por exemplo, em artigo dedicado ao tema da filosofia do Renascimento, o diálogo é compreendido “*como instrumento eurístico por excelência*”.¹⁷⁶ Mas é principalmente em função de sua forma que o diálogo permitia a contraposição de ideias conflitantes, o que possibilitava a encenação, por parte do autor, de um procedimento dialógico persuasivo. Da produção desse tipo de gênero em Portugal, “*são conhecidos quarenta e um diálogos escritos ou publicados no século XVI*”.¹⁷⁷ É notável, portanto, o quanto esse gênero foi importante como veículo para o debate de ideias no contexto do humanismo português. Nesse sentido, afirma Sheila Moura Hue:

“Em uma época em que ainda não existia o jornal ou qualquer outro suporte para o debate social de ideias, o diálogo era o gênero que se prestava à discussão de temas da atualidade, contemporâneos, e à apresentação de todo tipo de conteúdo. Escreveram-se e publicaram-se diálogos sobre ética, filosofia, astronomia, política, religião, retórica, botânica, música, amor, vida cotidiana, moral, sobre doutrina matrimonial, sobre as cores da pintura, e mesmo satíricos como o *Diálogo sobre la invención de las calzas que se usan agora*, que criticava as modas de seu tempo. Essa multiplicidade de temas reflete o interesse característico do Renascimento pelos mais diversos campos”.¹⁷⁸

Com efeito, os diálogos – também conhecidos por colóquios – foram recorrentes entre autores do Renascimento, tais como Erasmo de Roterdã ou Baldassare Castiglione.¹⁷⁹ Assim, ao passo que o diálogo foi um gênero por meio do qual se discutiam temas da atualidade, é notável que sua composição, por meio de metáforas, estaria subordinada a um modelo semântico contextual, do qual dependia todo seu sentido. Efetivamente, a finalidade das palavras no horizonte de um humanista como Juan Vives, por exemplo, era a de “*manifestar o que sente e persuadir o que quer, ou*

¹⁷⁵ HUE, Sheila Moura. *Op. cit.* Cf. cit. à nota 31.

¹⁷⁶ GARIN, Eugenio. “O filósofo e o mago”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista...* p. 129.

¹⁷⁷ HUE, Sheila Moura. *Op. cit.* p. 18.

¹⁷⁸ Idem. *Ibidem*. Grifo da autora.

¹⁷⁹ Só para citar exemplos temos *O Cortesão*, de Castiglione e *Uma Inquisição sobre a Fé*, de Erasmo.

excitar, ou sossegar um afeto, ou paixão".¹⁸⁰ A capacidade de fazer-se ouvir e o domínio das técnicas do discurso persuasivo como elemento mediador das relações humanas foi um dos grandes ideais do humanismo. Eugenio Garin nos ensina que um personagem como o humanista Coluccio Salutati – que viria a ocupar o lugar de Petrarca como guia da inteligência italiana entre os séculos XIV e XV – considerava *"Petrarca um modelo insuperável de homem de cultura, infalível em tudo, até mesmo na vida política, capaz de fazer-se ouvir por populares e por soberanos, pontífices e imperadores"*.¹⁸¹ É notório, portanto, que o humanismo se afirmou, principalmente, no campo das artes da palavra,¹⁸² fenômeno que será oportunamente abordado. Da importância efetiva da palavra em nosso contexto de estudos é o próprio João de Barros quem dá notícias a partir de uma das entidades alegóricas presentes em sua *Ropicapnefma*, a Razão, que, ao comentar sobre a regra por meio da qual um homem se faz conhecido, sugere não ser a *"dos fisionomistas que dizem ser pela proporção e membros conhecerem o bravo, o manso, o casto e o desonesto, mas por tuas conversações"*.¹⁸³

A leitura de um diálogo moral, protagonizado por entidades alegóricas – o Tempo, a Vontade, o Entendimento e a Razão – e escrito por meio de metáforas não pode perder de vista o momento no qual foi escrito. Com efeito, a respeito da metáfora e do sentido das palavras no contexto do humanismo ibérico, é mais uma vez Juan Luis Vives, em sua *Arte de falar*, quem nos revela a existência, por um lado, de vocábulos cuja significação é natural, ou seja, *"expressam taxativamente aquilo mesmo para o que foram introduzidas"*.¹⁸⁴ Todavia, afirma também a existência de uma outra modalidade de palavras, na qual, segundo ele:

“Há aquelas que de seu acento natural passaram a outro, que são, pouco mais ou menos, tantas como as que continuam no local de seu nascimento. Este trânsito chama-se metáfora, para os gregos, e translação, para nós. Contudo, sua deslocação não é tanta que percam seu lugar completamente”.¹⁸⁵

¹⁸⁰ VIVES, Juan Luis. *Op. cit.* p. 692. A tradução foi feita por mim.

¹⁸¹ GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 22.

¹⁸² Cf. GARIN, Eugenio. *Op. cit.* p. 23.

¹⁸³ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 135.

¹⁸⁴ VIVES, Juan Luis. *Op. cit.* p. 695. A tradução foi feita por mim.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*.

É fundamentalmente no âmbito desta mobilidade de sentido, onde “o maior se contrai ao menor, ou o menor se estende ao maior ou se revolve e gira em si mesmo, como é semelhante”,¹⁸⁶ que João de Barros encontra o suporte necessário para fazer compreender que “as coisas e autoridades que a Vontade, Entendimento e Tempo arguem contra a Razão são as que qualquer infiel e pecador pode arguir, e, com esta condição, sem lhe dar outro crédito, as receba”.¹⁸⁷ Em suma, Barros escreve suas metáforas ao gosto do Renascimento. Diante disso, é compreensível que, para um inglês como Charles Boxer, uma obra escrita em português arcaico, e com recorrentes metáforas, possa ter parecido obscura.

Com efeito, o próprio autor nos dá a conhecer, em síntese, o argumento de sua *Ropicapnefma*, ao nos apresentar a parceria estabelecida entre Vontade, Entendimento – tidas como as principais partes da alma – e Tempo para se fazerem “mercadores de espirituais mercadorias”. Por sua vez, estas “espirituais mercadorias” devem ser compreendidas como os vícios aos quais as duas potências – Vontade e Entendimento – aceitam e compram sempre que desobedecem à Razão – o “synderesis morsu” da consciência, ou seja, a doutrina ortodoxa – que julga todas as mercadorias, compradas com “os talentos e moeda do Evangelho, que são as graças e dotes que Deus a cada um dá, para com eles multiplicar e merecer e, quando lhe pedir conta, darem multiplicação com bons e fiéis servos”.¹⁸⁸

Se, por um lado, Boxer se excedeu ao classificar a *Ropicapnefma* como obscura, por outro, não foi exagero compreendê-la como uma alegoria “medievalizante” e – embora suas metáforas tenham sido escritas ao gosto do Renascimento –, a partir disso, compará-las, sob determinados aspectos, com alguns dos autos de Gil Vicente – muito embora seja importante notar que “o teatro vicentino também participa [...] de uma incipiente atmosfera humanista e renascentista”.¹⁸⁹ O historiador inglês sugere, ainda, que o paradoxismo adotado por João de Barros deve ser compreendido como um recurso de inspiração tipicamente erasmista no que tange à sua tentativa de alinhar a mensagem espiritual, a apologia da fé cristã e a sátira social. Entretanto, observa que a inspiração erasmista do autor se revela, com maior evidência, em seu antiescolasticismo

¹⁸⁶ Idem. p. 695.

¹⁸⁷ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 7.

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁸⁹ SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *Op. cit.* p. 189.

– que, todavia, deve ser matizado em face de seu horizonte agostiniano, tal como veremos adiante –, bem como em sua evidente advocacia por um cristianismo pacifista, ou, ao menos, não persecutório. Portanto, é sob o signo do erasmismo que João de Barros exalta o conteúdo evangélico do *Novo Testamento*, fazendo com que a mensagem de Cristo e de seus apóstolos seja compreendida, essencialmente, como uma mensagem de paz e simplicidade. Daí a manifestação da ideia de que a suprema ciência estaria na imitação de Cristo, enquanto todo o resto seria mera vanidade.¹⁹⁰

O debate que João de Barros leva a efeito sobre o conteúdo evangélico do *Novo Testamento*, da mensagem de Cristo e seus apóstolos, nos introduz uma importante questão que o autor quinhentista aborda, a saber, a relação existente entre a Antiguidade pagã e a revelação cristã. O historiador Israel S. Révah, atento ao problema, o localiza e o recupera no livro a partir da fala da Razão:

“Viu Moisés com novo lume da Verdade, deu os preceitos da Sagrada Escritura, até que nasceu ‘a Luz dos homens’ que andava encoberta entre as figuras de tantas cerimônias da Lei Mosaica. Esta Luz descobriu a ignorância de Pitágoras, a vaidade de Sócrates, a cegueira de Platão, a fraqueza de Aristóteles, a torpeza de Epicúro e doutras seitas e opiniões que se assentaram na ‘cadeira pestilencial.’”¹⁹¹

Por sua vez, Révah assinala que a crítica da Razão aos antigos se depara com um contra argumento expresso na fala do Tempo, quando este anuncia ser nos “passados”, “o proveito em vida” e a “fama na morte”, as duas motivações que “levaram, por serem fundamento principal de qualquer obra”, seja nas armas, nas letras, ou no governo da república, cujos modelos a serem imitados se encontram em personagens como César ou Cícero.¹⁹² Com efeito, em face desse pragmatismo, a Razão aponta para o fim que Deus reservou aos pagãos:

“E pois tu, Tempo, falaste em monarquia e bens naturais e da fortuna, que da Soberba foram tão familiares, dize o fim desse Alexandre, desse César, a formosura de Narciso, as letras de Platão e Aristóteles, o ouro de

¹⁹⁰ Cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.* pp. 47-64.

¹⁹¹ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 37. Cf. RÉVAH, I. S. “‘Antiquité et christianisme’, ‘anciens et modernes’ dans l’oeuvre de João de Barros. In: *Revue philosophique de la France et de l’étranger*. n° 92, Paris, 1967.

¹⁹² Cf. BARROS, João de. *Op. cit.* p. 83. Cf. tbm. RÉVAH, I. S. *Op. cit.*

Mida, as riquezas de Crespo, com todos os estados dos Assírios, Medos, Persas, Gregos e Romanos que tão favorecidos foram da Soberba; que galardão lhe deu? A sepultura infernal, fim dos seus devotos mercadores.”¹⁹³

Notemos, com isso, que na pena de João de Barros, a despeito de suas virtudes, os pagãos foram excluídos do Paraíso – tal como fizera Dante Alighieri em sua *Comédia* com Virgílio e outros virtuosos que não receberam o batismo.¹⁹⁴ Assim, ainda que os cristãos se aproveitem do conhecimento legado dos antigos, tal como o Entendimento argumenta,¹⁹⁵ isso não deve ser feito de maneira incauta. I. S. Révah atribui esta posição a um rigorismo de caráter agostiniano, visto que de acordo com o historiador, “*on sait que, exaspéré par la controverse pélagienne, saint Augustin a théologiquement condamné les écrivains, les philosophes et les héros de l’Antiquité qu’il avait d’abord passionnément admirés*”.¹⁹⁶ Para Révah, esta é uma peculiaridade – e, sob meu ponto de vista, o limite – da influência de Erasmo de Roterdã sobre o pensamento de João de Barros, uma vez que nosso historiador quinhentista não incorporou parte substancial do ideário do humanista holandês, que, em seu “radicalismo”, chegara a defender a canonização de nomes como o de Sócrates, Cícero, Virgílio e Horácio.¹⁹⁷

Efetivamente, a presença do ideário erasmista foi limitado na obra de João de Barros, mesmo neste seu primoroso colóquio. Contribuição preciosa sobre este assunto nos foi legada pelo historiador português Joaquim Veríssimo Serrão. Para ele:

“Parece evidente que houve uma intenção erasmiana na obra de Barros. No livro exprimem-se ideias defendidas por Erasmo e que eram correntes noutros humanistas. O autor repudia a guerra, flagela os príncipes injustos, defende estar a nobreza na própria virtude e não nos defeitos alheios, insurge-se contra o ritualismo da Igreja e parece inclinar-se para uma religião de sentido interior. João de Barros afirma: ‘a consciência é o

¹⁹³ BARROS, João de. *Idem*. p. 25. Cf. tbm. RÉVAH, I. S. *Idem*.

¹⁹⁴ Na *Comédia* de Dante Alighieri as almas dos virtuosos que não sofreram pena estavam no Limbo, e não no Inferno. Ali, por não terem recebido o batismo, se encontravam os grandes vultos da Antiguidade clássica, dentre os quais Homero, Horácio, Ovídio, Lucano e o próprio Virgílio. Cf. ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Trad. e notas de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998. Canto IV.

¹⁹⁵ “Se isso assim fosse, não aproveitariam os púlpitos da religião cristã de suas memórias, ditos e doutrinas. Não carece de virtude o que em ato virtuoso se traz”. BARROS, João de. *Op. cit.* p. 25. Cf. tbm. RÉVAH, I. S. *Op. cit.*

¹⁹⁶ RÉVAH, I. S. *Op. cit.* p. 172.

¹⁹⁷ *Idem*. *Ibidem*.

primeiro juiz das obras'. Será o bastante para afirmar que o nosso autor leu Erasmo?"¹⁹⁸

Ora, é evidente que a circulação de ideias fazia com que o pensamento de Erasmo de Roterdã não fosse totalmente desconhecido de João de Barros, mesmo que este nunca tivesse lido os escritos do holandês. É digno de nota, nesse sentido, que a circulação do ideário humanista não se encontrava, necessariamente, vinculada a um fato editorial, tal como o da impressão das obras. Segundo Fernando Bouza, a compreensão do fenômeno da circulação de textos no período que engloba a Alta Idade Média e o início da Época Moderna deve superar o esquematismo que atrela a difusão de textos unicamente à tipografia, uma vez que este esquema exclui o manuscrito desse processo. Para Bouza, "*el manuscrito era tan común y corría de mano en mano*". Com efeito, numa sociedade em que a cópia e a transcrição de manuscritos eram atividades altamente qualificadas, sua posse pode ser compreendida, até mesmo, como um gesto de distinção social.¹⁹⁹ Desse modo, sobretudo por via de manuscritos – onde a autoria se diluía em função da atividade do copista – e epístolas, a marca humanista revestiu influências múltiplas, sem que houvesse, contudo, uma transposição imediata de ideias para a pena de seus discípulos e admiradores. Nesse sentido, é válida a sugestão de Joaquim Veríssimo Serrão, segundo a qual a marca erasmiana que se conserva no colóquio *Ropicapnefma* é indireta.²⁰⁰

De todo modo, a cautela em eliminar as possíveis fronteiras entre a herança pagã e o cristianismo é apontada como a especificidade do erasmismo ibérico segundo Israel Révah. Com efeito, embora Deus conceda um favor aos pagãos justos, deixando seus atos virtuosos como exemplo, a esterilidade da moral pagã para um cristão é notória e, portanto, seria unicamente por meio da prudência que um cristão deveria fazer bom uso dos autores antigos.²⁰¹ Nesse sentido, é eloquente a Razão, tal como observou, mais uma vez, Révah:

“Eu não fui experimentar os quilates que cada um tem na pena, mas sei não haver obra virtuosa sem galardão. Onde está este dividido prêmio?

¹⁹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. p. 334.

¹⁹⁹ Cf. BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001. Citação à página 16, o grifo é do autor.

²⁰⁰ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*

²⁰¹ RÉVAH, I. S. *Op. cit.*

No fim por cujo respeito se obrou. As obras que seu intento e fim é Deus, têm por ele galardão. As que estimaram o Mundo e foram para ele de alguma boa doutrina, concedeu-lhe Deus andarem nos atos virtuosos que dizes por bom exemplo; porém, carecem do principal prêmio, que é Deus e a Sua Glória, pois a não quiseram conhecer. Os que mau exemplo deixaram com suas obras tem duas penas: uma eterna que respeita à Eternidade que ofenderam, outra temporal e accidental enquanto durar seu mau exemplo.”²⁰²

A manutenção das fronteiras existentes entre a herança pagã e o cristianismo parece ser um elemento fundamental, também, na composição do espírito cruzadístico que estrutura a mentalidade portuguesa no contexto das expansões marítimas. Sua evidente reverberação na ortodoxia de um cristianismo pautado pelo rigor agostiniano ganha amplo espaço na pena de João de Barros, onde, se é verdade que a negação do Éden aos pagãos vem acompanhada do reconhecimento da ineficácia da moralidade pagã para o modo de vida cristão, não é menos verdade que esta forma de interação com o paganismo se encontra, também, na base da argumentação do autor quinhentista contra Maomé e outros inventores de “*erradas doutrinas*”.

Isso é visível, por exemplo, na resolução dada ao comentário do Entendimento, segundo o qual, todos aqueles que trabalham pela doutrina de Maomé receberão “*temporais e accidentais penas*”.²⁰³ Com efeito, aqui, a Razão encontra espaço para a condenação não apenas do profeta criador do Islão, mas também, dos criadores de outras doutrinas que possam corromper os bons costumes:

“Não digo Mafamede, mas todos os inventores de erradas doutrinas, e assim o príncipe em cujo tempo, por seu favor ou negligência, algumas prevaleceram tanto que corromperam os bons costumes do povo. E quando, por sua industria, os bons exemplos e honestos trabalhos ficaram por tesouro a seus reinos e senhorios, terá aqui temporal louvor e, na Glória, eterno galardão.”²⁰⁴

Sem dúvida, estas linhas são muito curiosas e, particularmente, acredito que devam ser compreendidas, também, no contexto da Reforma Protestante. A quem se refere João de Barros quando faz menção a “*todos os inventores de erradas doutrinas*”?

²⁰² BARROS, João de. *Op. cit.* pp. 25-66. Cf. tbm. RÉVAH, I. S. *Op. cit.*

²⁰³ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 26.

²⁰⁴ Idem. *Ibidem.*

Embora não seja claro, é muito possível que Barros esteja fazendo uma alusão a Lutero e ao movimento que cindiu a cristandade no contexto do século XVI. Nessa perspectiva, não é de se desprezar o fato de que nosso autor se referiu ao sacerdote alemão em sua dedicatória a Duarte de Resende.²⁰⁵ Diante disso, não é equívoca a consideração de que, paulatinamente, o conflito entre cristãos e muçulmanos encontraria equivalência no conflito entre cristãos reformistas e ortodoxos.²⁰⁶

No excerto transcrito é evidente, ainda, a responsabilidade do príncipe em face da retidão das doutrinas que prescreveram o comportamento de seus súditos, uma vez que é unicamente em função de seu favor ou de sua negligência que a correta doutrina prevalecerá em seu reino. Sem dúvida, por um lado, isso nos remete à atividade missionária decorrente das viagens dos descobrimentos, mas, por outro, também à aspiração de anexar as terras descobertas, bem como a legitimação de sua posse,²⁰⁷ uma vez que esta se apresenta atrelada ao combate das idolatrias, prática estimulada pelos Reis de Portugal. É, ainda segundo a Razão, unicamente incitados pelas boas obras, e em nome da glória da alma, que o povo português se empenha contra a idolatria nos continentes recentemente descobertos, pois, argumenta a entidade, se os antigos martirizavam o corpo mais pela fama que pela glória da alma, “*que dirás a quanto povo o fazia e faz agora tão geralmente por toda a Ásia e África, onde a idolatria tem algum assento, que assim vão todos oferecer as vidas a qualquer gênero de morte como a tomar um alegre convite?*”²⁰⁸

Com efeito, outros temas permeiam, ainda, a *Ropicapnefma*. Segundo I. S. Révah, a obra foi “*o primeiro livro de apologética anti-judaica*” elaborado por um leigo. Todavia, para o historiador, “*a violência anti-semita*” da obra não autoriza enfileirar seu autor “*entre os fautores da criação do tribunal*”²⁰⁹ da Inquisição no reino português. Por sua vez António Borges Coelho, atenta para o fato de que o autor quinhentista encontra espaço para criticar a corrupção reinante na igreja, os fidalgos de

²⁰⁵ Cf. BARROS, João de. *Op. cit.* p. 5.

²⁰⁶ Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império.” In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991. pp. 81-164.

²⁰⁷ Não é fora de propósito anotar que “*o efeito cumulativo das bulas papais foi o de dar aos portugueses [...] sanção religiosa e uma atitude igualmente dominadora com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade*” (BOXER, Charles R. *O império marítimo português...* p. 39).

²⁰⁸ Idem. *Ibidem.* p. 65.

²⁰⁹ Cf. RÉVAH, I. S. “João de Barros”. In: BARROS, João. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Manuscrito inédito de João de Barros. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Livraria Studium Editora, 1950. p. XXVII e ss. Cf. tbm. HAHN, André Fábio. *Op. cit.*

linhagem, bem como outros cortesãos e ministros que frequentavam o Paço. Ainda para o historiador português, nesta obra, Barros possui uma concepção bastante arrojada sobre a origem do poder, segundo a qual, a “*natureza fez todos os homens iguais. Adão não teve o senhorio dos outros homens. No princípio os frutos da terra eram de uso comum. O Poder e a propriedade nasceram depois pelo engano e o uso da força*”.²¹⁰ Por sua vez, Ana Isabel Buescu e Israel S. Révah, não deixaram de anotar que a obra deve ser compreendida como uma sátira contundente “*de todas as classes da sociedade*”, bem como uma crítica dos vícios morais. Além disso, nos lembram que em 1581, diante de uma nova conjuntura, *Ropicapnefma* passaria a figurar no *Index* dos livros proibidos, tal como podemos comprovar com o escrito do próprio Severim de Faria:²¹¹

“Este diálogo da Ropicapnefma correu até o ano de 1581, no qual saiu o Catálogo dos livros proibidos neste Reino de Dom Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa e inquisidor mor, em que se vedou; não por conter condenada doutrina, mas porque não tomassem dele alguns ocasião para usarem em seus ofícios das invenções viciosas que tinha achado o tempo, porque está tão enferma nos costumes a Natureza humana, que as mais das vezes convertem os homens em peçonha os mesmos meios que lhe dão para seu remédio”.²¹²

Ora, a proibição do diálogo nos remete, necessariamente, a uma questão que deve ser abordada, a saber, a política cultural no reinado de Dom João III.

2.2. O humanismo português e as linhas de força do reinado de Dom João III

Tanto a *Crônica do Imperador Clarimundo* quanto a *Ropicapnefma*, parte da *Ásia de João de Barros* e mesmo o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus* são obras elaboradas num momento específico da História de Portugal, ainda que, vale lembrar, o *Diálogo Evangélico* fosse impresso somente no

²¹⁰ COELHO, António Borges. *Op. cit.* p. 36.

²¹¹ Cf. RÉVAH, I. S. *Op. cit.* p. XXVIX. Cf. tbm. BUESCU, Ana Isabel. *Op. cit.* p. 12.

²¹² FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p.XIV.

século XX. Se é verdade que tanto a *Crônica* quanto a *Ropicapnefma* conheceram a prensa no reinado de Dom João III, não se deve perder de vista que o ambiente no qual se procedeu a transição do governo de Dom Manuel para o de Dom João III foi marcado pelo ideário renascentista, onde as múltiplas atividades ligadas à esfera da cultura ganharam apoio de ambos os monarcas. Ainda que seja possível considerar lenta a progressão do clacissismo em terras portuguesas – o que teria conferido à vida cultural à época de Dom João II e Dom Manuel I um caráter “*relativamente anacrônico e arcaizante no contexto europeu*”²¹³ –, não deixa de ser notório, por exemplo, o interesse de Dom Manuel pelas letras. Desse fato é o humanista Damião de Góis quem nos deixa seu testemunho:

“[...] foi (Dom Manuel) muito inclinado às letras e aos letrados, e entendia bem a língua latina, em que fora doutrinado sendo moço, da qual sabia tanto, que podia julgar entre o bom e o mau estilo. Foi tão desejoso da nobreza do reino ser instituída em letras que mandava aos seus moços fidalgos e da câmara, em que para isso havia algum jeito, ouvir cada dia lição de gramática ao Bairro dos Escolares de Lisboa, onde então estavam os Estudos Gerais deste reino, e ao mestre catedrático da gramática que se chamava Frei Xinal.”²¹⁴

Com efeito, Ana Isabel Buescu anota que os primeiros anos do reinado de Dom João III foram marcados por uma grande abertura às “*correntes de pensamento mais inovadoras, em particular do humanismo cristão*”.²¹⁵ Sem perdermos de vista o caráter erasmiano de educação veiculado por Damião de Góis,²¹⁶ é notável o procedimento por meio do qual Dom Manuel soube estimular nos filhos o interesse pelas letras. O monarca, conta-nos o humanista em sua *Crônica do felicíssimo Rei Dom Manuel*, “*era muito entendido nas histórias e, sobretudo, nas crônicas dos Reis destes Reinos*”, e as fazia “*ler ao príncipe Dom João, seu filho*”.²¹⁷ Assim, diante da especificidade do momento histórico em que o ideário renascentista se difunde no reino português, é

²¹³ MENDES, António Rosa. “A vida cultural”. In: MATTOSO, José. (dir.) e MAGALHÃES, Joaquim R. (coord.) *História de Portugal...* p. 335.

²¹⁴ GÓIS, Damião. *Chronica do Felicissimo Rei Dom Manuel*. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1566. Quarta Parte. Cap. LXXXIV. Fólio 107, verso. A transcrição foi atualizada por mim.

²¹⁵ BUESCU, Ana Isabel. *Op. cit.* p. 12.

²¹⁶ Sobre o ideal erasmiano de educação cf. ERASMO DE ROTTERDAM. “De Pueris (Sobre os meninos)”. In: *Erasmus de Rotterdam: o mais eminente filósofo da Renascença*. Trad. Luiz Francine. São Paulo: Lafonte, 2011.

²¹⁷ GÓIS, Damião. *Op. cit.* Fólio 108, anverso.

possível compreender a tolerância de Dom João III diante do pensamento humanista, sobretudo em face dos pressupostos que orientaram sua educação. Por sua vez, Elisabeth Hirsch chama a atenção para o fato de que, longe de compor um grupo homogêneo, os humanistas portugueses possuíam convicções largamente divergentes, o que a leva a compreender o esforço do monarca português em reunir tanto humanistas liberais – os erasmistas – quanto conservadores – e, mais tarde, os Jesuítas –, como indício de uma abertura sem precedentes entre seus pares na Europa.²¹⁸

A perspectiva com a qual as autoras Elisabeth Hirsch e Ana Isabel Buescu deitam olhos sobre a abertura de Dom João III ao pensamento humanista ecoa estudos já clássicos sobre o assunto, notavelmente os de Marcel Bataillon, reunidos no livro *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*,²¹⁹ onde o autor, ao se deter na correspondência entre humanistas portugueses e estrangeiros, nos revela o campo de circulação dessas idéias na Corte de Dom João III e, principalmente, os feitos e gestos que caracterizaram o primeiro momento de seu reinado.

É certo que falar da difusão do ideário renascentista no reino português, é falar da diversidade de fatores que condicionaram as manifestações da cultura portuguesa na passagem do século XV para o XVI, tais como, por exemplo, os valores humanistas e o classicismo; ambos assuntos que, embora já assinalados oportunamente, não devem ser deixados de lado. Diante disso, se nosso primeiro intento, aqui, é visualizar a difusão do conjunto de ideias ligadas ao fenômeno do Renascimento no contexto português, bem como o humanismo, é imperativo retomarmos a questão do erasmismo, fundamentalmente sua receptividade em terras portuguesas. De modo sumário, a presença do humanismo cristão erasmiano na obra de João de Barros foi abordada aqui, tanto a partir de nossa leitura do estudo feito por Israel S. Révah sobre o assunto, quanto a partir da recuperação da hipótese de Joaquim Veríssimo Serrão, segundo a qual, a marca erasmiana apresentada no colóquio *Ropicapnefma* foi assimilada de maneira indireta, fenômeno que ganha maior expressividade, sobretudo em vista de um contexto histórico no qual a circulação dos escritos não se encontrava exclusivamente atrelada à impressão das obras, mas, também, à circulação de cartas e manuscritos.

²¹⁸ Cf. HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

²¹⁹ BATAILLON, Marcel. *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1952.

Com efeito, exemplo emblemático da penetração do humanismo cristão na Corte joanina é o caso do humanista Damião de Góis, amigo de Erasmo, a quem Dom João III teria consultado no intuito de saber da disponibilidade do holandês para assumir uma Cátedra em Coimbra.²²⁰ Além disso, vale lembrarmos, mais uma vez, que Erasmo de Roterdã dedicou a primeira edição de *Lucubrações de Crisóstomo* a Dom João III. Todavia, é preciso anotar que esta dedicatória, mais do que o reconhecimento de Erasmo à inclinação de Dom João III a uma corrente inovadora de pensamento, tal como foi o humanismo cristão, é um dos mais notórios resultados da já mencionada circulação de ideias por meio de cartas e manuscritos.

De fato, a dedicatória de Erasmo de Roterdã a Dom João III remonta à troca de correspondências entre Erasmo Schets – mercador letrado que estabeleceu negócios na Antuérpia e cujas boas relações na Corte portuguesa chegaram a render-lhe um engenho de açúcar na Capitania de São Vicente, o Engenho São Jorge dos Erasmos²²¹ – e o célebre humanista holandês. Sabemos que Erasmo de Roterdã manteve intensa correspondência com diversos interlocutores, sobretudo a partir do momento em que seus livros e sua ideias invadiram a Europa ao longo das primeiras décadas do século XVI, circunstância na qual a recuperação da Antiguidade clássica, acompanhada da reabilitação do cristianismo primitivo davam a tônica de seus escritos, no intuito de superar o “ultrapassado” ideário escolástico. Segundo Marcel Bataillon, sua residência na Basileia era sede de uma soberania espiritual à qual todo o continente europeu prestava homenagens: prelados e grandes senhores buscavam sua amizade, que era saudada, também, por humanistas e monarcas que especulavam sobre a possibilidade de tê-lo em suas cortes, como mestre e representante das letras.²²²

Ainda que Schets jamais tenha conhecido pessoalmente Erasmo, era um de seus grandes admiradores e veio a ser um fiel correspondente. Marcel Bataillon nos assegura que a importância dessa correspondência reside no fato de que ela apresenta a primeira sugestão da dedicatória que o humanista holandês viria a escrever ao rei de Portugal.

²²⁰ “... e por El-Rei que santa glória haja saber que vira eu já Erasmo de Roterdã e que éramos amigos, me perguntou por algumas vezes se eu poderia fazê-lo vir a este Reino para dele se servir na intenção de tê-lo em Coimbra, onde já tinha ordenado de fazer os estudos que fez, ao que respondi o que isso me parecia.” In: *Processo da Inquisição*. p. 74. Apud: HIRSCH, Elisabeth Feist. *Op. cit.* p. 90, nota 35. O português da transcrição foi atualizado por mim. Vale mencionar que é possível encontrar a transcrição do mesmo excerto em BATAILLON, Marcel. “Erasmus et la cour de Portugal”. In: *Études sur le Portugal au temps de l’humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1952. p. 89, nota 1.

²²¹ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. pp. 30-35.

²²² Cf. BATAILLON, Marcel. *Op. Cit.* pp. 49-99.

Com efeito, ainda segundo Bataillon, a elaboração de uma dedicatória foi aventada por Schets em resposta às lamentações de Erasmo a respeito do atraso do pagamento de suas pensões. É nesse contexto que o mercador escreve ao humanista, no intuito de propor uma solução a seus problemas:

“Você tem dedicado um bom número de seus escritos aos monarcas e a numerosos príncipes deste mundo. Estou surpreso de que você não tenha ainda dedicado nenhum ao rei de Portugal, príncipe tão cristão entre os cristãos, tão liberal, tão benevolente com aqueles que o servem, sobretudo com aqueles que podem publicar, em suas pregações ou seus escritos, o fruto dos Evangelhos: porque esta nação é tão unida ao cristianismo que nada pode abalar esta união.”²²³

O testemunho de Schets é precioso. Dentre os argumentos mobilizados para convencer Erasmo, o mercador cita a sujeição das nações bárbaras pelo reino português, em nome da fé de Cristo:

“Eu não me importaria se você me desse a esperança de uma dedicatória ao rei de Portugal, que não teme fazer uso de suas armas vitoriosas contra as nações bárbaras até a Índia, e de propagar a religião cristã, fazendo com que milhares de bárbaros e idólatras idianos viessem a adotar, ao que parece, a fé de Cristo.”²²⁴

A aquiescência de Erasmo não tardou, sendo que sua dedicatória deveria estar acompanhada de uma obra que alcançasse a nobreza correspondente à grandeza do príncipe cristão. Com efeito, sabemos que, de modo geral, uma das mais importantes atividades desempenhadas pelos humanistas foi a de localizar, comentar e editar antigos manuscritos, fossem eles gregos ou latinos, de autores pagãos, ou cristãos. E foi envolvido nessa tarefa que Erasmo encontrou a oportunidade e a obra que

²²³ ALLEN, *Opus*, t. VI, Ep. 1681, l. 26 sq. [*Opus Epistolarum Des. Erasmi Roterodami*, denuo recognitum et actum per P. S. Allen et M. H. Allen, Oxonii, in typographeo Claredoniano. Gr. In-8º Vol. I (1484-1514), 1906; Vol. II (1514-1517), 1910; Vol. III (1517-1519), 1913; Vol. IV (1519-1521), 1922; Vol. V (1522-1524), 1924; Vol. VI (1525-1527), 1926]. Apud. BATAILLON, Marcel. *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1952. pp. 58-59. A tradução do francês foi feita por mim.

²²⁴ ALLEN, *Opus*, t. VI, p.421. Apud. BATAILLON, Marcel. *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1952. p. 70. A tradução do francês foi feita por mim.

correspondesse à dignidade do príncipe: um manuscrito do século XI, composto por diversas homilias atribuídas a São João Crisóstomo, arcebispo de Constatinopla. O manuscrito, que até então jamais fora traduzido para o latim, conheceu a forma em 1527, e com ele, a carta em que Erasmo dedica a Dom João III as *Lucubrações de Crisóstomo*. A dedicatória de Erasmo estava alinhada, sobretudo, à sua crença de que a expansão do cristianismo levada a cabo pelos portugueses seria uma solução eficiente para a unificação religiosa da humanidade.²²⁵

Mesmo tendo sido eliminada pelo holandês em edição posterior,²²⁶ não há dúvidas de que a dedicatória de Erasmo é tida como um marco significativo da inclinação humanista de Dom João III. Ao menos é o que se pode notar na literatura dedicada ao assunto. Em artigo recente, Maria Paula Dias Couto Paes anota que, embora Dom João III tenha empreendido “*pouco esforço no conhecimento do latim*” isto não impediu “*o Monarca de alimentar seu interesse pelas letras. Pelo contrário, favoreceu aqueles que se encontravam ligados a elas e não deixou de lhes fazer honras e mercês*”.²²⁷ De fato, como apresenta a historiadora, Erasmo de Roterdã não deixa de atentar para a benignidade e o zelo de Dom João III àqueles que se dedicam às letras, tal como se pode notar no excerto de sua dedicatória transcrito abaixo:

“Entretanto, a virtude do vosso coração não é despojada do louvor que lhe é devido. Na verdade, todos os que são favoráveis ao nome cristão aplaudem estes belos feitos, mas a nós toca-nos mais de perto o fato de, com tamanha benignidade e zelo, ter acalentado não só os que se dedicam a todas as Belas-Letras, mas sobretudo à Teologia. Pois já, em cartas vindas a lume, testemunhou piedade digna de um Rei cristão.”²²⁸

Com isso, Erasmo registra os feitos ilustres do rei português, seja em sua dimensão política, ao atentar para a moralização da administração judiciária, “*um tanto viciada pela ganância dos advogados*”,²²⁹ ou seja em sua dimensão econômica, ao

²²⁵ Cf. BATAILLON, Marcel. *Op. Cit.*

²²⁶ Cf. BATAILLON, Marcel. *Idem.* p. 86.

²²⁷ PAES, Maria Paula Dias Couto. “De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso”. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, 2007. p. 504.

²²⁸ CARTA em que Erasmo dedica a Dom João III as *Chrysostomi Lucubrationes* (1527). Porto: Faculdade de Letras/Universitas Portucalensis, 1972, p.9. Apud: PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 504.

²²⁹ CARTA em que Erasmo dedica a Dom João III... Apud: PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 505. Cf. tbm. transcrição de excertos da mesma carta em BATAILLON, Marcel. *Op. Cit.* pp. 76-79.

aludir à manutenção e ao estímulo às nevegações, “*por meio de uma frota muito bem apetrechada*”.²³⁰ Digno de nota, contudo, é o reconhecimento de seus investimentos em cultura, ao mencionar o aumento dos “*salários destinados aos cultores dos estudos*”.²³¹ Por fim, vale observar que o humanista holandês não deixa de enaltecer os atributos intelectuais de Dom João III, ainda que, “*para além do que se sabia verdadeiramente correspondente a realidade*” (*sic.*),²³² tal como observa Couto Paes. Com efeito, escreve Erasmo:

“E não contente com teres favorecido e patrocinado tanto professores como alunos de todos os ramos de ensino, mas sobretudo de Teologia, tu próprio, em tão boa hora, aprendeste, desde tenra idade, o Grego e o Latim, sob a orientação de varões muito eruditos [...] além disso, és tão erudito em Ciências Matemáticas, em Astrologia, em Geografia e em História, que é a principal Filosofia dos Reis, que bem podes, pelo teu exemplo, levar ao amor do estudo não só os indolentes, mas também aqueles que lhe são contrários”.²³³

Desse modo, a problemática abordada pela historiadora Maria Paula Dias Couto Paes nos remete a uma insolúvel polémica a respeito das ambiguidades que marcaram o reinado de Dom João III. Sem dúvida, não seria um equívoco se afirmássemos que este reinado foi um dos períodos mais complexos da História de Portugal ao longo da Época Moderna. Entretanto, se nos determos em uma obra de referência, tal como a do historiador Joaquim Veríssimo Serrão, é possível visualizar de modo sumário e pontual as tradições intelectuais envolvidas nesse debate, no momento em que o autor nos apresenta um perfil do rei português. Para Serrão, a atuação governativa de Dom João III foi alvo de juízos variados:

“Considerado fanático por alguns, como Herculano, pela introdução do Santo Ofício e o apoio que concedeu à Companhia de Jesus, foi encarado por outros, como o visconde de Santarém e Gomes de Carvalho, como um hábil diplomata que teve sempre em vista salvaguardar a paz do Reino a fim de se consagrar à expansão ultramarina. Alfredo Pimenta eleva-o à altura de

²³⁰ Idem. *Ibidem*.

²³¹ Idem. *Ibidem*.

²³² PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 505.

²³³ CARTA em que Erasmo dedica a Dom João III... Apud: PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 505. Cf. tbm. transcrição de excertos da mesma carta em BATAILLON, Marcel. *Op. Cit.* pp. 76-79.

notável homem de estado, enquanto Braacamp Freire, Mário Brandão e Silva Dias vêem nele um valorizador da cultura nacional e um mecenas inigualado. Até ao século XVIII o elogio foi quase unânime, mas com o liberalismo de Herculano iniciou-se um processo de revisão que tem salientado a ‘intolerância’ do monarca na marcha para o poder absoluto que o levou a coarctar liberdades fundamentais da grei. Tal fato não impediu Oliveira Martins de engrandecer a ‘exaltação religiosa’ com que o monarca quis ser o espelho da sua época.”²³⁴

Em seu texto, Veríssimo Serrão atenta, ainda, para outras questões que tradicionalmente aparecem associadas ao rei de Portugal, tal como o início da decadência do império ultramarino português. Todavia, isenta o monarca de qualquer responsabilidade no que se refere a este fenômeno e sugere que, antes, esta questão deve ser associada aos limites operacionais do que chama de “*máquina estatal*”. Contudo, o historiador português faz notar que a introdução do Santo Ofício em Portugal “*acirrou o ódio religioso*” e “*perturbou a paz social*” sem, todavia, deixar de mencionar, ao mesmo tempo, que Dom João III “*teve, sob vários aspectos um reinado positivo, mormente no que respeita à difusão da cultura e da arte*”.²³⁵

Para debatermos as questões referentes ao reinado de Dom João III, vale nos dedicarmos, primeiramente, à questão do Renascimento em Portugal. Ao longo deste estudo temos abordado alguns aspectos relevantes da vida cultural portuguesa – ou, como quer Joaquim Veríssimo Serrão, a cultura e a arte – na transição do século XV para o XVI. Também já mencionamos o fato de que, neste período, a vida cultural portuguesa é caracterizada por seu alinhamento ao movimento mais geral do Renascimento europeu. Desse modo, embora o fenômeno do Renascimento na Europa já tenha sido, também, nosso objeto de apreciação sumária, é o caso de retomarmos este tema, principalmente se nosso interesse é compreender e debater as questões referentes ao humanismo português e o reinado de Dom João III.

Com efeito, vale notar, primeiramente, que a noção de Renascimento articula-se a um período histórico situado entre meados do século XIV e fins do século XVI, cuja origem nos remete, tradicionalmente, às cidades-estado da Itália setentrional, notavelmente Florença, de onde teria se propagado para toda a Europa. Na pena de um

²³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. III. O século de Ouro (1495-1580). Editorial Verbo: Lisboa, 1980. pp. 57-58.

²³⁵ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.* Citação à p. 58.

autor como Jacob Burckhardt, por exemplo, bastaram as ruínas da velha Roma para que se despertasse um ardor elegíaco-sentimental que configurou a “*necessidade histórica*” fundante do Renascimento.²³⁶ Seria o caso, aqui, de reconhecermos o intento de Burckhardt em estabelecer uma unidade fundamental de todas as dimensões da “sociedade renascentista” e sua época nos mais diversos domínios: seja o da arquitetura, o da arte, o da política, o das festividades, ou o da religião. Contudo, reconhecer este artifício e, mais que isso, perceber a reificação da noção de Renascimento como seu desdobramento, não nos deve colocar, necessariamente, “*contra a ideia de Renascimento*”, e reduzi-lo a “*um rótulo como outros*”.²³⁷

Mais interessante é ampliarmos nossa compreensão do fenômeno a que se convencionou denominar de Renascimento e debatermos a respeito de sua operacionalidade enquanto categoria historiográfica. Nesse sentido, não seria fora de propósito levarmos em consideração, por exemplo, que tanto as tradições intelectuais, quanto a composição de campos de conhecimento diversos são fenômenos que dificilmente podem ser fixados a uma área geográfica específica, tal como observou Florike Egmond, em seu ensaio sobre a formação de um novo campo de investigações da história natural ao início da Época Moderna.²³⁸ Esta perspectiva, ainda que nos obrigue a matizar alguns pressupostos que definem a noção de Renascimento, não a desqualifica como um rótulo entre outros.

De todo modo, consideramos aceitável a tese de que o Renascimento, em seu momento prístino, ganhou maior visibilidade nas cidades-estado do norte da Itália e, seja por meio de um movimento sincrônico – uma conjuntura que permitiria o afloramento da releitura de tradições intelectuais em diferentes lugares de modo simultâneo, como sugere Egmond –, ou diacrônico – a irradiação que partia das cidades italianas em direção a outros países europeus, como sugere a historiografia “tradicional” –, é válido atentarmos para o argumento de Eugenio Garin, segundo o qual o Renascimento sofreria modificações e adaptações contextuais e locais, o que faz com que a difusão de suas principais ideias e temáticas, seja um processo que assumiu

²³⁶ Cf. BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 143-149.

²³⁷ Cf. KOSSOVITCH, Leon. “Contra a ideia de Renascimento”. In: NOVAES, A. (org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 59-68.

²³⁸ Cf. EGMOND, Florike. “A European Community of Scholars Exchange and Friendship among Early Modern Natural Historians”. In: MOLHO, Anthony *et alii*. (Edited). *Finding Europe*. Discourses on Margins, Communities, Images ca. 13th – ca. 18th Centuries. New York/Oxford: Berghahn Books, 2007. pp. 159-183.

formas diversas no âmbito de uma temporalidade que supera os limites cronológicos habitualmente estabelecidos.²³⁹

Entretanto, pretendemos nos manter longe daquilo que Marc Bloch classificou como a “*obsessão das origens*”,²⁴⁰ sobretudo porque temos em vista que o conhecimento dos primórdios de um fenômeno não basta para explicá-lo. Diante disso, se acatamos a sugestão de que houve um primeiro momento do Renascimento, não podemos perder de vista que sua difusão assumiria formas diversas no tempo e no espaço, o que dá maior elasticidade e operacionalidade à própria noção de Renascimento enquanto conceito historiográfico. Esse ponto de vista nos permite reavaliar, por exemplo, a clássica conceitualização proposta por uma autora de suma importância, tal como Agnes Heller, que em seu livro *O Homem do Renascimento*, nos apresenta a seguinte definição:

“O conceito de ‘Renascimento’ significa um processo social total, estendendo-se da esfera social e econômica onde a estrutura básica da sociedade foi afetada até o domínio da cultura, envolvendo a vida de todos os dias e as maneiras de pensar, as práticas morais e os ideais éticos quotidianos, as formas de consciência religiosa, a arte e a ciência. Só podemos de fato falar de Renascimento quando todos estes aspectos surgem ligados e, num mesmo período, fundamentados em certas alterações da estrutura social e econômica: em Itália, Inglaterra e França e, em parte, na Holanda. A corrente de pensamento renascentista que habitualmente é designada por ‘humanismo’ apenas é de fato um (ou vários) dos reflexos ideológicos do renascimento, sob uma forma ética e acadêmica, separável da estrutura social e das realidades da vida quotidiana e, portanto, capaz de possuir uma relativa vida própria e de se desenvolver em países onde o Renascimento, enquanto fenômeno social total, nunca existiu. Mas nesses países manteve-se necessariamente desenraizada, apenas ganhando aderentes nas camadas superiores da vida social (pelo menos entre a aristocracia política e intelectual) e isolando-se rapidamente. Foi assim que na Alemanha a Reforma substituiu o humanismo.”²⁴¹

²³⁹ Cf. GARIN, Eugenio. “O homem renascentista”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista...* pp. 9-16.

²⁴⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Prefácio, Jaques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 56.

²⁴¹ HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1982. pp. 9-10.

Pelo contrário, aqui, a Reforma deve ser compreendida como uma das manifestações do Renascimento. Desse modo, sem perder de vista a simultânea possibilidade de visualizar, por um lado, uma origem possível do Renascimento e, por outro, a compreensão de que sua propagação deve levar em conta a elasticização dessa categoria, falta-nos, ainda, levantarmos uma questão fundamental: a que nos referimos, exatamente, quando sugerimos a ideia de um momento prístino do Renascimento e porquê o aceitamos? De modo sumário vale mencionar que, ao nos referirmos a um primeiro momento do Renascimento, reportamo-nos, fundamentalmente, ao momento histórico descrito por Quentin Skinner, onde, nas cidades-estado da Itália setentrional, desenvolveu-se uma ideologia política cujo enfoque era defender e realçar as virtudes da vida cívica republicana, notavelmente por meio dos estudos da retórica.²⁴²

Diante disso cabe-nos aqui, anotar que a retórica era tida como um campo de conhecimento da mais extrema importância, sobretudo por ser reivindicada como instrumento auxiliar na aquisição da eloquência, fundamento imprescindível para se alcançar a sabedoria. Foi este, por exemplo, o ideal visualizado por Cícero ao sugerir que a figura do orador equivalia à do perfeito humanista. O que não seria diferente, também, na pena de Quintiliano, quando este sugeriu que o orador deveria ser considerado o verdadeiro homem universal. Com efeito, não seria fora de propósito notar que ambos os autores foram considerados fontes incontestes de autoridade do mundo antigo ao longo do período que tratamos. Para Luís de Sousa Rebelo, “*o ciceronismo é a matriz cultural de todo o humanismo cívico e, obviamente, também do humanismo cívico lusitano*”.²⁴³ Por fim, vale lembrar que a retórica deveria ser um instrumento de persuasão, e que seu objetivo seria o de convencer os homens a atuar, o que fazia dela, simultaneamente, um recurso da vida ativa e cívica: sem dúvida, como apontamos anteriormente, para os humanistas, era a dádiva da linguagem que distinguia o homem dos animais.²⁴⁴

Ao passo que o propósito da retórica era o de convencer os homens a atuar no âmbito da vida cívica, Skinner nos assegura que tal fim seria alcançado apenas na circunstância em que o ensino da retórica, e a imagem dos retóricos, estivessem

²⁴² Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁴³ REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa...* p. 43.

²⁴⁴ SLOANE, Thomas O (Editor in Chief). *Encyclopedia of Rethoric...* s.v. “Humanism”.

efetivamente associados à vida pública. Se, num primeiro momento, os retóricos desempenharam importante papel como professores e estudiosos da oratória e da epistolografia antiga, em um segundo momento, a associação de sua imagem à vida pública se traduziu no cultivo de gêneros literários voltados, principalmente, aos assuntos cívicos, cujo exemplo mais notório pode ser encontrado nos discursos políticos. O historiador inglês observa, ainda, que paulatinamente, o caráter político desses gêneros literários provocou sua reformulação para o interior de outros contextos, o que contribuiu para o surgimento de “*dois novos gêneros distintos de pensamento social e político*”. Um desses gêneros são os livros de conselhos, que conheceriam seu apogeu na segunda metade do século XV, quando inúmeros tratados foram elaborados tanto para uso dos príncipes, como para o de seus cortesãos.²⁴⁵

O outro gênero literário para o qual atenta Quentin Skinner remete às crônicas das cidades italianas, cujo objeto era a própria história dessas cidades. Para ele, tal gênero procurava exaltar a liberdade das cidades e surgiu como resposta ao debate sobre qual seria o método mais adequado para a preservação da autonomia na vida política das repúblicas italianas. Desse modo, a recorrência ao estudo sistemático das repúblicas do passado foi tido como a chave de acesso ao conhecimento político necessário para a melhor organização institucional dessas cidades.²⁴⁶

Com isso, notemos que é esse procedimento de recuperação da Antiguidade clássica, seja por meio do estudo da retórica, seja por meio do estudo das repúblicas do passado, mas, todavia, atualizado pelas demandas específicas das cidades-estado italianas que nos permite considerá-las como o lugar e o momento onde o Renascimento teve sua origem – particularmente no âmbito das ideias. Em suma, é o classicismo – entendido como uma maneira de agir fundamentada na deferência à tradição clássica – que deve ser compreendido como agente que catalisou a propagação dos ideais renascentistas, mesmo tendo em vista as diversas especificidades de suas manifestações, seja no tempo ou no espaço.

Esta deferência à tradição clássica é o que pauta os “*studia humanitatis*”, ou seja, os estudos humanistas, composto por um já mencionado ideal de formação literária adquirido mediante leitura, comentário e imitação das obras dos grandes autores gregos e latinos. Efetivamente, o humanismo é um dos traços mais característicos do

²⁴⁵ SKINNER, Quentin. *Op. cit.* Cf. citação à p. 52.

²⁴⁶ Cf. SKINNER, Quentin. *Idem.*

Renascimento europeu e, em maior ou menor grau, afetou os diversos aspectos da vida cultural neste período. Embora correntemente o termo humanismo denote valores humanos em geral, vale assinalar, mais uma vez, que o humanismo renascentista nos remete, sempre, ao estudo da Antiguidade clássica, e encontramos sua expressão mais notória no âmbito da educação, das ciências e das artes.²⁴⁷ Todavia, cabe a ressalva de que é impossível resumir aqui a diversidade de expressões que a cultura humanista adquiriu ao longo do início da Época Moderna, embora seja possível sugerir, na esteira dos estudos de Delio Cantimori, que o ideal educativo dos grandes humanistas é o de alcançar a plenitude humana integral.²⁴⁸

De todo modo é importante notar, que tradicionalmente, a origem do humanismo renascentista tem sido traçada a partir da obra do grande estudioso e poeta italiano Francesco Petrarca. Com efeito, ainda que, ao longo dos séculos XIV e XV, o humanismo tenha se concentrado realmente na península itálica, onde as artes da linguagem e a literatura foram definidas como o núcleo de seu domínio, não podemos deixar de anotar que o acesso a esta formação não era restrita aos italianos. De fato, inúmeros portugueses foram formados ali, como provam os estudos de Américo da Costa Ramalho. Segundo ele, estes estudantes cursavam aulas de “*Direito, Teologia e Medicina, formas de preparação especializada que então vinham após uma iniciação mais ou menos longa em Humanidades*”.²⁴⁹ Por sua vez, assim como a presença de estudantes portugueses na Itália contribuiu para a difusão do movimento humanista em Portugal, inversamente, a existência de professores italianos no reino português não surtiu menor efeito, haja visto nossa menção feita no capítulo anterior a respeito do papel desempenhado por Cataldo Sículo na Corte de Dom João II.

Entretanto, António Rosa Mendes matiza esta perspectiva. Segundo o autor, em Portugal, a penetração dos valores humanistas foi lenta em função da mundividência medieval, o que, tal como já apontamos sumariamente, conferiu à vida cultural portuguesa um cunho relativamente arcaizante.²⁵⁰ De todo modo, mesmo contando com a hipótese de que o humanismo português operava no âmbito de uma temporalidade mais lenta, não se deve perder de vista que, enquanto as crônicas das cidades foram

²⁴⁷ SLOANE, Thomas O (Editor in Chief). *Op. cit.* s.v. “Humanism”.

²⁴⁸ Cf. CANTIMORI, Delio. *Humanismo y religiones en el Renacimiento*. Trad. Antonio-Prometo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1984. p. 241 e ss.

²⁴⁹ Cf. RAMALHO, Américo da Costa. *Para a história do humanismo em Portugal*. Vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994. p. 109.

²⁵⁰ Cf. MENDES, António Rosa. *Op. cit.* pp. 333-371.

objeto de estudo de retóricos e humanistas italianos, em Portugal, a figura desses personagens também se encontraria associada às crônicas do reino, o que torna notório o vínculo entre o início da historiografia humanista ali e sua prática correlata na península itálica. Exemplo, nesse sentido, é o próprio Cataldo Sículo e “*sua ânsia*” em obter informações para a composição de uma crônica sobre a Expansão Portuguesa. Entretanto, “*tudo quanto conseguiu foi compor poemas e escrever discursos e epístolas. Um desses poemas foi a ‘Arcitinge’, sobre a conquista de Arzila e Tânger [...] É o primeiro carne heróico sobre a Expansão Portuguesa*”.²⁵¹ Sob esta perspectiva, o humanismo de Cataldo Sículo representa o primeiro momento daquilo que será característico no movimento humanista em Portugal, que será “*um humanismo voltado para o ultramar e que se nutria dos saberes oriundos dos contatos coloniais*”,²⁵² como bem observou Rui Luis Rodrigues em sua tese de doutorado. Contudo, além de Cataldo, é possível assinalar ao menos o nome de dois outros italianos encarregados da tarefa de escrever crônicas em Portugal, a saber, Angelo Policiano e Giusto Baldo, porém, ambos faleceram antes de executar a tarefa. Por sua vez, é importante observar que além das crônicas, a oratória também foi praticada em Portugal no início da Época Moderna. Com efeito, foi por meio das orações que se anunciavam os acontecimentos mais notáveis da vida política dos Estados e que, no âmbito da especificidade portuguesa, foi o instrumento utilizado pelos oradores para informar “*a Europa das vicissitudes da expansão ultramarina, então em curso*”.²⁵³

Desse modo, sem perder de vista, que por um lado, o humanismo em Portugal procurou atender às vicissitudes da expansão ultramarina, não é menos verdade que a percepção desse fenômeno também encontrou resistência por parte dos letrados portugueses no contexto do século XVI. Segundo António Rosa Mendes, em função da originalidade da experiência dos descobrimentos marítimos, a assimilação desse evento foi difícil por parte dos “*homens de letras regressados das universidades estrangeiras, imbuídos de uma orientação mental livresca e estruturalmente divorciada da realidade prática das coisas*”.²⁵⁴

²⁵¹ Cf. RAMALHO, Américo da Costa. *Op. cit.* p. 108.

²⁵² RODRIGUES, Rui Luis. *Entre o dito e o maldito: Humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confecionalização do Ocidente, 1530-1685*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. pp. 489-490.

²⁵³ Cf. RAMALHO, Américo da Costa. *Op. cit.* p. 111.

²⁵⁴ MENDES, António Rosa. *Op. cit.* p. 335.

Embora a afirmação de que o progresso do classicismo de matriz itálica tenha sido lento nos obrigue a flexibilizar as balizas cronológicas do movimento humanista em Portugal, ela nos impõe a necessidade de mencionar a tese de que as humanidades ainda não haviam conquistado o prestígio de disciplinas estruturantes do saber nas primícias do reinado de Dom João III. Contudo, tal como já foi apontado anteriormente, vale reiterar que foi sob o reinado deste monarca que o investimento na cultura ganhou maior vulto.²⁵⁵ Com isso, é importante fazer referência à ideia de que os reinados de Dom Manuel I e de Dom João III devem ser compreendidos como a Época de Ouro portuguesa, não apenas por causa das Expansões Marítimas, mas também, pelas realizações culturais sem precedentes que foram levadas a efeito no reino.²⁵⁶ Desse modo, se num primeiro momento, a já mencionada presença de estudantes portugueses em universidades estrangeiras foi reduzida – e provenientes mais de iniciativas individuais do que de uma política deliberada –, com Dom João III esta realidade estaria destinada a sofrer profundas mudanças.

Por sua vez, tais mudanças responderam à demanda que a modernização do aparelho cultural impôs à nova configuração do poder na Europa Moderna, cada vez mais centralizado. Federico Chabod, em estudo clássico sobre o assunto, anota que o “Estado do Renascimento” caracteriza-se, fundamentalmente, pelo surgimento de uma estrutura onde a constituição de um exército permanente, de uma diplomacia permanente e a consolidação de uma burocracia estatal são seus componentes essenciais. Para o historiador italiano, é a organização da diplomacia que intensifica a formação de oradores que passarão a residir nas cortes dos príncipes estrangeiros. Em síntese, argumenta o autor, “*o Estado do Renascimento ‘inventa’ os funcionários do rei*”.²⁵⁷ Assim, o investimento na cultura e o correlato processo de modernização do aparelho cultural deve ser compreendido como o mais notório desdobramento da construção do Estado Moderno em Portugal. De fato, como sugeriu Maria Paula Dias Couto Paes, as iniciativas de Dom João III denotam sua ciência de que, “*para fazer de Portugal uma voz necessária a ser ouvidas (sic) nas grandes questões européias era preciso equiparar-se sobretudo aos grandes centros político-intelectuais contemporâneos*”.²⁵⁸

²⁵⁵ Cf. MENDES, António Rosa. *Op. cit.*

²⁵⁶ Cf. BOXER, Charles R. *João de Barros...* pp. 13-14.

²⁵⁷ CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento...* p. 532.

²⁵⁸ PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 501.

É sob esta ótica que devemos compreender o que escreveu António Rosa Mendes:

“O investimento na cultura, sobre ser um imperativo das circunstâncias históricas, só a prazo relativamente largo poderia surtir. Na impossibilidade de, com os recursos humanos existentes, promover a instituição imediata de novos focos de cultura no País, as primeiras iniciativas do governo joanino dirigiram-se para a formação de quadros no exterior. Inscreve-se nesse objetivo o acordo firmado em 1526 com Diogo de Gouveia [...] doutor em Teologia pela Universidade de Paris [...] anti-erasmista militante. O teólogo arrendara anos antes o colégio parisiense de Santa Bárbara, de que era principal, e a munificência régia, proporcionando a manutenção de cerca de 50 bolseiros estudantes portugueses, fez deste estabelecimento o centro intelectual em que se forjaram muitos dos que, uma vez regressados, vieram a ser (contra os desejos do mentor) os agentes das reformas do ensino levadas à prática na década de 40. [...] De 1527 – data do impulso no envio de bolseiros para a França – a 1547 – ano da fundação do Colégio das Artes de Coimbra, expoente dos propósitos da cultura renovada –, o eixo da vida cultural portuguesa deslocou-se decisivamente para o campo do humanismo.”²⁵⁹

Desse modo, o flerte com o humanismo erasmista, o investimento na cultura, e também, pode-se acrescentar, a acolhida dos humanistas André de Resende e Damião de Góis em 1533, são alguns dos elementos que permitem circunscrever o caráter liberal de Dom João III e sua relação com o Renascimento português. Notório, ainda, foi seu papel na reestruturação do sistema educativo com a transferência da sede dos Estudos Gerais para Coimbra em 1537, fato que teria estimulado uma efetiva ruptura “*com o medievo figurino generalista de concentrar numa única escola todo o ciclo de estudos que ia das primeiras letras às faculdades maiores*”. Por fim, deve-se mencionar aqui o projeto do Colégio Real das Artes, que, embora tenha representado a promessa de uma nova geração forjada nos moldes laicos e cristãos do humanismo, teve existência transitória e precária. De todo modo, o que se pretende assinalar aqui, é a possibilidade de compreender *O Piedoso* Dom João III como o principal mecenas das artes e das

²⁵⁹ MENDES, António Rosa. *Op. cit.* p. 338.

letras no reino, inclusive sendo mencionado com referências elogiosas em diversas orações.²⁶⁰

Com efeito, se por um lado é notório o papel de Dom João III enquanto mecenas dos letrados no reino – no âmbito de uma evidente relação de subordinação entre letras e poder²⁶¹ –, por outro, é possível especular que sua representação enquanto homem de letras foi inventada por estes mesmos letrados, seus subordinados, “*ainda que se admita, em um acordo mais ou menos tácito, que o Rei não possa ser comparado quanto às suas habilidades literárias e científicas com alguns de seus nobres súditos*”.²⁶² Desse modo, mesmo a dedicatória escrita por Erasmo de Roterdã não pode ser compreendida sob outra chave de leitura, uma vez que é importante contar com a hipótese de que o enaltecimento dos atributos intelectuais feito pelo humanista holandês teve um papel fundante, se não pelos letrados coevos – ou pelas gerações imediatamente posteriores –, certamente pela historiografia mais contemporânea.

Ora, e porque deveríamos compreender a dedicatória escrita por Erasmo de Roterdã no interior de uma relação de subordinação? Certamente, a resposta desta questão não deve perder de vista que o humanista holandês a escreveu no intuito de alcançar algum privilégio junto ao rei, o que ganha particular relevância quando nos lembrarmos de que suas pensões encontravam-se atrasadas. Além disso, seria o caso de salientar que, possivelmente, a mediação do alemão Erasmo Schets está intrinsecamente articulada aos seus interesses na produção de açúcar no Brasil, visto que o comércio da especiaria seria privilégio restrito da coroa nos quadros do Antigo Sistema Colonial.²⁶³ É necessariamente sob esta perspectiva que a crítica feita por Erasmo de Roterdã ao monopólio ganha sentido. De todo modo, o que está em evidência é a questão do reconhecimento dos méritos por meio da concessão de privilégios, e a prática da escrita foi um eficiente instrumento para alcançá-los.

Somente por meio da recuperação da densidade da situação apresentada nesse contexto é que podemos compreender efetivamente o real caráter do enaltecimento dos atributos intelectuais de Dom João III que Erasmo nos apresenta. Diante disso, não se pode perder de vista que a escrita foi, de fato, um meio de alcançar benesses, tal como

²⁶⁰ Cf. MENDES, António Rosa. *Idem*. Citação à p. 343. Cf. tbm. PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.*

²⁶¹ Sobre o assunto, cf. ALCIDES, Sérgio. *Desavenças...*

²⁶² PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 502.

²⁶³ Cf. NOVAIS, Fernando A. “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. pp. 23-43.

demonstrou oportunamente Ronald Raminelli em estudo recente.²⁶⁴ Seria o caso, nesse sentido, de atentarmos para o exemplo do *Panegírico de Dom João III*, onde João de Barros exalta o amor do monarca pelas letras, sem perder de vista a eficácia disso na administração da república. A sabedoria alcançada por meio do conhecimento das letras é tida como instrumento fundamental para a obtenção da equidade na justiça: notório exemplo do inextricável relacionamento que surge entre poder e as letras na Época Moderna – sendo que estas são apresentadas como equivalentes à virtude da prudência:

“A todos é notório quanto amor tem às letras, quanto favor, quanto emparo (sic), quanta mercê recebem dele os letrados de toda a ciência; este amor é causa de sua Corte florescer hoje tanto em letras como floresce; este mesmo o faz cuidar novas maneiras e novas invenções d’estudos gerais, por onde as ciências em seu reino não menos cresçam e vão adiante, que as outras virtudes. Verdadeiramente as letras dizem bem com as armas. Bem sei que muitos são doutra opinião, mas a causa disto (se me não engano) é por não confessarem seu defeito, louvando a virtude, de que carecem. Mal iria ao capitão, se não fosse prudente, e mal à república em que houvesse armas sem conselho e autoridade das letras; mas fique esta questão para outro tempo, e agora somente direi que os mais dos emperadores e reis e capitães de grande fama foram letrados”.²⁶⁵

Embora esta pesquisa não tenha encontrado qualquer registro direto de alguma benesse efetivamente alcançada por João de Barros por meio de seu *Panegírico*, não há dúvidas de que o elogio surte efeito positivo em sua carreira. Ora, mesmo tendo em vista que foi sobretudo por seus serviços prestados como feitor da Casa da Índia e Mina que Barros alcançou tenças, mercês e privilégios – tanto para si, quanto para sua mulher e filhos –, vale atentarmos para dois acontecimentos relevantes. O primeiro deles é a já mencionada promessa feita por Dom Manuel a João de Barros, de que, se este pusesse em memória os feitos portugueses na Índia, não teria seu trabalho perdido ante o rei, o que denota que a escrita era, de fato, uma tarefa a ser recompensada. O outro acontecimento que não deixa de ser significativo ocorreu no momento em que se definiam os procedimentos para a continuação da obra de Barros, quando “*dois religiosos doutos*”, apontados pelo visitador Padre da Fonseca como potenciais

²⁶⁴ Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. pp. 17-60.

²⁶⁵ BARROS, João de. “Panegírico do Rei Dom João III”... pp.116-117.

continuadores das *Décadas*, declinaram o convite feito por Miguel de Mendonça, argumentando que não fariam o trabalho, “*pois se tratava de pessoa cujos filhos são vivos*”.²⁶⁶ Tão mais significativo é este fato quando nos lembramos da disputa judicial movida pelos familiares do historiador quinhentista contra João Batista Lavanha, ou ainda, quando atentamos para a minuta da petição feita por Antonio de Barros d’Almeida – neto de João de Barros –, onde este, embora alegue seus serviços prestados à coroa, não deixa de anotar o nome e os feitos do avô materno; “*provedor que foi da casa da Índia, e autor das Décadas da Ásia*”.²⁶⁷ Enfim, importa compreender que a obra estava não apenas associada a seu autor, mas também, a seus herdeiros, tal como os privilégios e as benesses alcançadas.

Por fim, é possível assinalar um contraste entre as carreiras de João de Barros e Inácio de Moraes. Enquanto o primeiro teve êxito, tanto em sua carreira administrativa quanto em sua carreira de letrado, não se pode afirmar o mesmo do segundo. Com efeito, Inácio de Moraes era quadro de Dom João III. Além de ter sido bolsista em Paris, e estudado em Lovaina, foi professor de humanidades em vários colégios do reino até ser nomeado professor para uma cadeira de Poesia na Universidade de Coimbra em 1546. Todavia, Aires do Couto sugere que Inácio de Moraes “*começou a frequentar a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, vindo a obter o grau de bacharel*”²⁶⁸ na tentativa de melhorar a “*sua situação econômica*”. Entretanto, Couto nos assegura que tal situação não melhorou e, pelo contrário, se agravou ainda mais, o que teria forçado o humanista a procurar abrigo no Mosteiro de Alcobaça ao final de sua vida. Ora, seria o caso de arriscarmos a hipótese de que foi este o preço pago por sua “*sinceridade*” ao escrever que o príncipe Dom João não era muito culto, uma vez que, em suma, a mesma lógica que poderia colocá-lo nas graças do rei, é a que pode ter provocado sua desgraça.²⁶⁹

Em síntese, se nos pautamos pelas interpretações de Joaquim Veríssimo Serrão, Elisabeth Hirsch, Ana Isabel Buescu ou António Rosa Mendes é visível a divisão do reinado de Dom João III em dois momentos distintos: o primeiro teria sido marcado

²⁶⁶ “Carta dirigida a Filipe I por causa da continuação da obra de Barros”. In: BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros...” p. 240.

²⁶⁷ “Minuta duma petição dum neto de João de Barros, alegando seus serviços”. In: BAIÃO, António (org.). *Op. cit.* p. 322.

²⁶⁸ COUTO, Aires do. *Op. cit.* p. 42.

²⁶⁹ Estabeleço aqui um paralelo com o sagaz raciocínio desenvolvido por Sérgio Alcides a respeito da “economia da graça”. Cf. ALCIDES, Sérgio. *Op. cit.* p. 230.

pela abertura da vida cultural no reino em direção ao humanismo erasmista, enquanto o segundo teria sido marcado pela retração da vida cultural lusitana com a fundação do Santo Ofício. Diante disso, vale sumariar alguns pontos importantes aqui apresentados. Primeiramente devemos nos lembrar de que o possível interesse de Dom João III em trazer o grande humanista holandês, Erasmo de Roterdã, com a intenção de contar com seus serviços em Coimbra nunca foi oficialmente efetivado, e dele só temos notícia pela mediação de Damião de Góis, sob pressão da Inquisição. Particularmente, não encontrei notícia de qualquer prova substancial de que o rei tenha formalizado tal convite. Somemos a isso a afirmação de Marcel Bataillon, segundo a qual, a especulação a respeito das possibilidades de ter Erasmo de Roterdã como mestre e representante das letras na Corte não foi uma iniciativa exclusiva do rei português, mas sim uma prática difundida entre diversos monarcas. Ou seja, não é de se desprezar a ideia de que, ao manifestar interesse em trazer Erasmo para sua Corte, Dom João III cumpria um protocolo, mais do que, efetivamente, fosse um simpatizante das ideias do notório humanista.

Em segundo lugar, não podemos perder de vista o fato de que, conforme podemos ler na carta de Schets ao humanista holandês, sua dedicatória ao rei de Portugal teria sido uma entre tantas outras, de modo que, além da dedicatória ter sido escrita no intuito de alcançar alguma benesse, foi mediada por um mercador que possuía evidentes interesses na produção de açúcar (e, também, em sua comercialização: nunca é demais lembrar que Erasmo critica o protecionismo de Dom João III). Por fim, tão eloquente, ou mais, do que a publicação da dedicatória, devemos considerar sua supressão “*dans le grand Chrysostome publié en 1530 par Froben*”, tal como nos revela Marcel Bataillon.²⁷⁰

Com efeito, ao passo que defendemos a ideia de que todo investimento na cultura realizado por Dom João III deve ser compreendido mais como um fenômeno de caráter político do que, propriamente, um fenômeno de caráter cultural, não há dúvidas de que concordamos, por exemplo, com a sugestão de um historiador como Rui Luis Rodrigues, que entende a postura do rei português frente aos humanistas orientada por um senso de pragmatismo. Para Rui Luis, “*o caráter pragmático de Dom João III deve*

²⁷⁰ Cf. BATAILLON, Marcel. *Op. Cit.* Citação à p. 86.

ser considerado em relação dinâmica com sua simpatia pelas perspectivas humanistas”.²⁷¹ Nesse sentido, argumenta com clareza o colega:

“O senso – humanista – da possibilidade de uma convivência com a diversidade coadunava-se, no monarca, com um discernimento bem prático da utilidade empírica dessa postura tolerante. Se essa tolerância se constituía num dos lados desse pragmatismo, o outro lado foi ocupado pela impossibilidade de negar os benefícios práticos representados pelo estabelecimento de um mecanismo como o da Inquisição, esse projeto ao qual o rei se dedicou enfaticamente até conquistá-lo em 1536.”²⁷²

Em última instância, a chave de leitura apresentada por Rui Luis articula os dois momentos que relacionam o reinado de Dom João III às razões de Estado da Coroa portuguesa – ainda que, vale anotar, Rui Luis não se detém na questão da “formação” do Estado moderno, pois para ele, a percepção deste contexto sob a ótica de tal problemática embute um matiz teleológico na análise –, ou seja, um ambiente no qual o imperativo dos interesses comerciais se apresenta articulado à atividade missionária. Nesse sentido, nosso colega sugere que o comércio deve ser compreendido como um instrumento de comunicação necessário à propagação da fé.²⁷³ Sem dúvida, o processo de colonização que se desdobrou da expansão ultramarina e inaugura a Época Moderna teve na religião sua principal motivação ideológica: é sob esta ótica, por exemplo, que podemos compreender a “*justificativa teológica do Sistema Colonial*”, tal como formulou Laura de Mello e Souza em obra já clássica.²⁷⁴ Por fim, ainda que venhamos a nos deter com maior ênfase a respeito deste assunto, é oportuno assinalar que a especificidade da produção cultural à época de Dom João III reside no interesse etnográfico que se faz presente na literatura humanista portuguesa, resultante da articulação de ambos os imperativos.

Com efeito, na perspectiva de Rui Luis Rodrigues, reconhecer o papel da religião como o eixo estruturador dos estados – e, pode-se acrescentar, dos impérios coloniais –, bem como aceitar o caráter pragmático de Dom João III, não exclui

²⁷¹ RODRIGUES, Rui Luis. “Reflexões sobre o Humanismo português no alvorecer da época confessional”. In: *Revista Angelus Novus*. Nº 2, julho, 2011, p. 61.

²⁷² RODRIGUES, Rui Luis. *Op. Cit.* p. 61.

²⁷³ Cf. RODRIGUES, Rui Luis. *Idem.* pp. 69 e ss.

²⁷⁴ Sobre o assunto cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. pp. 21-85. O trecho citado encontra-se na p. 79.

necessariamente a possibilidade de compreendermos o reinado de Dom João III em dois momentos distintos e bem definidos, onde o primeiro, visto como mais positivo, está relacionado com uma maior abertura ao processo de laicização tradicionalmente atribuído ao humanismo, enquanto o segundo poderia ser entendido como mais obscurantista, visto que foi marcado pela instituição da Inquisição e assinala um período de fechamento cultural e social.²⁷⁵

Por sua vez, na perspectiva de Maria Paula Dias Couto Paes, são também os textos literários, cartas e relatos produzidos no contexto da expansão marítima e das relações interculturais por ela inaugurada o principal elemento de diferenciação da literatura humanista produzida em Portugal. Além disso, para a historiadora, há uma aliança político-religiosa que denota um esforço de cristianização dos súditos como a maneira mais eficiente de garantir coesão à comunidade política, ou seja, à “*respublica*”. Para a autora, trata-se de perceber que:

“[...] a racionalidade da época estava assentada sobre parâmetros outros que não são os que regem a compreensão ‘racional’ das interpretações tal como as analisamos a partir da atualidade. Nesse sentido, torna-se inválido propor uma dicotomia no registro de oposições do tipo laicismo-modernidade versus Reforma Católica-conservadorismo político e social”.²⁷⁶

Com isso, para ela, a percepção do reinado de Dom João III em dois momentos diferentes constitui uma visão dicotômica, resultado de “*interpretações historiográficas mais ortodoxas*” e que implicam uma “*análise simplista acerca de uma conjuntura muito mais complexa*”.²⁷⁷

Ora, tem se tornado lugar comum no âmbito da atual historiografia brasileira promover a revisão de estudos já consagrados com o argumento de que é imperativo superar antagonismos e dicotomias a eles inerentes, uma vez que são por demais reducionistas.²⁷⁸ Este procedimento de revisão tem como princípio a crítica de uma

²⁷⁵ Com efeito, não deixa de acionar a categoria *fechamento*, ainda que a utilize com aspas. Além disso, em seu texto, não nega a existência destes dois momentos.

²⁷⁶ PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op. cit.* p. 514.

²⁷⁷ PAES, Maria Paula Dias Couto. *Idem.* p. 510.

²⁷⁸ Sem dúvida, no caso de alguns estudos recentes sobre cultura política no Império Português, a pretensão de superar tais dicotomias se desdobram em visões eufêmicas sobre o fenômeno do imperialismo e acabam por diluir os embates e os antagonismos em redes de interesses diversos, sempre submetidos a forças e relações de caráter local. Sobre o assunto, cf. PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Uma historiografia combativa: vozes dissonantes do ideário luso-tropicalista” (Resenha do livro

concepção teleológica da história, fundamentada na tese de que não existe uma relação necessária entre um determinado fato do passado e algum tipo de desdobramento tido como seu resultado. Em linhas gerais, esta abordagem se fundamenta na percepção do passado como alteridade absoluta e, portanto, revestido de uma lógica que obedece à sua própria temporalidade, distante da lógica do mundo contemporâneo, o que faz com que ele deva ser compreendido exclusivamente em sua especificidade. Exemplo desse tipo de abordagem, e referência fundamental para grande parte destes estudos – se não a totalidade, ao menos na área dos estudos de política e instituições – é a “*crítica do paradigma estadualista*”, onde o historiador António Manuel Hespanha, detido sobre questões relacionadas à história política do Antigo Regime europeu, sugere que é necessário visualizar a “*especificidade e alteridade do modelo de estruturação do poder nas sociedades não estatais*”²⁷⁹ para que se possa, efetivamente, compreendê-las.

Embora a crítica seja coerente em termos teóricos, é preciso notar que pressupõe os estudos históricos a partir de um historicismo exacerbado que está muito distante da percepção de que a história, além de ser a ciência do tempo, é, também, a ciência que se detém nas mudanças que o tempo imprime às sociedades humanas, uma vez que seu objeto é, fundamentalmente, o homem – e suas vicissitudes – no tempo. Em nosso ponto de vista, não há dúvida de que a história, “*despida de toda e qualquer tentação teleológica estaria arriscada a se tornar um interminável inventário de fatos desconexos abandonados à sua prolífica incoerência*”.²⁸⁰ Além disso, não atende àquilo que entendo como um dos mais importantes postulados do ofício do historiador, que é o de compreender, correlativamente, o presente pelo passado e o passado pelo presente. Ora, não é outro o sentido do clássico ensaio de Marc Bloch, onde o autor nos ensina que “*a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado*”.²⁸¹

Com efeito, compreender a alteridade do modelo de estruturação do poder nas sociedades não estatais, é deixar de focar a questão da formação do Estado na Época

“Cultura Imperial e projetos coloniais – séculos XV a XVIII, de Diogo Ramada Curto). In: *Jornal de Resenhas*. Nº 11, novembro de 2012, p. 23.

²⁷⁹ HESPANHA, António Manuel. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”. In: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime...* p. 31.

²⁸⁰ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 30-31.

²⁸¹ BLOCH, Marc. *Op. cit.* p. 65.

Moderna. Uma vez que perdemos de vista a noção de “formação”,²⁸² como entender, então, a “*solidariedade entre as épocas*” e seus “*vínculos de inteligibilidade*”?²⁸³ Em suma, como estabelecer uma ponte cognitiva com o passado, e dar-lhe sentido, se ele deve ser entendido como alteridade absoluta? Ainda nessa perspectiva, é preciso notar que toda tentativa de imergir no passado, e operar o conhecimento histórico unicamente a partir de uma racionalidade outra pode induzir a um grave erro, que é o de “*acreditar que a ordem adotada pelos historiadores em suas investigações deva necessariamente modelar-se por aquela dos acontecimentos*”.²⁸⁴ Cabe ainda, aqui, problematizarmos a suposta simplicidade inerente à dicotomização:²⁸⁵ se o exercício de crítica inscreve-se no interior de “*um trabalho de comparação*”,²⁸⁶ não seria importante contar com o antagonismo como base da comparabilidade?

Para Marc Bloch, classificar o encadeamento dos fenômenos humanos no tempo significa desvelar suas linhas de força, o que significa, em síntese, a possibilidade de estabelecer generalizações e elaborar uma explicação plausível. Ou seja, a finalidade do trabalho histórico é tornar inteligível a história enquanto processo. Entretanto, como observou, por sua vez, Jaques Le Goff, “*em história as explicações são mais avaliações do que demonstrações, mas incluem a opinião do historiador em termos racionais, inerentes ao processo intelectual de explicação*”.²⁸⁷ Pois bem, a percepção do passado

²⁸² Seria interessante refletirmos a respeito da crítica ao paradigma estadualista e à formação dos estados sob a perspectiva apresentada por Roberto Schwarz em seu artigo “Sobre a ‘Formação da literatura brasileira’”. Trazendo sua reflexão para o âmbito de nossa discussão, não seria equivocado considerármos, por exemplo, a substituição da noção de “Brasil Colonial” por “América Portuguesa” como uma pretensão de superar a arena local e nacional por meio de sua diluição no interior de uma tradição mais abrangente, dentro de outros contornos políticos e culturais. Frente a isso, recupero o argumento apresentado por Schwarz, que, em minha perspectiva, nos ajuda a compreender a aceitação de tal ideia no Brasil. Segundo ele, “*a moda [...] é da aldeia global, por oposição às aldeias locais: o tempo das formações nacionais passou, pois o mundo, interligado pelas novas formas de comunicação, vive um só e mesmo presente. A grande aceitação dessa tese no Brasil talvez não se deva apenas ao seu acerto, relativo, mas também à decisão medíocre e muito compreensível de não se dar por achado, não se dar por implicado na iniquidade das relações sociais locais, o que permitiria entrar para o primeiro mundo sem mais perda de tempo. Uma modernidade das mais tradicionais no país, da ordem, por exemplo, do Liberalismo e progressismo escravistas*.” Cf. SCHWARZ, Roberto. “Sobre a ‘Formação da literatura brasileira’”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23.

²⁸³ BLOCH, Marc. *Op. cit.* p. 65.

²⁸⁴ BLOCH, Marc. *Op. cit.* Atentemos, neste sentido, ao que escreveu Maria Paula Dias Couto Paes: “*a própria ordem cronológica dos acontecimentos demonstram a pouca validade da visão dicotômica acerca do reinado de Dom João III*”, cf. *Op. cit.* p. 514.

²⁸⁵ Lidas em seus contextos, as dicotomias configuram evidentes situações de conflito. Sem dúvida, negligenciar tais conflitos sob o imperativo de uma rede consensual que articula interesses diversos subestima a importância das querelas e dos interesses antagônicos como elemento constitutivo do embate político.

²⁸⁶ BLOCH, Marc. *Op. cit.* p. 109.

²⁸⁷ LE GOFF, Jaques. “História”. In: *História e memória...* p. 41.

como alteridade absoluta, associada à negligência em registrar oposições e dicotomias – que, por sua vez, assinalam importantes rupturas ou continuidades – elide o historiador de um importante papel, que é o da análise das linhas força, onde, de fato, deve situar sua opinião – o que não significa julgar –, formulada em termos racionais, a respeito de um determinado fenômeno, em uma dada conjuntura.

Em face dessas considerações, creio que seja importante reiterarmos, aqui, o caráter ambíguo do reinado de Dom João III, sobretudo por considerarmos que tal ambiguidade colabora na impressão de uma coloração única ao movimento humanista em Portugal. Contudo, a ambiguidade do rei não se deve ao fato de que ele não era um erudito. A questão era outra. Neste sentido, vale atentarmos para o fato de que o Colégio das Artes, ícone da modernização cultural portuguesa, foi entregue à Companhia de Jesus,²⁸⁸ influência “invisível”, mas poderosa, da Contra-Reforma no âmbito da política: a paulatina presença jesuíta nas instituições de ensino deve ser compreendida como uma eficiente estratégia na batalha pela ortodoxia, afinal, seria dos colégios e das universidades que saíam os quadros mais notáveis do poder.

Por sua vez, para António Borges Coelho, em Portugal, a universidade seria a instituição responsável pela formação de quadros “*que criariam e dirigiriam a Inquisição Portuguesa e também os que dirigiram o aparelho administrativo-judicial e o aparelho eclesiástico*”.²⁸⁹ Ainda neste sentido vale atentarmos para o fato de que, segundo Paolo Prodi, a reforma interna da Igreja católica foi uma resposta à necessidade de manter seu magistério e sua jurisdição universal em um mundo no qual o poder se laicizava paulatinamente: uma vez que não conseguiu sustentar a concorrência no plano dos ordenamentos jurídicos, ela aposta no “controle das consciências”, sobretudo por meio da instituição dos confessionários.²⁹⁰

Além disso, é importante a recuperação da tese segundo a qual a influência de Erasmo de Roterdã sobre João de Barros foi modesta para definirmos o papel do humanismo laicizante no reino: sem dúvida, a cautela do humanista português em eliminar as possíveis fronteiras entre a herança pagã e o cristianismo primitivo – elemento fundamental na composição do espírito cruzadístico presente na mentalidade

²⁸⁸ Cf. MENDES, António Rosa. *Op. cit.*

²⁸⁹ COELHO, António Borges. “Tópicos para o estudo da relação Universidade/Inquisição (séculos XVI-XVII)”. In: TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 113.

²⁹⁰ Cf. PRODI, Paulo. *Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Capítulo VI.

portuguesa – alinhava-se às exigências de uma circunstância histórica em que a religião cristã se definia como fundamento do Estado em formação.²⁹¹ Efetivamente, a sanção da paz de Augusta em 1555 afirmou o princípio “*cuius regio eius religio*”, ou seja, “*quem domina uma região, determina qual é a religião*”,²⁹² o que fazia com que a religião do rei fosse, necessariamente, a religião de seus súditos. Esta foi, de fato, uma das linhas de força desse contexto.

Com efeito, é interessante a sugestão de que a especificidade da produção humanista de Portugal reside, sobretudo, na literatura elaborada no contexto da expansão marítima, notavelmente na literatura de caráter etnográfico – da qual João de Barros é um grande expoente, tal como veremos. Fundamentalmente, esta literatura se desdobra, fundamentalmente, da expansão do cristianismo. Assim, creio que os dois momentos que marcaram o reinado de Dom João III denotam a indefinição dessa conjuntura. A tolerância de Dom João III no contexto português encontra correspondência em outros contextos, tal como entre os jesuítas, “*máxima expressão do espírito contra-reformista*”, segundo António Rosa Mendes.²⁹³ Ora, mesmo a ordem tendo sido fundada numa época em que Erasmo era considerado “*o símbolo principal de tudo o que estava errado*”,²⁹⁴ Inácio de Loyola “*nunca publicou para a Companhia uma proibição peremptória*”²⁹⁵ contra as obras do célebre humanista holandês, além disso, considerando que a companhia nasceu oficialmente com a Bula Papal de 1540, foi somente em 1552, ou seja, doze anos depois de sua criação que Inácio proibiria o uso das obras de Erasmo no colégios jesuítas, o que nos obriga a contar com a hipótese de que elas eram utilizadas com alguma frequência.²⁹⁶

Desse modo, ao passo que a escrita de João de Barros incorpora tensões e embates inerentes ao contexto em que foi elaborada, vale atentar para a sugestão de que mesmo ele esteve dividido entre as principais correntes a que um homem de letras poderia se identificar ao longo do segundo quartel do século XVI. Se, por um lado, o “espírito” erasmiano se fez presente em obras como a *Ropicapnefma*, ou mesmo, como sugere Zoltán Biedermann, em parte da primeira *Ásia de João de Barros*, ou ainda, no

²⁹¹ Cf. PRODI, Paulo. *Op. cit.* Capítulos V e VI.

²⁹² FILORAMO, Giovanni. *Monoteísmos e dualismos: as religiões de salvação*. Trad. Camila Kintzel. São Paulo: Hedra, 2005. p. 89.

²⁹³ MENDES, António Rosa. *Op. cit.* p. 346.

²⁹⁴ O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Trad. Domingos Armando Donita. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 396.

²⁹⁵ O'MALLEY, John W. *Op. cit.* p. 406.

²⁹⁶ Cf. Idem. *Op. cit.* pp. 406 – 407.

Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus, é de se considerar, ainda segundo Biedermann, que por outro lado, há uma notória resignação em seus escritos – principalmente a partir do *Panegírico da Infanta Dom Maria* – diante das novas propostas sócio-culturais da segunda era joanina, como vimos, mais fechada e intolerante.²⁹⁷

2.3. O polemista ausente

Notório exemplo das tensões e dos embates inerentes ao contexto é o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*, provavelmente “composto entre o terceiro e quarto autos-de-fé celebrados em Lisboa”,²⁹⁸ ou seja, entre os anos de 1542 e 1543. Deste colóquio, é significativo o fato de que Manuel Severim de Faria não nos deu notícia em sua *Vida de João de Barros*. Tal como já mencionamos, o *Diálogo Evangélico* não seria publicado antes de 1950 e, por um lado, se é verdade que podemos considerar o manuscrito como uma forma privilegiada de transmissão de ideias ao longo do início da Época Moderna, por outro, não devemos perder de vista o papel que a imprensa desempenhou no aumento da distribuição dos livros. Para Robert Darnton, por exemplo, após 1500, o livro impresso passaria a ser mais barato e sua distribuição radicalmente ampliada.²⁹⁹ Diante disso, não seria equivocada a suposição de que a censura do *Diálogo* pelo inquisidor-geral, o infante Dom Henrique – a quem a obra tinha sido dedicada – fosse uma tentativa de silenciar eventuais estímulos a discussões de dogmas religiosos, de modo que a ausência de qualquer referência dessa obra na *Vida* de Severim de Faria reverbera um silêncio que se torna ainda mais eloquente quando alinhado a outros dois escritos suprimidos no mesmo contexto; o primeiro deles, *Espelho de Cristãos novos* é de autoria do cisterciense Francisco Machado; enquanto o segundo, *Inquisição e segredos da Fé contra a obstinada perfidia dos Judeus e contra Gentios e Hereges*, é de autoria de

²⁹⁷ Cf. BIEDERMANN, Zoltán. “Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros”. In: *Anais de História de Além-Mar*, Vol. IV, 2003, pp. 29-61.

²⁹⁸ RÉVAH, I. S. “O ‘Diálogo Evangélico de João de Barros’”. In: BARROS, João. *Diálogo Evangélico...* p. LXXI.

²⁹⁹ Cf. DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história...* pp. 199-236.

Diogo de Sá. Com efeito, não é puro acaso que todas as obras mencionadas se debrucem sobre questões de caráter religioso, o que denota, por um lado, o pouco interesse da inquisição em estimular o debate de temas ligados à religião – mesmo que animados pelas “*melhores intenções*” –, e por outro o desagrado do poder real – encarnado por Dom João III –, em face do cristianismo evangelizador e não-persecutório característico dessas obras, notavelmente no caso do *Diálogo* e do *Espelho de Cristãos novos*.³⁰⁰

I. S. Révah atribui grande importância para a data na qual o *Diálogo* foi composto, uma vez que, para ele, o contexto de sua elaboração pode nos ajudar a compreender alguns dos objetivos que João de Barros procurou alcançar. Nesse sentido, argumenta Révah, enquanto na *Ropicapnefma*, a sátira ao povo judeu foi violenta, no *Diálogo*, o autor quinhentista adota um tom mais moderado, visto que “*a perseguição ativa tinha começado*”, o que, por sua vez, nos dá a conhecer a perspectiva de um autor “*sinceramente preocupado com a fuga em massa dos cristãos-novos portugueses, de um cristão que quer ainda acreditar na superioridade dos argumentos espirituais*”.³⁰¹ Inscrita no âmbito de uma tradição literária pautada por questões inerentes à polêmica antijudaica, “*herdeira direta e confessa das obras contra o judaísmo redigidas na Idade Média e na Antiguidade tardia*”,³⁰² o *Diálogo* se propõe, principalmente, a demonstrar a veracidade e o universalismo da fé cristã por meio de um colóquio cujos interlocutores são o Evangelho e o Talmud. Com efeito, pode-se dizer que o *Diálogo*, juntamente com o *Espelho* são os dois primeiros escritos a trazer como tema principal a questão dos judeus.

Desse modo, para compreendermos melhor a data na qual o *Diálogo* foi composto, é importante não perdermos de vista o drama vivido pela comunidade judaica no reino português ao início da Época Moderna. De fato, é notório que o período conheceu uma multiplicação sem precedentes dos escritos antijudaicos, além disso, os judeus foram alvo de confinamentos e expulsões, além de uma sistemática recusa em atribuir-lhes postos de responsabilidade, mesmo depois de terem sido convertidos. Com efeito, os judeus haviam se tornado, por razões essencialmente religiosas, um dos

³⁰⁰ Cf. RÉVAH, I. S. *Op. cit.* p. LXXXIX. Cf. tbm. FEITLER, Bruno. “O catolicismo como ideal: produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna”. In: *Novos estud.* – CEBRAP. 2005, n.72, pp. 137-158.

³⁰¹ Cf. RÉVAH, I. S. *Op. cit.* p. LXXVI.

³⁰² FEITLER, Bruno. *Op. cit.* p. 138.

grandes inimigos internos da cristandade, ou, nos termos de Jean Delumeau, a representação do mal absoluto.³⁰³

Este assunto tem sido objeto de apreciação de inúmeros especialistas e por isso não nos cabe aqui esgotá-lo. De todo modo, o tema não pode deixar de ser tratado. Em vista disso, cito parte do artigo de Bruno Feitler dedicado à produção literária antijudaica no mundo português, onde o autor localiza, com clareza, os primórdios de uma questão que resiste ao tempo:

“Em outubro de 1497 os judeus de Portugal foram convertidos ao cristianismo à força. Esse ato de violência foi ditado por necessidades políticas e econômicas. As ambições dinásticas do rei Dom Manuel, que se casara com três princesas espanholas no intento de unificar os reinos ibéricos sob a égide de Portugal (sabemos que o feitiço se virou contra o feiticeiro...), fizeram-no expulsar os judeus, pois essa fora uma das condições impostas pela primeira das princesas para casar-se. O édito de expulsão, datado de dezembro de 1496, dava dez meses aos mouros e aos judeus para deixar o Reino, e na data fatídica os judeus que não haviam conseguido deixá-lo (a grande maioria) foram forçosamente convertidos ao catolicismo. Assim é que o ano de 1497 marcou o fim da existência legal do judaísmo em Portugal e o começo da conturbada história dos descendentes dos judeus lusitanos: os cristãos-novos. Esse trágico evento deixou marcas indeléveis em toda a sociedade portuguesa, e suas ondas de choque se fazem sentir até hoje em dia.”³⁰⁴

Com efeito, tendo em vista um contexto marcado pela conversão forçada, bem como pela proibição do judaísmo no reino português, o *Diálogo* se propõe a legitimar estas práticas sob o imperativo ideológico da superioridade da fé cristã, verdadeira e universal. De fato, a pretensão universalista do cristianismo é claramente evocada por João de Barros ao iniciar o colóquio, por meio de uma notória referência do Evangelho às sagradas escrituras. A evocação de uma passagem que trata do reino universal de Deus é tão mais emblemática quando sublinhamos o fato de que o encontro dos interlocutores, caracterizados como viandantes, embora aconteça dentro de um percurso compartilhado por ambos, assinala rumos opostos. Portanto, é no âmbito de uma

³⁰³ Cf. DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. Trad. de notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 414 e ss.

³⁰⁴ FEITLER, Bruno. *Idem*. p. 137.

situação que sugere, simultaneamente, a convergência e o afastamento dos personagens, o momento que tem início a conversação:

“Evangelho: Deus te salve, caminhante.

Talmud: E a ti encaminhe para este caminho que levo.

Evangelho: Tal pode ele ser que o não seguirei eu: para onde caminhas tu?

Talmud: Para Veneza, e daí, para Turquia.

Evangelho: Para Turquia? De que nação és?

Talmud: Hebreu, povo escolhido por Deus.

Evangelho: Agora entendo que a causa de te embuçares quando me viste foi por me conheceres.

Talmud: Como, tão conhecido és tu, que em te vendo de longe, posto que sem rebuço, logo te havia de conhecer!

Evangelho: *Sabes quão sou: que toda a terra é cheia de minha palavra.*”³⁰⁵

Como observação preliminar vale notar que, segundo I. S. Révah, o excerto transcrito em itálico remete ao trecho do *Salmo XIX*, onde se pode ler, “*e por toda a terra sua linha aparece, e até aos confins do mundo a sua linguagem*”.³⁰⁶ Contudo, seria o caso de levantarmos a hipótese de que João de Barros tenha citado a *Epístola aos Romanos*, visto que, embora esta ecoe o salmo, remete-nos diretamente ao *Novo Testamento*, onde, de fato, encontramos a mesma mensagem: “*Ora, eu digo: será que eles não ouviram? Entretanto, pela terra inteira correu sua voz; até os confins do mundo as suas palavras*”.³⁰⁷ Para darmos ênfase à hipótese de que o humanista português refere-se às cartas paulinas, não é de se desprezar a importância que o apóstolo São Paulo adquiriu nos círculos humanistas ao longo do século XVI, principalmente quando levamos em consideração sua importância na circunscrição do ideário que estimulou a reforma eclesiástica no início da Época Moderna:³⁰⁸ seus textos, de caráter interventivos, convidam à ação e podem ser compreendidos, na perspectiva do filósofo Alain Badiou, como “*os únicos verdadeiros textos doutrinários do Novo testamento*”.³⁰⁹ Sem dúvida, o impacto desses textos são notórios, também, na atividade missionária e sua ambição de “cristianizar” o mundo a partir do século XVI,

³⁰⁵ BARROS, João. *Diálogo Evangélico...* p. 3. O grifo é meu.

³⁰⁶ Sl 19, 5.

³⁰⁷ Rm 10, 18.

³⁰⁸ Cf. SKINNER, Quentin. *Op. cit.*

³⁰⁹ Cf. BADIOU, Alain. *São Paulo: a fundação do universalismo*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 44. Grifo do autor.

fenômeno que se encontra na base da formação e do desenvolvimento da modernidade.
310

É, portanto, no âmbito de uma conjuntura que articula, por um lado, a conversão forçada dos judeus e a malograda tentativa de sua integração, e por outro, a instauração da Inquisição em Portugal e o início das perseguições aos judaizantes, que o excerto transcrito nos apresenta uma perspectiva universalista do cristianismo alinhada a outra significativa preocupação de João de Barros: a crescente emigração dos judeus para terras em que pudessem abraçar livremente sua religião, notavelmente para a Turquia muçulmana. É sob esta grade de leitura que devemos compreender o empenho do Evangelho em convencer o Talmud a seguir outro caminho, o da Verdade:

“Quanto folgo de te achar aqui, parte onde te não podes escusar de me ouvir, por te amoestar que não sigas este caminho de Turquia, mas aquele que é verdadeira via e verdade. Pelo qual levando tu os teus sequazes, não encorreram em perigo da alma e da vida.”³¹¹

Sem dúvida seria o caso de problematizarmos o desconforto de João de Barros frente à emigração dos judeus à Turquia muçulmana sob o signo do persistente conflito entre estes últimos e a Cristantade. Com efeito, tanto o islamismo quanto o cristianismo, por serem religiões que se pretendem únicas e verdadeiras, condenam à eterna danação, todos aqueles que se apegam a outros credos.³¹² Todavia, embora a relação entre cristãos e muçulmanos tenha sido, ao longo da história, marcada por uma constante animosidade, há estudos que sugerem maior tolerância religiosa por parte dos muçulmanos, ao salientarem a convivência pacífica destas três confissões monoteístas na região da Andaluzia antes da Reconquista.³¹³

Em vista disso, se, por um lado, é preciso compreender o contexto de hostilidade aos cristãos-novos no reino português para lançarmos luz ao diálogo travado entre o Evangelho e o Talmud, por outro, não seria fora de propósito considerarmos, também, o contexto da presença turca no Mediterrâneo. Ali, os muçulmanos seriam hegemônicos nessa época e, segundo Fernand Braudel, seria preciso esperar os anos de 1559 – 1565

³¹⁰ Cf. GASBARRO, Nicola. “Missões: a civilização cristã em ação”. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. pp. 67-109.

³¹¹ BARROS, João. *Op. cit.* p. 4.

³¹² Cf. PAGDEN, Anthony. *Mundos em guerra: 2500 anos de conflito entre Ocidente e Oriente*. Trad. Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 161 e ss.

³¹³ Cf. BALTA, Paul. *Islã*. Trad. William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

para que se pudesse visualizar os últimos momentos desta primazia. Fenômeno que foi coroado com os resultados da batalha de Lepanto, em 1571.³¹⁴

Com efeito, a respeito da importância dos muçulmanos no contexto, o historiador Jean Delumeau assinala a perspectiva de Michel de Montaigne, que em seus *Ensaíos*, comenta serem os turcos “o mais forte Estado que aparece no mundo”.³¹⁵ Em suma, é nesse sentido que Delumeau nos apresenta sua ideia de que a cristandade está sitiada:

“No século XVI, o mundo otomano começa às margens do Adriático e se expande por três continentes: de Buda a Bagdá, do Nilo à Crimeia, estendendo mesmo seu protetorado a grande parte da África do Norte. As derrotas cristãs em Kosovo (1389) e em Nicópolis (1396), a tomada de Constantinopla (1453), o fim do pequeno império grego de Trebizonda (1461), a tomada do Egito (1517), a ocupação de Belgrado (1521), o desastre infligido em Mohacs (1526) aos cavaleiros húngaros e a seu rei Luís, que ficou entre os mortos, a anexação metódica das ilhas do Egeu entre 1462 (Lesbos) e 1571 (Chipre) fizeram do Sultão um augusto muçulmano. Ao mesmo tempo ele é o sucessor de Maomé, “o servidor das cidades santas”. Na Europa, ele domina os Bálcãs e 2/3 da Hungria, Transilvânia, Moldávia e Valáquia lhe pagam tributo. Em 1480, uma força turca desembarcou em Otranto. Mesmo depois de Lepanto (1571), os corsários turcos e berberes continuaram a visitar as costas italianas.”³¹⁶

Ora, é comum encontrar nas pregações da época comentários a respeito deste avanço otomano, que é situado, em geral, ao lado de flagelos diversos, tais como epidemias, fomes, inundações ou incêncios. Diante disso, seria interessante especular sobre a inquietação do humanista português, notavelmente se considerarmos sua possível sensibilidade diante da maior tolerância religiosa por parte dos inimigos. É o caso de arriscarmos a sugestão de que o desconforto de João de Barros frente à emigração dos judeus à Turquia muçulmana talvez esteja acompanhado de alguma admiração velada pelo islão, visto que, tal como nos assegura, mais uma vez, Delumeau,

³¹⁴ Cf. BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Tomo segundo. Trad. Mario Monteforte Toledo, Wenceslao Roces y Vicente Simón. México: FCE, 1997.

³¹⁵ MONTAIGNE, Michel de. *Op cit.* Capítulo XXV, p. 214. Cf. tbm. DELUMEAU, Jean. *Op. cit.* p. 408.

³¹⁶ DELUMEAU, Jean. *Idem.* p. 398.

“geógrafos, historiadores, viajantes, políticos e moralistas esforçam-se em compreender o adversário, admiram as leis e o exército do Império Otomano”.³¹⁷

Efetivamente, a emigração dos cristãos-novos em direção à Turquia foi uma questão relevante para João de Barros. Contudo, vale notar que o humanista estava atento, também, a uma segunda questão ligada à perseguição dos judeus no reino: o messianismo. Sem dúvida, o desenvolvimento desse fenômeno entre os cristãos-novos é mencionado literalmente no colóquio:

“Evangelho. Em três autos que te ora em Lisboa são feitos, entre muitos julgados, quatro foram ali notáveis: um se chamava doutor Dionísio médico e outro mestre Graviel.

Talmud. Qual o solicitador de minhas causas e das demandas alheias!

Evangelho. Esse induzidor das almas inorantes convertendo a ti muita gente com sua malícia...

Talmud. Haja ele a minha benção, e crê tu que se eu tivesse tais três discípulos (porém que fossem tão idiotas, como ele era, acerca dos mistérios da nossa Lei), não andaria eu embuçado como me ora topaste (posto que por causa do caminho o fazia como disse), mas já tivera ganhado as três partes do mundo. E os outros dois quem eram?

Evangelho. Um se chamava Francisco Mendes, também médico, o qual ia ouvir um *Luís Dias*, alfaiate que se fez *Messias*, a quem ele e outros beijavam a mão confessando haver nele espírito de santidade.”³¹⁸

Ora, a menção feita por João de Barros ao caso de Luís Dias – o alfaiate de Setúbal que foi preso e condenado pela Inquisição por acreditar ser o próprio messias – nos remete, por um lado, ao processo sofrido pelo desembargador Gil Vaz Bugalho – cristão-velho que manteve correspondência comprometedor tanto com o setubalense, como com outros personagens, tais como o físico Francisco Mendes e Jorge Fernandes Labaredas –, do qual Barros foi testemunha de defesa.³¹⁹ Por outro lado, nos reporta também a uma série de outros eventos semelhantes que envolvem desde a produção de escritos de caráter messiânico no interior das comunidades judaicas, até outras modalidades de profetização que ganharam força em Portugal ao início da Época Moderna, ocasião particularmente crítica para a minoria judaica do reino, tal como

³¹⁷ Cf. Idem. *Ibidem*. pp. 407 e 409.

³¹⁸ BARROS, João. *Op. cit.* p. 5.

³¹⁹ Cf. COELHO, António Borges. *Op. cit.*

vimos. Por sua vez, o messianismo é um tema amplamente estudado pela historiografia, e embora não nos caiba aqui traçar o histórico deste debate, creio que seja importante elucidarmos o assunto, ainda que sumariamente.³²⁰

Em linhas gerais, o messianismo associa-se à escatologia, de modo que é possível percebê-lo em articulação ao fenômeno do milenarismo. Neste sentido, seria interessante compreendermos o milenarismo sob seu aspecto mais imediato, ou seja, em sua crença de que os últimos mil anos que antecedem ao fim do mundo seriam plenos de paz, justiça, felicidade e abundância. Com efeito, o início desta última etapa do mundo seria reconhecível por algum indício irrefutável, assinalado tanto por eventos cósmicos, quanto por fatos históricos. Então, esses mil anos de plenitude e justiça seriam, de fato, a realização do Reino de Deus na terra, e se associariam à vinda do messias. Desse modo, o que temos com o messianismo, é a expectativa da chegada de um salvador que purgará o mundo de suas mazelas e instaurará uma nova era.³²¹

Para Jacqueline Hermann, o caso do alfaiate mencionado por João de Barros se enquadra no âmbito de toda uma geração de cristãos novos que vivenciaram o clima de exaltação messiânica que atingiu a comunidade em Portugal ao longo do século XVI. Além de Luís Dias, a historiadora cita, também, os casos de Isaac Abravanel, David Reubeni, Diogo de Leão de Costanilha e o de Gonçalo Annes, o sapateiro de Trancoso conhecido como Bandarra, que “profetizava” a vinda de um rei Encoberto que faria de Portugal a cabeça de um império cristão. Desse modo, vale a menção de que ao longo dos séculos XV e XVI o reino português conheceu diferentes manifestações de correntes apocalípticas, messianicas e milenaristas, que deram sentido escatológico a eventos históricos como as expansões marítimas, por exemplo, tal como demonstraram os estudos de Ana Paula Torres Megiani e Luís Filipe Silvério Lima.³²²

Assim, diante da densidade das questões que o *Diálogo* apresenta, é possível considerá-lo, ao lado da *Ropicapnefma*, uma obra de caráter amplamente polêmico e que por isso, em nossa perspectiva, nos ajuda a balizar a produção do humanista

³²⁰ Cf. HERMANN, Jacqueline. “As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial”. In: GRINBERG, Keila. (Org.). *História dos Judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 87-111.

³²¹ Cf. BARRETO, Vicente de Paulo e CULLETON, Alfredo (Coord.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010, s. v. “Milenarismo”.

³²² Cf. HERMANN, Jacqueline. *Op. cit.* Cf. tbm. HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. cit.*; LIMA, Luís Filipe Silvério. *Império dos sonhos: Profecias oníricas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.

viseense, sobretudo em face da unidade temática de ambas as obras. Aos diálogos polêmicos seguiriam outro gênero de escritura, os panegíricos e histórias. Contudo, embora seja possível visualizar momentos distintos na produção de João de Barros e sugerir que estes momentos se articulam às diferentes experiências políticas vividas no reino, este procedimento taxonômico não obedece à cronologia de sua produção, uma vez que *O Panegírico do Rei Dom João III* foi lido em 1533 e, portanto, quase dez anos antes de escrever o *Diálogo*, enquanto o *Panegírico da mui alta e esclarecida Infante Dona Maria Nossa Senhora* foi escrito somente dez anos depois do *Diálogo* em 1544. Além disso, nosso humanista escreveria, ainda, outros diálogos, tais como o *Diálogo da viçosa Vergonha* e o *Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais em modo de jogo*; contudo, vale observar que o conteúdo destes dois diálogos seria voltado, principalmente, ao aconselhamento da conduta de jovens.³²³ De todo modo, é fundamental registrar que considero possível assinalar dois momentos distintos na obra de João de Barros, e o argumento é que o tipo de gênero escolhido por nosso autor em cada um desses momentos, revela sua consciência em face das diferentes situações que o reinado de Dom João III experimentou, uma vez que o primeiro momento, no âmbito de um contexto de maior abertura, sua obra foi marcada pela composição de colóquios, gênero literário que dá maior espaço às polêmicas; por outro lado, o segundo momento de sua obra, escrita no âmbito de um contexto mais fechado, foi marcada por composições do gênero epidítico, que possuem um tom fundamentalmente encomiástico, e poupam o autor de tomar partido em polêmicas inconvenientes.

Contudo, não é prudente definir uma baliza rígida e definitiva para a produção intelectual de João de Barros. Basta levarmos em consideração o fato de que o *Diálogo Evangélico* foi escrito no intervalo dos dois panegíricos. É, todavia, nesse sentido que podemos compreender a afirmação de Zoltán Biedermann, segundo a qual o *Panegírico da mui alta e esclarecida Infante* marca um ponto de inflexão na obra do humanista viseense. Com efeito, ainda que tenha sido composto depois d'*O Panegírico do Rei Dom João*, vale abordarmos, primeiramente, a obra dedicada a Dona Maria, por ser uma obra “menor”: menor, não apenas porque o outro panegírico se detém na figura do rei – personagem que ocupa o ápice da hierarquia social em nosso contexto –, mas também

³²³ Cf. CONTI, Lígia Nassif. *Um projeto pedagógico às margens da expansão: João de Barros e seu ideal moralizador*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2005.

pelo fato de que sua extensão é menor, o que adquire grande importância numa sociedade profundamente hierarquizada, e onde suas modalidades de representação encontravam na semelhança um elemento estruturante, ou seja, a dignidade e grandeza de um personagem deveria encontrar semelhança na grandeza da obra a ele dedicada.³²⁴

Sobre a presença do gênero panegírico em terras portuguesas, Luís de Sousa Rebelo nos assegura que seu surgimento está associado à consolidação do poder real. Rebelo afirma, ainda, que os panegíricos renascentistas são marcados pela temática dos reis-filósofos,³²⁵ o que nos ajuda a compreender, por exemplo, a afirmação de que o “*vibrante elogio do saber*”³²⁶ é o que há de mais relevante no escrito dedicado à infanta. Por sua vez, para António de Oliveira, o *Panegírico* dedicado à infanta “*é uma das obras que bem merecia ser revisitada pelos cultores da história da Mulher*”,³²⁷ visto que deve ser compreendido como a obra de um vassalo que nasceu no senhorio que viria a pertencer a Dona Maria a partir de 1544, a qual doravante se passou a chamar senhora de Viseu e de Torres Vedras. Mais uma vez, é António de Oliveira quem nos esclarece o fato:

“O contrato do último casamento de Dom Manuel estipulava, com efeito, entre outras convenções, que a filha maior, no caso de não haver filho varão, receberia, a partir dos 16 anos de idade, 400.000 dobras castelhanas, pagas nos primeiros quatro anos. Este quantitativo estava avaliado, em 1544, em cinco contos de réis de renda anual.

Para satisfazer parte desta importância, Dom João III doou à irmã a cidade de Viseu e a vila de Torres Vedras “com todos os seus termos e limites e com todas as suas rendas”. Ao mesmo tempo, a infanta ficou senhora da “jurisdição cível e crime mero e místico império” (com a natural ressalva de correição e alçada) e dadas dos ofícios, para além de outras particularidades, como certos padroados régios e o poder chamar-se senhora das referidas terras.”³²⁸

³²⁴ A respeito da importância da semelhança na produção intelectual do século XVI, cf. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

³²⁵ REBELO, Luis de Sousa. *Op. cit.* p. 133.

³²⁶ COELHO, António Borges. *Op. cit.* p. 52.

³²⁷ OLIVEIRA, António de. “A infanta Dona Maria e o senhorio de Viseu: uma precisão cronológica”. In: *Revista Portuguesa de História*. 27 (1992). p. 215.

³²⁸ OLIVEIRA, António de. *Op. cit.* p. 218.

Portanto, é a partir da recuperação desse contexto que podemos compreender a elaboração, bem como o título do *Panegírico da mui alta e esclarecida Infante Dona Maria Nossa Senhora*. Com efeito, enquanto o diálogo se configura como um gênero que permite a inserção de seu autor no âmbito do debate público de ideias – em um contexto no qual não existiam jornais nem outros suportes para este tipo de embate –, o panegírico é um gênero literário de caráter encomiástico, cujo objetivo é exaltar feitos e virtudes, seja de uma pessoa, de uma comunidade, de um lugar, ou ainda, de um ideal. Em suma, é uma oração elogiosa elaborada para ser proferida publicamente e em ocasiões solenes.³²⁹ Vale notar, ainda, que assim como as crônicas e a história, o panegírico é considerado como pertencente ao gênero epidítico,³³⁰ embora exista uma substancial diferença, tal como nos aponta o próprio João de Barros em seu panegírico dedicado ao rei Dom João III:

“[...] se o principal fundamento dos que compõem crônicas e escrevem as coisas passadas é falar a verdade, sem dúvida a invenção do Panegírico é de maior autoridade que outra maneira de história; por quanto o Panegírico faz sempre fé do que vê e o representa aos olhos; a história pela maior parte trata do que ouve, e isto encomenda à memória.”³³¹

Desse modo, para João de Barros, diferentemente da história – “*que trata do que se ouve*” –, o panegírico é pautado por um fato concreto, visto que, por meio dele, deve se fazer “*fé do que vê e o representa aos olhos*”. Assim, o enaltecimento das virtudes de Dom João III vem acompanhado do testemunho do feito que deu ensejo ao elogio. É a partir desse horizonte que o humanista nos revela a ação virtuosa do rei:

“Que maior testemunho do que digo queremos que o que este dia e tempo presente nos pode dar, em que não somente faz mais rica e populosa com sua presença a sua cidade de Évora, mas ainda muito desejoso de lhe ser causa de mores bens lhe traz novamente água de muito longe em muita abastança, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água tão necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo sumprindo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens?”³³²

³²⁹ Cf. COUTO, Aires do. *Op. cit.*

³³⁰ Cf. SLOANE, Thomas O. (Editor in Chief) *Op. cit.* s. v. “Panegyric”.

³³¹ BARROS, João. “Panegírico do rei Dom João III”. In: *Op. cit.* pp. 1-2.

³³² BARROS, João. *Op. cit.* p. 76.

Em termos literais, é visível que na transcrição acima, a ação virtuosa de Dom João III foi a restauração de um sistema de abastecimento de água, que sabemos ser o Aqueduto da cidade de Évora. Diante disso, vale lembrar que para João de Barros, há uma relação intrínseca entre virtude e prática e por isso, o elogio das virtudes implica o elogio dos feitos, o que reveste a oração de um caráter político-ideológico, notavelmente por abordar os feitos do monarca. Ora, de fato, segundo Aires do Couto, desde o Império Romano os panegíricos possuíam esta conotação política, uma vez que eram utilizados como “*louvor individual do cidadão que se distinguira na comunidade*”,³³³ o que configura, portanto, exemplo de vida cívica. Em vista disso, vale atentarmos para a definição elaborada por João de Barros a respeito desse tipo de composição:

“Não sem causa, muito alto e muito poderoso Rei e Senhor, costumavam nos tempos antigos louvar os excelentes homens em sua presença, por que dando louvor justo e manifesto ao grande merecimento das pessoas, assim os presentes, como os que viessem depois, tomassem exemplo e fizessem tais obras, com que merecessem o mesmo louvor; e para o nome dos tais ser mais celebrado, soíam nas mores festas e ajuntamentos do povo publicar os tais louvores, que por esta razão chamaram ‘panegírico’, que quer dizer ‘ajuntamento’.”³³⁴

Se podemos considerar o panegírico como uma modalidade de propaganda político-ideológica régia em seu contexto de elaboração, uma vez que sendo ele um elogio “*justo*”, deve ser “*manifesto ao grande merecimento das pessoas*” para que estas, “*tomassem exemplo e fizessem tais obras, com que merecessem o mesmo louvor*”, então, encontramos o sentido da ação levada a efeito por Dom João III em Évora. Ora, mais do que o significado literal de restituir “*o cano de água tão necessário*”, o real conteúdo político a ser anunciado está na supressão dos “*defeitos do lugar*”, e ainda, em “*dar saúde e contentamento aos homens*”, ou seja, o que está em jogo, de fato, é a importância da conservação do reino.

O problema da conservação do reino haveria de ser, inclusive, objeto de investigação para um autor como o filósofo italiano João Botero, talvez o mais

³³³ COUTO, Aires do. *Op. cit.* p. 38.

³³⁴ BARROS, João. *Op. cit.* p. 3. Cf. tbm. COUTO, Aires do. *Op. cit.*

paradigmático expoente do pensamento católico tradicional e contra-reformista.³³⁵ Em sua obra *Razão de Estado*, Botero anota que a conservação de um Estado depende da capacidade que o príncipe tem de proporcionar paz e tranquilidade a seus súditos, situação que pode ser abalada tanto por motivos internos – guerra civil ou rebeliões –, quanto por motivos externos – conflitos de ordem internacional. No que tange à sua competência para a manutenção da paz interna, o italiano nota que ela deve se ancorar, fundamentalmente, na livre sujeição dos súditos ao príncipe virtuoso, notório pela realização de feitos que lhe granjeiem amor e reputação. Contudo, escreve o filósofo, embora qualquer virtude seja apta a alcançar amor e reputação, algumas são mais próprias para provocar o amor, enquanto outras incitam à reputação.³³⁶ Em síntese:

“Na primeira classe (amor) pomos as virtudes inteiramente empenhadas em bem-fazer, como são a humanidade, a cortesia, a clemência e as outras, que nós podemos reduzir todas à Justiça e à Liberalidade; na segunda (reputação) pomos as que encerram certa grandeza e força da alma e de engenho, próprias para grandes empresas, como são a Fortaleza, a arte militar e política, a constância, o vigor da alma e a prontidão do engenho, que nós abrangemos todas com os nomes de Prudência e de Valor.”³³⁷

Desse modo, enquanto a humanidade, a cortesia e a clemência são qualidades que denotam a justiça e a liberalidade do príncipe, granjeando-lhe amor; a prontidão do engenho, a política e a arte militar são qualidades que denotam sua fortaleza, necessária às grandes empresas por meio das quais este conquista sua reputação. Todavia, embora amor e reputação sejam fundamentais para a manutenção da paz, é a reputação o atributo de maior valor, visto que:

“[...] os povos foram levados a dar o governo da República a outros, não para lhes agradar e os favorecer, mas sim para o bem e a saúde pública, de tal maneira que não escolheram os mais belos e amáveis, mas aqueles de que conheciam a excelência em valor e em virtude.”³³⁸

³³⁵ Cf. TORGAL, Luís Reis. “Prefácio”. In: BOTERO, João. *Op. cit.* pp. VII-XII.

³³⁶ Cf. BOTERO, João. *Op. cit.*

³³⁷ BOTERO, João. *Idem.* p. 18.

³³⁸ *Idem. Ibidem.* p. 15.

Ora, não é que a justiça fosse uma virtude de menor importância, Botero a considerava inclusive a primeira maneira de se fazer bem aos súditos. Por sua vez, em seu panegírico, João de Barros não deixa de reconhecer sua primazia ao sugerir que, “entre as virtudes de que príncipes e governadores das repúblicas tem maior necessidade, para o descanso e conservação de seus estados, sempre o primeiro lugar foi dado à justiça”.³³⁹

Por fim, se consideramos o *Panegírico* de João de Barros como uma modalidade de propaganda político-ideológica régia que aborda a questão da conservação do reino, é porque, de fato, este foi um problema concreto que Dom João III enfrentou em seu reinado, e de modo particularmente dramático a partir de meados do século XVI. De acordo com o historiador Sanjay Subrahmanyam, “nos finais da década de 1530, e especialmente no final do longo vice-reinado de Nuno da Cunha (1529-1538) em Goa, a empresa asiática portuguesa parecia ter esgotado a energia”.³⁴⁰ Efetivamente, este foi o contexto em que, se por um lado, a empresa asiática esgotava sua energia, por outro, criava-se o sistema de capitânias hereditárias no Brasil tendo em vista sua colonização, tal como observou oportunamente Charles R. Boxer:

“A ameaça crescente da possível fixação dos franceses nessa parte da América do Sul, que fora designada à Coroa portuguesa pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, acabou induzindo Dom João III a sistematicamente promover a colonização do Brasil. O sistema que o rei adotou em 1534 foi o da divisão do litoral entre o rio Amazonas e São Vicente em doze capitânias hereditárias de extensão limitada, no sentido da latitude, variando entre trinta e cem léguas, mas de extensão indefinida para o interior.”³⁴¹

Doravante, o interesse pelas potencialidades agrícolas do Brasil passaria a ser mais uma das opções entre os campos de atividades que se desenhavam como possíveis escolhas para o reino português administrar. Os outros seriam o Norte da África e a Índia. Com efeito, o problema que se apresentou era o de gerir os recursos humanos e financeiros minimizando os prejuízos de Portugal, o que, em última instância, se

³³⁹ BARROS, João. *Op. cit.* p. 3. Cf. tbm. COUTO, Aires do. *Op. cit.* p. 52.

³⁴⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700*. Uma história política e econômica. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995. p. 113.

³⁴¹ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...* p. 100.

desdobrou em um caloroso debate na Corte a respeito de qual destes três campos haveria de ser abandonado para que os outros dois pudessem ser mantidos.³⁴²

Diante disso, seria interessante considerarmos que o elogio escrito por João de Barros assinala uma possível tomada de posição do humanista em relação ao debate, ainda incipiente, a respeito de qual a melhor estratégia para a conservação do reino: para nosso humanista, o mérito estaria na manutenção de todas as conquistas. Para verificarmos isso, creio que seja suficiente atentarmos para aquilo que Aires do Couto chamou de “*exaltação da ideia imperialista*”³⁴³ presente no *Panegírico*, onde o humanista incita o rei a dar continuidade à guerra contra “*infiéis e mouros d’África; e movido do santíssimo zelo, converta Etiópia e Arábia, Pérsia e Índia à verdadeira fé de Cristo*”.³⁴⁴

Desse modo, muito mais do que “*uma peça literária de aduladores e de cortesãos, que atende mais à intenção do que às virtudes reais do elogiado*”,³⁴⁵ o panegírico se apresenta como um estilo político-literário que, se por um lado nos revela a tônica da propaganda político-ideológica régia nos dá a conhecer a posição defendida por seu autor diante do problema da conservação do reino, por outro, denota o calculismo do humanista viseense: ainda que esta pesquisa não tenha encontrado registros diretos de benesses alcançadas por João de Barros por meio de seu *Panegírico*, é importante atentarmos para o fato de que o defensor da manutenção do império foi donatário de uma capitania no Brasil. Além disso, seu empenho na colonização, de fato, tomou por exemplo os feitos de seu príncipe, visto que o investimento realizado pelo humanista, embora não tenha obtido êxito, foi obra que não deixou de alcançar memória, tal como podemos ler na *Vida* Manuel Severim de Faria:

“[...] quis o Rei Dom João III mandar povoar a Província de Santa Cruz vulgarmente chamada Brasil [...] E para se a povoação fazer com maior facilidade e menor despeza da fazenda Real, repartiu o Rei aquela província em várias capitanias [...] João de Barros, contudo, como era de nobre espírito e desejoso de se empregar em coisas grandes, pediu ao Rei uma destas capitanias, e ele a concedeu de juro e herdade, com os privilégios e doações das outras; mas alcançando bem as dificuldades da empresa, determinou dar

³⁴² Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Op. cit.* pp. 122-123.

³⁴³ COUTO, Aires do. *Op. cit.* p. 64.

³⁴⁴ BARROS, João. *Op. cit.* p. 24.

³⁴⁵ LAPA, M. Rodrigues. “Prefácio”. In: BARROS, João. *Panegíricos...* p. XXV.

parte dela a Aires da Cunha e a Fernão de Alvares de Andrada, Tesoureiro mor do Reino [...] Fez-se por parte desta companhia a maior Armada que para aquelas partes até então tinha ido, porque se apresentaram dez navios com novecentos homens, dos quais eram mais de cento de cavalo e com todo o necessário para a jornada de mantimentos, munições e artilharia [...] indo por Capitão o mesmo Aires da Cunha, que levava consigo dois filhos de João de Barros.

[...] Chegado Aires da Cunha à barra do Maranhão, com a pouca prática, que ainda os Pilotos tinham dele, deu em uns baixos que tem à entrada, por espriar ali o mar muito, em que se perdeu com toda a Armada, saindo só alguma gente em terra em uma ilha que está na boca do rio [...].

Este tão desgraçado sucesso deixou a João de Barros muito gastado de fazenda [...].”³⁴⁶

Em síntese, cortesão ciente das estratégias a serem adotadas para alcançar benesses, João de Barros foi donatário de uma capitania ao norte do Brasil, no Maranhão, região que então era compreendida por toda a extensão das terras situadas entre a Baía da Traição, na Paraíba, e a foz do rio Amazonas. Com efeito, em 1535, João de Barros, em sociedade com Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, financiou “*a maior armada*” feita com o objetivo de estabelecer povoações portuguesas no litoral do Brasil. Entretanto, a armada, composta de 10 navios, 900 soldados de infantaria e 113 soldados de cavalaria, se dispersou pelas Antilhas em agosto de 1538. Tal empreendimento se repetiria uma segunda vez, em 1556, ainda que em menor escala e, também, sem maior sucesso. Ainda assim, seu empenho em colonizar o Brasil não perderia fôlego, pois, como se sabe, João de Barros comprou o Porto dos Búzios de Pero de Góis, na capitania de São Tomé, a norte de São Vicente.³⁴⁷

Em suma, o empenho do humanista viseense na manutenção do império, alinhado à sua posição diante da empresa colonial ganha páginas, também, nos vários de seus escritos que antecederam as *Décadas da Ásia*. Compostos entre os anos de 1539 e 1540 é mais uma vez Severim de Faria quem nos dá notícias deles: “*antes de imprimir a primeira Década a interrompeu*”, escreve o chantre, “*antepondo a seu gosto a piedade*

³⁴⁶ FARIA, Manuel Severim de. *Op cit.* pp. XVI-XIX.

³⁴⁷ Cf. BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros...*; COELHO, António Borges. *Op. cit.*; MOREIRA, Rafael e THOMAS, William M. “Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão – O achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536”...

cristã e proveito público, em cujo benefício saiu com alguns opúsculos à luz”.³⁴⁸ Dentre os tratados publicados, Manuel Severim anota primeiramente a *Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* – conhecida também como *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja, e com os misterios da missa e responsorios dela* –, publicada em 1539 e elaborada na ocasião da “*conversão dos malabares, ou paravás da Costa da Pescaria*”,³⁴⁹ quando um grupo de *principais* foi ao reino aprender a língua portuguesa, “*para assim poderem ser melhor ensinados na Fé, e preceitos da Igreja*”.³⁵⁰

Adriana Duarte Bonini Mariguela sugere que as *Cartinhas* foram fundamentais para a propagação da fé cristã no Além-Mar, além de cumprirem o papel de ensinar as letras e a leitura.³⁵¹ Com efeito, na dedicatória ao príncipe Dom Felipe – filho de Dom João III, a quem a *Gramática* foi dedicada – o humanista nos revela não apenas a importância da educação dos meninos “*quando estes começam a formar nossas palavras*”,³⁵² mas sobretudo, qual deve ser a língua materna e porquê:

“Aquela (a língua) que na Europa é estimada, na África e na Ásia por amor, armas e leis tão amada e temida, que por justo título lhe pertence a monarquia do mar e os tributos dos infiéis da terra. Aquela que como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de todas as seitas e idolatrias do mundo, desprega pregando e vencendo as reais quinas de Cristo, com que muitos povos da gentildade são metidos no curral do Senhor. Da qual obra agora temos um divino exemplo, na conversão de cinquenta mil almas na terra do Malabar [...]”³⁵³

O outro tratado elencado pelo chantre de Évora foi a *Gramática da língua portuguesa*, publicada juntamente com o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, em 1540. Enquanto na *Gramática* de 1539 – ou a *Cartinha* – o intuito foi “*dar arte para os*

³⁴⁸ FARIA, Manuel Severim de. *Op cit.* p. XXI.

³⁴⁹ FARIA, Manuel Severim de. *Idem.*

³⁵⁰ *Idem. Ibidem.*

³⁵¹ Cf. MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. *Circularidade no século dezesseis: emergência da similitude na Cartinha de João de Barros e no Cathecismo de Dom Diogo Ortiz*. Tese de Doutorado da Faculdade de Educação, Campinas: UNICAMP, 2010.

³⁵² BARROS, João de. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja: ou Gramática da língua portuguesa*. Gabriel Antunes de Araujo (org.). São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008. p. 81.

³⁵³ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 81.

meninos facilmente aprenderem a ler com toda a adversidade de sílabas”,³⁵⁴ agora o interesse seria dar “*o fundamento e primeiros elementos da Gramática*”,³⁵⁵ o que levou Severim de Faria a sugerir que foi João de Barros, “*o primeiro autor que reduziu nossa língua a arte*”,³⁵⁶ ao passo que no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, o chantre anota que o tratamento dado pelo humanista à língua portuguesa “*mostra a grande afinidade que tem com a latina*”.³⁵⁷ Por sua vez, Sheila Moura Hue aponta para o fato de que Barros utiliza o *Diálogo em louvor* para tocar em assuntos que escapam aos propósitos de sua *Gramática*:

“Grande parte do *Diálogo* é um projeto pedagógico que critica as práticas de ensino na alfabetização e propõe novos métodos. No final do *Diálogo*, Barros se mostra convicto de que o rei acatará suas sugestões e as aplicará. Um dos pontos da reforma no ensino das primeiras letras proposta por Barros é a precedência do estudo da gramática portuguesa – na época o ensino partia da gramática latina –, o emprego de cartilhas com os mandamentos da igreja – e não, como se costumava fazer, com textos de tabeliães –, e o uso da letra manuscrita e não de fôrma (*sic.*). Além de seu projeto para o ensino das primeiras letras, Barros sublinha a importância da língua na expansão territorial portuguesa, articulando o binômio língua e império, tendo como modelo o império romano.”³⁵⁸

Outro colóquio que Manuel Severim de Faria nos dá notícia é o *Diálogo da viciosa vergonha*, também de 1540. Ainda segundo o chantre, este diálogo foi composto não apenas para “*evitar que não lessem os meninos por feitos de tabeliães, que ordinariamente são de ruim letra, e sem nenhuma ortografia, com que ficam escrevendo depois barbaramente*”,³⁵⁹ mas sobretudo para poupá-los “*de aprenderem por autos públicos de causas criminais e trapaças civis de que ficam ensinados em vícios em lugar de boa doutrina*”.³⁶⁰ Com efeito, a partir da recuperação dos estudos de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lígia Nassif Conti nos faz notar que o *Diálogo da viciosa vergonha* deveria ter sido editado em conjunto com as duas gramáticas citadas

³⁵⁴ BARROS, João de. *Grammatica da lingua Portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu Typographum: M.D.X.L. p. 1, verso. A atualização do texto foi feita por mim.

³⁵⁵ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 1, verso.

³⁵⁶ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. XXII.

³⁵⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Idem.*

³⁵⁸ HUE, Sheila Moura. *Op. cit.* p. 22.

³⁵⁹ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. XXII.

³⁶⁰ FARIA, Manuel Severim de. *Idem.*

anteriormente, bem como com o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Em sua perspectiva, a edição das obras de caráter gramatical, juntamente com um diálogo moral, responde a um propósito pedagógico de João de Barros, que é o de articular o ensino da língua portuguesa com a instrução moral. Nesse sentido, Conti argumenta que “*um dos elementos indicativos de que Barros visava tal abrangência*”³⁶¹ está em sua meta declarada de compor obras interrelacionadas, tal como foi o *Diálogo dos preceitos morais com prática deles em modo de jogo*, que deveria ser o primeiro de uma série de três diálogos, onde “*os outros dois tratavam de maneira igualmente simplificada, didática e lúdica da **Economia** e da **Política** de Aristóteles, a primeira posta em jogo de cartas e a segunda em xadrez*”.³⁶² Entretanto, o projeto não se efetivou, segundo Severim de Faria, em face do pequeno sucesso que o primeiro jogo obteve.³⁶³

É no âmbito de um movimento de defesa e ilustração das línguas vulgares que se enquadram as gramáticas e os diálogos escritos por João de Barros a respeito da língua portuguesa. A questão que então se colocava era a de se apresentar a língua vulgar com a mesma dignidade e expressividade do latim, que entretanto, não deixou de ser objeto de nosso humanista, tal como o prova seus *Grammatices Rudimenta*, que, embora não tenha conhecido a prensa antes de 1972 e esteja incompleta, é uma obra de grande importância, visto que pertence a uma “*tradição humanística europeia, peninsular e portuguesa, que não só produzia, obras originais, redigidas numa língua que era, verdadeiramente, a ‘língua franca’ da cultura, como também era o veículo de internacionalização dessa mesma cultura*”.³⁶⁴

Por fim, Charles Boxer nos chama atenção para uma série de obras compostas por João de Barros que se perderam, ou nem mesmo foram levadas a cabo. Dessas, não há dúvidas de que a mais importante é a *Geografia*, projeto no qual o humanista se engajou enquanto escrevia as *Décadas*. Em linhas gerais, é possível dizer que esta obra, assim como outras do mesmo gênero, e que também ficaram incompletas – ou nem foram iniciadas –, tais como seu tratado sobre o *Comércio*, ou ainda seus livros dedicados à *África* e à *Europa*, foram elaboradas em complementaridade ao conjunto das *Décadas* –por sua vez, vale anotar ainda, que a IV *Década* também ficou

³⁶¹ CONTI, Lígia Nassif. *Op. cit.* p. 57.

³⁶² CONTI, Lígia Nassif. *Idem*. Grifos da autora.

³⁶³ Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.*

³⁶⁴ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. “Os ‘Grammatices Rudimenta’ de João de Barros”. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Volume IV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. p. 95.

incompleta. Por fim, Boxer nos dá notícias, ainda, de alguns projetos de obras de caráter pegógico que também foram perdidos ou não foram completados, dentre os quais é possível mencionar a *Esfera da estrutura das coisas*, o *Tratado de causas ou problemas morais* e o poema *Exclamação contra os vícios*.³⁶⁵

Em síntese, a obra de João de Barros é múltipla. Da fábula, nosso autor transitou por outros gêneros, tendo escrito poemas, colóquios e panegíricos, além de ser, também, gramático e latinista, bem como geógrafo e historiador. Com efeito, pela erudição que sua obra denota, João de Barros incorpora o ideal do homem renascentista. Contudo, mais do que talento nato, sua capacidade de transitar pelos diversos gêneros se revela como um artifício de interação consciente no âmbito das dinâmicas inerentes ao contexto no qual estava inserido. Em vista disso, vale notar que sua inserção social é que vai lhe permitir acessar as informações a partir das quais tecerá sua mais importante obra, as *Décadas da Ásia*.

Mais do que a construção de uma memória dos feitos portugueses esta obra pode nos ajudar a compreender a inserção do cronista no ideário humanista, uma vez que este autor, sem dúvida, é um personagem com o qual, necessariamente, nos deparamos ao nos debruçarmos sobre os estudos dedicados ao humanismo português, bem como ao tema dos descobrimentos e da expansão, fato que nos remete ao historiador Luís Filipe Barreto, quando este sugere ser possível citar João de Barros “*entre as figuras mais salientes da historiografia portuguesa sobre a expansão marítimo-mercantil*”.³⁶⁶

³⁶⁵ Cf. BOXER, Charles R. *João de Barros...*

³⁶⁶ Cf. BARRETO, Luís Filipe. “A Ásia na cultura portuguesa (c. 1485 – c. 1630)”. In: CUNHA, Mafalda Soares *et al.* *Os construtores do Oriente Português*. Porto: Edifício da Alfândega: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses: Câmara Municipal do Porto, 1998. p. 121.

Capítulo 3

Dos artificios das *Décadas*

“Pois a fé vem da pregação e a pregação é pela palavra [...]”

(Rm 10, 17)

“A escrita é, sem dúvida, ao lado do discurso, a arte mais útil que os homens possuem. É certamente um aprimoramento do discurso, posterior a este na ordem do tempo.” (Hugh Blair, ‘Do surgimento e progresso da linguagem e da escrita’)

A elaboração das *Décadas da Ásia* articula-se não apenas à perspectiva humanista de João de Barros, mas também à ambição de sintetizar a expansão marítima portuguesa. Diante disso, no intuito de circunscrever o horizonte intelectual a partir do qual João de Barros elaborou sua obra magna, o capítulo percorre algumas categorias consideradas imprescindíveis para a compreensão das regras a partir das quais o historiador quinhentista instrumentalizou sua relação com o passado. Desse modo, as noções de fala, letras, escrita, escritura, memória, crônica, história e entendimento, são percebidas como artificios que permitem a circunscrição do “horizonte histórico” do humanista, bem como seu compromisso com questões inerentes à vida pública portuguesa do século XVI. Embora seja notória a necessidade de operacionalizar conceitos e categorias da época, a compreensão deste “horizonte histórico” não pode limitar-se à produção de um inventário de fatos desconexos, por isso não cabe aqui a refutação radical de uma dimensão teleológica da história.

3.1. A fala e a letra

Como vimos, João de Barros é um personagem com o qual necessariamente nos deparamos ao nos debruçarmos sobre o contexto da expansão marítima e do Renascimento em Portugal. “Decano” do humanismo português da “geração de Quinhentos”,³⁶⁷ a multiplicidade e a dimensão de sua obra nos obrigou a percorrer diversas temáticas inerentes à produção intelectual letrada portuguesa do século XVI. É nesta perspectiva, por exemplo, que Luís Filipe Barreto nos assegura ser possível citá-lo “entre as figuras mais salientes da historiografia portuguesa sobre a expansão marítimo-mercantil”,³⁶⁸ sobretudo em face de sua obra magna, as *Décadas da Ásia*.

Com efeito, a assertiva de Luís Filipe Barreto insere as *Décadas* de João de Barros no âmbito de um conjunto de estudos de caráter historiográfico dedicados ao tema dos descobrimentos e da expansão. Vale notar que esta temática foi, oportunamente, considerada a historiografia portuguesa “*tout court*”,³⁶⁹ o que denota ser um ponto fulcral da História Moderna, em torno do qual são numerosas as questões e a bibliografia, inesgotável. Diante disso, um balanço historiográfico pormenorizado desse assunto torna-se tarefa que excede os propósitos deste estudo.³⁷⁰ Sem esgotar este

³⁶⁷ Segundo António Rosa Mendes a “geração de Quinhentos” compreende, sobretudo, nomes como André de Resende, Dom João de Castro, Garcia de Orta, Pedro Nunes, Damião de Góis, André de Gouveia, o próprio Dom João III e o “decano” João de Barros (Cf. MENDES, António Rosa. “A vida cultural”...).

³⁶⁸ Cf. BARRETO, Luís Filipe. “A Ásia na cultura portuguesa (c. 1485 – c. 1630)”. In: CUNHA, Mafalda Soares et al. *Os construtores do Oriente Português*. Porto: Edifício da Alfândega: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses: Câmara Municipal do Porto, 1998. p. 121.

³⁶⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) e DOMINGUES, Francisco Contento (coord.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses...* s. v. “Historiografia dos Descobrimentos”.

³⁷⁰ Só para citarmos, de modo sumário, alguns estudos que enfocam a temática em questão: BEAU, Albin Eduard. *As relações germânicas do humanismo de Damião de Góis*. Coimbra: Impresso nas oficinas da “Coimbra editora/Ida”, 1941; BELL, Aubrey F.G. *Um humanista português: Damião de Góis*; seguido das cartas portuguesas de Damião de Góis. Lisboa: Império, 1942; MATOS, Luis de. *Portugais en France au XVI siècle*. Coimbra : Atlantida, 1952; MATOS, Luis de. *L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991; HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987; MARTINS, José V. de Pina. *Humanisme et Renaissance de l’Italie au Portugal, les deux regards de Janus*. 2 vols, Lisboa: Fondation Calouste Gulbenkian, 1989; ALBUQUERQUE, Luís de [et al.]. *O Confronto do olhar o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho, 1991; AUBIN, Jean. *Le latin et l’astrolabe: recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. Paris : Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996; CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Da história-crónica à história-ciência*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972; CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983; DIAS, J. S. da Silva. *Camões no Portugal de quinhentos*. Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981; BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982; BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimentos e a ordem do*

conjunto de estudos, é possível recuperarmos aqui a perspectiva apresentada por um historiador como António José Saraiva, quando ele nos faz notar o que há de moderno nas *Décadas da Ásia* enquanto obra historiográfica. Segundo ele, a *Ásia* nos apresenta uma visão de mundo “cheia de admiração por civilizações não europeias, capaz de aceitar a idéia da exiguidade da Europa e a relatividade da sua civilização, e de considerar, enfim, o mundo de um ponto de vista múltiplo e segundo uma escala planetária”.³⁷¹

Sob outra perspectiva, a historiadora Ana Paula Menino Avelar sugere que o papel das narrativas ligadas aos descobrimentos pode ser compreendido, por um lado, como uma resposta às necessidades dos portugueses de “contarem as suas experiências, provarem os seus feitos, receberem as suas mercês, transmitirem o seu testemunho” e, por outro lado, “satisfazer às múltiplas curiosidades que em Portugal nasciam”.³⁷² Para Avelar, a constância da figura dos reis portugueses – notavelmente Dom João II, Dom Manuel e Dom João III – nas obras historiográficas aponta para a função estruturante desempenhada pelos monarcas nas conquistas e, em vista disso, as visões do oriente se alinhavam ao horizonte das monarquias portuguesas como projeto de poder.

Particularmente sobre as *Décadas da Ásia*, Ana Paula Avelar aponta para a presença de elementos didáticos e pedagógicos como elementos fundantes do discurso do historiador quinhentista, sobretudo à medida em que o passado se revela como um importante auxiliar ao governo coevo, assumindo um papel fundamental na instrução dos príncipes. Dessa maneira, a historiadora sugere que o exemplo histórico servia como modelo ao governo, e por isso, para João de Barros, o que deveria ser registrado

saber. Lisboa: Gradiva, 1989. Abrindo o foco, não se pode deixar de registrar algumas obras de referência que se dedicam ao tema das Expansões Marítimas e do Império Português: CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Seara Nova, 1940; CORTESÃO, Jaime. *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; BOXER Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português 1500-1700*. Uma história Política e Econômica. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995; RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1998; BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direção). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998; BETHENCOURT Francisco e CURTO Diogo Ramada (edição). *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007; LABORINHO, Ana Paula, SEIXO, Maria Alzira e MEIRA, Maria José (org.). *A vertigem do Oriente: modalidades discursivas no encontro de culturas*. Lisboa-Macau: Edições Cosmos/Instituto Português do Oriente, 1999; MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

³⁷¹ SARAIVA, António José. “Uma concepção planetária da História em João de Barros”. In: *Para a História da Cultura em Portugal*. Volume 2. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972. p. 355.

³⁷² AVELAR, Ana Paula Menino. *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2003. p. 9.

nas crônicas eram, principalmente, os acontecimentos que reiteravam o perfil justo e elevado das ações portuguesas.³⁷³

Ainda que orientados por problemáticas diferentes, ambos os estudos mencionados se debruçam sobre aquilo que podemos compreender como o “horizonte histórico” contido na obra magna do humanista português. Diante disso, importa tecer algumas considerações preliminares sobre a noção de “horizonte histórico”. Com efeito, é importante recuperarmos a problemática que orientou a elaboração do primeiro capítulo desta tese: ali, nosso intuito foi compreender as convenções intelectuais que regeram a elaboração do texto de Manuel Severim de Faria sobre a vida de João de Barros. Por sua vez, aqui, nosso método continua a ser este, ligado, em suma, à compreensão do texto em sua historicidade. Em vista disso, parece-nos apropriada a noção de “horizonte” oportunamente sugerida por Hans-Georg Gadamer, para quem “*o horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que é visível a partir de um determinado ponto*”.³⁷⁴ É sobretudo a partir desta grade de leitura que recuperamos a noção de “horizonte” como ferramenta de compreensão histórica, de fato, a noção de “horizonte histórico” está atrelada à nossa pretensão de compreender o passado sob um ponto de vista distante de nossos padrões intelectuais contemporâneos.³⁷⁵ Isto, sem deixar de reportarmo-nos à observação de Roger Chartier, segundo a qual a história, quando despida de toda tentação teleológica, corre o risco de se tornar um inventário de fatos desconexos.³⁷⁶

Contudo, ao passo que o interesse de nosso estudo é debatermos a questão do impacto que os descobrimentos marítimos tiveram no horizonte intelectual da cultura letrada portuguesa no início da Época Moderna por meio da investigação das categorias acionadas numa obra de referência, tal como compreendemos ser as *Décadas da Ásia* – sem dúvida a crônica portuguesa de maior fôlego sobre a expansão elaborada ao longo do século XVI –, é essencial que passemos ao seu estudo de modo pormenorizado para que possamos recuperar tais categorias sem perder de vista a problemática do “horizonte histórico” presente na *Ásia*.

³⁷³ Cf. Idem. Notavelmente o quarto capítulo.

³⁷⁴ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 452.

³⁷⁵ Cf. GADAMER, Hans-Georg. *Op. cit.*

³⁷⁶ Cf. CHARTIER, Roger. *Origens culturais...*

Com efeito, a sequência de publicações da obra de maior fôlego de João de Barros tem início com a “primeira década”, cujo título aparece como *Ásia de João de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, e foi editada em 1552. Dito isso, vale recuperar, mais uma vez, a *Vida* de Manuel Severim de Faria, obra que nos tem orientado a respeito do percurso dos escritos de nosso historiador quinhentista. Segundo o chantre:

“No ano de 1552 imprimiu João de Barros a sua primeira Década da Ásia, e foi tão bem recebida de todos geralmente, que ainda que havia Cronista no Reino, o Rei Dom João lhe encomendou logo a Crônica do Rei Dom Manuel seu pai, entendendo da perfeição, e gravidade de estilo, com que escrevera esta Década, que ninguém poderia compor aquela Crônica com a devida eloquência aos feitos que se nela tratavam como João de Barros, o qual acceitou a empresa, parecendo-lhe que tal ocupação lhe dessem o repouso necessário; mas como estes serviços muitas vezes pesem pouco diante dos Reis, não alcançou João de Barros a comodidade que esperava, e assim não se pode empregar de novo na composição desta Crônica, além da história da Ásia, que já tinha entre mãos, cuja segunda Década imprimiu no ano seguinte, de 1553”.³⁷⁷

Ora, a composição da citada *Crônica do Rei Dom Manuel* ficou a cabo de Damião de Góis, tendo sido publicada em Lisboa entre os anos de 1566 e 1567 sob o título *Crônica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*. Entretanto, Severim de Faria não deixa de atentar para a importância das *Décadas* como referência à obra de Damião de Góis, uma vez que segundo o chantre, Góis “*achou larga e ordenadamente escrita toda história da Índia, que ao Rei Dom Manuel pertencia, de maneira que aos escritos do mesmo João de Barros podemos attribuir grande parte da sua Crônica*”.³⁷⁸

Diante disso, retomando a trajetória da publicação das *Décadas*, importa notar que a “segunda década” foi editada em 1553, ou seja, apenas um ano depois de publicar a “primeira década”, ao passo que a “terceira década” só conheceria a prensa dez anos após a publicação da *Segunda década da Ásia de João de Barros*, em 1563, oportunidade na qual, de acordo com Severim de Faria, Barros “*tirou à luz três Décadas da Asia, obra tão perfeita, e louvada de todos, que se tem por uma das melhores que*

³⁷⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* pp. XXIX e XXX.

³⁷⁸ Idem. *Op. cit.* p. XXXI.

naquele gênero de escritura se compuseram”.³⁷⁹ Por fim, haveria uma quarta *Década*, para a qual João de Barros chegou a escrever o prólogo, mas que ficou inacabada. Esta “quarta década” foi reformada por João Batista Lavanha a pedido de Filipe II e publicada em 1615, tal como nos esclarece o próprio João Lavanha em sua nota “*aos que lerem esta Quarta Década*”:

“Sabendo o Rei Nosso Senhor que deixara João de Barros imperfeita a Quarta Década da sua Ásia, querendo fazer mercê a Portugal, ao nome de João de Barros e a mim, me mandou que a reformasse e imprimisse; para que, renovando-se a memória de um tão celebre historiador com esta sua obra póstuma, por meio dela revivesse a fama dos feitos que os Portugueses com grande valor obraram naquela parte da Ásia, que com o tempo se ia escurecendo. Para este efeito me mandou entregar S.M. dez cadernos, que se acharam dos dez livros desta Década, rotos, faltos, escritos a pedaços de vária letra, e tão imperfeitos, como trabalho de que era aquele o primeiro pensamento, e em que só se pusera a primeira mão. E assim faltavam folhas, havia outras em branco, sobejavam coisas muitas vezes repetidas, estavam outras fora de seu lugar, dava-se larga relação de algmas, que não pertenciam a esta História, muito breve notícia de outras importantes, e nenhuma de sucessos notáveis, que autores em seus livros escreveram. Descuidos que não houvera nesta obra, se a João de Barros durara tanto a vida, que a pudera rever e acabar, como outras por ele prometidas, com que ficara o seu nome muito mais celebrado entre todas as nações, do que merecidamente é hoje pelas três Décadas que deixou impressas.

Pelo que com mais trabalho e maior estudo reformei esta Quarta Década, que se de novo a compusera: porque (imitando quanto me foi possível o estilo de João de Barros) acrescentei, com aprovação de um ministro de S.M. a que se cometeu, capítulos inteiros, grandes pedaços em outros (que tudo vai notado com comas), cortei, antepus e pospus alguns e cláusulas inteiras, para melhor disposição do que neles se tratava, omiti o desnecessário e repetido, e illustrei com notas as margens para maior notícia das coisas escritas por João de Barros e das em que autores dele diferem. E porque nenhuma coisa dá tão perfeito conhecimento das descrições das Províncias, como o desenho delas, das que nesta Quarta Década descreve João de Barros (em que excedeu a todos os geógrafos), ordenei três tábuas da Ilha de Java, dos Reinos de Guzarate e Bengala, segundo a mente do Autor e as melhores informações que destas regiões pude alcançar. Muitas outras

³⁷⁹ Idem. *ibidem*.

coisas reformei de menos consideração, como foram alguns vocábulos, que se usavam em tempo de João de Barros, que o mesmo tempo tem desusado. Mas na Apologia que ele fez, em lugar de Prólogo, a qual achei entre outros papéis inteira e escrita de sua mão (que o não eram os dez cadernos) não mudei nem uma coma, por conservar intacto o que este excelente varão e honra de Portugal deixou acabado; nem inovei os nomes da arte militar e fortificação, por continuar com os mesmos nesta Quarta Década, de que ele usou nas três. As quais se se tornarem a imprimir, nelas se poderão pôr, como em lugar próprio, as notas e tábuas geográficas, que nesta se não puseram, por não ser seu.”³⁸⁰

Em suma, é possível notar que a “quarta década” foi reformada por João Batista Lavanha, seu editor, o que significa que, efetivamente, ele “*de novo a compusera*”. Ou seja, ainda que o *Prólogo* composto por Barros tenha sido conservado intacto, toda a obra foi reescrita por Lavanha. Diante disso, se entre 1552 e 1563 João de Barros escreveu e esteve presente na edição das três primeiras *Décadas*, o mesmo não aconteceu quando a “quarta década” veio à luz, em 1615, de modo que não é possível reconhecê-la como uma obra composta por João de Barros. Principalmente em face da declarada intervenção executada pelo editor.³⁸¹

Em linhas gerais, é notável que a elaboração das *Décadas* incorporou a perspectiva humanista de João de Barros alinhada a uma síntese da expansão portuguesa. Nesse sentido, as *Décadas* tratam das navegações marítimas e daquilo que pode ser entendido como a constituição do império português na Ásia, sobretudo à medida que propõe uma unidade de sentido “global” dos descobrimentos.³⁸² Tendo em vista a perspectiva do cronista em retratar os feitos portugueses no descobrimento e na conquista do oriente, é possível notar a dimensão cronológica dessa narrativa de modo sumário: a “primeira década” tem início com as viagens de descobrimento na costa ocidental da África ainda no século XV e culmina com a inserção comercial e militar do

³⁸⁰ Cf. LAVANHA, João Batista. “Aos que lerem esta Quarta Década”. In: *Da Ásia de João de Barros*. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente. Quarta Década. Parte Primeira. Lisboa: Na regia Officina Typografica, Anno MDCCLXXVII. Com Licença da Real Meza Censoria, e privilégio Real. Sem notação de página.

³⁸¹ Agradeço aqui as observações feitas pela professora Maria Lêda Oliveira Alves da Silva na ocasião do Exame de Qualificação desta tese.

³⁸² Sobre o histórico das *Décadas*, cf. BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist...* e COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...* Sobre o papel do humanismo a serviço do império, vale conferir o recente livro de Diogo Ramada Curto (CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais...*).

portugueses na Ásia já no século XVI. Por sua vez, a “segunda década” trabalha com uma temporalidade reduzida em relação à primeira e dedica seis livros aos feitos de Afonso de Albuquerque, até sua morte. Por fim, a “terceira década” é composta, ainda, dos feitos ligados à administração e consolidação do poder português na Ásia, entretanto, vários são os personagens unidos pela trama narrativa dos livros, entre eles, Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes de Sequeira, Duarte de Meneses, Vasco da Gama e Henrique de Meneses.

Em síntese, João de Barros trata das origens do processo expansionista até o momento de maturação deste processo. Sem dúvida, a obra de Barros nos remete a uma atmosfera política de conquistas fundamentadas, acima de tudo, no nome da cristandade, muito embora seja importante observar que, “*nos enunciados de João de Barros e na épica camoniana, aos ‘cristãos’ das crônicas heriquinas substituem-se os ‘Portugueses’*”.³⁸³ Todavia, os portugueses julgavam-se credores da proteção divina, o que permitiu a João de Barros descrever “*todos os ‘feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente’ como um prolongamento da Reconquista*”.³⁸⁴

Com efeito, ao passo que nossa investigação dedica-se à circunscrição do horizonte intelectual da cultura letrada portuguesa no início da Época Moderna por meio da investigação de categorias acionadas numa crônica tal como as *Décadas da Ásia*, vale atentarmos, a princípio, para a consideração de que “*a crônica como gênero pertence simultaneamente à historiografia e à literatura*”,³⁸⁵ o que faz dela um gênero compósito, híbrido. Efetivamente, esta consideração é nosso primeiro passo em direção ao entendimento da proposta de João de Barros em suas *Décadas*, bem como daquilo que oportunamente denominamos como “horizonte histórico”. Com isso, orientados por esta problemática, vale atentarmos, mais uma vez, para os indícios que Manuel Severim de Faria nos legou sobre tal assunto.

Em outro momento, assinalamos que dentre os historiadores da Antiguidade, Barros cultivou especial interesse por Salústio e Tito Lívio, “*dos quais imitou bem o juízo e estilo levantado*”,³⁸⁶ notavelmente em sua “*universal história de Portugal*”,³⁸⁷

³⁸³ THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império”... p. 94.

³⁸⁴ THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. *Op. cit.* p. 127.

³⁸⁵ Cf. REBELO, Luís de Sousa. “Literatura, intelectuais e humanismo cívico”. In: CURTO, Diogo Ramada (dir.) *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Comissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo’98 / Difel, 1998. p. 121.

³⁸⁶ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. VIII.

obra à qual dedicou seu labor literário. Contudo, do que fala, exatamente, o chantre de Évora quando se refere à história composta pelo humanista? Como resposta, Severim de Faria evoca Marco Túlio Cícero para citar os três gêneros da retórica aristotélica, a fim de sustentar que a história é o “*sujeito mais capaz da oratória*”,³⁸⁸ uma vez que esta faz uso do “*gênero Demonstrativo, contando vários feitos, condenando os vícios, e louvando as virtudes; e o Deliberativo, introduzindo orações, conselhos, e discursos, e muitas vezes do Judicial*”,³⁸⁹ uma vez que este último raramente “*se aparta do Deliberativo*”.³⁹⁰

Ainda que seja importante não perdermos de vista os gêneros retóricos assinalados pelo chantre para avançarmos nossa compreensão do “horizonte histórico” presente nas *Décadas* de João de Barros, vale problematizarmos a formulação de Severim de Faria segundo a qual a história pode ser considerada como sujeito da oratória, uma vez que a apreensão do significado desta formulação está longe de ser evidente. Como, efetivamente, uma crônica historiográfica impressa, tal como é o caso das *Décadas*, pôde ser compreendida como sujeito da oratória – uma arte que nos remete à fala? Antes de esboçarmos uma resposta a esta questão, é importante lembrar que a *Vida* escrita pelo chantre deriva de um contexto de questionamento da identidade portuguesa, onde uma tradição destinada a impor sentidos ao passado ganha contornos evidentes. Ou seja, em larga medida, Manuel Severim de Faria “inventou” João de Barros. Entretanto, é importante notar que nenhuma abordagem de um problema histórico é possível, fora do campo historiográfico que o elaborou.³⁹¹

Com efeito, em vista de uma resposta plausível à questão elaborada, importa nos atermos, em princípio, ao que escreveu o humanista português no *Prólogo* de sua primeira década. No texto, dirigido ao rei Dom João III, Barros faz notar a necessidade que todas as coisas tem de se conservarem. Esta virtude generativa, tal como denomina o humanista, é o esforço inerente de todas as coisas para “*se fazerem perpétuas*”. Com efeito, na pena de Barros, tal virtude pode se apresentar de dois modos diferentes: no primeiro deles, “*somente obra a natureza e não indústria humana*”. Aqui, “*ainda que*

³⁸⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Idem*.

³⁸⁸ *Idem. Ibidem.* p. XXXI.

³⁸⁹ *Ibidem*.

³⁹⁰ *Ibidem*.

³⁹¹ Cf. CHARTIER, Roger. *Op. cit.*

perigum em sua corrupção” é a natureza que se encarrega de “*renovar em novo ser, com que ficam vivas e conservadas em sua própria espécie*”.³⁹²

Entretanto, e as coisas que não são obras da natureza? E as que são, tal como escreveu nosso autor, “*feitos e atos humanos*”? Estes feitos e ações, além de não possuírem a “*virtude animada de gerar outras semelhantes a si*”, estão submetidos à “*brevidade da vida do homem*”, e portanto, destinados a acabar juntamente com seus autores.³⁹³ Contudo, se a conservação e perpetuação desses feitos se impõe como uma necessidade, como superar esta limitação?

Para João de Barros, foi no intuito de superar esse limite que os homens “*buscaram um divino artifício, que representasse em futuro o que eles obravam em presente*”. Na pena do humanista, tal artifício são as letras, que possuem função equivalente à fala, entretanto, ao passo que a fala tem nos “*ouvidos, seu natural objeto*”, e por sua efemeridade, “*não tem mais vida que o instante de sua pronunciação*”, “*os caracteres das letras*” tem na vista seu “*objeto receptivo*” e, “*por benefício de perpetuidade*”, precede ao dom natural da fala, uma vez que:³⁹⁴

“[...] as *letras*, sendo uns caracteres mortos e não animados, contém em si um espírito de vida [...] elas são uns elementos que [...] *fazem passar ao futuro com sua multiplicação de anos em anos por modo mais excelente do que faz a natureza*. Pois vemos que esta natureza, para gerar alguma coisa, corrompe e altera os elementos de que é composta, e as *letras*, sendo elementos de que se compõem, e forma a significação das coisas, não corrompem as coisas, nem o entendimento [...], mas vão-se multiplicando na parte memorativa por uso de frequentação, tão espiritual em hábito de perpetuidade, que por meio delas, no fim do mundo, tão presentes serão àqueles que então forem nessas pessoas feitos e ditos, como hoje por esta custódia literal, é vivo o que fizeram e disseram os primeiros que foram no princípio dele. E porque o fruto destes atos humanos é muito diferente do fruto natural que se produz da semente das coisas, por este natural fenecer no mesmo homem para cujo uso foram criadas, e o fruto das obras deles é eterno

³⁹² Cf. BARROS, João de. “Ao muito poderoso, e cristianíssimo príncipe El Rey Dom João nosso senhor, deste nome o terceiro de Portugal. Prologo de João de Barros em as primeiras quatro Décadas da sua Ásia, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente.” In: *Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Nova edição oferecida a Sua Magestade Dona Maria I, Rainha Fidelíssima. Lisboa: Na regia Officina Typografica, Anno MDCCLXXVII. Com Licença da Real Meza Censoria, e privilégio Real. Sem notação de página. Todas as atualizações ortográficas referentes às *Décadas* foram feitas por mim.

³⁹³ Cf. BARROS, João de. “Ao muito poderoso, e cristianíssimo príncipe El Rey Dom João...”.

³⁹⁴ Cf. BARROS, João de. Idem.

pois procede de entendimento e vontade onde se fabricam e aceitam todas, que por serem partes espirituais as fazem eternas: fica aqui, a cada um de nós, uma natural e justa obrigação, que assim devemos ser diligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras, para com elas aproveitarmos em bom exemplo, como prontos e constantes na operação presente delas, para comum e temporal proveito de nossos naturais.”³⁹⁵

Diante disso podemos notar que, para João de Barros, os caracteres das letras equivalem à fala em sua função, mas a supera em eficiência e duração. De fato, é em face da volatilidade característica da fala que as letras facultam maior estabilidade e continuidade no tempo. Artifício humano, as letras se destinam a capturar o fenômeno da efemeridade do relato oral. De fato, ao nos determos nas *Décadas*, a noção de fala pode nos remeter tanto à comunicação oral, quanto aos caracteres das letras. Caso emblemático, da utilização da noção de fala enquanto denotativo de uma prática oral, é o episódio relatado por João de Barros, em que o Senhor da Guiné, Caramansa, dirige sua fala a Diogo de Azambuja, fidalgo português:

“Caramansa, ainda que fosse homem bárbaro, assim por sua natureza, como pela comunicação que tinha com a gente dos navios que vinham ao resgate, era de bom entendimento e tinha o juízo claro para receber qualquer coisa que estivesse em boa razão. E como quem desejava entender as coisas que lhe eram propostas, não somente esteve pronto a ouvir quando lhes o língua resumia, mas ainda esguardava todas as continências que Diogo de Azambuja fazia, e em todo o tempo que isto passou, assim ele como os seus, estiveram em um perpétuo silêncio, sem haver quem somente escarrasse, tão obedientes e ensinados os trazia. E como homem que queria recorrer pela memória o que ouvira e consirar o que havia de responder, acabada a *fala*, pregou os olhos no chão por um pequeno espaço, e de si disse: Que ele tinha em mercê ao rei, seu senhor, a vontade que lhe mostrava, assim na salvação de sua alma como nas outras coisas de sua honra, e que certo ele lho merecia em o bom despacho dos seus navios que àquele porto vinham resgatar, sendo muito bem tratados com toda fé e verdade em seus comércios e resgates. Em o qual tempo nunca em a gente deles vira coisa de que se pudesse tanto espantar como daquela sua vinda, porque nos navios passados via homens rotos e mal roupaados, os quais se contentavam com qualquer coisa que lhes davam a troco de suas mercadorias – e este era o fim de sua vinda àquelas

³⁹⁵ BARROS, João de. Ibidem. Os grifos são meus.

partes, e todo seu requerimento era que os despachassem logo, como quem fazia mais fundamento da sua pátria que da habitação das terras alhias. Mas nele, capitão, via outra coisa, que era muita gente, e muito mais ouro e jóias do que havia naquelas partes onde ele nascia, e com isto novo requerimento de querer fazer casa de vivenda em terra; donde conjecturava duas coisas: a primeira, que ele não podia ser senão muito chegado parente do rei de Portugal; e a segunda, que um homem tão principal como ele era, não podia vir senão a grandes coisas, e tais como eram as que ele dizia do Deus que fazia o dia e a noite, e de quem tantas coisas dissera, cujo servidor era o seu Rei.”³⁹⁶

No excerto transcrito, é notória a referência a uma situação mediada pelo discurso oral, onde, a princípio, Caramansa ouve a Diogo de Azambuja, para, em seguida, tomar a palavra. Entretanto, há uma série de referências laterais que, no entanto, se articulam e ganham sentido no interior do texto. É o caso da relação existente entre a figura que João de Barros nos apresenta de Caramansa e o modo pelo qual este faz uso da fala: o Senhor da Guiné, ainda que apresentado sob o signo da barbárie, possui bom entendimento e juízo claro, o que lhe permite, mediado por um língua, primeiramente, ouvir, e em seguida, falar sobre a importância da presença portuguesa, tanto para a salvação de sua alma, quanto para alcançar benefícios materiais por meio do comércio e da efetiva instalação lusa na região. Ora, ainda que de modo sumário, é o caso de recuperarmos a ideia de que o uso da fala, nesse contexto, era considerado um recurso de extrema importância para a vida em sociedade, uma vez que o domínio da linguagem era tido como elemento característico da distinção entre homens e animais. Com efeito, em nossa transcrição, é ela quem faculta o consenso necessário à ingerência portuguesa na região.

Embora neste momento nosso intuito seja, principalmente, circunscrever a indefinição existente entre a fala e a letra ao longo das *Décadas da Ásia*, é importante assinalarmos outro exemplo em que a noção de fala nos remete a um discurso oral. Contudo, desta vez, a comunicação não se estabelece de modo efetivo. Remeto, portanto, ao momento em que João de Barros narra a viagem na qual Bartolomeu Dias

³⁹⁶ BARROS, João de. *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Nova edição oferecida a Sua Magestade Dona Maria I, Rainha Fidelíssima... Livro III, Capítulo II, pp. 162-164. O grifo é meu. A partir da próxima nota, as citações das *Décadas* da edição de 1777 privilegiarão as seguintes informações: “Década, Livro, Capítulo e página”.

descobriu o Cabo da Boa Esperança. Nesta viagem, passados alguns dias depois de deixarem a Angra das Voltas, o historiador quinhentista anota que os viajantes:

“[...] vieram ter a uma angra a que chamaram dos Vaqueiros, por as muitas vacas que viram andar na terra guardadas por seus pastores. E como não levavam língua que os entendesse, não puderam haver *fala* deles, ante como gente espantada de tal novidade carregaram seu gado para dentro da terra, com que os nossos não puderam saber mais deles, que verem ser negros de cabelo revoltado como os da Guiné.”³⁹⁷

No fragmento apresentado, é notável as implicações da inviabilidade de se efetivar a comunicação: não se concretizam relações de qualquer gênero. A respeito da inviabilidade da fala, vale sublinharmos esta informação em conexão com outros elementos apresentados por João de Barros. Primeiramente, em relação à presença de uma atividade econômica, no caso, o pastoreio. Esta, ainda que seja uma atividade mais complexa do que a coleta, por exemplo, não deixa de nos remeter a um modo de subsistência mais “natural” do que uma atividade como o comércio, visto que esta, mais complexa, se atrela à vida de uma sociedade que demanda gêneros para além da subsistência. Em suma, esta relação ganha especial significado em uma sociedade rigorosamente hierarquizada, tal como foi a sociedade no Antigo Regime. Todavia, oportunamente voltaremos a este assunto.

Por ora pretendemos nos ater às duas diferentes conotações que a ideia de fala ganha nas *Décadas* de João de Barros, tanto em sua designação de uma prática oral, quanto em sua designação de caracteres de letras. Isto, contudo, sem perdermos de vista a assertiva de Manuel Severim de Faria, segundo a qual podemos conceber a história como sujeito da oratória. Com efeito, ao longo da narrativa do humanista português, é possível salientar diferentes momentos em que a noção de fala significa os caracteres de letras, notavelmente quando João de Barros se remete a uma obra ou a um autor, sejam eles antigos ou contemporâneos. Desse modo, o humanista cita Ptolomeu, os Atos dos Apóstolos, Marco Polo, Rui de Pina, entre outros. A título de exemplo vale recuperarmos o capítulo dedicado à descrição da cidade de Judá, onde Barros encontra a oportunidade de discordar dos geógrafos coevos que, segundo ele, sugerem ser Judá a

³⁹⁷ Década I, Livro III, Capítulo IV, p. 187. O grifo é meu.

cidade que Ptolomeu denomina Badeo em sua *Geografia*. Contudo, para João de Barros:

“A cidade Badeo, de que Ptolomeu *fala*, a nosso parecer, é uma povoação que está mais abaixo em altura de vinte graus, em que ele situa Badeo, ao qual lugar chamam os mouros Xerefém, onde há muita cópia de água, e ainda hoje aparecem duas torres antigas da grande povoação que ali foi. E logo mais adiante está outra cidade chamada Confutá, coisa antiquíssima, e em que aparecem letreiros que ninguém sabe ler, e ora é muito célebre por o sertão dela começar dali por diante a ser muito povoado de lugares, o que a terra atrás não tem.”³⁹⁸

Assim, para João de Barros, a fala de Ptolomeu, preservada no tempo por meio das letras – em sua *Geografia* – é apresentada como testemunho a ser referendado, ou não, a partir da experiência portuguesa na região. Nessa perspectiva, é possível verificar caso semelhante na descrição do Reino do Sião, povo com o qual, segundo nosso humanista, os portugueses mantinham boas relações. Ali, a descrição dos gueos, povo inimigo do rei do Sião, reverbera a fala de Marco Polo:

“[...] por serem homens tão feros e cruéis, que comem carne humana; e, segundo o uso deles e lugar de sua habitação, parece serem aqueles povos que Marco Polo diz no livro que escreveu de sua peregrinação, habitarem um reino, a que ele chama Cangigui. Porque estes guéus, a que ele não dá nome, como ao reino, geralmente se pintam e ferram por todo corpo ao modo que fazem estes de que ele *fala*, e vemos os mouros de Berberia ferrados, coisa que em todas aquelas regiões não sabemos que outra gente o faça. E como habitam em altas e ásperas serranias, onde os ninguém pode entrar, descem daqueles lugares fragosos às terras chãs dos laus, e fazem nelas grande estrago. E tanto que, se não fosse pela potência deste Rei de Sião, que com grande número de gente a cavalo e de pé e elefantes de guerra vai contra eles, já os laus foram destruídos e as mesmas terras de Sião tomadas por eles.”³⁹⁹

Em ambos os excertos nos quais a noção de fala nos remete aos caracteres das letras, seu intuito é o de corporificar uma autoridade que se faz presente por meio do

³⁹⁸ Década III, Livro I, Capítulo III, pp. 23-24. O grifo é meu.

³⁹⁹ Década III, Livro II, Capítulo V, p. 159-160. O grifo é meu.

texto de João de Barros. Com efeito, tal procedimento denota a preocupação do humanista em cotejar as informações, notavelmente em face de seu presumível compromisso com a factualidade de sua narração. Enfim, é uma técnica por meio da qual o humanista imputa à fala a herança de uma experiência, um fato experimentado. Efetivamente, é a efemeridade da experiência, em si, que demanda um recurso técnico – as letras – que permita sua continuidade no tempo. Contudo, não é possível levar em consideração uma experiência qualquer: o importante é que ela reverbere o passado e produza sentido no âmbito da ação contemporânea dos portugueses. Da produção de sentido entre seus leitores coevos, interessa observarmos a recepção de sua *Terceira Década* pelo Senhor de Ragusa, a partir de uma carta do próprio humanista, onde ele afirma: “*E verdadeiramente em algum modo eu posso chamar esta minha história, trabalho bem aventurado, pois mereço ter louvor de pessoa de tal qualidade e dignidade.*”⁴⁰⁰ De todo modo, não podemos perder de vista a existência de um procedimento seletivo prévio dessa herança, uma vez que deve servir de lastro na ordenação da novidade da experiência vivida.

Por sua vez, no que tange à faculdade da fala nos remeter a uma prática oral, é fundamental considerá-la, também, no âmbito desse procedimento seletivo. Contudo, diferentemente do lastro direto com uma herança intelectual, seu registro colabora na criação de um “fato”, uma vez que sua materialização por meio das letras é endereçada às gerações futuras. Evidentemente, tal “fato” só pode existir no âmbito de um repertório de informações que lhe darão suporte e sentido, de modo que “fato” e interpretação se constituem simultaneamente. Enfim, é o que se pode notar, por exemplo, no caso da comunicação estabelecida com o Senhor da Guiné, ocasião em que a presença portuguesa é “naturalizada no futuro” e, desse modo, torna-se um “fato em si”. No caso da Angra dos Vaqueiros, a inviabilidade da comunicação institui um fatídico hiato que, todavia, denota um espaço em potencial a ser preenchido.

Com efeito, ao passo que exploramos a estreita relação que João de Barros estabelece entre a fala e as letras, fica mais claro compreendermos a assertiva de Manuel Severim de Faria, segundo a qual a história é um sujeito da oratória.

⁴⁰⁰ BARROS, João de. “Carta de João de Barros para o Senhor de Ragusa”. In: SÁ, A. Moreira de. *Humanistas portugueses em Itália*. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeira, de João de Barros e de Henrique Caiado. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1983. p. 135.

Oportunamente, Paul Zumthor já apontou para a histórica convergência entre os modos de comunicação oral e as letras impressas. De acordo com Zumthor:

“Mais que uma ruptura, a passagem do vocal para o escrito manifesta uma convergência entre os modos de comunicação assim confrontados. A dicotomia voz-escritura está cheia de tensões, oposições conflitivas e, com o recuo do tempo, com demasiada frequência se lhes apresenta aos medievalistas como contraditória.”⁴⁰¹

Se, como sugere Paul Zumthor, a passagem do oral para o escrito pode ser considerada, antes como uma convergência do que, propriamente, como uma ruptura, é porque, ao longo da Idade Média, foi estreita a relação entre a fala e as letras, de modo que, se nos ativermos ao caso de João de Barros, por exemplo, tal relação pode ser compreendida sob um aspecto, ainda, medievalizante. Por sua vez, Paul Ricoeur também assinala a relação existente entre a fala e a escrita. A este respeito pergunta-se o filósofo: “*O que ocorre com o discurso quando ele passa da fala à escrita?*” Em resposta, sugere que “*à primeira vista, a escrita parece introduzir apenas um fator puramente exterior e material: a fixação, que coloca o evento do discurso ao abrigo da destruição*”.⁴⁰² Contudo, adverte-nos:

“Na realidade, a fixação não passa da aparência externa de um problema singularmente mais importante concernindo a todas as propriedades do discurso que enumeramos anteriormente. Em primeiro lugar, a escrita torna o texto autônomo relativamente à intenção do autor. O que o texto significa, não coincide mais com aquilo que o autor quis dizer. Significação verbal, vale dizer, textual, e significação mental, ou seja, psicológica, são doravante destinos diferentes.”⁴⁰³

Em suas *Décadas* João de Barros nos apresenta uma relação entre a fala e as letras que nos permite discordar da advertência de Paul Ricoeur – ainda que, vale notar, é evidente a multiplicidade de apropriações intelectuais possíveis de um texto escrito.

⁴⁰¹ Cf. ZUMTHOR, Paul. *La letra y la voz*. De la “literatura” medieval. Trad. Julián Presa. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989. p. 136.

⁴⁰² RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1990. p. 53.

⁴⁰³ RICOEUR, Paul. *Op. cit.*

Por outro lado, reiterando o que escreveu Zumthor, em João de Barros, a relação entre a fala e as letras pode ser considerada como um elemento característico do período medieval. Com efeito, para o humanista português, enquanto a fala se esgota no próprio instante de seu enunciado, como efeito da natureza humana e sua incapacidade generativa, as letras são apresentadas como artifício técnico por meio do qual é possível ecoar, no futuro, os feitos e ditos mais notáveis de seu presente. Sendo as letras uma técnica, sua utilização demanda um conjunto de procedimentos que autorizam sua operacionalização. Tal como apontamos oportunamente, este conhecimento é uma exigência do homem de Corte.

De fato, ao longo das *Décadas da Ásia*, a qualidade de um homem se apresenta associada ao conhecimento das letras. Além disso, nos lugares em que fossem desconhecidas, as letras deveriam ser divulgadas. Caso que podemos tomar como emblemático, neste sentido, é o da ocasião em que Dom João III montou uma armada em apoio à construção de uma fortaleza no Rio Senegal. Da tripulação de “*muita e luzida gente*”, Barros atenta para um certo “*mestre Álvaro, frade da Ordem de São Domingos e seu confessor, pessoa muito notável em vida e letras*”, que foi à África “*para a conservação dos bárbaros*”.⁴⁰⁴ Digno de atenção, também, é o notabilíssimo fidalgo Afonso de Albuquerque, tido por homem de “*muitas graças e motes*”, que além de competentíssimo militar, João de Barros lhe confere estatuto de erudito conhecedor de latim, visto que “*falava e escrevia muito bem, ajudado de algumas letras latinas que tinha*”.⁴⁰⁵ Por sua vez, Duarte de Resende também é citado por suas qualidades de letrado. Resende, amigo e parente de João de Barros, não apenas foi mencionado nas *Décadas da Ásia*, mas também foi tradutor das obras de Cícero em Portugal.⁴⁰⁶ Além disso, ganhou uma inscrição afetuosa do autor das *Décadas* em sua *Ropicapnefma*. Nas *Décadas*, Barros aproveita o ensejo para agradecer (e corrigir) o autor do *Tratado de Navegação* que foi utilizado como fonte por nosso humanista:

“Fica aqui dizer uma coisa por honra de Duarte de Resende, a que quero acudir por razão de sangue e também das boas *letras* que tinha. Ele me dirigiu um Tratado sobre esta navegação de Castela, como quem teve na mão

⁴⁰⁴ Cf. Década I, Livro III, Capítulo VIII, p. 222.

⁴⁰⁵ Cf. Década II, Livro X, Capítulo VIII, p. 495.

⁴⁰⁶ Cf. REIS, Flávio Antônio Fernandes. “Cícero ‘em linguagem portuguesa’ quinhentista”. *Revista desassossego*. [on line]. Junho de 2010, n. 3. pp. 1-9. In: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/desassossego/edicao/03/edicao.php> Acessado em 21/09/2012.

uns apontamentos que o astrólogo Falerio tinha feitos antes de sua doidice, nos quais dava modo como se poderia verificar a distância dos meridianos, a que vulgarmente os mareantes chamam altura de Leste-Oeste. Sobre os quais Fernão de Magalhães, em cujo poder eles ficaram, ante que passassem o estreito no porto de S. Julião, quis ter prática; e foi assentado por todos os pilotos, que em nenhum modo se podia navegar por ali. Do qual regimento, que eram trinta capítulos, Andrés de San Martim, como homem douto na astronomia, concede o quarto capítulo, que era pelas conjunções e oposições da Lua com os outros planetas, por ser causa certa e fácil. E porque Duarte de Resende traz as formais palavras que Andrés de San Martim diz sobre esta matéria, e também sobre um eclipse do Sol, que ali tomou, de que atrás falámos, e fala por termos astronômicos, ou foi do Tratado que me ele dirigiu que eu emprestei, ou que também ele em sua vida daria o trelado a outrém, donde quer que fosse, quiseram-se aproveitar dele em uma escritura desta navegação do Magalhães.”⁴⁰⁷

Com efeito, quando não houvesse nenhum qualificativo social de maior substância, ou seja, não fosse de origem nobre, o conhecimento das letras também seria indício de virtude, tal como podemos observar no caso de Tomé Pires, que embora não fosse *“homem de tanta qualidade, por ser boticário e servir na Índia de escolher as drogas de botica que haviam de vir para este reino”*,⁴⁰⁸ foi designado para compor a embaixada portuguesa na China por Fernão Peres, pois, *“para aquele negócio era o mais hábil e apto que podia ser; porque, além de ter pessoa e natural descrição com letras, segundo sua facultade, e largo de condição e aprazível em negociar, era muito curioso de inquerir e tinha um espírito vivo para tudo”*.⁴⁰⁹

Enfim, ainda no que tange às letras, há que se diferenciar dois tipos: as sagradas e as humanas. Em todos os casos mencionados, nosso autor tratou, fundamentalmente, das letras humanas. Por sua vez, a respeito das letras sagradas, é preciso notar que se deveria amá-las e venerá-las com devoção, pois acima de tudo, elas haveriam de estar presentes onde fossem desconhecidas. Caso paradigmático neste sentido, é o da presença lusa no Congo, onde a cristianização foi acompanhada da formação de uma elite que dominasse amplamente os preceitos do cristianismo por meio do acesso às

⁴⁰⁷ Década III, Livro V, Capítulo X, pp. 659-660. A correção está na página 661: “Quisemos apontar este erro, porque pode a tal escritura dele ir à mão de pessoas doudas nesta facultade, não queria que dessem a culpa a Duarte de Rezende, senão a quem mal usou dos seus termos...”.

⁴⁰⁸ Década III, Livro II, Capítulo VIII, p. 217.

⁴⁰⁹ Idem.

letras. Segundo João de Barros, foi esta a grande obra de Dom Afonso – filho do rei Dom João do Congo:

“Mandou também a este reino de Portugal filhos, netos, sobrinhos e alguns moços nobres aprender *letras, não somente as nossas, mas as latinas e sagradas*, de maneira que de sua linhagem houve já naquele seu reino dois bispos, que, exercitando seu ofício, serviram a Deus e deram contentamento aos Reis deste reino de Portugal, a cujas despesas todas estas obras eram feitas.”⁴¹⁰

Efetivamente, o conhecimento das letras deveria ser adquirido por meio do estudo e da doutrina. Com efeito, alcançar tal conhecimento era uma virtude, compreendida fundamentalmente em oposição às virtudes naturais. Desse modo, as letras são, de fato, entendidas como indício de polícia, tal como podemos observar na descrição que João de Barros faz da costa oriental da África, onde nosso humanista opõe “*os povos Pagelungos, súditos ao nosso rei de Congo*”,⁴¹¹ aos árabes e persas:

“E como esta de que tratamos é grande e os bárbaros que nela habitam são muitos e diferentes em língua, não há entre eles nome próprio dela. Somente os árabes e persas, como gente que tem *polícia de letras* e são vezinhos dela, em suas escrituras lhe chamam Zanguebar, e aos moradores dela zangui; e per outro nome comum também chamam cafres, que quiere dizer gente sem lei, nome que eles dão a todo gentio idólatra, o qual nome de cafres é já acerca de nós recebido pelos muitos escravos que temos desta gente.”⁴¹²

A princípio, é digno de nota a relação de subordinação que João de Barros estabelece entre letras e polícia, de modo que é interessante observarmos o quanto a acepção da noção de polícia nos remete à dimensão da moralidade, enfim, dos usos e costumes. Com efeito, é possível evidenciarmos com maior rigor a “dependência” que as letras possuem da polícia quando sublinhamos a oposição apresentada entre os diversos bárbaros que habitam as terras sem jamais definirem-lhe um nome próprio, e os árabes e persas, que denominam a terra como Zanguebar em suas escrituras. Por sua

⁴¹⁰ Década I, Livro III, Capítulo X, p. 244. O grifo é meu.

⁴¹¹ Década I, Livro VIII, Capítulo IV, p. 205.

⁴¹² Idem. pp. 205-206. O grifo é meu.

vez, a dificuldade que os bárbaros encontram em definir um consenso a respeito do nome do lugar em que habitam, não deixa de nos remeter à degeneração da sociabilidade que se seguiu ao episódio da Torre de Babel, episódio ao qual tradicionalmente se atribui a responsabilidade pela diversidade de línguas existentes no mundo. Diante disso, é notável a relação de proximidade que se estabelece entre a barabárie e os desdobramentos do emblemático episódio bíblico, visto que este sugere ser a discordância e confusão em que vivem punição divina.

Em linhas gerais, a noção de polícia que o humanista português nos apresenta manteria sua essência, ao menos, por cerca de mais duzentos anos. É possível notar isso quando recorrermos à definição desse verbete no *Vocabulário Português e Latino* de Rafael Bluteau. De acordo com Bluteau, polícia “*é a boa ordem que se observa, e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas, etc. Divide-se em Polícia civil, e militar*”. Em síntese, observa Bluteau, enquanto pela primeira se governam os cidadãos, a segunda governa os soldados. De modo que “*nem uma nem outra polícia se acha nos povos, a que chamamos Bárbaros*”. A polícia deveria reger, portanto, o trato, a conservação, os costumes, enfim, a “*boa graça nas ações e gestos do corpo*”,⁴¹³ o que implica um amplo domínio da natureza.

Em suma, o amplo domínio da natureza se apresenta como condição fundamental para o conhecimento das letras. Por ser um instrumento de diferenciação social e, simultaneamente, um qualificativo de polícia, sua ausência seria percebida em termos defectivos. É sob esta perspectiva que devemos compreender a descrição das ilhas Maluco apresentada por João de Barros:

“Da antiguidade da povoação daquelas ilhas, como é gente *bestial* sem *letras*, e das coisas passadas não tem mais notícia, que trazerem algumas em cantares à maneira de rimances, que nós usamos, por memória de algum feito, entre eles não há coisa certa; e porém todos confessam serem estrangeiros, e não próprios indígenas e naturais da terra.”⁴¹⁴

Se por um lado a bestialidade se apresenta associada à ausência das letras, por outro, qualquer sinal que evidencie a presença do cristianismo, ainda que residual,

⁴¹³ BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.* s. v. “Polícia”. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/pol%C3%ADcia>. Acesso em 24/09/2012.

⁴¹⁴ Década III, Livro V, Capítulo V, p. 577. O grifo é meu.

estará acompanhado de algum tipo de sinal gráfico a indicar algum grau de letramento, mesmo que se encontre perdido entre gentio idólatra. Paralelamente a isso, é válida a hipótese de que o resíduo de um cristianismo prístino servirá para justificar a reinvenção de uma ordem social doravante centrada na fé e na religião cristã. É o que se pode sugerir, por exemplo, na descrição que João de Barros faz de Meliapor, lugar pelo qual teria passado São Tomé e onde estaria enterrado o Apóstolo missionário:

“E posto que o gentio desta terra seja idólatra, sempre esta relíquia de casa que o santo fez foi entre eles muito venerada e principalmente de alguns que confessavam o nome cristão e tinham nela patriarcha armênio. E o que ora mais acrescentou devoção na casa, foi uma pedra que os nossos acharam em umas ruínas que parecia em outro tempo ser ermida, nos alicerces da qual, querendo eles, por sua devoção, fundar outra, acharam uma pedra quadrada limpa e bem lavrada; e na face que jazia pela a terra tinha uma cruz lavrada de vulto, da feição das que trazem os comendadores da Ordem de Avis, e em cima de uma ponta lavrada uma ave com as asas abertas, ao modo que o Espírito Santo, em figura de pomba, desce sobre os Apóstolos, como se costuma pintar. Por o corpo da qual cruz e campo da pedra, estavam muitas manchas e gotas de sangue, tão fresco que parecia haver pouco tempo que fora ali vertido; e por derredor, por orla, tinha umas *letras de caracteres estranhos* que os da terra não souberam ler. A qual pedra os nossos levaram dali com procissão e solenidade, e foram por na própria igreja que São Tomé por sua mão fez. E segundo o que a fama tem entre os naturais, dizem que sobre esta pedra padeceu o bem-aventurado Apóstolo, estando aqui fazendo oração; outros dizem que era discípulo seu.”⁴¹⁵

Com efeito, o domínio das letras confere habilidade necessária ao exercício da escrita. Seja para sua elaboração, ou seja para sua correção, tal como o humanista faz notar em seu registro a respeito da *Crônica do rei Dom Afonso Henriques*, de autoria de Duarte Galvão. Aqui, nosso historiador quinhentista chama a atenção para a erudição do cronista, uma vez que:

“[...] douto nas *letras* de Humanidade; compôs, por mandado do Rei Dom Manuel a Crônica do Rei Dom Afonso Henriques, primeiro Rei deste reino de Portugal, ou (por melhor dizer) apurou a linguagem antiga, em que

⁴¹⁵ Década I, Livro IX, Capítulo I, p. 304-305. O grifo é meu.

estava *escrita*; e quem quer que foi o primeiro compositor dela, dará conta a Deus de macular a fama de tão ilustres duas pessoas, como foram a Rainha Dom Tareija e o Rei Dom Afonso Henriques, seu filho, nas diferenças que conta haver entre eles.”⁴¹⁶

Tendo em vista que o estudo e a doutrina são considerados os pontos cardeais para a aquisição da virtude necessária ao domínio das letras humanas, é importante atentarmos para o fato de que o trabalho de ordená-las e apurá-las implica um compromisso moral com a escrita. Diante disso, ao reconhecermos que a fala era compreendida como um meio limitado de repercutir os feitos notáveis – investida, portanto, da autoridade de uma situação experimentada concretamente – e, por sua vez, as letras são o artifício que materializa estes feitos no tempo, é necessário reconhecermos que sua correta ordenação é o fundamento e o rudimento de uma operação que encontra, no fenômeno da escrita, seu desdobramento mais apurado. Neste sentido, a escrita, longe de ser compreendida como fantasiosa, é a própria garantia de fidelidade, sobretudo em face de uma relação de continuidade estabelecida com o “fato”. Compreensível, portanto, que a difamação por meio da escrita seja uma perversidade cujos autores haverão de dar “*conta a Deus*”. Daí, portanto, a ressalva de João de Barros a respeito da dignidade e credibilidade de Duarte Galvão, pois dele nosso humanista tomou parte das notícias dos “*trabalhos que os naturais deste reino passaram naquela conquista de Ásia*”, notavelmente por meio de seu maior legado, as “*letras, pois por elas, quanto sua possibilidade alcançou, deu nome a muitos*”.⁴¹⁷

Não é diferente o caso de Gomes Eanes de Zurara. Segundo João de Barros, Zurara, além de ter sido Guarda-Conservador da Livraria Real e Guarda-mor da Torre do Tombo, foi cronista diligente, uma vez que o humanista nos garante ter merecido “*o nome do ofício que teve*”, pois, “*se alguma coisa há bem escrita das Crônicas deste reino, é da sua mão*”.⁴¹⁸

Com efeito, João de Barros reconhece sua dívida em relação ao cronista, sem perder de vista, contudo, a importante contribuição de outro personagem, o feitor Afonso Cerveira, funcionário que legou “*algumas cartas escritas em Benin*”, das quais Barros fez uso. Desse modo o humanista nos revela parte das fontes por ele pesquisadas

⁴¹⁶ Década III, Livro I, Capítulo IV, pp. 51-52. O grifo é meu.

⁴¹⁷ Cf. Idem, *ibidem*.

⁴¹⁸ Década I, Livro II, Capítulo I, p. 137.

para elaboração de sua obra. Estas fontes, articuladas ao material obtido por meio de suas perscrutações das lembranças no Tombo, permite-lhe ordená-las de modo a estabelecer rigorosa cronologia dos acontecimentos à época do Rei Dom Afonso V, *O Africano*, bem como recuperar os feitos de alguns notáveis portugueses. Nesse sentido, escreveu o autor da *Décadas*:

“E posto que tudo ou a maior parte do que até aqui escrevemos seja tirado da escritura de Gomes Eanes, e assim deste Afonso Cerveira, não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar coisas derramadas, e por papéis rotos e fora da ordem que ele, Gomes Eanes, levou no processo deste descobrimento. As coisas do tempo do Rei Dom Afonso, como ele prometeu, não as achamos: parece que teria a vontade e não o tempo; ou se as escreveu eram perdidas, como outras escrituras que o tempo consumiu. Portanto o que escrevemos do tempo do Rei Dom Afonso não são mais que algumas lembranças que achamos no Tombo e nos livros da sua fazenda, sem aquela ordem de anos que seguimos atrás, somente uns fragmentos deste descobrimento. Nas quais lembranças, achamos que no ano de quatrocentos quarenta e nove, deu o Rei licença ao Infante Dom Henrique que pudesse mandar povoar as sete ilhas dos Açores, as quais já naquele tempo eram descobertas e nelas lançado algum gado, por mandado do mesmo Infante, por um Gonçalo Velho, comendador de Almourol, junto da Vila de Tancos. E no ano de quatrocentos cinquenta e sete, fez o Rei mercê ao Infante Dom Fernando, seu irmão, de todas as ilhas que até então eram descobertas, com jurisdição de cível e crime e com certas limitações. E no de quatrocentos e sessenta, fez o Infante Dom Henrique doação ao Infante Dom Fernando, seu sobrinho e filho adotivo, destas duas ilhas: Jesus e Graciosa, reservando somente para si a espiritualidade que era da Ordem de Cristo que ele governava, a qual doação confirmou o Rei em Lisboa, a dois de Setembro do mesmo ano. E em o seguinte de quatrocentos e sessenta e um, porque às ilhas de Arguim concorria resgate de ouro e negros de Guiné, mandou o Rei fazer o castelo de Arguim, que hoje está em pé, por Soeiro Mendes, fidalgo de sua Casa, morador em Évora, ao qual deu a alcaidaria-mor, para si e para seus filhos.”⁴¹⁹

Ora, é importante notarmos que a preocupação de João de Barros em citar sua atividade de pesquisa junto ao Tombo encontra correspondência na menção das virtudes

⁴¹⁹ Idem. pp. 138-139.

dos autores cuja escrita faz uso. Em suma, tanto o Tombo quanto os autores assinalados se configuram como testemunhos de uma elevada experiência que deve ser compartilhada pelas as gerações posteriores. Uma vez que tanto um quanto outro possuem a função de convencer a posteridade da relevância dos feitos transmitidos por meio da escrita, fica evidente seu caráter persuasivo. Tendo em vista que, por ora, nossa proposição é compreender o “horizonte histórico” presente nas *Décadas*, podemos evidenciar, neste momento, que o procedimento da escrita de João de Barros se inscreve no âmbito de uma técnica persuasiva.

Dito isso, vale recuperarmos a definição de que a retórica é um método de persuasão. De modo sumário, ao longo deste estudo, já apontamos para o lugar que o conhecimento da retórica ocupou no pensamento renascentista, sobretudo no âmbito da cultura humanista, ou os “*studia humanitatis*” – que, a esta altura de nosso trabalho e de acordo com a utensilagem mental de João de Barros, pode ser compreendido como o “doutrinação em letras de humanidade”. Com efeito, entre 1350 e 1600 a retórica alcançou tamanha difusão no continente europeu, que praticamente nenhuma região escapou de sua influência. Por sua vez, Cícero foi o escritor latino mais importante do Renascimento, sendo que sua obra retórica – *Da invenção* – foi, efetivamente, a mais lida neste contexto. Todavia, é evidente que a retórica renascentista se diferenciava da retórica clássica sob vários aspectos, sobretudo em face do legado cultural da Idade Média.⁴²⁰ Contudo, mesmo diante da experiência histórica medieval, os grandes tratados retóricos da Antiguidade continuaram a ser fontes importantes para as artes narrativas, tal como pudemos notar na argumentação de Manuel Severim de Faria: como vimos, ao defender a eficiência da história como sujeito da oratória, o chanceler argumenta que isso se dá por encontrarmos nela os gêneros retóricos propostos por Aristóteles.

Segundo Felipe Teixeira Charbel, os gêneros retóricos operacionalizados ao longo do início da Época Moderna foram definidos no Livro II do diálogo ciceroniano *Do orador*.⁴²¹ De fato, ainda que a doutrina retórica de Cícero seja diferente da doutrina retórica de Aristóteles sob alguns aspectos, é inegável que a *Retórica* aristotélica fixa os gêneros narrativos apontados por Severim de Faria e, por isso, acreditamos que seja importante nos voltarmos para o que escreveu o Estagirita a esse respeito. Com efeito,

⁴²⁰ Cf. ARTAZA, Elena. *El ars narrandi em el siglo XVI español*. Teoria y pratica. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

⁴²¹ Cf. TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Op. cit.* p. 21.

se, como assinalou o chantre, a história faz uso do “*gênero Demonstrativo*” – ou epidítico – tendo em vista contar os “*vários feitos, condenando os vícios, e louvando as virtudes*”, é notório que seu papel está em elogiar as virtudes e censurar os vícios. Assim, tal como para Aristóteles, a virtude é digna de louvor, tal qual o belo, porque a própria virtude, em si, é bela. Ainda aqui, vale notar que é fundamentalmente no campo dos feitos – ou seja, das ações – onde se pode encontrar a “superioridade de virtude” que engrandece a honra. Assim, elogio e censura devem recair nas ações, nos feitos, nos usos, pois, enfim, é efetivamente o comportamento que pode ser belo ou vergonhoso. Nesse sentido, podem ser belos não apenas os feitos para a aquisição de honra, mas também os usos e os costumes dos povos, pois todos devem conduzir à felicidade.⁴²²

Enquanto o gênero demonstrativo se atém aos feitos – vale notar, numa temporalidade fundamentalmente coeva, ainda que nele seja possível evocar o passado e conjecturar sobre o futuro –, para Aristóteles, o “*Deliberativo*” é um gênero fundamentalmente voltado ao aconselhamento, sendo utilizado tanto para convecer, quanto para dissuadir. Em sua *Retórica*, o Estagirita sustenta que o gênero deliberativo opera numa temporalidade futura, visto que se ocupa, unicamente, das coisas que podem vir a acontecer, o que faz com que a compreensão da qualidade das coisas que se aconselham – saber se são boas ou más – seja um procedimento fundamental.⁴²³

Por fim, Severim de Faria nos apresenta o gênero “*Judicial*”, e sublinha sua articulação com o deliberativo. Com efeito, em sua *Retórica*, Aristóteles nos esclarece que o gênero judicial é composto, sempre, em referência aos feitos do passado, uma vez que neles estão fundamentadas tanto a acusação quanto a defesa. Ao observar que a finalidade de um processo judicial é ponderar sobre o justo e o injusto, conclui que este gênero é responsável pela deliberação daquilo que é mais conveniente.⁴²⁴

É, enfim, sob esta perspectiva, que podemos compreender o que escreveu Manuel Severim de Faria sobre as *Décadas* de João de Barros, quando o chantre afirma:

“Em todos estes gêneros é esta história de João de Barros admirável; porque além do sujeito que trata ser nobilíssimo pela variedade, grandeza, e novidade dos casos admiráveis, guardou, com suma inteireza, todas as leis da

⁴²² Cf. ARISTÓTELES. *Retórica*. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento pena. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Lisboa, 2005. Livro I.

⁴²³ Cf. ARISTÓTELES. *Op. cit.* Livro I.

⁴²⁴ Cf. Idem. *Ibidem*.

História, assim as essenciais que se nela requerem, que são verdade, clareza, e juízo, como as outras partes a que chamam integrantes.”⁴²⁵

Assim, ao assinalar as qualidades da história de João de Barros, Severim de Faria reconhece que algumas delas lhe são inerentes, tais como “*variedade, grandeza e novidade*”. Entretanto, não deixa de anotar que outras qualidades lhe são extrínsecas e pertencem àquele que a escreveu. Ora, oportunamente já nos debruçamos sobre o fato de que a estabilização da figura de João de Barros obedeceu a um critério orientado pela necessidade de dar credibilidade, simultaneamente, ao autor e seus escritos. Desse modo, o potencial persuasivo se encontra tanto nos testemunhos, documentos, enfim, nas fontes arroladas, quanto no valor moral daquele que compõe toda escritura. É, de fato, nesse manifesto intento de persuadir o leitor que reside o limite da advertência de Paul Ricoeur, visto que, se é possível mapear os elementos persuasivos presentes no texto, a autonomia que o filósofo lhe confere é apenas relativa.

3.2. Da escritura à memória

Na trajetória aqui estabelecida para compreendermos aquilo que denominamos como o “horizonte histórico” nas *Décadas da Ásia* devemos percorrer algumas categorias que, muitas vezes, se confundem. Contudo, nosso intuito é recuperarmos a operacionalidade de algumas dessas categorias no âmbito de seu contexto, para efetivamente alcançarmos nosso objetivo. Foi em vista disso que procuramos atentar para a existência de uma estreita relação entre a credibilidade da escrita e o caráter moral daquele que escreve. Com efeito, a partir disso, vale atentarmos, agora, para o fato de que a escrita, seja ela em árabe, em língua portuguesa ou em linguagem antiga, compõe um legado denominado escritura, composto de cartas missivas, crônicas, lembranças ou tratados.

Sem perder de vista que a escrita deveria servir para fixar mensagens orais a serem compartilhadas com um público específico, o qual, oportunamente, pode estar situado em outra temporalidade, vale atentarmos para o fato de que, ao nos debruçarmos

⁴²⁵ FARIA, Manuel Severim de. *Op. cit.* p. XXXII.

sobre as *Décadas*, notamos que a noção de escritura pode denotar tanto a totalidade da escrita dispersa que há de ser reunida quanto a própria disposição em conjunto de toda a escrita, ou seja, sua reunião já processada. Diante disso, não nos é possível definí-la, tal como o fez Paul Zumthor, a partir do suporte técnico de sua grafia,⁴²⁶ uma vez que na obra de João de Barros, o suporte técnico nem sempre está em questão.

Com efeito, se a noção de escritura pode denotar tanto a escrita dispersa, quanto a escrita já reunida, é importante observarmos, também, a existência de outras modalidades de escritura possíveis. Neste sentido, é notável a presença da sagrada escritura enquanto correspondente das letras sagradas. Entretanto, a oposição entre sagrada escritura e escritura nem sempre se apresenta de modo irreduzível: nossa tendência racionalista acaba reduzindo e enrijecendo as sutilezas de um universo mental em que o mágico e o maravilhoso ainda balizavam a compreensão do mundo – muito embora seja evidente que o início da Época Moderna assinale o momento histórico em que o homem europeu se tornaria crescentemente racionalista. Nesse sentido, vale notar que tal momento foi marcado por um processo que não esteve livre da tensão entre “*o racional e o maravilhoso, entre o pensamento laico e o religioso, entre o poder de Deus e o do Diabo*”, enfim, de um embate “*entre o Bem e o Mal*”.⁴²⁷ E isto porque, à época, o plano religioso ocupava um lugar de destaque no âmbito das mentalidades: é nesta perspectiva que Laura de Mello e Souza chama nossa atenção para a tradição – fundada por João de Barros – que fornece uma “*explicação de cunho religioso para o descobrimento e a dominação*”⁴²⁸ da colônia portuguesa na América.

É principalmente sob esta perspectiva que as noções de sagrada escritura e escritura aparecem imbricadas, ainda que a diferença entre ambas seja evidente. Todavia, vale observar que em alguns casos, a noção de escritura pode nos remeter a fábulas ou, também, a documentos oficiais. Nesse sentido, notório exemplo da multiplicidade característica da noção de escritura é a menção feita por João de Barros à escritura da religião praticada pelo gentio da Índia, cuja concepção se entrelaça à noção de fábula:

⁴²⁶ Cf. ZUMTHOR, Paul. *Op. cit.*

⁴²⁷ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 22.

⁴²⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.* p. 31.

“[...] aqui, para nosso intento, basta saber que a maior parte das coisas da *escritura* da sua religião, a criação do Mundo, antiguidade da povoação dele, a multiplicação dos homens e crônicas dos reis antigos, tudo é um modo de *fábulas* como tinham os gregos e latinos, e quase um *Metamorfoses* de transmutações.

E segundo o que desta sua *escritura* temos alcançado por alguns livros que nos foram interpretados, ao tempo que entramos na Índia havia seiscentos e doze anos que naquela terra, a que eles chamam Malabar, fora um rei chamado Saramá Perimal, cujo estado era toda esta terra que terá por costa até oitenta léguas (como atrás dissemos). O qual rei foi tão poderoso, que por memória do seu nome faziam a computação do tempo do reinado dele, que com nossa entrada leixaram, tomando a ela por era e ano de suas *escrituras*, de que já muitos usam”.⁴²⁹

Se, por um lado, no excerto transcrito, João de Barros nos faz notar que a escritura da religião dos indianos é feita ao modo de fábulas, tal qual as *Metamorfoses* de Ovídio, por outro, em um segundo momento, assinala uma diferença fundamental entre suas *Décadas* e as escrituras fabulosas. Em suma, o humanista português anota seu compromisso “*com a pureza da verdade*” e, diante disso, o imperativo de manter-se afastado das fábulas “*da gentilidade grega e romana*”, embora reconheça que estes, com grande engenho em sua escritura, fizeram uso de tal gênero para celebrar “*a empresa que cada um tomou*”.⁴³⁰ Já no *Prólogo* da primeira *Década* João de Barros esclarece a distinção entre os seus escritos e as fábulas, quando se refere ao *Imperador Clarimundo*, onde o humanista tem o cuidado de apresentá-lo como debuxo dos triunfos do reino português. Tal debuxo, anota Barros, “*não era alguma ‘Batracomiomaquia ou a guerra das rãs e dos ratos’, como fez Homero por exercitar seu engenho antes que escrevesse a guerra dos Gregos e Troianos*”, mas sim, “*uma pintura metafórica de exércitos e vitórias humanas, nesta figura racional do Imperador Clarimundo*”.⁴³¹ Com efeito, no âmbito de um horizonte intelectual essencialmente aristotélico, uma obra de teor paródico e fabuloso, tal qual a *Batracomiomaquia*, era compreendido como um gênero literário de menor valor.⁴³²

⁴²⁹ Década I, Livro IX, Capítulo III, pp. 323-324. O grifo é meu.

⁴³⁰ Cf. Década I, Livro IV, Capítulo XI, p. 360.

⁴³¹ Cf. Década I, *Prólogo*, sem notação de página.

⁴³² Cf. LOPES, Rodolfo Pais Nunes. “Introdução”. In: PSEUDO-HOMERO. *Batracomiomaquia ou a guerra das rãs e dos ratos*. Introdução e tradução do Grego, Rodolfo Paes Nunes Lopes. Associação Portuguesa de Estudos Clássicos – Universidade de Coimbra: Coimbra, 2008. pp. 15-41.

Sem sombra de dúvida, a percepção do fabuloso nos remete a uma atmosfera intelectual onde este gênero possuía uma aceitação parcial – ao menos entre os letrados mais eruditos. A fábula apresentava-se associada às cosmogonias locais, como ferramenta ideológica que servia para justificar situações concretas, tal como a presença do islamismo nas ilhas Maluco:

“E é tanta a divindade que o estado real quis em toda parte do Mundo atribuir a si mesmo, que até nestas Ilhas Maluco, entre gente bestial, buscou *fábulas* de sua genitura e princípio por mostrar aos súditos que não vem de tão vil compostura como os outros homens, na qual *fábula* a gente tem tanta fé, que ainda hoje há lugares desta religião dos seus primeiros reis.”⁴³³

A fábula estaria, portanto, destinada a ocupar um espaço de “ficção” e não compunha um conhecimento útil,⁴³⁴ o que nos obriga a matizar a sedutora ideia de que a “*grande tripartição, aparentemente tão simples e tão imediata, entre a ‘Observação’, o ‘Documento’ e a ‘Fábula’ não existia*” no século XVI.⁴³⁵ Por sua vez, no que tange à sagrada escritura, ainda que seja perceptível uma franca oposição em relação àquilo que denominamos por escritura laica, ambas podem se confundir, diferentemente da relação que se estabelece com a fábula e o fabuloso. Evidente, nesse sentido, é o episódio narrado por João de Barros a respeito das relações que se estabelecem entre a Rainha de Sabá e o Rei Salomão:

“Segundo o que estes povos abassis tem por *escritura*, de que se gloriam, é que, ouvindo a Rainha Sabá daquela Etiópia a fama do poder e sapiência de Salomão, Rei de Judeia, por se informar da verdade, mandou a Jerusalém um embaixador. E sendo por ele, depois de sua vinda, certa do que vira e ouvira, desejando em pessoa participar da sapiência dele, porém que idólatra fosse, partiu para Jerusalém com grande aparato de estado e riquezas, embarcando no Mar Roxo em um porto, onde se depois edificou uma cidade do seu nome Sabá, em memória desta passagem.”⁴³⁶

⁴³³ Década III, Livro V, Capítulo V, p. 580. O grifo é meu.

⁴³⁴ Sobre a exclusão das fábulas nos discursos políticos em Portugal no século XVII, cf. CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1988. pp. 26-30.

⁴³⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas...* p. 177.

⁴³⁶ Década III, Livro I, Capítulo II, pp. 374-375. O grifo é meu.

Ora, enquanto a noção de escritura denota uma “reunião” de parte significava da escrita dos abassis a respeito da origem prístina de uma relação tida como fundante da dinastia dos reis da Etiópia – fato que pode ser compreendido sob uma perspectiva “laicizante”, visto que pertence à vida política etíope – vale notar que, por outro lado, a narrativa de João de Barros reverbera o episódio do *Livro dos Reis* em que a rainha de Sabá decide visitar Salomão:

“A rainha de Sabá ouviu falar da fama de Salomão, por ordem do Nome de Iahweh, e veio pô-lo à prova por meio de enigmas. Chegou a Jerusalém com numerosa comitiva, com camelos carregados de aromas, grande quantidade de ouro e de pedras preciosas.”⁴³⁷

Diante disso, podemos notar que a diferença entre letras sagradas e letras humanas é bem definida em face da formação do letrado, seja em uma especialidade, seja em outra, contudo, as diferentes modalidades de escritura podem se confundir. Todavia, muito embora a narrativa de João de Barros se entrelace à do *Livro dos Reis* – o que denota, também, ampla influência da cronística judaica⁴³⁸ –, nosso humanista tem o cuidado de cotejar algumas informações com a literatura antiga, tal como podemos notar em sua glosa a respeito da cidade edificada pela Rainha de Sabá:

“A qual (cidade) Ptolomeu situa em altura de doze graus e meio, de que ao presente não há mais memória que dizerem alguns ser na terra defronte da qual está uma ilha chamada Sarbo, em altura de quinze graus e um oitavo, a qual em alguma maneira retém o nome da cidade, e é mais propícia à situação de Ptolomeu que Maçuá ou Suaquém, onde outros querem que fosse.”⁴³⁹

É fundamentalmente por meio dessa glosa que João de Barros se afasta da sagrada escritura. O confronto com as informações de Ptolomeu, bem como com a de outros autores, circunscreve parte do debate intelectual que as expansões marítimas estimularam ao longo do século XVI. Sem dúvida, o conhecimento dos antigos era um

⁴³⁷ 1Rs 10, 1-2.

⁴³⁸ Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.

⁴³⁹ Década III, Livro I, Capítulo II, p. 375.

ponto de partida fundamental que haveria de ser refinado paulatinamente à medida que se acumulavam experiências em regiões, até então, praticamente desconhecidas. Entretanto, as sagradas escrituras ainda eram um suporte fundamental para o conhecimento e poderiam ser citadas como fonte, em suma, como escritura, tal como podemos notar no debate a respeito da dinastia etíope:

“Finalmente, chegado David ante sua madre, ela lhe entregou o reino; e deste príncipe dizem eles, abassis, que procedem todos os seus reis por linha masculina até hoje, e que acerca deles não reinou mais mulher. E mais, que todo os oficiais, de que se ora os reis servem, são da linhagem daqueles que este seu primeiro Rei David trouxe; e que não pode tomar outros para governo de sua Casa e reino, senão destas tribos, no grau e qualidade que cada um trouxe naquele princípio. E também se gloriam que por rainhas suas naturais, celebradas na *Sagrada Escritura*, tiveram conhecimento de duas leis que Deus quis dar aos homens para se salvar em diversos tempos; pela Rainha Sabá, a que deu por Moisés; e pela a Rainha Candace, a que deu por Cristo Jesus, seu Filho. E porque parece contradição dizerem estes povos abassis que os seus reis daquela Etiópia procedem desta Rainha Sabá, e que não houve depois dela mais rainhas no seu reino, e dizerem que a Rainha Candace, que foi depois desta ao menos mil e oitenta anos, também sua Rainha, convém que não deixemos esta confusão aos ouvintes.”⁴⁴⁰

Efetivamente, o que João de Barros faz aqui, é corroborar a desmitificação da lenda do Preste João operada ao longo de todo o capítulo primeiro do quarto livro da terceira *Década*. Com efeito, a própria literatura que faz menção ao rei cristão mencionada no capítulo configura-se, também, como escritura. Ou seja, como uma escrita já disposta em conjunto, ordenada, e que deve ser utilizada como fonte que pode ser redimensionada em face do cotejamento com a experiência portuguesa em curso. Evidente, neste sentido, é a percepção que o humanista português tem da série de mal entendidos que deram continuidade ao erro do nome Preste João, mesmo por doutos contemporâneos, tais como Damião de Góis, Marco Antonio Cocio Sabelico e Giovanni Pico della Mirandola:

⁴⁴⁰ Idem, pp. 377-378. O grifo é meu.

“[...] quando ouviam nomear o seu rei por este nome Preste João, parecia-lhe ser nome dado a ele por nós, sem saberem donde procederia. E ainda quando por algmas pessoas doutas e curiosas eram perguntados da interpretação deste nome que dávamos ao seu príncipe, davam-lhe evasões, segundo o juízo de cada um. E daqui procedeu um embaixador deste reino de Abassia, que veio a este Portugal, dizer ao nosso lusitano Damião de Góis, quando escreveu da religião e costumes desta gente, que em sua linguagem Bebulé e Encoe queria dizer Precioso Joane; e um religioso desta nação dizer a Marco Antonio Sabelico, quando compunha a sua Rapsódia, que este vocábulo Gião na sua língua queria dizer potente, e que chamarmos-lhe João, seria corrupção destoutro; e Pico Mirandola, por outra tal informação, em sua *escritura* chamar-lhe Prestão, Rei dos Índios.

O qual engano, que estas pessoas tão doutas receberam, foi por naquele tempo não termos mais notícias daquele príncipe que quanto sabíamos por os religiosos do seu reino, que víamos nestas partes, muitos dos quais contam coisas diferentes do que os nossos tem visto [...]”⁴⁴¹

Com efeito, ainda sobre a noção de escritura como resultante de um procedimento de reunião e ordenação da escrita, além das sagradas, e dentre as de caráter laico já citadas, tais como Ptolomeu, Damião de Góis, Marco Antonio Cocio Sabelico e Giovanni Pico della Mirandola, é digno de nota, também, a referência ao já mencionado Gomes Eanes Zurara, “*que foi cronista destes reinos, de cuja escritura nós tomamos quase todo o processo do descobrimento de Guiné*”.⁴⁴² Outra escritura mencionada por João de Barros é a de Tristão da Cunha, que escreveu um tratado a partir de sua experiência na Índia, “*que anda incorporado em um volume intitulado Novus Orbis. Da escritura do qual, acerca do que ele diz da sua ida e vinda a Dom Lourenço e a seu pai, tomamos somente o que sabemos pelos nossos, o mais deixamos na fé do autor*”.⁴⁴³ Notável ainda, é a presença da escritura de Andrés de San Martín, “*homem douto na astronomia*”, que compôs um Tratado “*que me ele dirigiu que eu emprestei*”.⁴⁴⁴

Por fim, ao passo que a escritura pode ser compreendida como legado da escrita, seja sob a forma de tratados, ou seja sob forma de cartas missivas, crônicas e lembranças já organizadas, vale notar, ainda, que a noção de escritura nos remete

⁴⁴¹ Década III, Livro IV, Capítulo I, pp. 364-365. O grifo é meu.

⁴⁴² Década I, Livro I, Capítulo III, p. 31.

⁴⁴³ Década I, Livro X, Capítulo IV, pp. 409-410.

⁴⁴⁴ Cf. Década III, Livro V, Capítulo X, p. 660.

também à escrita enquanto um conjunto disperso e que deverá ser disposto de forma ordenada. Notável exemplo da noção de escritura enquanto conjunto disperso a ser reunido encontra-se no comentário feito por João de Barros a respeito do descobrimento da Ilha da Madeira por João Gonçalves e Tristão Vaz. A esse respeito escreve o humanista:

“Os herdeiros de João Gonçalves tem *escritura* muito particular deste descobrimento, e querem que toda a honra e trabalho dele lhe seja dada, dizendo que Tristão Vaz não era homem de tanta idade nem calidade como João Gonçalves, somente que era chegado a ele per amizade e companhia, e que, como homem mancebo e desta conta, sempre era nomeado por Tristão”.⁴⁴⁵

Em face do excerto transcrito, seria o caso de reconhecermos o caráter oficial da escritura da qual os herdeiros de João Gonçalves dispunham, bem como o fato de que sua ordenação implicaria o reconhecimento de “*toda a honra e trabalho dele*” no descobrimento da ilha, de modo que seu feito encontraria repercussão nas gerações futuras. Em síntese, tal escritura haveria de ecoar sua reputação e sua dignidade alcançada por direito. Com efeito, a noção de escritura, aqui, nos aparece imbricada a outra conotação, também intrínseca à noção de escritura, uma vez que ela nos remete, de fato, a títulos de propriedades, contratos, doações ou mesmo regimentos.

Significativo exemplo, neste sentido, é a diferenciação e a releção de precedência estabelecida por João de Barros entre reis e súditos, onde o autor nos ilustra a questão dos títulos tomados pelos monarcas portugueses ao longo do descobrimento das Índias. Em suma, o humanista atenta para o fato de que, enquanto os “*súditos, para terem nome, basta qualquer obra com que aprazem a seu rei*”, os reis, “*como não tem superior de quem possam receber algum novo e ilustre nome para a campã de sua sepultura, que é a crônica do discurso de sua vida, lançam mão não de obras comuns*”,⁴⁴⁶ mas sim, de grandes feitos, visto que estes podem lhe dar títulos, “*não em nome, mas em acrescentamento de algum justo e novo estado que por si ganharam*”.⁴⁴⁷ Por isso, entre os reis, suas conquistas são incorporadas a seus títulos. De fato, na perspectiva de João de Barros, esta é a lógica que permite a Dom João II incorporar o

⁴⁴⁵ Década I, Livro I, Capítulo III, p. 30.

⁴⁴⁶ Cf. Década I, Livro VI, Capítulo I, p. 10.

⁴⁴⁷ Cf. Idem. Ibidem.

título de “*Senhor de Guiné*” e, por sua vez, a Dom Manuel I, incorporar o título de “*Senhor da Navegação, Conquista e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*”.⁴⁴⁸

Com efeito, a menção ao título agregado por Dom Manuel permite-nos recuperar a tese da ideia imperial manuelina. Segundo Luis Filipe F. R. Thomaz, o título de “*Senhor da Navegação, Conquista e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*” já consta na carta enviada à Corte papal onde o monarca informa a façanha alcançada por Vasco da Gama. Para Thomaz, tal título é “programático”, uma vez que nele, “*o Rei anuncia o direito a um senhorio do qual ele pretende se apropriar mas que, evidentemente, ainda não possui*”.⁴⁴⁹

Para esclarecer a questão, Luis Filipe F. R. Thomaz “desconstrói” o título agregado pelo monarca português. Assim, debruçado primeiramente sobre a noção de “conquista”, o historiador nos revela que, na Península Ibérica, o “direito a conquista” não se constitui como uma novidade, mas, pelo contrário, decorre de uma série de acordos históricos que pretendiam definir quais as áreas a serem reconquistadas pelas nações ibéricas dos muçulmanos. Além disso, o autor faz notar o caráter “anticonstantiniano” de tais acordos, uma vez que eram pautados por uma evidente rejeição às aspirações jurisdicionais de Roma na península.⁴⁵⁰ Por fim:

“O ‘direito à conquista’, segundo se entendia na Idade Média na Península Ibérica, compreendia [...] o direito de ocupação do território e de expulsão do poder muçulmano; mas incluía também o direito de exercer uma espécie de domínio eminente sobre o território que não fosse efetivamente conquistado, o que se concretizava no recolhimento de um tributo [...]”⁴⁵¹

É diante disso que Thomaz nos assegura ser um programa político a ideia de “*senhorio da conquista*”. Por sua vez, o “*senhorio da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*” se constitui como um programa econômico que, de acordo com o historiador, é “*a primeira e talvez a única vez que um soberano inclui a atividade comercial em seus títulos reais*”: tal iniciativa permitiria a Dom Manuel não apenas atribuir a si mesmo o domínio da navegação e do comércio perante seus súditos, mas

⁴⁴⁸ Cf. Idem. p. 11.

⁴⁴⁹ THOMAZ, Luis Filipe F. R. “A ideia imperial manuelina”. In: DORÉ, Andréa Carla *et alii* (org.). *Facetas do império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Capes, 2008. p. 41.

⁴⁵⁰ Cf. THOMAZ, Luis Filipe F. R. *Op. cit.*

⁴⁵¹ THOMAZ, Luis Filipe F. R. *Op. cit.* p. 42.

também perante os outros príncipes da cristandade, além de pleitear o poder de controle da navegação do Índico em face das potências costeiras locais.⁴⁵²

Com efeito, para Thomaz, é o controle português sobre a navegação do Índico que corresponde a um conceito imperial. Tal controle, que se concretizaria a partir de 1502 por meio do sistema de cartazes calcava-se no pensamento de Dom Manuel de que “*o domínio do mar e a autoridade sobre os soberanos locais se mesclavam em uma ideia de jurisdição superior*”, que “*era praticamente equivalente ao conceito de imperador*”.⁴⁵³ Sem dúvida, como fez notar Luiz Costa Lima, a *Ásia* de João de Barros mostra a permanência da “*dupla verdade, religiosa e mercantil, que respalda a expansão ultramarina portuguesa*”.⁴⁵⁴

Por sua vez, a chave de leitura fornecida por Luis Filipe F. R. Thomaz nos ajuda a compreender a discussão presente na obra de João de Barros. Contudo, a leitura da obra do humanista permite-nos apreender, ainda, sua própria definição do que vem a ser título:

“Este nome *título* acerca dos juristas tem diversos significados, por ser um nome comum que lhe serve de gênero, debaixo do qual estão muitas espécies de coisas: porque às vezes significa preminência de honra, a que chamam dignidade, como é a do duque, marquês, conde, etc., e outras vezes significa senhorio de propriedade, donde às mesmas *escrituras* que cada um tem de sua fazenda se chamam *títulos*. Porém, falando propriamente e a nosso propósito, *títulos não é outra coisa senão um sinal e denotação do direito e justiça que cada um tem no que possui, ora seja por razão de dignidade, ora por causa de propriedade. O uso dos quais títulos acerca dos reis é um, e toda outra pessoa que vive súdita a eles tem nisso outro modo, cá o título dos reis não requer mais escritura do ditado com que se eles intitulam que suas próprias cartas, quando no princípio delas se nomeam; e os homens, para se lhe guardar o título de sua dignidade (se a tem), hão de ter escritura dos reis, de cuja mão receberam a tal honra; e se forem propriedades, apresentarão escritura donde as houveram*”.⁴⁵⁵

Em suma, o título denota direito e justiça, ora por dignidade, ora por propriedade. Contudo enquanto para os reis o título é uma auto-imposição – pautado,

⁴⁵² Cf. Idem. *Op. cit.* Cit. p. 45.

⁴⁵³ Cf. Ibidem. *Op. cit.* Cit. p. 49.

⁴⁵⁴ LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror...* p. 67.

⁴⁵⁵ Década I, Livro VI, Capítulo I. p. 11. Os grifos são meus.

evidentemente em feitos pretensamente realizados –, para os súditos, é necessária a sanção do rei. Sem dúvida, a dignidade real estava acima do corpo social e por si só, deveria ser acatada. No limite, é possível perceber que, para João de Barros, existiam apenas duas situações em que a precedência real ao título poderia encontrar concorrente, a saber, quando o título encontrasse endosso na santa sé ou na duração de posse. É o que se pode notar no argumento do humanista sobre a legitimidade do senhorio português a respeito das atividades mercantis portuguesas nas Índias:

“Para os quais títulos não houve mister mais *escritura* que a primeira doação apostólica, e trazê-los ele em seu ditado, quanto mais que ao presente já são confirmados pelo direito de *usucapionis* (como dizem os juristas) de mais de cinquenta e tantos anos de posse, segundo se verá no processo desta nossa história por este modo”.⁴⁵⁶

Assim, enquanto a noção de escritura nos remete, também, a títulos e propriedades, vale anotar que esta diversidade, bem como toda qualidade e copiosidade da escritura não deveria comprometer a elaboração da narrativa dos feitos. Pelo contrário, atestavam sua veracidade e sua propriedade. Ao passo que a escritura é composta pela reunião e ordenação da escrita, vale notar que a junção de todo o material era um trabalho pelo qual não se deveria poupar esforços, e assim, todo o material disponível haveria de ser levado em consideração, de modo que as “*ordenações, cortes, casamentos, contratos, armadas, festas, obras, doações, mercês, assim por registro da chancelaria e fazenda como por contas de todo o reino*” devem ser consultadas. Por fim, nada pode ser deixado de lado se o cronista quiser e “*souber usar da cópia de tanta escritura*”.⁴⁵⁷ Sem dúvida, a compilação e ordenação do material deveria articular e dar sentido às idéias, além de fundamentar a autoridade da narrativa. É notável, no caso do excerto transcrito anteriormente, a pretensão de João de Barros em legitimar a presença lusa e a conquista da Índia por meio da duração de posse, além de sua justificativa por usucapião. O evidente contraponto desta justificativa encontrava-se na fé, tal como podemos observar na transcrição a seguir:

⁴⁵⁶ Idem. p. 15. O grifo é meu.

⁴⁵⁷ Década I, Livro II, Capítulo II, pp. 150-151.

“Porque ainda que por direito comum os mares sejam comuns e patentes aos navegantes, e também pelo mesmo direito somos obrigados dar servidão às propriedades que cada um tem confrontadas conosco, ou para que lhe convenha ir por não ter outra via pública: esta lei há lugar somente em toda Europa a cerca do povo Cristão, que como por fé e batismo está metido no grêmio da Igreja Romana, assim no governo de sua polícia se rege pelo direito Romano. Não que os reis e príncipes Cristãos sejam súditos a este direito imperial, principalmente este nosso reino de Portugal, e outros que são imediatos ao papa por obediência, e não por serem feudatários: mas aceitam estas leis enquanto são justas, e conformes à razão que é madre do direito. Porém a cerca dos mouros e gentios que estão fora de Cristo Jesus, que é a verdadeira que todo homem é obrigado ter e guardar sob pena de ser condenado a fogo eterno: que no principal que em alma está condenado, a parte que ela anima não pode ser privilegiada nos benefícios das nossas leis, pois não são membros da congregação evangélica, posto que sejam próximos por racionais, e estão enquanto vivem em potencia e caminho para poder entrar nela. E ainda conformando nós como mesmo direito comum, não falando nestes mouros e gentios que tem perdida esta ação por não receberem nossa fé, mas qualquer membro dela não pode para aquelas partes orientais pedir servidão: porque antes da nossa entrada na Índia com a qual tomamos posse dela, não havia algum que lá tivesse propriedade herdada ou conquistada, e onde não há ação precedente, não há servidão presente ou futura. Porque como todo auto para fé continuar por muito tempo requer principio natural: assim as ações para serem justas, dependem de um centro universal, a quem hão de concorrer todos os atos dos homens que vivem segundo a lei de Deus”.⁴⁵⁸

A justificativa estava no tempo da conquista, ou, enfim, no usucapião, além da ausência da fé cristã. Nesse sentido a conquista se impunha, por um lado, como obrigação moral, por se tratar de difundir a fé. Entretanto, por outro lado, a conquista se impunha por direito de jurisdição. Aqui, se por um lado é notório o eco da ideia de uma jurisdição superior como pressuposto imperialista, por outro, não deixa de ser a mais notória característica de um momento histórico de orientação romana e jurídico-estatalizante que torna “*historicamente possível à cultura ocidental percorrer o espaço*

⁴⁵⁸ Década I, Livro VI, Capítulo I, pp. 15-17. O grifo é meu.

da alteridade, cuja dimensão [...] pôde começar a se delinear como ‘cultural’”.⁴⁵⁹

Sobre este momento histórico Adone Agnolin assinala que:

“[...] vistos os pressupostos institucionais contidos em suas significativas adjetivações, não pôde pensar a diversidade antropológica como alteridade inalcançável, impossível de ser recuperada: o ‘bárbaro’, que ocupava, em uma escala hierárquica, uma posição de subalternidade, tornava-se (devia tornar-se) a justificativa para o imperialismo romano instituir-se enquanto processo de ‘culturalização’ dos outros povos.”⁴⁶⁰

Ainda neste sentido, Agnolin recupera o texto de Rossella Mengucci e nos faz notar ainda:

“A conceitualização dos bárbaros não se baseia [mais] numa fundação mítica da *diferença*, mas numa classificação dos povos estrangeiros como *deficitários*, em vários níveis, de bens culturais. Para Roma não existe uma dimensão “outra”, que possa ser colocada fora da própria história [...]. Cosmo e “respublica” coincidem: as populações estrangeiras representam os inimigos, potenciais e não, a serem combatidos, e uma ameaça sempre latente para as fronteiras do Estado. Os ‘outros’ não se configuram nunca sob o plano de mito: o problema não é encontrar mediações entre bárbaros e cultura observante, como na Grécia, mas é simplesmente o de conduzir o bárbaro à única forma de cultura concebível: a romana.”⁴⁶¹

Com efeito, além da justificativa articulada ao histórico da conquista – no usucapião – e à ausência da fé cristã, é possível apontarmos, ainda, um elemento que compõe a noção de escritura e corrobora a compreensão do papel que esta noção desempenha na fundamentação da autoridade da narrativa: é a própria ausência de qualquer escritura precedente, o que denota a novidade do feito, ou seja, a ausência de um feito anterior que possa servir de referência para comparação, tal como se pode

⁴⁵⁹ Cf. AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007. p. 445. Cf. tbm. AGNOLIN, Adone. *O apetite da antropologia, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. p. 57.

⁴⁶⁰ Cf. AGNOLIN, Adone. *Op. cit.* Idem, *ibidem*.

⁴⁶¹ MENGUCCI, Rossella. “I popoli iperborei: la concettualizzazione del nord nel mondo classico e nell’Alto Medioevo”. In: MAZZOLENI, Gilberto. (org.). *Same:1) la dimensione remota*. Roma: Bulzoni, 1981. Apud: AGNOLIN, Adone. *Op. cit.* pp. 57 e 58. Grifo do autor.

notar na descrição do feito inédito de Dom Manuel, que, com a chegada de Dom Vasco da Gama no oriente abriu “*as portas de outro Novo Mundo de infieis*” para redenção de suas almas. Tal feito foi compreendido como inédito uma vez que:

*“Nem se achava escritura de gregos, romanos, ou de alguma outra nação, que contasse tamanho feito, como era três navios com obra de cento e sessenta homens, quase todos doentes de novas doenças de que muitos faleceram, com a mudança de tão vários climas por que passaram, diferença dos mantimentos que comiam, mares perigosos que navegavam e com fome, sede, frio e temor, que mais atormenta que todas as outras necessidades, obrar neles tanto a virtude da constância e preceito de seu Rei que, propostas todas estas coisas, navegaram três mil e tantas léguas, e contenderam com três ou quatro reis tão diferentes em lei, costumes e linguagem, sempre com vitória de todas as indústrias e enganos da guerra que lhe fizeram”.*⁴⁶²

Portanto, a escritura compunha uma referência mesmo quando ausente. Esta ausência denotará a grandiosidade e a importância do “fato”. Fenômeno que traduz sua singularidade contextual quando atentamos para a ideia de que o Renascimento se pensou, sistematicamente, em relação ao mundo antigo. Relato de caráter fundamentalmente emulativo, a referência aos gregos e romanos indica uma relação consciente com outra temporalidade. Ora, se, como vimos, a escrita deve projetar os feitos no futuro, para que sirva de referência às gerações posteriores, e, nessa chave de leitura, a escritura deve ser compreendida como um veículo para que isso se efetue, então, a ausência de ambas aponta para a falta de algo necessário, de modo que a efetiva constatação desta ausência se apresenta, em algum momento, como um problema a ser resolvido. Caso emblemático neste sentido é a descrição da cidade de Goa, cuja ausência de escritura sanada no âmbito de uma temporalidade cristã, visto ser a presença do cristianismo que atesta a antiguidade do lugar, e não os registros locais antigos, como se lê:

“Em que tempo e per quem esta cidade foi fundada, o novo dela haveria obra de quarenta anos, ante que entrássemos na Índia, que era feito por um mouro senhor dela, chamado Melique-Hocém, quando os mouros que fugiram do reino de Onor a vieram povoar, como atrás escrevemos, falando

⁴⁶² Década I, Livro V, Capítulo I, p. 380. O grifo é meu.

nas coisas de Timoja, em tempo do Vice-Rei. Mas o antigo dela acerca dos moradores, assim gentios como mouros, *não se acha memória ou escritura que à nossa notícia viesse, somente tem todos ser coisa antiquíssima*. E segundo alguns sinais que se acharam nela, depois que a ganhámos, *parece que em algum tempo foi povoada de cristãos, um dos quais foi achar-se um crucifixo de metal*, andando um homem desfazendo os aliceces de umas casas que Afonso de Albuquerque dali mandou levar com solenidade de procissão à Igreja, e depois o enviou ao Rei Dom Manuel, como sinal que já em algum tempo aquela imagem recebeu ali adoração”.⁴⁶³

Em síntese, é a presença prístina do cristianismo em Goa que autoriza sua inserção no “horizonte histórico” do humanista viseense ao atribuir-lhe um passado compartilhado. Por sua vez, vale notar, também, que a noção de escritura aparece ao lado de outra categoria fundamental para a compreensão do “horizonte histórico” nas *Décadas* de João de Barros: a noção de memória. Com efeito, João de Barros entende a escritura como seu veículo e, sem sombra de dúvida, a ausência de escritura poderia comprometer-lhe. Entretanto, como vimos, tal fenômeno não pode ser compreendido como uma regra. Além da ausência de escritura compor um quadro comparativo eficiente, a reputação dos feitos de um personagem também se configuraria como excelente referencial. Fenômeno que pode ser observado no caso da boa reputação do Rei Dom João I no reino de Mandi Mansa, cuja lembrança se mantinha intacta ainda em 1534, quando na ocasião da missão comandada por Pero Fernandes – a mando do próprio João de Barros, enquanto feitor das casas de Guiné e Índia –, nosso humanista observa que *“tanta memória, sem terem letras, havia entre estes bárbaros das coisas do Rei Dom João”*.⁴⁶⁴ Notória, aqui, a relação que se estabelece entre a figura do bárbaro, a ausência da escrita e a ausência de memória que nos remete a um critério de classificação dos povos estrangeiros como deficitários – visto que a fama do rei Dom João tenha se perpetuado mais por suas qualidades do que pelas técnicas de manutenção da memória dos locais, uma vez que estes não dominavam a escrita. Evidentemente, a oralidade está fora de questão para o historiador quinhentista.

De fato, a ausência de escritura e mesmo o desconhecimento das letras não haveria de se constituir como entrave absoluto para a instituição da memória, ou da fama dos feitos. A carência da técnica da escrita daria margem a explicações que

⁴⁶³ Década II, Livro V, Capítulo I, p. 434-435. O grifo é meu.

⁴⁶⁴ Década I, Livro III, Capítulo XII, p. 258.

justificassem as reminiscências de feitos de todo tipo, tal como a descrição do reino de um dos vassalos do príncipe gentio de Sofala, Benomotapa, cujas edificações foram atribuídas ao diabo:

“Quando ou per quem estes edifícios foram feitos, como a gente da terra não tem letras, não há entre eles *memória* disso, somente dizerem que é obra do *Diabo*, porque, comparada ao poder e saber deles, não lhe parece que a podiam fazer homens, e alguns mouros que a viram, mostrando-lhe Vicente Pegado, capitão que foi de Sofala, a obra daquela nossa fortaleza, assi o lavramento das janelas e arcos, para comparação da cantaria lavrada daquela obra, diziam não ser coisa para comparar, segundo era limpa e perfeita”.⁴⁶⁵

Por sua vez, é ainda sob o significativo prisma de uma ausência que, na descrição da cidade de Malaca, João de Barros nos faz notar que o “*tempo certo em que se fundou esta cidade, acerca dos seus moradores não há escritura que viesse à nossa notícia; somente é fama comum entre eles que, ao tempo que nós entramos na Índia, haveria pouco mais de duzentos e cinquenta anos que era povoada*”.⁴⁶⁶ Assim, notemos que, na ausência da escritura, é a fama entre os moradores quem dá as notícias a respeito da antiguidade da cidade.

Por fim circunscrevendo, ainda, a questão da relação que João de Barros estabelece entre escritura e memória, vale ponderarmos sobre a atenção que o historiador quinhentista dispensa às práticas de escrita dos indianos, onde, segundo o humanista, “*todo o gentio da Índia*” faz uso de umas folhas de palma para registrar “*as coisas que querem encomendar à memória por escritura*”.⁴⁶⁷

É tentador sugerir que a percepção da diversidade de técnicas de escrita do humanista ecoa uma experiência similar utilizada no reino português, tal como relata nosso autor no segundo livro da primeira *Década*:

“E não é novidade achar-se esta *memória de escritura* em as árvores, porque os nossos naquele tempo o costumavam muito; e alguns por louvor do Infante Dom Henrique, escreviam o moto de sua divisa, que como vimos atrás, era: “*Talent de bien faire*”. Porque somente esta *memória* escrita na

⁴⁶⁵ Década I, Livro X, Capítulo I, p. 434-435. Os grifos são meus.

⁴⁶⁶ Década II, Livro VI, Capítulo I, p. 3.

⁴⁶⁷ Década I, Livro IX, Capítulo III, p. 322.

casca dos dragoeiros haviam que bastava por posse do que descobriam, e algumas cruces de pau”.⁴⁶⁸

Embora os suportes técnicos da grafia não sejam o melhor recurso para definir a noção de escritura no interior das *Décadas*, é preciso notar que, ao passarmos a debater a questão da memória, seus suportes nos ajudam a perceber sua importância para a definição do estatuto que esta noção ganha no interior das sociedades descritas por João de Barros. Ainda que, em muitos casos, na perspectiva do humanista, a memória dependa de um suporte material, é perceptível sua sensibilidade para a existência de outras modalidades para sua perpetuação, a despeito da presença, ou não, de um suporte material. Contudo, se quisermos compreender efetivamente o “horizonte histórico” nas *Décadas*, é imperativo que nos aproximemos com maior rigor das conotações e usos da noção de memória no interior desta obra.

Diante dessa proposição, vale anotarmos que a noção de memória não se definirá, unicamente, pela ideia de conservação dos registros do passado. Esta noção envolve múltiplos procedimentos que nos remetem tanto aos feitos e suas conotações simbólicas, quanto à dignidade dos agentes envolvido nos feitos, escolhas conscientes, bem como suas utilizações múltiplas. Todavia, vale assinalar, a princípio, que ela nos remete a um feito. Nos quadros de um contexto cujo espaço mental é marcado por intensa religiosidade, é notável que os feitos marcantes se apresentem associados à religião e, sobretudo, o feito redentor de Jesus. Desse modo, ao inventariar as formas de percepção e de memória na primeira metade do século XVII, Diogo Ramada Curto observou que a memória pode encontrar sua “*expressão, no recurso a mitos de origem religiosa e de utilização política (caso do mito da Idade do ouro, no modelo do Juízo Final) ou no recurso a personagem simbólica (reis e heróis)*”.⁴⁶⁹ Não seria equivocado sugerirmos que a recorrência ao feito redentor de Jesus se inscreve no interior deste último recurso apontado por Curto, ainda que estejamos tratando de uma elaboração de meados do século XVI. Sistemáticamente, a memória deste feito haveria de ser celebrada nas mais diversas ocasiões. Vale notar, a esse respeito, a realização da primeira missa no Brasil:

⁴⁶⁸ Década I, Livro II, Capítulo II, p. 148. O grifo é meu.

⁴⁶⁹ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Op cit.* p. 26.

“E naquela bárbara terra, nunca trilhada de povo cristão, aprouve a Nosso Senhor, *pelos méritos daquele santo sacrifício, memória de nossa Redenção, ser louvado e glorificado, não somente daquele povo fiel da armada, mas ainda do pagão da terra*, o qual podemos crer estar ainda na lei da natureza”.⁴⁷⁰

Celebrar o santo sacrifício em memória da redenção da humanidade, seja dos fiéis, seja dos pagãos que vivem, ainda, na lei da natureza: é esta memoração que haveria de justificar parte significativa dos feitos e seria sistematicamente evocada ao longo da expansão portuguesa nas diferentes partes do mundo. Nesse sentido é oportuno anotar a observação de Jaques Le Goff:

“Se a memória antiga foi fortemente penetrada pela religião, o judaico-cristianismo acrescenta algo diverso à relação entre memória e religião, entre o homem e Deus. Pode-se descrever o judaísmo e o cristianismo, religiões radicadas histórica e teologicamente na história, como ‘religiões de recordação’. E isto em diferentes aspectos: porque atos divinos de salvação situados no passado formam o conteúdo da fé e o objeto de culto, mas também porque o livro sagrado, por um lado, a tradição histórica, por outro, insistem, em alguns aspectos essenciais, na necessidade da lembrança como tarefa religiosa fundamental.”⁴⁷¹

Assim, tendo em vista a perspectiva apresentada por Le Goff, fica mais evidente o quadro mental no qual opera João de Barros ao recuperar a trajetória do então ex-governador da Índia, Diogo Lopes de Sequeira, e glosar, com eloquência, sobre a devoção religiosa do fidalgo, o qual:

“[...] enquanto estive naquela Ilha Maçua, sempre ia ouvir missa à mesquita da povoação, à qual mandou por nome Santa Maria da Conceição; e a primeira missa que se nela disse, foi das Chagas, por ser em sexta-feira depois das oitavas da Páscoa, em que houve muitas lágrimas de devoção dos nossos, vendo o lugar onde Nosso Senhor os tinha levado, e quanta mercê dele recebiam, pois em lugares onde ele era blasfemado por mouros e

⁴⁷⁰ Década I, Livro V, Capítulo II, p. 389. O grifo é meu.

⁴⁷¹ LE GOFF, Jaques. “Memória”. In: *Op. cit.* p. 438.

gentios, eles eram ministros daquelas oblações e sacrifícios a ele aceitos, por ser em *memória* do sangue de Cristo Jesus”.⁴⁷²

Em suma, Diogo Lopes, em sua vida exemplar e devota, além ouvir missa, apropriou-se de uma Mesquita, doravante denominada “*Santa Maria da Conceição*”. Feito digno de nota, uma vez que o lugar, onde antes o nome de Jesus era “*blasfemado por mouros e gentios*”, passaria a ser um espaço destinado a oblações em memória do sangue de Jesus. Em síntese, o feito máximo haveria de reverberar e ser cultuado, de modo que o valor da ação encontraria correspondência na qualidade de quem o alcançou. De fato, no interior de uma sociedade marcada por privilégios, alcançar memória por meio de obras virtuosas implica que esta memória do feito há de encontrar correspondente na dignidade de quem o levou a cabo. Ou seja, existe uma qualificação para a memória equivalente à qualidade de quem pratica a ação. É esta a chave de leitura que devemos ter em mente quando nos deparamos com os feitos de Dom João I que João de Barros nos apresenta:

“Depois que o Rei Dom João, de *gloriosa memória*, o primeiro deste nome em Portugal, por força de armas tomou a cidade Ceuta aos mouros, na passagem que fez em África, ficou o Infante Dom Henrique, seu filho, terceiro gênito, muito mais desejoso de fazer guerra aos infiéis. Porque se acrescentou à natural inclinação, que sempre teve, de exercitar este ofício de milícia por exalçamento da fé católica, não somente a gloriosa vitória que seu padre com tanto louvor de Deus e glória da Coroa deste reino alcançou na tomada desta cidade Ceuta, de que ele, Infante, foi parte muito principal (segundo escrevemos em a outra nossa parte intitulada África, de que neste precedente capítulo fizemos menção), mas ainda foi acerca dele outra causa muito mais eficaz, que era a obrigação do cargo e administração que tinha de governador da Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, que o Rei Dom Dinis, seu tresavô, para esta guerra dos infiéis ordenou e novamente constituiu”.⁴⁷³

Assim, a gloriosa memória de Dom João I corresponde a sua dignidade real e despertaria o interesse e a vocação do Infante Dom Henrique tanto ao combate dos infiéis em louvor do nome de Deus, mas sobretudo à glória da Coroa portuguesa. Sem

⁴⁷² Década III, Livro IV, Capítulo III, p. 408. O grifo é meu.

⁴⁷³ Década I, Livro I, Capítulo VI, p. 408. Os grifos são meus.

dúvida, não obstante a natural inclinação do infante ao ofício da milícia, a emulação com as conquistas de sua Casa deve intensificar seu desejo de alcançar boa memória. É o que se pode notar no registro a respeito dos trabalhos dispensados pelo infante nas Canárias para a “*conversão e conquista dos povos destas ilhas*”,⁴⁷⁴ muito embora sua conquista e senhorio tenha ficado a cargo do reino de Castela.

De fato, tal como vimos acima, estariam os títulos apropriados pelos monarcas ancorados em grandes feitos ainda que não deixasse de ser uma auto-imposição. Além disso, vale notar que tais títulos se configurariam como memória a ser herdada, como podemos notar no caso de Dom João III, “*Senhor da Conquista, Navegação e Comércio do grã Oriente*”, título herdado de seu pai, Dom Manuel I, “*felecíssimo, bem-aventurado e de gloriosa memória*”.⁴⁷⁵ Diante disso, se é verdade que os reis não tem superior de quem possam receber títulos, entre os súditos as obras ganham importância fundamental, visto que por meio delas haverão de alcançar benefícios e recompensas. Daí as conquistas serem espaço privilegiado para recompensar a memória dos feitos para todos aqueles que colaborassem com a glória do reino, mesmo quando não fossem efetivamente súditos, uma vez que, neste caso, o interesse seria o de reiterar o caráter justo da monarquia portuguesa. É fundamentalmente neste sentido que podemos compreender o empenho do então governador da Índia portuguesa, Afonso de Albuquerque, na manutenção da viúva de Timoja em face dos importantes serviços prestados por este na tomada de Goa:

“Com a qual nova sua mulher e filhos fugiram de Onor, onde estavam, e se vieram a Goa buscar nosso amparo, aos quais Afonso de Albuquerque, depois de sua vinda de Malaca (posto que ele, Timoja, era travesso), *por memória dos serviços que fez na tomada de Goa* e exemplo ao gentio daquela terra – que às mulheres e filhos daqueles que militavam e morriam por nós eram amparados – lhe mandou ordenar certa coisa de que se mantivessem”.⁴⁷⁶

Notamos, com isso, que a noção de memória apresentava-se associada às ações triunfantes contra mouros, bem como às conquistas. Contudo, é preciso observar que não eram estes os únicos casos, pois a memória remete-nos, também, à reabilitação da

⁴⁷⁴ Cf. Década I, Livro I, Capítulo XII, p. 104.

⁴⁷⁵ Cf. Década III, Livro VII, Capítulo I, p. 105.

⁴⁷⁶ Década II, Livro VI, Capítulo VIII, p. 112. O grifo é meu.

honra e reputação de alguém, quando fosse o caso. E é sobretudo nesta perspectiva que figuram os nomes de Belchior de Brito e Dom Vasco de Lima, ambos inimigos de Dom Henrique de Meneses enquanto governou a Índia. O primeiro foi preso em Cochim, a mando do governador, “*por algumas travessuras que tinha feito de soberbo e de grande opinião, parecendo-lhe pouco o estado da Índia*” enquanto o segundo também ganhou punição por ser “*travesso e brigoso*”.⁴⁷⁷

“Entre muitas coisas que aconteceram depois da morte de Dom Henrique, que lhe deram nome de ser homem amigo da justiça, foi o testemunho de *dois* fidalgos seus inimigos, dos quais diremos seus nomes, por lhe pagar com a *memória* deste feito quanto mais honra nisto ganharam, que no que tinham feito contra mouros”.⁴⁷⁸

Importante atentar para o fato de que ambos os fidalgos mencionados alcançaram memória por reconhecerem a justiça de Dom Henrique, de modo que ganharam mais honra nisto do que em feitos contra os mouros. Menção que ganha especial significado numa obra dedicada à expansão portuguesa, cuja justificação se encontra, como vimos, no ideal de cruzada contra os infiéis, além de estar pautada na ideia de que o direito à justiça depende do reconhecimento da fé cristã.⁴⁷⁹ Ainda mais contundente, nesta perspectiva é o desdém de Belchior de Brito em relação às conquistas da Índia, uma vez que a memória haveria de honrar tanto o nome e a glória de Jesus, quanto o bem da República. Seria principalmente este o motivo de sua celebração. Neste sentido, significativo contraste à memória de Belchior de Brito e Dom Vasco de Lima é o discurso proferido por Dom Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, na ocasião de sua partida a caminho de Dabul e Dio para sua peleja contra Mir Hócem:

“Depois que aprouve a Nosso Senhor levar desta vida a Dom Lourenço, meu filho, duas coisas me perseguem, que por parte da humanidade são comum aos homens, que querem fazer razão e justiça de si: uma requer a lei natural do amor paterno que devo a meu filho, que é desejar de me ver com ele lá onde está; e a outra pede o espírito da honra, que por

⁴⁷⁷ Cf. Década III, Livro X, Capítulo X, p. 523-524.

⁴⁷⁸ Década III, Livro X, Capítulo X, p. 523. O grifo é meu.

⁴⁷⁹ Cf. Década I, Livro VI, Capítulo I, pp. 15-17.

modo de justiça deseja de se restituir na posse em que estava. Ver meu filho, em caminho estou; que se aprouver a Nosso Senhor que o eu siga no gênero de sua morte, grande glória será para mim morrermos ambos por nossa lei, por nosso Rei e por nossa grei, que são as mais justas e gloriosas causas de morrer que alguém pode desejar. Porque a lei dá glória de martírio; o Rei prêmio de honra e galardão em fazenda àqueles que nos sucedem na herança; e a grei, que é a congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas, a que chamamos república, celebra nosso nome de geração em geração até o fim do Mundo, onde a *memória* de todas as coisas acaba”.⁴⁸⁰

Em suma, se a memória nos remete aos feitos, ela nos remete também à duração. A este respeito, João de Barros é literal em seu comentário sobre o enterro de Jorge Álvares, na China:

“E ainda que aquela região de idolatria coma o seu corpo, pois por honra de sua pátria em os fins da terra pôs aquele padrão de seus descobrimentos, não comerá a memória de sua sepultura, enquanto esta nossa escritura durar”.⁴⁸¹

Entretanto, ainda que por um lado a memória possa nos reportar à duração, à preservação, ou, o que talvez fosse mais apropriado, à invenção dos feitos, ela não deixa de nos remeter, também, ao privilégio de uma determinada categoria de indivíduos. Com efeito, este privilégio pode ou não ser concedido em função de sua propriedade diante dos valores sociais coevos. Diante disso, enquanto um feito que se desdobra em bem para a República deve alcançar boa memória, o contrário também é verdadeiro. Neste caso, a memória há de ser apagada. É o que notamos no fim dado por Gonçalves Vaz a uma nau que lhe teria apresentado um cartaz⁴⁸² conseguido sub-repticiamente e que, por isso, “*meteu a nau no fundo com os mouros que a navegavam, todos coseitos em uma vela por não haver memória deles*”.⁴⁸³ Interessante, neste sentido, é mencionarmos a problemática daquilo que Paul Ricoeur oportunamente denominou

⁴⁸⁰ Década II, Livro III, Capítulo III, p. 260. O grifo é meu.

⁴⁸¹ Década III, Livro VI, Capítulo II, p. 20. O grifo é meu.

⁴⁸² Segundo Luis Filipe F. R. Thomaz, “o controle português sobre a navegação no oceano Índico se concretiza a partir de 1502 através do sistema de ‘cartazes’ ou salvo-condutos, que eram concedidos aos residentes dos estados vassallos ou aliados. Sem o documento, os estrangeiros se arriscavam a ser detidos pelo corso português. Aparentemente, este sistema já existia antes no oriente como sugerem os cronistas”. Cf. THOMAZ, Luis Filipe F. R. *Op. cit.* p. 47.

⁴⁸³ Década II, Livro I, Capítulo IV, p. 55.

como as “manipulações da memória” visto que, para o filósofo, estas manipulações tratam, em última instância, do fenômeno da ideologia e, portanto, buscam legitimar a autoridade da “*ordem ou do poder – ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados*”.⁴⁸⁴

Em síntese, assinala Paul Ricoeur:

“[...] a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela.”⁴⁸⁵

Notemos, portanto, que a conservação ou não da memória é feita de modo consciente. Com efeito este procedimento envolve uma escolha que pode não apenas perpetuar um feito, mas também um nome, tal como assinalamos anteriormente. Contudo, vale recuperarmos, no texto de João de Barros, o critério que orienta a seleção de quem deve ter sua memória perpetuada ou não. O lugar da memória é um prêmio definido segundo a dignidade, o feito e a qualidade da cada um, tal como nos revela o humanista ao mencionar o nome dos fidalgos que colaboraram com Tristão Vaz e Afonso de Albuquerque na conquista de Socotorá:

“No qual, além dos capitães nomeados, se acharam alguns fidalgos, que, por serem mancebos, não levavam cargos, senão o de seu sangue, que quando é nobre, como era o seu, em toda idade se mostra, e por sua memória poremos os que vieram à nossa notícia.”⁴⁸⁶

Cada um dos nomes mencionados possuía evidentes qualidades de sangue, contudo, era também por seus feitos que mereceriam “*este lugar de lembrança*”.⁴⁸⁷ A menção dos nomes dos envolvidos nos feitos é um compromisso evocado pelo humanista em sua narrativa, onde, “*por memória de suas pessoas, diremos os nomes de*

⁴⁸⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 96.

⁴⁸⁵ RICOEUR, Paul. *Op. cit.* p. 455.

⁴⁸⁶ Década II, Livro I, Capítulo II, p. 34. O grifo é meu.

⁴⁸⁷ Cf. Década II, Livro I, Capítulo II, p. 35.

alguns principais, que vieram à nossa notícia".⁴⁸⁸ Neste sentido escreve João de Barros, tal como já mencionamos anteriormente:

“[...] pois tomamos cuidado de escrever os trabalhos que os naturais deste reino passaram naquela conquista de Ásia, convém que não neguemos a cada um, que a nossa notícia vier, o prêmio deste lugar de *memória*; e também devemos isto a Duarte Galvão por razão das letras, pois por elas, quanto sua possibilidade alcançou, deu nome a muitos”.⁴⁸⁹

Por sua vez, a conservação da memória alcançaria especial regalia em casos específicos, o que pode ser notado quando é sublimada por meio de referências às honrarias e aos méritos conquistados para a República. Assim é o caso de Fernão Gomes, que além do título alcançou também “*grossa fazenda, com que depois serviu o Rei, assim em Ceuta como na tomada de Alcácer, Arzila e Tânger, onde o Rei o fez cavaleiro*”.⁴⁹⁰ Assim, Fernão Gomes adquiriria “*nobreza de novas armas, um escudo timbrado com o campo de prata e três cabeças de negros, cada um com três arriéis de ouro nas orelhas e narizes, e um colar de ouro ao colo, e por apelido da Mina, em memória do descobrimento dela*”.⁴⁹¹

Uma vez consolidada, a memória configurava-se, em síntese, como repertório, referencial que serviria de guia ao entendimento, que, doutrinado em obras edificantes, era escola de virtude e nobreza. De fato, a memória seria paulatinamente colocada a serviço do centralismo monárquico⁴⁹² a partir do final da Idade Média, tal como apontamos oportunamente. Desse modo, importa notar que tomar conselho e memória a respeito dos negócios denotava atitude prudente, qualidade atribuída por João de Barros ao Infante Dom Henrique, *O Navegador*:

“Todas estas coisas procediam da limpeza de sua alma, porque se crê que foi virgem. Em seus trabalhos e paixões, era muito sofrido e senhor de si, e em ambas as fortunas humilde, e tão benigno em perdoar erros que lhe foi tachado. *Teve grande memória e conselho acerca dos negócios, e muita autoridade para os graves e de muito peso*. Foi magnífico em

⁴⁸⁸ Cf. Década II, Livro I, Capítulo V, p. 75.

⁴⁸⁹ Década III, Livro I, Capítulo IV, p. 52. O grifo é meu.

⁴⁹⁰ Cf. Década I, Livro II, Capítulo II, p. 144.

⁴⁹¹ Cf. Idem, *ibidem*.

⁴⁹² Cf. LE GOFF, Jaques. *Op. cit.* p. 455.

despender e edificar, e folgava de provar novas experiências em proveito comum, ainda que fosse com própria despesa de sua fazenda. Foi muito amador da criação dos fidalgos por os doutrinar em bons costumes; e tanto zelou esta criação, que se pode dizer sua Casa ser uma escola de virtuosa nobreza, onde a maior parte da fidalguia deste reino se criou, aos quais ele liberalmente mantinha e satisfazia de seus serviços”.⁴⁹³

Se, por um lado, o zelo da memória daria suporte ao entendimento e outras virtudes, ela seria, por outro lado, referencial traumático que eventualmente deveria ser esquecido. Na pena de nosso humanista, esta demanda pelo esquecimento pode ser notada em sua descrição do drama vivido pelos tripulantes da nau de Pedro Álvares Cabral, depois de terem sido castigados por densa tempestade no trajeto que percorreram em direção à Índia após o descobrimento da Terra de Santa Cruz, ocasião na qual o comandante, “*sentindo [...] com palavra e favor no que podia, animava e confortava a todos, até que o tempo cessou e lhe trouxe coisa ante os olhos que os alvoroçou, perdendo da memória o temor passado*”.⁴⁹⁴

De todo modo, a memória era o espaço onde a experiência era assinalada. Mesmo quando traumática, ela recuperaria os méritos dos homens a que o mundo desamparou. A memória deveria fazer justiça aos povos, tal como à gente portuguesa, que “*naturalmente é sofredora*”.⁴⁹⁵ É movido por este preceito que João de Barros nos remete aos feitos de Domingos de Seixas, que foi capturado em Tenasserim, e ficou preso ao longo de 25 anos no Reino do Sião para, depois de liberto, servir de fonte oral à narrativa dos feitos portugueses na *Ásia*:

“[...] porque, pois lhe não aproveitou o serviço que naquelas partes fez nem o cativoiro que passou para lhe darem de comer, sendo homem de boa linhagem, não vir a morrer no espirital de Lisboa, onde morreu, ao menos neste nosso trabalho terá *memória* do que passou naquele Oriente, pois este é o registo daqueles que nele algum bem tem recebido. E verdadeiramente que maior deleitação temos na relação dos méritos dos homens a que o Mundo desamparou em seu galardão, que naqueles que foram bem pagos dele.”⁴⁹⁶

⁴⁹³ Década I, Livro I, Capítulo XVI, p. 132. O grifo é meu.

⁴⁹⁴ Cf. Década I, Livro V, Capítulo II, p. 395.

⁴⁹⁵ Cf. Idem. Ibidem.

⁴⁹⁶ Década III, Livro VIII, Capítulo II, p. 248. O grifo é meu.

De fato, como assinala Jaques Le Goff, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado”.⁴⁹⁷ Em suma, por um lado, a memória se configurava como propriedade de atualizar impressões ou informações do passado, mas também como esforço ativo de selecionar e perpetuar lembranças. Enfim, aqui, a memória articula-se essencialmente à arte da palavra escrita e, diante disso, vale lembrar que pertence, também, ao “grande sistema da ‘retórica’ que iria dominar a cultura antiga, renascer na Idade Média”, enfim, “a memória é a quinta operação da retórica”.⁴⁹⁸ Por isso, não se pode perder de vista que a memória se constitui, principalmente, como instrumento pedagógico: o registro e a constituição da memória deveria atender à demanda dos leitores e, sem dúvida, a noção de memória deve apresentar-se articulada de modo indissociável ao seu papel na formação de uma sensibilidade que se constitui como ferramenta da história.

3.3. História e “horizonte histórico” nas *Décadas* de João de Barros

Oportunamente, assinalamos a relevância da noção de “horizonte histórico” em nosso estudo. Contudo, embora acreditemos, de fato, na possibilidade de “*ver o passado em seu próprio ser*”,⁴⁹⁹ tal como sugeriu Gadamer, entendemos também que a compreensão deste “horizonte histórico”, quando despidido de toda tentativa teleológica limita nossa tarefa à produção de um inventário de fatos desconexos. Com efeito, ao passo que nossa investigação se debruça sobre as categorias acionadas nas *Décadas*, torna-se imperativo, para compreendermos o “horizonte histórico” de João de Barros, nos atermos às conotações que a ideia de história possui nesta obra. Sobretudo diante da constatação de que ela se apresenta em estreita relação com outras categorias, tais como a fala, as letras, a escrita, a escritura e a memória.

Com efeito, interessa ao nosso estudo anotar, previamente, que de acordo com Jaques Le Goff, “a palavra ‘história’ (em todas as línguas românicas e em inglês) vem

⁴⁹⁷ LE GOFF, Jaques. “Documento/Monumento”. In: *Op. cit.* p. 525.

⁴⁹⁸ Cf. LE GOFF, Jaques. “Memória”. In: *Op. cit.* p. 437.

⁴⁹⁹ GADAMER, Hans-Georg. *Op. cit.* p. 452.

do grego antigo *historie*”. Por sua vez, ainda segundo Le Goff, o grego “*histor*” remete-nos a um testemunho, enfim, àquele que vê.⁵⁰⁰

“Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia de que *histor*, aquele que vê, é também ‘aquele que sabe’; *historeien*, em grego antigo, é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Historie* significa ‘procurar’. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início de suas *Histórias*, que são ‘investigações’, ‘procuras’ [...]”⁵⁰¹

Ainda para Le Goff, além de exprimir outros conceitos, a noção de história expressa, também, a ideia de narração, “*uma história é uma narração*”, escreve o historiador.⁵⁰² Diante disso, e tendo em vista as noções subliminares de testemunho e de narração, não seria equivocado sugerirmos que a ideia de história está atrelada à narração de um fenômeno que foi testemunhado, algo que é fundamentalmente circunstancial e não pode se repetir de modo idêntico, por fim, um acontecimento específico.

Por sua vez, J. G. A. Pocock faz notar que o pensamento do baixo medievo considerava o circunstancial e o particular menos compreensíveis e menos racionalizáveis que o universal. Com efeito, na perspectiva deste autor, a narrativa dos acontecimentos particulares foi reputada por Aristóteles como inferior tanto à poesia, quanto à filosofia, sobretudo por sua insuficiência no esclarecimento do significado universal dos acontecimentos. Ainda segundo Pocock, historicamente, o pensamento cristão jamais percebeu a sucessão de acontecimentos particulares e de fenômenos no tempo. Diante disso, para ele, a emergência de modelos históricos explicativos teve muito a ver com a substituição de uma visão de mundo cristã por outra mais temporal e secular.⁵⁰³

Tendo isso em vista e, diante da tarefa de nos atermos às conotações que a noção de história possui na obra magna de João de Barros, é importante, a princípio, atentarmos para a evidente indistinção existente entre a noção de história e a noção de crônica nas *Décadas*. De fato, a historiografia contemporânea opera neste mesmo

⁵⁰⁰ Cf. LE GOFF, Jaques. “História”. In: *Op. cit.* p. 18. Grifo do autor.

⁵⁰¹ LE GOFF, Jaques. *Op. cit.* p. 18.

⁵⁰² Cf. Idem. *ibidem*.

⁵⁰³ Cf. POCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Trad. Marta Vázquez-Pimentel y Eloy García. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

horizonte, tal como podemos notar, por exemplo, no artigo de Luis Filipe Barreto dedicado a mapear a presença do continente asiático na cultura portuguesa entre os séculos XV e XVII. Segundo Barreto, “o primeiro exercício de uma *história* do relacionamento luso-asiático” data de cerca de 1520-1521, feito por um anônimo “que foi articulando as informações chegadas, na ‘*Crônica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*’”.⁵⁰⁴ De fato, sob a perspectiva dos estudos literários, o século XVI pode ser compreendido como o momento decisivo da separação entre as noções de história e crônica:

“No início da era cristã, chamava-se crônica a uma relação de acontecimentos organizada cronologicamente, sem nenhuma participação interpretativa do cronista. Nessa forma, ela atinge o seu ponto alto na Idade Média, após o século XII, quando já apresentava uma perspectiva individual da história, como fez Fernão Lopes, no século XIV. As simples relações de fatos passam, então, a chamar-se ‘cronicões’. E, no século XVI, o termo ‘crônica’ começa a ser substituído por história.”⁵⁰⁵

De fato, Fernão Lopes assinala um importante momento da cronística portuguesa. Oportunamente, Luiz Costa Lima sugeriu que, “ao praticar a crônica como análise de acontecimentos de cunho político, Fernão Lopes se contrapusera à prática medieval do registro encomiástico”.⁵⁰⁶ Por sua vez, Felipe Charbel Teixeira nos ajuda a compreender melhor as diferenças entre crônica e história. O autor sugere que ao longo dos séculos XIII e XIV, “as crônicas eram compostas em língua vulgar” e, além disso, “eram estruturadas livremente: raramente apresentavam uma introdução geral de caráter filosófico, não se atinham exclusivamente à vida política e assuntos militares”. Ao passo que a história, anota Felipe Charbel, “deveria fornecer padrões de compreensão mais complexos que a pura descrição dos eventos”.⁵⁰⁷

⁵⁰⁴ Cf. BARRETO, Luís Filipe. “A Ásia na cultura portuguesa (c. 1485 – c. 1630)”... p. 116. O grifo é meu.

⁵⁰⁵ SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Editora Ática. 1993. p. 64. Importante referência para o assunto sob perspectiva dos estudos literários, cf. tbm. CANDIDO, Antonio (et alli.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁵⁰⁶ LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.* p. 42.

⁵⁰⁷ Cf. TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. pp. 181 e 182.

Com efeito, ainda que esta “*metamorfose do cronista em historiador*”⁵⁰⁸ tenha ocorrido de modo processual e, por isso, nos seja impossível assinalar o ponto exato dessa transformação, aqui, nos deteremos unicamente sobre as conotações inerentes à noção de história. Em suma, a noção de história no âmbito do universo letrado quinhentista se apresenta articulada ao conhecimento das letras. Por sua vez, o domínio das letras, articulado ao compromisso moral que deve se concretizar na prática da escrita, serve de fundamento à credibilidade do autor. Diante disso, a dedicação à escrita da história deve ser compreendida como ofício especializadíssimo. É sob esta perspectiva que, na obra de João de Barros, podemos compreender o comentário a respeito da figura de Gomes Eanes de Zurara, “*homem neste mister da história assaz diligente*” e que, tal como mencionamos anteriormente, “*bem mereceu o nome do ofício que teve*”:⁵⁰⁹ isso a despeito do fato de que Zurara seja denominado sistematicamente como “*cronista destes reinos*”.⁵¹⁰ Em síntese, importa notar que a partir de 1454 Zurara ocuparia o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, o que permite Luís Filipe Barreto alocá-lo em um “*quadro administrativo estatal que se intelectualiza cada vez mais, vindo a restringir as atividades mais burocráticas em virtude do seu estatuto de historiador*”.⁵¹¹ Com efeito, para Barreto, o “*discurso historiográfico*” de Zurara assinala a lenta e gradativa transição da historiografia medieval para a historiografia renascentista em Portugal:

“Transição gradativa entre o outono da medievalidade e o nascimento do Renascimento Português que levará Pedro de Mariz, em 1594, nos seus Diálogos de Vária História a chamar cronista a Rui de Pina e historiador a João de Barros, mostrando a diferença que une/separa ao mesmo tempo estes dois momentos.”⁵¹²

De fato, a história demandava alta especialização profissional. É mais uma vez Felipe Charbel Teixeira quem nos faz notar que, para um humanista como Coluccio Salutati, por exemplo, somente um profundo conhecedor das questões públicas –

⁵⁰⁸ Faço aqui uma livre apropriação da formulação presente no artigo de Jorge Fernandes da Silveira. Cf. SILVEIRA, Jorge Fernandes. “Fernão Lopes e José Saramago – Paisagem – Linguagem. Causa de Veer” In: CANDIDO, Antonio (et alli.). *Op. cit.* p. 29.

⁵⁰⁹ Década I, Livro II, Capítulo I, p. 137. Os grifos são meus.

⁵¹⁰ Década I, Livro I, Capítulo III, p. 31. O grifo é meu.

⁵¹¹ BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento*. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. p. 65. O grifo é meu.

⁵¹² BARRETO, Luís Filipe. *Op. cit.* p. 64.

importante atentar para o pressuposto universalista tanto da comunidade política, quanto de suas questões públicas – e da retórica estaria apto a “*compor um texto histórico diligente e cuidadoso, capaz de fornecer lições úteis por meio de exemplos abundantes, e assim orientar o homem no sentido da virtude*”.⁵¹³ Neste sentido, não seria fora de propósito mencionarmos o exemplo de Michel de Montaigne, que anota o nome do bispo Jerônimo Osório como o “*melhor historiador latino de nossos tempos*”.⁵¹⁴ “*Historiador latino*”, escreveu o filósofo francês: sem dúvida, esta observação ganha pleno significado quando nos lembramos de que Osório foi oportunamente considerado “*um dos maiores vultos na prosa neolatina de Quinhentos, pela amplitude ciceroniana do período, a fluência de um estilo rico de colorido narrativo, a largueza do quadro e a grandeza de concepção*”.⁵¹⁵ Ou seja, a escrita da história não era apenas uma atividade altamente especializada, mas também, como anota Luís de Sousa Rebelo, nos remete à importância do latim no âmbito da cultura humanista, bem como toda produção literária resultante deste quadro mental, convenientemente denominada como prosa neolatina.

Todavia, se o latim foi a língua culta por excelência, o humanismo permitiu, também, a produção intelectual em língua vernácula. Jacob Burckhardt observa este fenômeno para o caso italiano. “*Os grandes historiadores florentinos do princípio do século XVI*”, anota Burckhardt:

“Escreveram em italiano não simplesmente porque não pudessem mais competir com a elegância refinada dos discípulos de Cícero de outrora, mas porque, como Maquiavel, é apenas numa língua viva que podem registrar a matéria que apreenderam por meio da observação viva e direta, e porque [...] desejam obter o efeito mais amplo e profundo possível com sua visão do curso dos acontecimentos [...] são cidadãos escrevendo para cidadãos [...].”⁵¹⁶

A despeito dos motivos que teriam levado os historiadores a escreverem em língua vernácula, é importante nos atermos a este fenômeno, uma vez que encontra correspondência no humanismo português. Em síntese, não podemos esquecer que João de Barros nos legou uma gramática em português, ainda que seja relevante a observação

⁵¹³ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Op. cit.* p. 177.

⁵¹⁴ MONTAIGNE, Michel de. *Os Ensaios...* Capítulo XIV, p. 77.

⁵¹⁵ REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica...* p. 127.

⁵¹⁶ BURCKHARDT, Jakob. *A cultura do renascimento...* p.185.

de que “a preocupação em disciplinar gramática e ortograficamente o português não é alheia a uma utilização do latim, enquanto modelo de organização de todas as línguas”.⁵¹⁷ De todo modo, assim como Maquiavel e Guicciardini escreveram em língua vulgar, as *Décadas* foram escritas em português; “esta história vai em linguagem”,⁵¹⁸ anotou João de Barros para advertir os leitores que estranhassem termos arcaicos ou oriundos de línguas estrangeiras. Em suma, sua atenção é dirigida a um público de leitores que encontrasse sentido em sua escritura. Com efeito, a preocupação do humanista português com a inteligibilidade de sua história por parte dos leitores se faz notar em uma das “notas explicativas” de seu texto:

“E porque tamanha distância de mares que navegamos e fortalezas que possuímos e sustemos, se em um mesmo tempo que os casos neles aquecidos quiséssemos ajuntar em curso de *história*, seria este curso de diversos remendos, por se não enxergar este defeito, faremos dois cursos de *história*, porque assim será melhor retida da *memória dos lentes*”.⁵¹⁹

O cuidado manifesto pelo autor de que sua história fique “*retida da memória dos lentes*” adquire ainda maior relevância quando atentamos para o fato de que João de Barros foi um letrado pertencente ao quadro administrativo e político da coroa portuguesa, fundamentalmente comprometido com a “*respublica*”. Diante disso, é importante nos debruçarmos sobre os usos da história em face de um público de lentes sem perder de vista que, se por um lado, a alfabetização – característica comum aos lentes – pressupõe um incentivo à autoconsciência, por outro, foi usada historicamente como instrumento de controle social pelo Estado – e também da Igreja – através da sistemática tentativa de subordinar as opções políticas por meio da orientação das leituras de acordo com valores e identidades intrínsecas a cada regime político.⁵²⁰

Neste sentido vale a ressalva de que são os estudos atuais sobre alfabetização a sugerir que este fenômeno incentive a autoconsciência⁵²¹ – que ocorre, evidentemente, no âmbito das individualidades. Contudo, não seria equivocada a consideração de que,

⁵¹⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Op. cit.* p. 14.

⁵¹⁸ Década II, Livro VI, Capítulo I, p.2.

⁵¹⁹ Década III, Livro VIII, Capítulo I, p. 240.

⁵²⁰ Sobre o assunto, cf. BURKE, Peter. e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: UNESP, 1997; e CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

⁵²¹ Cf. BURKE, Peter. “Os usos da alfabetização no início da Itália moderna”. In: BURKE, Peter. e PORTER, Roy (orgs.). *Op. cit.* pp. 15-41.

em termos coletivos, esta consciência tenha se manifestado no plano da revolução cultural que se operou ao longo da Época Moderna no âmbito dos sistemas de referência da civilização ocidental, ou seja, no âmbito da filosofia, da religião, da ciência, da estética, da ética e da política.⁵²² Enfim, como temos visto, um dos desdobramentos do humanismo foi a instauração da escritura laica como referencial moral desde que fosse manifesto o compromisso moral do autor com a prática da escrita. Diante disso vale observar que, doravante, a história será compreendida como uma sucessão de eventos que ocupa lugar em uma temporalidade de caráter social e público.⁵²³ Por sua vez, o desdobramento mais evidente deste fenômeno foi a laicização da cultura – até então exclusivamente religiosa – e, tal como mencionamos anteriormente de modo sumário, a superação de mitos e fábulas que ao longo da Idade Média ornaram a imaginação europeia, como a do Preste João, por exemplo, “o mais célebre dos mitos”.⁵²⁴ Com efeito, tal como pontuamos de modo sumário anteriormente, João de Barros encontraria espaço em sua *história* para a “desconstrução” deste tipo de mito:

“Porque, como nestas partes da Cristandade comumente andava este nome Preste João das Índias, e víamos alguns religiosos que habitavam nesta Abassia, parecia-nos, por a pouca notícia que se tinha daquelas partes, ser este seu príncipe aquele grande Preste João das Índias, donde procedia trabalharem os da nossa Cristandade por ter sua amizade e comunicação. E ainda que em a nossa Geografia largamente escrevemos do Estado deste Rei da Abassia, para declaração desta *história* aqui trataremos algum pouco de suas coisas, e principalmente deste erro, que anda entre o vulgo, cuidando ser ele aquele grande Preste João das Índias, a qual opinião tem enganado a homens doutos”.⁵²⁵

É sugestivo pensar que a “desconstrução” desse mito resulta do compromisso moral do autor com a escritura, ou ainda, com sua necessidade de tornar compreensível a história. Desta obrigação se desdobra, também, sua necessidade de capturar o próprio desenrolar da história e reconhecer um de seus elementos fundamentais: o tempo e as transformações que ele imprime às sociedades humanas, ou seja, as mudanças que a

⁵²² LAFAYE, Jaques. *Por amor al griego...*

⁵²³ Cf. POCOCK, J. G. A. *Op. cit.*

⁵²⁴ Cf. DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004. pp. 42-43.

⁵²⁵ Década III, Livro IV, Capítulo I, p. 360. O grifo é meu.

experiência histórica de Portugal na época dos descobrimentos opera no âmbito das ideias, ou, por fim, a transformação de uma opinião que tem “*enganado homens doutos*”.

Com isso, ainda que o “horizonte histórico” de João de Barros esteja atrelado a uma visão de mundo cristã, bem como a uma concepção de tempo circular – “*não convém olhar sempre as coisas presentes, mas a revolução que elas tem do pretérito para o futuro, porque o seu curso natural é um responder ao outro, e um mal ao outro mal, por estarem as coisas futuras sujeitas a terem as vezes que já tiveram, quase como um curso circular*”,⁵²⁶ escreveu nosso autor no *Prólogo* da terceira *Década* –, sua observação a respeito de uma transformação histórica implica uma notória sensibilidade diante de um acontecimento singular, que embora esteja aquém de uma “tomada de consciência”, não deixa de sugerir uma operação intelectual que nos revela autonomia do presente em relação ao passado.

Além disso ao longo do tempo em que trabalhou em sua *Ásia*, o historiador quinhentista verificou a ocorrência de mudanças políticas no Estado do Preste. Este reconhecimento da inconstância do curso da história nos leva a atentar para sua sensibilidade de que o “momento histórico” descrito não é uma totalidade homogênea, “objetivada”, enfim, de que a história possui uma característica que poderia ser chamada de “movência”, tal como podemos observar em outra “nota explicativa” do autor:

“O estado do Preste – porém que ao presente que nós compomos esta *História* seja bem pequeno e mudado com a entrada que os mouros fizeram em todo o seu reino, fazendo-se senhores dele quase por discurso de treze anos, sendo ele recolhido em partes remotas de serranias, por salvar a vida, até que os nossos à custa de seu próprio sangue o restituíram [...]”⁵²⁷

Por sua vez, ainda no que tange ao compromisso moral do autor com a escritura e, neste caso, a escritura como fundamento da autoridade na narrativa, é importante atentarmos novamente para a significativa presença da história e da cronística produzida por povos não cristãos, tal como certa “vida” vertida do Persa para o português que foi utilizada pelo humanista como fonte. Ora, ainda que a penetração da historiografia Persa no Ocidente remonte aos gregos e certamente tenha sido facilitada por seu caráter

⁵²⁶ *Década III*, *Prólogo*, sem notação de página.

⁵²⁷ *Década III*, *Livro IV*, *Capítulo II*, p. 393. O grifo é meu.

cosmopolita, como observou Arnaldo Momigliano,⁵²⁸ este fato não deixa de revelar o reconhecimento por parte de João de Barros, de uma autoridade oriunda de outra matriz cultural, independente do credo:

“[...] o grão Tamor Langue, a que muitos corruptamente chamam Tamor Lam, cuja vida nós temos em *persa*, e de que ao tempo que compunhamos esta *história*, tínhamos tirado em nossa linguagem boa parte dela, sendo parto de nação e senhor de toda a Pérsia”.⁵²⁹

Por fim, operando, ainda, na relação do compromisso moral estabelecido entre autor, escrita e história, vale atentarmos para a responsabilidade que a seleção das fontes implicava nesta tarefa.⁵³⁰ Diante disso, é importante notar que o ofício do cronista havia de levar em conta toda escritura e toda memória que houvesse disponível, tal como anotamos anteriormente. Entretanto, era importante que se aproveitasse, também, as fontes orais. Não que nosso humanista estivesse inovando neste aspecto, por assim dizer, metodológico: oportunamente, Paul Zumthor assinalou a primazia da palavra

⁵²⁸ Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. cit.*

⁵²⁹ Década II, Livro IV, Capítulo IV. pp. 412 e 413. O grifo é meu.

⁵³⁰ Dentre as fontes de informação utilizadas por João de Barros, a edição digital da *Ásia de João de Barros* de T. F. Early e Stephen Parkinson arrola as seguintes: Francisco Álvares; Afonso Cerveira; João Fernandes; Frei Gastão; Fernão Peres de Andrade III; António Galvão; Duarte de Resende; Domingos de Seixas (cativo 25 anos no reino do Sião); um seu cativo, turco (anónimo), preso em Baçora; um escravo chinês; informadores malaio; fontes clássicas (gregas e latinas cf. Ptolomeu; Plínio; Plutarco); crônicas do reino de Portugal; cartas dos mareantes do Oriente; livros das contas do reino de Portugal; o Roteiro de D. João de Castro; o Itinerário de António Tenreiro; a Verdadeira Informação das terras do Preste João (1540), por Francisco Álvares; Fides, Religio, Moresque Aetiopum ... de Damião de Góis; papéis e um livro de Gonçalo Gomes de Espinhosa; a Crônica de D. Afonso; a Crônica de D. João II; roteiro da viagem de Fr. Garcia de Loais; duas arcas dos papéis de Nuno da Cunha; as crônicas de Gomes Eanes de Zurara; Rui de Pina; cartas de Afonso de Albuquerque a Rui de Pina; os livros e papéis de Andrés de San Martin; cartas do rei a Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida e Nuno da Cunha; os registos da Torre do Tombo; Francisco de Andrade; Bembo; Fernão Lopes de Castanheda; da Costa; Lopo de Sousa Coutinho; Diogo do Couto; António Galvão; Fr. António de Gouveia; Guerreiro; António de Herrera; Lucena; Garcia de Orta; Pinto; Fr. João dos Santos; António de Nebrija; crônicas espanholas; Roteiro da viagem de Fr. Garcia Jofre de Loaisa; o Generalium Dierum de Alexandro ab Alexandro; o Novus Orbis Regionum ac Insularum veteribus incognitarum ... de Ludovico Romano (Basileia, 1532); o roteiro dum veneziano comite duma galé; papéis e livros duma inquirição sobre a vida de S. Tomé (dados a Joanne Riccio de Monte Pulciano para a história de Paulo Jóvio, bispo Noscerino); os escritores do reino de Guzerate; crônicas dos reis do Guzerate; crônicas dos árabes; uma crônica geral dos persas (Tarigh [Ta'rikh]); livros de geografia dos árabes e persas; livros chineses de geografia e cosmografia e uma carta chinesa; um livro impresso; informadores malaio; crônicas dos indianos escritas em olas (folhas de palma); crônicas dos reis de Ormuz; folhas dos livros da fazenda dos reis de Ormuz; diversas crônicas dos reinos da Índia; uma crônica dos reis de Quíloa; uma crônica do rei Dariar [Darya Khan]; uma vida de Tamorlão em persa [o Zafar-namos (?)]; traslado do Fr. Mauro duma carta do Sultão do Cairo; cartas do rei Mahamed ben Manzagul (em poder de Barros); um traslado duma doação de Mantrasar a um pagode de Goa; capítulos selados entre Nuno da Cunha e Mir Mahamed Zaman; cantares épicos dos ternates; cantigas épicas dos malaio; cantiga épica ouvida na Corte do Preste João.

humana na formação das “artes liberais” que deram origem aos primeiros historiadores “nacionalistas” ao início do século XII. “*Os autores destas primeiras histórias nacionais*”, escreve Zumthor, “*se inspiraram tanto nas fontes escritas, quanto (e às vezes até mais) nas tradições orais, recolhidas de seu entorno, às vezes encontradas mediante investigação*”.⁵³¹ Daí uma necessária habilidade de explorar o máximo de seus informantes. João de Barros, ainda que não fosse cronista de ofício, revela-nos sua destreza em conseguir as informações necessárias para sua história:

“E daqui vem que os seus feitos, sendo dignos de muito louvor acerca das gentes, por esta razão de competência ficam sepultados no esquecimento, da qual verdade temos experiência no trabalho que nos deu tirar do peito deles as coisas do discurso desta *história* – e Deus é testemunha ser este o maior que nela levamos.”⁵³²

Com efeito, a instauração da escritura laica como referencial moral se inscreve no curso das lentas mudanças que definiriam novos paradigmas culturais para a sociedade ocidental. A estas mudanças se articulam, também, os usos da história no âmbito político. Em suma, tomando como referência a República de Veneza, João de Barros sugere que a história haveria de fornecer os exemplos de aconselhamento no intuito de perpetuar, também, a “*respublica*” portuguesa, “*os italianos geralmente tão dados à lição da história, por causa do governo da pátria, para, da conferência do passado ordenarem o presente*” observou o humanista viseense.⁵³³ De todo modo, tais usos não se apresentam, ainda, descolados de uma mentalidade religiosa. Ora, se a emergência de modelos históricos explicativos tem a ver com a substituição de uma visão de mundo cristã por outra, mais temporal e secular, é importante notar que as apropriações políticas da história não abriam mão da religião: neste sentido, podemos perceber que as glórias e o esforço desempenham importante papel na justificação de espaços e posições conquistadas em termos geopolíticos, ao que podemos acrescentar o fato de os portugueses se entenderem como escolhidos por Deus para a vitória:

“E porque Nosso Senhor lhe deu vitória com que convém fazer aqui uma fortaleza que o Rei mandava, e nosso costume em toda esta *história* será

⁵³¹ Cf. ZUMTHOR, Paul. *Op. cit.* p. 102. A tradução para o português foi feita por mim.

⁵³² Década II, Livro V, Capítulo XI. p. 558. O grifo é meu.

⁵³³ Cf. Década III. Prólogo, sem notação de página.

descrever sempre o sítio da terra onde fundarmos alguma, e darmos as causas disso, pois esta é a primeira de pedra e cal que nestas partes fundamos [...]”.⁵³⁴

Sobre o assunto, Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos Alves fazem notar que os portugueses do século XVI julgavam-se credores da proteção divina. De acordo com os autores, neste contexto, houve uma tendência em ver Deus como uma divindade guerreira que garantiria a vitória lusa nas mais adversas ocasiões. Por sua vez, esta inclinação, radicada numa tradição cruzadística e mesclada à concepção veterotestamentária de povo-eleito manifesta-se no âmbito da cristandade acrescida à noção feudal de suserano, “*que faz de Deus o protetor nato dos seus bons vassallos, os cristãos, que por Ele se batem*”.⁵³⁵ Em síntese, é esta possibilidade de uso da história que permite à coroa portuguesa reclamar o direito de usocapião, ou seja, legitima sua presença ao redor do globo, tal como vimos anteriormente.

Enfim, a história pertencia a um domínio de notória especialização, cuja escrita, além de inteligível, apresentava-se articulada a um evidente esforço de orientar e normatizar a diversidade de leituras possíveis por meio de um franco compromisso com os pressupostos universalizantes da comunidade política. Indício desse esforço simultaneamente persuasivo e normatizador, é o imperativo dos assuntos considerados próprios da história. Com efeito, tais assuntos deveriam ser ordenados do modo que convém para que o entendimento – enfim, a inteligibilidade – dos lentes alcançasse deleite.

Diante disso, para examinarmos com rigor a noção de história na obra de João de Barros, não podemos deixar de atentar para o fato de que ela possui objetos específicos a serem abordados. É sob esta perspectiva que podemos compreender o relato apresentado pelo humanista – a partir da recuperação da crônica de Rui de Pina – a respeito da presença do Príncipe de Jalofo, Bemoi, em Lisboa, na ocasião de seu batismo. Aqui, Barros nos revela que abandonará a “*eloquência*” para assumir seu intento, que é o de “*contar os fundamentos do seu desterro e o que sucedeu desta sua vinda, por isso ser próprio da história*”.⁵³⁶

⁵³⁴ Década I, Livro VIII, Capítulo III. p. 204. O grifo é meu.

⁵³⁵ THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. *Op. cit.* pp. 126-127.

⁵³⁶ Década I, Livro III, Capítulo VI. p. 202. O grifo é meu.

Objeto próprio da história, aqui, é a trajetória singular do Príncipe de Jalofo. Se como apontamos, a narração de um fato circunstancial não alcança a universalidade desejada, é preciso notar, antes, que o pressuposto do imperialismo luso que abordamos anteriormente alça este fato à esfera dos interesses públicos, estes sim, universais. Com efeito, este é um fato que, certamente, pode ser compreendido como pertencente à esfera da política – ou da religião, se considerarmos a problemática de sua conversão. Contudo, este não é o único momento em que o humanista define o político como objeto da história. Sem dúvida, as relações políticas que o reino português estabelecia com povos e reinos alhures também eram considerados dignos de comporem o relato, tal como nos faz notar João de Barros ao comentar a relação que Portugal estabelece com os reis de Cochim e Cananor:

“Os quais com estes embaixadores que enviaram a este reino, e depois por muito contentamento que tiveram das obras do Rei Dom Manuel, assim ficaram estes dois príncipes os maiores do Malabar (depois do Samori) tão fiéis e leais amigos a seu serviço, quanto no discurso desta *história* se verá.”⁵³⁷

Esta dimensão política da história se faria presente, ainda, por meio da narração de ações, como a fundação de cidades, ou as tensões e disputas de poder em nível local, tal como o ocorrido na cidade de Quiloa, onde o poder foi usurpado pela figura de um tirano, como podemos observar no relato João de Barros a respeito do evento:

“E porque não somente para prosseguimento desta *história*, mas ainda para criação do Rei que Dom Francisco de Almeida nela novamente criou, convém sabermos a fundação desta cidade e os reis que nela foram, até este que era tirano chamado Mir Abrahemo, que a desempareou, trataremos um pouco desta matéria.”⁵³⁸

As questões políticas relacionadas às disputas de poder locais que se desdobram do exercício da tirania são temas explorados de modo substancial na *Ásia*. Diante disso, é importante anotarmos que, se a escrita da história tem a pretensão de registrar acontecimentos em um quadro cronológico, estes registros não deixam de ser um

⁵³⁷ Década I, Livro V, Capítulo IX. p. 459. O grifo é meu.

⁵³⁸ Década I, Livro VIII, Capítulo VI. p. 224. O grifo é meu.

princípio interpretativo “em si”, visto que tanto podem nos remeter a uma mudança, quanto a valores morais que serão perpetuados pela escritura.⁵³⁹ Neste sentido a importância da escrita da história em João de Barros reside, também, no modo como os portugueses representaram a dinâmica política no mundo Oriental. Interessante, neste sentido, é o relato de nosso humanista a respeito dos embates políticos em Ormuz:

“Porque nestas partes é comum os reis servirem-se destes capados e assim de outros escravos seus de várias nações; e quando os acham homens fiéis e de boas habilidades, sempre lhe entregam as principais coisas do governo de seu estado. E a causa por que o fazem é de tiranos: cá por uma parte se temem, e não querem fazer governadores a homens poderosos naturais da terra, porque não tenham favor do povo com que possam reinar algum modo de traição; e por outra querem tiranizar o povo por mãos destes seus escravos, aos quais eles muito a miúdo dão uma cresta de lhe tomar quanto tem, e logo o tornam a pôr no ofício para lhe fazer outro tanto, e aos capados ainda estimam mais por não terem filhos para quem hajam de roubar. Assim que por esta causa são os escravos acerca dos mouros muito estimados, dos quais os reis gentios não usam, posto que da comunicação deles em algum modo já tenham estes governadores, mas não que os escravos tenham ante eles tanta dignidade. Os quais escravos, como pelo o discurso desta *História* se verá, e em a nossa Geografia, muitas vezes mataram os senhores e se apoderaram do estado do senhor, porque o ânimo humano sofre mal sujeição; e por causa desta liberdade não há parte no Mundo, onde se não ache mão armada por a defender.”⁵⁴⁰

Ora, ao passo que, para os humanistas, a história deveria comprometer-se com a virtude e o bem público,⁵⁴¹ é válida a consideração de que, na pena de João de Barros, a representação do mundo político oriental não deixa de reverberar as clássicas atribuições feitas por Heródoto aos Persas, onde a ausência de liberdade e a obediência servil eram o imperativo de uma terra de tiranos e vaidosos. Segundo Anthony Pagden, na descrição do historiador grego, os orientais eram tidos, simultaneamente, “*como indolentes e cruéis, voluptuosos, lascivos, homens que desposavam as suas irmãs ou mães, que não sepultavam devidamente os mortos e expunham os doentes aos*

⁵³⁹ Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. cit.*

⁵⁴⁰ Década II, Livro II, Capítulo II. pp. 119 e 120.

⁵⁴¹ Cf. TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Op.*

elementos.”⁵⁴² Em vista disso, é relevante o fato de que Heródoto tenha se tornado um autor respeitado desde meados do século XV – quando seus textos começaram a circular a partir da tradução feita por Lorenzo Valla –,⁵⁴³ principalmente em face das observações feitas por François Hartog, ao considerar a atividade de nomeação exercida pelo narrador como um modo de convocar um saber socialmente compartilhado.⁵⁴⁴

Em suma, para João de Barros, a política é objeto da história. Importante, nessa perspectiva, é a constatação do impacto de um autor como Tito Lívio no âmbito da historiografia renascentista. Para Arnaldo Momigliano, Tito Lívio – bem como Tácito – “*está por trás do renascimento do ideal grego de história política que é uma parte tão conspícua da renascença mais geral dos valores e formas clássicos no século 16*” (*sic.*).⁵⁴⁵ Com efeito, se nos debruçamos sobre a forma pela qual João de Barros nos apresentou sua obra magna, onde cada um dos três volumes que a compõem possui dez livros, não podemos deixar de encontrar em Tito Lívio seu historiador de referência: seguramente, o título *Décadas* evocou, para o leitor coevo, uma tradição à qual João de Barros situa seu trabalho e cujas raízes remontam à história de Roma composta pelo historiador latino.⁵⁴⁶

Ainda no que tange à presença da história política nas *Décadas* de João de Barros, vale atentarmos para a importância dispensada pelo humanista à diversidade política do Ceilão, dividido “*em nove estados, e cada um destes se chama reino*”.⁵⁴⁷ Por sua vez, assim como a vida política, a história haveria de se deter, também, sobre assuntos militares. A este respeito, é possível notar a preocupação de João de Barros com a dinâmica das relações portuguesas com Melique Yaz, governador de Diu, onde o humanista revela que “*toda esta nossa história vai tratando dos negócios e guerra que*

⁵⁴² PAGDEN, Anthony. *Mundos em guerra: 2500 anos de conflito entre Ocidente e Oriente*. Trad. Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 91.

⁵⁴³ Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. cit.*

⁵⁴⁴ Cf. HARTOG, François. *El espejo de Heródoto*. Ensaio sobre la representación del otro. Trad. Daniel Zadunaisky. Buenos Aires: FCE, 2002.

⁵⁴⁵ Cf. Idem. *Op. cit.*

⁵⁴⁶ A *História de Roma*, foi composta por volta do ano 27 a. C. e compreendia, originalmente, 142 livros, dentre os quais 107 foram perdidos. Os livros supérstites foram agrupados pelos críticos em décadas dentre as quais a primeira década – livros 1-10, que tratam de acontecimentos da fundação de Roma até a terceira guerra contra os samnitas, no ano 293 a. C. – são os mais famosos. cf. VITORINO, Júlio César. “Introdução”. In: TITO LIVIO. *História de Roma* – livro I: a monarquia (Ab Vrbe Condita, liber I). Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio César Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008. pp. 7 – 30.

⁵⁴⁷ Década III, Livro II, Capítulo I. pp. 116 e 117.

tivemos com este mouro”.⁵⁴⁸ Em síntese, como apontamos oportunamente, vale lembrar que João de Barros se propunha a tratar das conquistas portuguesas no oriente.

Com efeito, ao passo que a política, os negócios e a guerra são apresentados pelo humanista como assuntos pertencentes aos domínios da história, importa notar que há, também, outros temas que são definidos por João de Barros como não pertinentes à história, ainda que tais temáticas fossem ocasionalmente recuperadas ao longo da narrativa para melhor se apurar a escritura. É o que se percebe na descrição feita pelo historiador quinhentista sobre a região do Reino de Sofala e dos costumes dos habitantes locais:

“Muitos outros costumes estranhos a nós tem esta gente, os quais em alguma maneira parecem que seguem razão de boa polícia, segundo a barbária deles; os quais deixamos, porque já nestes estendemos a pena *fora dos limites da história*.”⁵⁴⁹

Anteriormente, anotamos que por ser o resultado de uma escolha a ser perpetuada, o registro histórico é também um princípio interpretativo. Com efeito, se esta afirmação pôde ser compreendida à luz da eleição de objetos específicos para os domínios da história, tal como vimos, ela fica ainda mais evidente quando nosso historiador quinhentista enuncia, de modo literal, seus critérios de seleção para eleger os personagens que ganham visibilidade em sua narrativa. Neste sentido, Zoltán Biedermann já atentou para o fato de que a manipulação de dados era “*um elemento estruturante de primeira importância para a escrita barroseana*”.⁵⁵⁰ De todo modo, seus critérios de seleção ganham todo sentido no âmbito de uma sociedade hierarquizada, tal como a do Antigo Regime:

“Fizemos aqui esta declaração, porque se saiba, quando se acharem capitães em todo o discurso desta nossa *história*, que não sejam homens fidalgos, serão daqueles que os armadores das naus apresentavam ou homens que por sua própria pessoa, ainda que não tinham muita nobreza de sangue, havia neles qualidades para isso; e também por darmos notícia do modo que levamos em nomear os homens, que é este: quando nomeamos algum

⁵⁴⁸ Década II, Livro II, Capítulo IX. p. 210.

⁵⁴⁹ Década I, Livro X, Capítulo I, p. 387. O grifo é meu.

⁵⁵⁰ BIEDERMANN, Zoltán. “Nos primórdios da antropologia moderna...” p. 36.

capitão, se é homem fidalgo e tão conhecido por sua nobreza e criação na Casa real, logo em falando nele a primeira vez dizemos cujo filho é, sem mais tornar a repetir seu pai; e se é homem fidalgo de muitos que há no reino, destes tais não podemos dar tanta notícia, porque não vieram ao lugar onde se os homens habilitam em honra e nome, que é na Casa do Rei, por isso podem-nos perdoar; e também, a dizer verdade, os escritores dos indivíduos não podem dar conta, e quem muito procura por eles *quebra o nervo da história*, parte onde está toda a força dela. Todavia, nesta digressão duas coisas pretendemos: notificar a todos que nossa intenção é dar a cada um, não somente o nome de suas obras, mas ainda o de seu avoengo, se ambas estas duas vierem a nossa notícia; e a segunda que, quando fizermos algum grande catálogo de capitães (porque estes sempre hão-de ser nomeados), ora sejam de naus ou navios, sempre devem entender que as pessoas mais principais, por sangue e por feitos, andavam nas melhores peças da armada.”⁵⁵¹

Ora, para João de Barros, os critérios estão atrelados à noção de superioridade social. Definitivamente, nosso historiador não pretende dar notícias apenas dos feitos de cada personagem, mas também anotar a qualidade e a precedência social de cada um deles quando for o caso – notavelmente para aqueles que foram criados na Casa Real. Além disso, a dignidade de cada um se revela, também, na situação ocupada pelo personagem na narrativa, o que nos remete à representação de um modelo social pautado, por um lado, pela ideia de excelência e superioridade e, por outro, por uma relação de subordinação. Com efeito, assim como observou oportunamente Antonio Candido a respeito da figura do nobre, “*as noções de superioridade e de excelência estão, por mais de um aspecto, profundamente ligadas à representação de um padrão ideal de comportamento*”.⁵⁵²

Sendo a narrativa de João de Barros orientada por este ideal de comportamento, podemos notar que o intento de seleção dos feitos e dos personagens obedeciam à intenção de nosso autor: “*fica aqui uma parte a mais principal desta lição da História, que é saber eleger qual História esta será para frutificar em proveito próprio, e comum*”,⁵⁵³ anuncia o historiador quinhentista. Diante disso, podemos considerar que seu “horizonte histórico” estava atrelado a um critério de seleção objetivo dos fatos e

⁵⁵¹ Década I, Livro V, Capítulo X, pp. 464-466. Os grifos são meus.

⁵⁵² CANDIDO, Antonio. *O nobre: contribuição para o seu estudo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Plaquetas da Oficina; 1). p. 5.

⁵⁵³ Década III, Prólogo, sem notação de página.

que este critério era socialmente determinado. Sem dúvida, sua escrita da história tinha como norma, também, a construção de configurações motivadas por sua tomada de posição quanto à ordem social, tal como nos faz notar Luiz Costa Lima.⁵⁵⁴ Com efeito, nosso humanista é eloquente a respeito de suas intenções e seus critérios para a escrita. Em suma, uma vez que seu interesse é, unicamente, escrever sobre “*a guerra que os portugueses fizeram aos infiéis*”, é evidente que escamoteará os conflitos “*que tiveram entre si*”:

“[...] não espere alguém que destas diferenças do Vice-Rei e Afonso de Albuquerque, e assim de outras que ao diante passaram, *se haja de escrever mais que o necessário para entendimento da história, por não macular uma escritura de tão ilustres feitos com ódios, invejas, cobiças e outras coisas de tão mau nome, de que assim os vencedores como os vencidos podiam perder muita parte de seus méritos. Porque acerca dos barões de prudência, quando hão-de julgar méritos de vida alheia, mais olho tem ao discurso de como se houve em os negócios entre os amigos, que ao pelejar com os inimigos, porque nesta parte se vê a fortuna de cada um, e na primeira a virtude.*”⁵⁵⁵

Assim, para João de Barros, a seleção dos fatos a serem apresentados alinhava-se à própria natureza de sua história que era a de “*não publicar defeitos de partes que não fazem a bem dela*”.⁵⁵⁶ Com efeito, a seleção objetiva dos fatos respondia à demanda de que a história haveria de promover, também, o deleite: “*em todo o discurso desta nossa Ásia mais trabalhamos no substancial da história que no ampliar as miudezas que enfadam e não deleitam*”.⁵⁵⁷ De fato, é sobretudo diante desse compromisso com o deleite, que a história haveria de ser escrita com estilo, onde o reconhecimento da qualidade do trabalho estava na erudição e no conhecimento que o autor possui a respeito do assunto. Desse modo, a erudição, além de subsidiar a autoridade, revela-nos também o ornamento do discurso histórico: qualidade que parece ter faltado a Barros diante da escassez de seu tempo para dedicar-se integralmente à sua escritura, quando comparada à do erudito humanista enciclopédico, o médico Paulo Jóvio:

⁵⁵⁴ Cf. LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.* p. 80.

⁵⁵⁵ Década II, Livro III, Capítulo VIII. p. 322 e 323.

⁵⁵⁶ Década III, Livro X, Capítulo X. p. 525.

⁵⁵⁷ Década I, Livro VII, Capítulo VIII. p. 144 e 145.

“Paulo Jóvio, Bispo Noscerino, barão diligente e curioso destas coisas dignas de *escritura*, para a sua *História Geral do seu Tempo*, que promete nas obras desta faculdade que já tirou a luz. Das quais coisas eu não quis ser avaro, lembrando-me que na pena e *estilo* deste *doutíssimo* Paulo Jóvio as minhas achegas ficavam postas em edifício de perpétua memória, pois tive sorte de vida que tenho mais cabedal em desejo que faculdade e tempo para este ofício de *escritura*.”⁵⁵⁸

O compromisso com o deleite, associado ao texto ornamentado, ou seja, composto em estilo doutíssimo, implica não apenas fruição mas, também, credibilidade da escritura. Como vimos, o texto histórico haveria de ser resultado de um trabalho diligente e cuidadoso e, com efeito, João de Barros evoca Paulo Jóvio, visto que foi um dos mais importantes eruditos do humanismo europeu, além de profundo conhecedor de Portugal e seus descobrimentos.⁵⁵⁹ Enfim, ao passo que o deleite implica fruição e credibilidade do texto, vale atentar, também, para o fato de que o compromisso com o deleite demanda submissão ao tratamento dos temas de modo conveniente – ou seja, do modo que convém. Existe, portanto, uma evidente relação entre a conveniência na composição da narrativa e o consequente entendimento da história. Com isso, o que convém ao entendimento da história deve colaborar na composição da cena para o encadeamento dos fatos – que muitas vezes é apresentada como a descrição de uma pequena crônica, ao modo de um apêndice. Tal como o faz João de Barros ao tratar dos feitos de Antonio de Brito na Indonésia até a construção de uma fortaleza na Ilha Ternate, onde o humanista anota que “*convém fazermos uma pequena demora na relação destas coisas, pois tudo é necessário ao prosseguimento da história*”.⁵⁶⁰ Ou ainda, na ocasião em que o historiador quinhentista nos revela que, “*por seguir a ordem a história, que no princípio deste Oitavo Livro dissemos, convém tratar do que se fez, depois que Dom Duarte começou governar, até que entregou a governança da Índia ao Conde Almirante, que o sucedeu*”.⁵⁶¹

⁵⁵⁸ Década I, Livro IX, Capítulo I. pp 305 e 306. O grifo é meu.

⁵⁵⁹ Cf. FERNANDES, R. M. Rosado. “Introdução”. In: RESENDE, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário R. M. Rosado Fernandes. Estabelecimento do texto latino, Sebastião Tavares de Pinho. São Paulo: Annablume Clássica; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. (Portugaliae Monumenta Neolatina). pp. 5-38.

⁵⁶⁰ Década III, Livro V, Capítulo VII. p. 610.

⁵⁶¹ Década III, Livro VIII, Capítulo V. p. 281.

Por sua vez, como sugeriu Michel Foucault, a *conveniência* é “*da ordem da conjunção e do ajustamento*”⁵⁶² e, com efeito, este ajustamento se dá no intuito de facultar o deleite, ainda que, para além disso, deva facultar o entendimento, tendo em vista, sobretudo, respeitar uma ordem, tal como podemos ler no excerto a seguir:

“Como toda esta nossa Ásia vai fundada sobre navegações, por causa das armadas que ordinariamente em cada um ano se fazem para a conquista e comércio dela, e as coisas que pertencem a sua milícia irmos relatando, segundo a *ordem* dos tempos, *convém*, para melhor *entendimento da história*, darmos uma geral relação do modo que se naquelas partes de Ásia navegava a especiaria com todas as outras orientais riquezas, até virem a esta nossa Europa, ante que abrissemos o caminho que lhe demos para este nosso Mar Oceano, porém que em o tratado do Comércio copiosamente o escrevemos.”⁵⁶³

Sistematicamente, o “horizonte histórico” de João de Barros apresenta-se, também, atrelado à ideia de uniformidade, onde a “*disposição das coisas da história tem lugar próprio*”,⁵⁶⁴ uma vez que aos assuntos, “*convém enfiarmos na ordem de nossa história*”.⁵⁶⁵ Diante disso, cada evento ocupa um espaço definido ao longo do tempo, visto que a história possui seu curso “natural”. A apreensão deste curso não apenas facilita o entendimento, mas, sobretudo, nos revela a preocupação do humanista com sua coerência:

“Um veneziano comitre de uma galé, que foi na armada de Soleimão Bassá, capitão do Turco, quando foi à Índia combater a nossa cidade Dio, no reino Guzarate (como veremos em seu lugar), fez desta viagem um Roteiro de todos os portos que Soleimão Bassá tomou nesta costa da Arábia; e diz que o lugar onde Moisés passou da parte do Egito à outra da Arábia, é um chamado Corondolo, que será de Suez quinze léguas e vinte cinco do Tor. E porque *seria coisa muito estranha sairmos do curso da nossa história* para concordarmos estas opiniões do trânsito e passagem de Moisés, em o Comentário da nossa Geografia o faremos, por ser mais próprio lugar”.⁵⁶⁶

⁵⁶² FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* p. 25.

⁵⁶³ Década I, Livro VIII, Capítulo I. p. 174 e 175. Os grifos são meus.

⁵⁶⁴ Década II, Livro IX, Capítulo V. p. 373.

⁵⁶⁵ Década II, Livro X, Capítulo I. p. 397.

⁵⁶⁶ Década II, Livro VIII, Capítulo I. p. 272. O grifo é meu.

Com efeito, a demanda por uma ordenação da história implica uma maneira bastante regrada de conhecer o passado. Ainda que, juntamente com Michel Foucault, possamos considerar o pressuposto de que, até o fim do século XVI, a semelhança tenha desempenhado um papel “*construtor no saber da cultura ocidental*”,⁵⁶⁷ dificilmente podemos aceitar, sem reservas, a ideia de que “*o saber do século XVI deixa a lembrança deformada de um conhecimento misturado e sem regra*”.⁵⁶⁸ Ao menos para o caso da história, e particularmente para as *Décadas* de João de Barros. Com efeito, não nos resta dúvidas de que, para os humanistas, sua elaboração obedecia regras bem definidas e orientadas pela necessidade de deleitar e persuadir seus leitores. Necessidade fundamentalmente pautada no compromisso moral do autor com questões públicas e de fundo universalizante.

O conhecimento da história era, portanto, fundamento da vida pública, e a escritura de João de Barros é a prova mais eloquente disso. Se, como anotamos anteriormente, é possível apreender o “horizonte histórico” do humanista português a partir de seu ponto de vista a respeito do que vem a ser a história, vale recuperar ainda uma vez o *Prólogo* da terceira *Década*, momento em que o humanista melhor a define. Ali o historiador quinhentista nos faz notar que, aqueles “*que se não davam ao conhecimento da antiguidade das coisas, as quais se alcançam pela lição da História, tinham entendimento de meninos*” e seu destino seria viver em confusão, tal como vivem os brutos.⁵⁶⁹ Sem dúvida, não seria um equívoco sugerirmos que o emprego destas figuras aciona uma retórica da alteridade, tal como sugeriu François Hartog em estudo inspirador.⁵⁷⁰ Definitivamente, tais figuras nos remetem às bases do exercício da vida civil, da qual as crianças e os brutos ficavam excluídas, as primeiras por sua condição de humanidade incompleta, enquanto os segundos, por incorporarem o qualificativo dos escravos por natureza. A história é, portanto, uma prática política e assinala uma tomada de posição, a partir de lições de exemplos no âmbito de um império cujas glórias situavam-se, já, no passado.

⁵⁶⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* p. 24.

⁵⁶⁸ Cf. Idem. *Op. cit.* p. 70.

⁵⁶⁹ Cf. *Década III*, *Prólogo*, sem notação de página.

⁵⁷⁰ Cf. HARTOG, François. *Op. cit.*

Capítulo 4

Ciência moral e barbarismo

*“E eu, que não costumo ver vitória
em nosso tempo de virtude avaro
indigno de triunfo e de memória”
(Petrarca, ‘Triunfo do amor’)*

“[...] para que toda Modernidade seja digna de tornar-se Antiguidade, é necessário que dela se extraia a beleza misteriosa que a vida humana involuntariamente lhe confere.” (Charles Baudelaire, ‘O pintor da vida Moderna’)

Da mesma forma que a análise do “horizonte histórico” de João de Barros e a apreensão dos conceitos operacionalizados pelo autor na ordenação do passado conduz a questões inerentes à vida pública portuguesa do século XVI, o estudo dos referenciais renascentistas que orientam os feitos capturados pela obra do historiador quinhentista conduz a valores estruturantes de formas diversas de violência simbólica que circulavam no interior da sociedade portuguesa. Assim, o embate entre antigos e modernos, bem como a relação entre civil, político e bárbaro, compõem o pano de fundo de um campo de observação necessário à ciência moral, que por sua vez, dá margem a procedimentos de opressão e segregação velados tanto pelos pressupostos universalistas da igualdade do gênero humano, quanto pelo reconhecimento dos limites de ingerência do imperialismo português.

4.1. Antigos e modernos

Jaques Le Goff sugere que a relação entre antigos e modernos está profundamente ligada à história do ocidente, embora considere possível encontrar equivalentes dela em outras civilizações e outras historiografias.⁵⁷¹ Em vista disso, ao longo de nosso estudo, procuramos atentar para o complexo fenômeno da recuperação e imitação da Antiguidade no contexto do Renascimento europeu. Com isso, sublinhamos a ideia de que foi a consciência histórica do homem moderno que permitiu o necessário distanciamento característico de um procedimento intelectual que, simultaneamente, atualiza e se apropria de uma herança cultural cujas formulações nem sempre auxiliam na compreensão do mundo coevo. Com efeito, estas apropriações intelectuais são o resultado mais evidente dos contornos que o Renascimento adquiriu no âmbito de suas mais diversas manifestações, bem como de sua interação dentro dos mais diversos contextos. No que tange ao caso de Portugal, sua especificidade pode ser notada na produção de uma literatura de caráter etnográfico.

A respeito da relação que a cultura européia estabelece historicamente com o mundo clássico, Paul Hazard nos faz notar que a Antiguidade permaneceria como modelo digno de admiração durante muito tempo, uma vez que *“tinham dado ao mundo uma moral que o cristianismo não fez senão completar; na ação, tinham-se comportado sempre como heróis”*. Dificilmente poderíamos concordar com a ideia de que o cristianismo “completou” a Antiguidade, tal como veremos adiante. De todo modo, o que importa sublinhar é a ideia de que, para viver, bastava imitar os antigos. Contudo, o predomínio dos antigos estava destinado a encontrar seu termo a partir do momento em que os modernos os destituíssem de seu lugar de honra, e redefiníssem a noção de moderno. Paulatinamente, assinala Hazard, *“abandonou-se o partido dos grandes mortos e deu-se a gente a alegria, aliás fácil e insolente, de sentir em si o afluxo duma vida nova, embora efêmera; preferiu-se apostar pelo presente a apostar pelo eterno”*. Por sua vez, o autor anuncia que esta viragem se deu a partir da querela dos antigos e modernos, célebre polêmica desencadeada por Charles Perrault e Bernard Le Bouyer de Fontenelle em oposição ao princípio de imitação dos clássicos.⁵⁷² Por sua vez, Marc Fumaroli assinala que a polêmica desencadeada na França foi, na verdade, o auge de um

⁵⁷¹ Cf. LE GOFF, Jaques. “Antigo/Moderno”. In: *Op. cit.*

⁵⁷² Cf. HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Trad. Óscar Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948. Citações pp. 33 e 34.

embate cujo início remonta ao Renascimento, ou, mais precisamente, a Petrarca, quando este, orientado por seu desejo de recuperar as fontes antigas, denominou sob o qualificativo – perjurativo – de moderno toda a ciência oriunda das faculdades de teologia e direito de sua época.⁵⁷³ Sobre o assunto, Íris Kantor assinala que os anos 1680 – 1715, propostos por Paul Hazard como decisivos para esta mudança da relação com a tradição herdada da Antiguidade, foram canonizados como data inicial do movimento iluminista.⁵⁷⁴

Marc Fumaroli sugere que os teólogos medievais já fizeram usos diversos da oposição entre antigos e modernos,⁵⁷⁵ ao passo que, segundo José Antonio Maravall, pode-se dizer que o gosto pela novidade é comum para a maioria dos escritores desde Ovídio. Entretanto o autor nota que ao longo da história, o gosto pelo novo não se manifesta sempre da mesma maneira, e por isso nem sempre se apresenta acompanhado das forças transformadoras que definem novos horizontes aos homens, tal como aconteceu na Época Moderna. Como apontamos anteriormente, o historiador espanhol faz notar que é a consciência da diversidade de épocas – ou, em suma, aquilo que poderíamos compreender como a percepção da sucessão de eventos articulados em um processo – que marcou o gosto pelo novo na primeira modernidade, sobretudo em face da possibilidade de estabelecer comparações entre as épocas.⁵⁷⁶

Com efeito, importa observar que sobre a vertente ibérica da querela dos antigos e modernos, Íris Kantor atenta para a importância da expansão ultramarina na composição deste fenômeno. Na perspectiva da historiadora:

“As realidades criadas pela expansão europeia obrigavam à reconfiguração dos paradigmas geográficos, cronográficos e etnográficos herdados da Antiguidade. A descoberta da América motivara o sentimento de superioridade dos humanistas ibéricos em relação ao passado.”⁵⁷⁷

⁵⁷³ Cf. FUMAROLI, Marc. *La Querelle des Anciens et des Modernes*. XVII^e -XIII^e siècles. Paris: Gallimard, 2001.

⁵⁷⁴ Cf. KANTOR, Íris. “Antigos e Modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasileira, cronografias e representações do passado (1720-1724).” In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009. pp. 451-466. Cf. tbm. LOPES, Óscar. “Posfácio do tradutor”. In: HAZARD, Paul. *Op. cit.* 354-348.

⁵⁷⁵ Cf. FUMAROLI, Marc. *Op. cit.*

⁵⁷⁶ Cf. MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos...*

⁵⁷⁷ KANTOR, Íris. *Op. cit.* pp. 452-453.

É evidente que os modernos escolásticos criticados por Petrarca não são os mesmos modernos que reconfiguraram os paradigmas geográficos, cronográficos e etnográficos herdados da Antiguidade após os descobrimentos. Neste sentido, vale notar que datam do século XVI as primeiras manifestações em defesa dos modernos: detidos sobre as temporalidades históricas, Jean Bodin, em seu *Método para facilitar o conhecimento da história*, de 1566 e Louis Le Roy, em seus *Doze livros da variedade de coisas e vicissitudes do universo*, de 1576, legitimam a superioridade dos tempos modernos.⁵⁷⁸ Contudo, “no se trata de que en un momento dado, en el curso multisecular de las edades, la humanidad haya dado un gran salto y haya logrado mejoramiento, de una vez, sobre los estados precedentes”.⁵⁷⁹

Como observou José Sebastião da Silva Dias, o conflito entre antigos e modernos que se desenhou no contexto dos descobrimentos está longe de assumir o mesmo significado histórico daquele dos séculos XVII e XVIII.⁵⁸⁰ Com efeito, nas *Décadas* de João de Barros, é notória a existência da noção de moderno, ainda que a categoria não denote, necessariamente, superioridade em relação aos antigos. Notável exemplo nos é apresentado pelo historiador quinhentista na “preparação de toda a obra quase em modo de argumento e divisão dela”, quando o autor assume que o empreendimento de sua narrativa demanda a evocação do triunfo sistemático dos reis portugueses contra os infiéis como fundamento dos três eixos que compõem o título da real coroa portuguesa que serão abordados em sua *Ásia*, a saber, a conquista, a navegação e o comércio. Por fim, escreve o humanista: “Deus é testemunha que em cada uma destas três partes, Conquista, Navegação e Comércio, fizemos a diligência possível a nós e mais do que a ocupação do ofício e profissão de vida nos tem dado lugar”. Com efeito, enquanto a conquista é própria da milícia e o comércio convém à mercadoria, por sua vez, ao título da navegação, anuncia, “respodemos com uma universal Geografia de todo o descoberto, assim em graduação de tábulas como de comentário sobre elas, **aplicando o moderno ao antigo**, a qual não sofre compostura em linguagem, e por isso irá em latim”.⁵⁸¹

⁵⁷⁸ Cf. FUMAROLI, Marc. *Op. cit.*

⁵⁷⁹ Cf. MARAVALL, José Antonio. *Op.cit.* p. 351.

⁵⁸⁰ Cf. DIAS, J. S. da Silva. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 128.

⁵⁸¹ Cf. *Década I*, Livro I, Cap. I. pp. 14 e 15. O grifo é meu.

Em sua geografia, portanto, haveria espaço para a relação dos descobrimentos “*aplicando o moderno ao antigo*”, ou seja, atualizando as denominações herdadas dos antigos geógrafos por meio da inclusão dos nomes dos lugares que os portugueses incorporavam à sua carreira. Contudo, vale notar que as novas denominações viriam em latim, pois não era possível compô-las em língua vulgar. Ainda que esta última observação denote “conservadorismo” da parte de Barros, há um procedimento de inovação inegável naquilo que nosso autor denomina como aplicação do moderno ao antigo. Contudo, se o novo implica um nascimento, uma ausência de passado, como sugere Le Goff,⁵⁸² o “conservadorismo” do humanista português denota uma paradigmática força da tradição.

A *Ásia* é flagrante a respeito desta ordem de inovação. Tal como as ilhas do Cabo Verde, assim chamadas “*por comum nome [...]e pelos antigos geógrafos as Fortunadas, de que em a nossa Geografia falamos largamente*”.⁵⁸³ O mesmo acontece com a Ilha Ceilão, “*a que os antigos chamam Taprobana*”,⁵⁸⁴ da qual nosso autor faz copiosa relação no primeiro capítulo do segundo livro da terceira *Década*. A inovação, decorrente do contato e do registro dos lugares onde os portugueses fundariam fortalezas e portos obedecia à necessidade prática de situar com maior rigor as informações úteis, tal como se pode observar no princípio do sexto livro da segunda *Década*, onde nosso autor discute o erro dos antigos geógrafos, que por desconhecimento da geografia local, chamavam a Ilha Sumatra de Quersoneso, que “*é palavra grega e se toma pela pequena partícula de terra pegada por tão delgada coisa como é o pé da folha da figueira pegada no ramo dela*”:⁵⁸⁵

“E porque geralmente todos os que navegavam por fora da Ilha, por ser viagem mais segura, ainda que comprida, estavam seguros de invernar como indo por dentro, ao modo que ora vemos os nossos navegantes daqui para a Índia, que quando partem tarde, vão por fora da Ilha de S. Lourenço por terem os tempos mais largos deste costume, com algumas fábulas que a Antiguidade sempre tem, assim como os perigos de Cila e Caribdis no trânsito de Sicília, bancos de Flandres entre a terra firme e a Ilha Inglaterra, ou os Baixos de Ceilão entre esta Ilha e a terra do Cabo Comorin, haveria

⁵⁸² Cf. LE GOFF, Jaques. *Op. cit.*

⁵⁸³ Cf. *Década I*, Livro II, Cap. I. p. 140.

⁵⁸⁴ Cf. *Década III*, Livro II, Cap. I. p. 104.

⁵⁸⁵ *Década II* Livro VI, Cap. I. p. 2.

opinião na Índia não ter aquele mar trânsito de Ponente a Levante, donde *os gregos e Ptolomeu chamariam àquela terra Quersoneso*. Porém, povoada a cidade Malaca em meio daquele estreito [...] deu fácil navegação para se nela fazerem brevemente as comutações e comércio dos de Ponente e Levante, *ficou manifesto este caminho, e havida a terra de Sumatra por Ilha, e não Quersoneso.*”⁵⁸⁶

Se a aplicação do moderno ao antigo pode ser compreendida como um procedimento de inovação intelectual que vem na esteira da experiência portuguesa, e permite a superação de alguns erros cometidos pelos geógrafos antigos, vale notar que esta maneira de agir não era acompanhada, necessariamente, de uma conotação positiva. Sobretudo por estar potencialmente atrelada à cobiça. Em suma, não seria equivocado sugerirmos que, moralmente, os portugueses estavam aquém dos antigos quando movidos pela cobiça, assertiva que nos revela, sem dúvida, crítica aguda de nosso humanista aos interesses puramente materiais da expansão marítima:

“A qual fica tão vizinha à terra de Malaca (a Ilha Sumatra), que no lugar mais estreito do canal que há entre elas não será mais que até doze léguas, quase na fronteira da cidade Malaca; dali, assim para a parte do Levante como Ponente, vai esta terra da Ilha afastando-se da firme, de maneira que faz estas duas entradas daquele estreito mais largo que no meio. E porém por todo ele tudo são baixos, restingas, ilhetas com canais, os quais errados, se perdem as naus que por ali navegam; e daqui (como atrás dissemos) procedeu, naquele antigo tempo de Ptolomeu e dos outros geógrafos, não ser aquele trânsito navegável como ora é, *porque a cobiça dos homens todos os atalhos busca, ainda que perigosos, para conseguir seu intento*”.⁵⁸⁷

Com efeito, se as expansões possibilitaram a reconfiguração dos paradigmas herdados da Antiguidade, na pena do historiador quinhentista, esta reconfiguração é acompanhada por um julgamento moral. Sem dúvida, este procedimento obedece ao imperativo das expedições de reconhecimento motivados, também, por interesses comerciais. Definitivamente, todo movimento europeu ligado às explorações e às descobertas revestia-se, paralelamente, de um desejo de ver e saber, como bem

⁵⁸⁶ Idem. p. 14. Os grifos são meus.

⁵⁸⁷ Década III, Livro V, Cap. I. p. 506. O grifo é meu.

observou John H. Elliott.⁵⁸⁸ É do mapeamento dos lugares a serem colonizados e suas riquezas que resulta o caráter experimental do Renascimento português. Em seu estudo sobre as fontes de Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo de Situ Orbis*, Joaquim Barradas de Carvalho sugere que é sob este aspecto que Portugal traz sua mais importante contribuição para a história da ciência. Duarte Pacheco, escreve Barradas de Carvalho:

“[...] tinha as fraquezas e as virtudes dos homens práticos da época, que, parece-nos, deram uma contribuição muito mais poderosa para aquilo a que chamamos a **pré-história do pensamento e da ciência modernas** do que as Universidades, o seu corpo docente, e mesmo os humanistas cheios de erudição”⁵⁸⁹

Com efeito, a análise de Joaquim Barradas de Carvalho é fundamentada na ideia de que existe uma separação nítida entre a cultura dos “*humanistas cheios de erudição*” e a cultura dos “*homens práticos*”. Esta separação fica ainda mais notória quando nos debruçamos sobre a referência feita por Carvalho à atenção dispensada por Lucien Febvre à plausibilidade da tese segundo a qual “*humanismo e ciência se desenvolveram separadamente e sem ação recíproca direta*”. Para Febvre, enquanto por um lado, o humanismo alimenta-se exclusivamente “*de textos e autores*”, por outro, o que existe são “*as realidades. As descobertas. As invenções. As técnicas*”. Em suma, “*entre o saber livresco e o saber prático, pouco ou quase nenhum contato*”, conclui o grande historiador.⁵⁹⁰

Entretanto, como vimos, na pena de João de Barros, a reconsideração do conhecimento dos antigos é acompanhada de um juízo moral. Para contextualizarmos este juízo no âmbito de nossa discussão a respeito da oposição entre antigo e modernos na *Ásia*, primeiramente, gostaria de atentar para o fato de que, em termos absolutos, não existe a separação proposta por Lucien Febvre e reiterada por Barradas de Carvalho. Em estudo já clássico, Carlo Ginzburg chamou nossa atenção para o fenômeno da

⁵⁸⁸ Cf. ELLIOTT, J. H. *O velho mundo e o novo 1492-1650*. Trad. Maria Lucília Filipe. Lisboa: Quercó, 1984.

⁵⁸⁹ CARVALHO, Joaquim Barradas de. “As fontes de Duarte Pacheco Pereira no ‘Esmeraldo de Situ Orbis’”... p. 140. Grifo do autor.

⁵⁹⁰ Cf. FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 329 e 330.

circularidade e da recíproca influência que caracteriza a relação entre a cultura erudita e a cultura popular no contexto da Europa pré-industrial.⁵⁹¹ Diante disso, gostaria de aproveitar a dinâmica inerente à própria noção de cultura proposta por Ginszburg, bem como sua dimensão “relacional”, para me deter sobre a possibilidade de estabelecer um vínculo entre a mediação de um juízo que se detém sobre um fato particular moderno em sua relação com o passado, onde estão situados os antigos. Contudo, é evidente que a interação entre cultura popular e cultura erudita se dá em um plano diferente da interação entre a noção de antigo e a noção de moderno: esta última pertence fundamentalmente ao campo das ideias e, portanto, à cultura letrada, “erudita”. Além disso, enquanto a interação entre o erudito e o popular possui uma dimensão material e ocorre na sincronia, a interação entre antigos e modernos é abstrata e inventa a diacronia.

Com efeito, atentemos para a particularidade da situação na qual João de Barros faz uso de seu juízo: um momento de reconfiguração de paradigmas, como sugeriu Íris Kantor. Por sua vez, em seu estudo sobre o pensamento político republicano, John G. A. Pocock atenta para o papel da prudência no âmbito das tomadas de decisão frente a situações “*sui generis*”. Desse modo, tendo em vista ser a prudência uma virtude que articula a capacidade individual – racional – de julgar, e a capacidade de cada indivíduo em fazer uso de toda experiência social acumulada – os costumes e as tradições –,⁵⁹² importa considerar que o juízo de João de Barros também é pautado na prudência. Com isso, ao passo que ela nos remete a um julgamento, trata obrigatoriamente de uma situação presente, coeva, a qual, na esfera cognitiva, será combinada com a tradição. Nesta combinação é que antigo e moderno se articulam e estabelecem uma relação de reciprocidade que dá sentido a cada categoria diante da outra, onde o moderno, mediado pelo cristianismo estóico, é julgado por sua cobiça – ainda que o moderno possa nos remeter, também, aos feitos dos portugueses tidos por João de Barros como notáveis – enquanto o antigo, compreendido como experiência social acumulada, fornece um horizonte paradigmático de atuação que pode ser utilizado como elemento de comparação: embora tenham errado, Ptolomeu e os antigos geógrafos que designaram a Ilha de Sumatra como Quersoneso balizam de modo positivo a novidade da experiência,

⁵⁹¹ Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵⁹² Sobre o assunto cf. POCKOCK, J. G. A. *Op. cit.* pp. 89-117.

enquanto o ímpeto de realização movido pela “cobiça” é condenável e não pode servir de referência, nem pautar novas conquistas.

Como observou Jaques Le Goff, a “*atuação do antagonismo antigo/moderno é constituída pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado.*”⁵⁹³ Por isso, longe de ser estanque, esta combinação pode se configurar de maneiras diversas, onde o moderno pode superar o antigo, pois um fato absolutamente novo opera uma necessária reconfiguração dos referenciais, visto que não está inscrito no horizonte de experiências acumuladas. Daí a autonomia do juízo necessário às decisões ímpares e à reconfiguração dos paradigmas. A defesa deste procedimento revolucionário de autonomia intelectual é apresentada por nosso humanista em sua irônica apreciação das murmurações que fez o povo do reino contra os novos empreendimentos do Infante Dom Henrique, então estimulado pelo descobrimento da Madeira e dos Açores, os mais recentes sucessos de sua empresa:

“Certamente nós não sabemos que opinião foi esta do Infante, nem que fruto ele espera deste seu descobrimento, senão perdição de quanta gente vai nos navios, para ficarem muitos órfãos e viúvas no reino, além da despesa de suas fazendas, pois o perigo e o gasto ambos estão manifestos e o proveito tão incerto, como todos sabemos. Porque sempre aí houve reis e príncipes em Espanha desejosos de grandes empresas, e tão cobiçosos de buscar e descobrir novos estados como o Infante, e não vemos nem lemos em suas crônicas que mandassem descobrir esta terra, tendo-a por tão vizinha. Mas como coisa de que não esperavam honra ou proveito algum deixaram de a descobrir, contentando-se com a terra que ora temos, a qual Deus deu por termo e habitação dos homens; e se alguma houver onde o Infante diz, devemos crer que ele a deixou para pasto dos brutos. Cá, segundo os *antigos* escreveram das partes do Mundo, todos afirmam que esta pela qual o sol anda a que eles chamam tórrida zona, não é habitada. Ora onde o Infante manda descobrir, é já tanto dentro no fervor do sol, que de brancos que os homens são, se lá for algum de nós, ficará (se escapar) tão negro como são os guinéus, vizinhos a esta quentura. Se ao Infante parece que, como ora achou estas duas ilhas que o tem mais elevado neste descobrimento, pode achar outras terras ermas, grossas e férteis, como dizem que elas são, terras e maninhos há no reino para romper e aproveitar sem perigo de mar, nem despesas desordenadas. E mais temos exemplos contrários a esta sua opinião,

⁵⁹³ LE GOFF, Jaques. *Op. cit.* p. 175.

porque os reis passados deste reino sempre dos reinos alheios para o seu trouxeram gente a este a fazer novas povoações, e ele quer levar os naturais portugueses a povoar terras ermas por tantos perigos de mar, de fome e sede, como vemos que passam os que lá vão”.⁵⁹⁴

A advertência das murmurações é plausível: o próprio João de Barros atentaria para o fato de que as coisas de grande admiração das conquistas do oriente deveriam ser ponderadas “*com discurso de prudência*”, uma vez que a constante peleja dos expedicionários, seja com inimigos, seja com as forças da natureza, fazia com que sistematicamente se perdesse “*uma nobre vila deste reino em substância de fazenda e em nobreza de gente*”.⁵⁹⁵ De todo modo, podemos elencar três eixos que a opinião do infante não levou em consideração segundo as murmurações: o primeiro deles é de caráter mais “livresco”, e nos remete à ausência de registros de empreendimentos similares bem sucedidos nas crônicas espanholas, bem como a opinião dos antigos sobre a zona tórrida; o segundo eixo, que abrange questões sociais, políticas e econômicas, nos remete aos altos custos do empreendimento e suas implicações na conservação do reino português, onde existiam, ainda, maninhos a serem rompidos; o terceiro eixo, de caráter religioso, nos remete à própria ordenação divina do mundo, que destinava uma parte dele para “*habitação dos homens*” e outra para “*pasto dos brutos*”. Com efeito, a ironia de João de Barros é evidente, uma vez que ao escrever suas *Décadas*, João de Barros sabia que (ou queria acreditar nisso) os reis portugueses superaram todos os seus antecedentes na Península Ibérica em seus feitos, e que a zona tórrida não produzia os efeitos nefastos que se acreditava; sabia também que a construção de um império transcontinental ampliaria a dignidade do reino português e, por fim, sabia que todo o mundo era habitado por homens, muito embora a maioria deles pudessem ser considerados, de fato, bárbaros, brutos e selvagens, mas que a salvação destes brutos era antes um bom motivo para a empresa do que o contrário.

A despeito do fato de que João de Barros chama nossa atenção para as irreparáveis perdas de fazenda e de gente, como um todo, nas *Décadas*, o humanista se ocupa em mostrar que as murmurações estavam equivocadas, o que denota a efetiva modernidade da decisão do infante, bem como dos feitos portugueses. Não era, portanto, apenas aplicando o moderno ao antigo, ou corrigindo alguns de seus

⁵⁹⁴ Década I, Livro I, Cap. IV. pp. 37 e 38. O grifo é meu.

⁵⁹⁵ Década II, Livro VII, Cap. I. pp. 152 e 153.

equivocos, que se desenhava a relação entre antigos e modernos. João de Barros nos mostra que a experiência portuguesa descobriria coisas que, sequer, os antigos tiveram notícias, tal como se pode notar na representação que o autor nos dá de Dom João II e seu empenho na conquista da África, em que “*tão ocupado e solícito o trazia este negócio, principalmente depois que viu e gostou de muitas coisas de que os antigos escritores não tiveram notícia, falando desta parte da África, que não lhe repousava o espírito*”.⁵⁹⁶

Contudo, o desconhecimento e a falta de notícias por parte dos antigos era um evidente resultado de suas limitações técnicas. João de Barros não deixa de atentar para isso ao tratar do Mar Roxo, onde reprova “*toda outra opinião de gregos e romanos*”, uma vez que “*não andaram com o astrolábio e sonda na mão por este e por todos os outros mares por que navegamos, como os nossos mareantes tem feito, e aceitamos esta cor vermelha ser por causa do lastro da terra*”.⁵⁹⁷ Sem dúvida, a percepção dos antigos por meio de “faltas” implica uma conotação defectiva: a falta da sonda e do astrolábio coloca os antigos no plano da inferioridade técnica. Sérgio Buarque de Holanda nos fez notar que os portugueses inauguraram novos caminhos ao pensamento científico “*pelo simples fato de terem desterrado alguns velhos estorvos ao seu progresso*”.⁵⁹⁸ Entretanto, as ausências que impediram os antigos de singrar os mares percorridos pelos portugueses não os detravam absolutamente, uma vez que, embora não tenha tido oportunidade, os antigos teriam desejado saber a respeito das descobertas lusitanas:

“Toda a terra que contamos por reino de Sofala, é uma grande região que senhoreia um príncipe gentio chamado Benomotapa, a qual abraçam em modo de ilha dois braços de um rio que procede do mais notável lago que toda a terra da África tem, *muito desejado de saber dos antigos*, escritores, por ser a cabeça escondida do ilustre Nilo, donde também procede o nosso Zaire, que corre pelo reino de Congo”.⁵⁹⁹

O mistério sobre a nascente do rio Nilo permaneceu no imaginário letrado português ainda no século XVI. É novamente Sérgio Buarque de Holanda quem atenta

⁵⁹⁶ Década I, Livro III, Cap. XII. p. 261.

⁵⁹⁷ Década II, Livro VIII, Cap. I. p. 264.

⁵⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 12

⁵⁹⁹ Década I, Livro X, Cap I. p. 372. O grifo é meu.

para a crença de que suas águas proviessem do Paraíso Terreal.⁶⁰⁰ Por sua vez, a despeito da imprecisão da tese de que a nascente do Rio Nilo fosse o “*mais notável lago que toda a terra da África tem*”, na pena do humanista, os portugueses podiam saber – ou acreditavam poder saber – com perfeição a respeito daquilo que os antigos gostariam de ter sabido, mas não tiveram oportunidade, ou apenas puderam saber de modo imperfeito e confuso. É ainda nesta chave de leitura que João de Barros escreve sobre a Baía de Bengala, onde os “*cabos e ilhas são das mais notáveis partes que a Índia tem, e que antes de nosso descobrimento de alguma maneira eram sabidas e notas aos antigos geógrafos, ainda que por modo confuso*”.⁶⁰¹

Ora de modo confuso, ora como desejo, entre os antigos o saber e a novidade ocupavam espaço relevante na pena de João de Barros. De fato, como sugere Le Goff, “*as sociedades históricas, mesmo que não se tenham apercebido da amplitude das mutações que viviam, experimentaram o sentimento de moderno*”.⁶⁰² Sobre o assunto, Luís Filipe Barreto sugere que os antigos são, “*no Renascimento, ainda saber, mas já não o saber*”. Para ele, uma característica do conceito de antigos é o “*peso do horizonte informativo*”, onde a herança é um “*horizonte de dados*”. Em suma, anota o autor:

“A aceitação da herança passa, contudo, na lógica textual do renascentista, por um processo de encenação. O pólo da aceitação inscreve-se bem mais silenciosamente que o da rejeição. O renascentista aceita mais do que rejeita, no entanto, coloca sempre a aceitação na penumbra ou na sombra do plano textual guardando as luzes da ribalta para a rejeição”.⁶⁰³

Sem dúvida, é possível atrelar a tese de que “*o renascentista aceita mais do que rejeita*” a herança da Antiguidade, à ideia de que ao menos existira uma vontade de saber e que isto, por si, era uma virtude dos antigos. Ainda que o distanciamento em relação aos antigos fosse um fato, tal como apontamos oportunamente, havia uma pretensa continuidade entre os antigos e os modernos portugueses, em síntese, supunha-se uma linearidade histórica em que os portugueses tiveram seus méritos ao lado dos romanos, fato evidente na pena de João de Barros ao longo da apresentação do projeto

⁶⁰⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*

⁶⁰¹ Década III, Livro II, Cap. V. p. 154.

⁶⁰² LE GOFF, Jaques. *Op. cit.* p. 176.

⁶⁰³ BARRETO, Luís Filipe. *Caminhos do saber no Renascimento português*. Estudos de história e teoria da cultura. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. cf. pp. 88 e 89. Cit. p. 89.

de sua milícia, que haveria de começar no “*tempo que os romanos conquistaram Espanha, na qual guerra os portugueses por feitos ilustres tiveram grande nome acerca deles*”.⁶⁰⁴ De todo modo, os méritos portugueses estariam ao alcance de homens e não de heróis fabulosos. Assim, ao passo que se restringia o crível, ampliava-se o cognoscível. Exemplo notório está no padrão encomendado por Dom Lourenço no intuito de registrar o descobrimento de Malaca. Assim, enquanto eram verdadeiros os feitos portugueses, os dos gregos pareciam excessivamente fabulosos:

“[...] e Gonçalo Gonçalves, que era o pedreiro da obra, ainda que não fosse Hércules para se gloriar dos padrões de seu descobrimento, eram estes em parte de tanto louvor, que pôs o seu nome ao pé dele, e assim *fica Gonçalo Gonçalves mais verdadeiramente por pedreiro daquela coluna do que Hércules é autor de muitas que lhe os gregos dão em suas escrituras*”.⁶⁰⁵

Com efeito, François Hartog nos lembra que entre os latinos, desde Estrabão, as colunas de Hércules – ou Héracles – eram tidas como o início da Europa,⁶⁰⁶ o que nos leva a considerar que o papel histórico concreto atribuído por João de Barros a Gonçalo Gonçalves pode incorporar a noção de “*autocriação do homem*”, oportunamente sugerida por Agnes Heller, onde o “*indivíduo passa a ter a sua própria história de desenvolvimento pessoal, tal como a sociedade adquire também a sua história de desenvolvimento*”.⁶⁰⁷ Definitivamente, os padrões portugueses remetiam a feitos cuja glória superava aos gregos em suas curtas e seguras navegações “*como é de Grécia ao Rio Faso, sempre a vista da terra, jantando em um porto e ceando em outro*”. A gente portuguesa navegaria por tantas mil léguas à vista de mouros e de tantos pagãos que viriam “*a ser antípodas de sua própria pátria, coisa tão nova e maravilhosa na opinião das gentes, que até doutos e graves barões em suas escrituras puseram em dúvida de os haver*”.⁶⁰⁸ Daí a demanda de Dom Manuel em fundar um templo que correspondesse à mais notável obra jamais vista “*pois por ela o Mundo foi estimado em mais do que se dele cuidava antes que descobríssemos esta sua tão grande parte*”. Tal obra haveria de ficar em lugar de evidência e prestar homenagem à mãe de Deus:

⁶⁰⁴ Década I, Livro I, Cap. I, p. 13.

⁶⁰⁵ Década I, Livro X, Cap. V, p. 426.

⁶⁰⁶ Cf. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad. Sonia Lacerda et alii. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

⁶⁰⁷ Cf. HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento...* p. 9.

⁶⁰⁸ Cf. Década I, Livro IV, Cap. XI, pp. 360 e 361.

“E como o lugar de Rastelo é o mais célebre e ilustre que este reino de Portugal tem, por ser nos arrabaldes de Lisboa, monarca desta oriental conquista e porta por onde haviam de entrar neste reino os triunfos dela, nesta entrada convinha ser feito, *não um pórtico de pompa humana, nem um templo a Júpiter Protetor*, como os romanos tinham em Roma no tempo de seu império, a que ofereciam as insígnias de suas vitórias, *mas um templo dedicado àquele vivo e divino templo que é a Madre de Deus* da vocação de Belém”.⁶⁰⁹

Um templo à mãe de Deus e não um templo a Júpiter, uma divindade pagã, sobretudo em face da qualidade dos feitos, admiráveis não apenas pela contenda com homens de diferentes nações e seitas, mas também pela superação das forças da natureza, onde a emulação com os feitos dos antigos e de outras nações europeias é evidente:

“Porque, *se lemos guerras de persas, gregos, romanos ou de outras nações desta nossa Europa, nas quais houve grandes perigos* no rompimento de exército com exército, trabalhos de fome e sede e vigília, na continuação de algum comprido cerco, frio e ardor do Sol na variação dos tempos e climas, grandes enfermidades por corrupção dos ares ou mantimentos e outros mil gêneros de acidentes que chegam a estado da morte, *todos estes perigos e trabalhos passa a nossa gente portuguesa em suas navegações e conquistas*.”⁶¹⁰

Sem dúvida, o custo social do empreendimento foi uma questão problemática, principalmente em vista de suas implicações na conservação do reino português. Com efeito, Michel Senellart, atento às questões que envolvem o ofício do príncipe, observou que seus feitos devem ser orientados pela boa condução dos homens, tendo em vista o interesse comum e a conservação do estado. Em síntese, para Senellart, o interesse público e a conservação do estado são homogêneos à própria noção de justiça, motor fundamental das ações do príncipe.⁶¹¹ Diante disso, a despeito dos custos sociais, para João de Barros, os proveitos e as rendas obtidas com os descobrimentos e a construção

⁶⁰⁹ Cf. Década I, Livro IV, Cap. XII.pp 374 e 375. O grifo é meu.

⁶¹⁰ Década II, Livro VII, Cap. I. p. 153. O grifo é meu.

⁶¹¹ Cf. SENELLART, Michel. *As artes de governar...* pp. 149-151.

de um império transcontinental alçaria o reino português ao mesmo patamar de outras gloriosas nações europeias.

Assim, se por um lado o humanista nos chama a atenção para as irreparáveis perdas humanas, por outro iguala os feitos portugueses aos de outras nações, sobretudo aos daquelas que apresentam estreita relação com os antigos, onde se encontram os exemplos mais notórios da boa condução dos homens voltada aos interesses públicos e à conservação do estado. Em suma, o moderno seria sistematicamente exaltado através do antigo. É sob esta chave de leitura que podemos compreender o pronunciamento de Dom Manuel em Montemor-o-Novo diante de Vasco da Gama e ou outros capitães que o acompanhariam à Índia:

“Porque, se da costa da Etiópia, que quase de caminho é descoberta, este meu reino tem adquirido novos títulos, novos proveitos e renda, que se pode esperar, indo mais adiante com este descobrimento, senão pudéramos *conseguir aquelas orientais riquezas tão celebradas dos antigos escritores, parte das quais pelo comércio tem feito tamanhas potências, como são Veneza, Gênova, Florença e outras grandes comunidades de Itália?*”⁶¹²

Alcançar a riqueza celebrada pelos antigos. Ainda que a cobiça fosse um problema concreto apontado por João de Barros, a busca de riquezas não macula as glórias do príncipe. Pelo contrário, serve de estímulo aos feitos, sobretudo para uma aristocracia atenta a sua carreira e suas mercês. Esta é uma perspectiva que ganha sentido quando consideramos, por exemplo, a celebração dos feitos de um fidalgo como Diogo Lopes de Sequeira, que toma “*posse daquela riquíssima Malaca, situada na Áurea Quersoneso, terra tão celebrada dos antigos geógrafos*”.⁶¹³ Com efeito, o esplendor comercial de Malaca ganhou contornos na pena de João de Barros. Segundo Sanjay Subrahmanyam, por volta de 1500, a cidade “*era um dos nós principais do comércio marítimo asiático, articulado com a China e a Insulíndia Oriental, mas também com a Índia, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho*”.⁶¹⁴ Por sua vez, detido sobre o *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, de Duarte Barbosa, José Carlos Vilardaga faz notar que a cidade de Malaca figura ao longo das descrições a

⁶¹² Década I, Livro IV, Cap. I. p. 273. O grifo é meu.

⁶¹³ Década II, Livro V, Cap XI. p. 572.

⁶¹⁴ SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português 1500-1700*. Uma história Política e Econômica. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995. p. 19.

respeito da acessibilidade às rotas comerciais locais.⁶¹⁵ Assim, a compreensão da dinâmica do comércio local definia a prioridade das investidas portuguesas, daí a atenção dispensada por nosso historiador quinhentista ao assunto, que julgava ter Malaca alcançado o epíteto de áurea, “*por razão do muito ouro que se traz de Monancabo e Barros, que são duas comarcas onde se ele tira na Ilha de Sumatra*”.⁶¹⁶

Por fim, poder e riqueza não apenas caminhavam juntos, mas também eram orientados por aquilo que fora a Antiguidade. É na busca das riquezas que teriam enobrecido cidades como Veneza, Gênova e Florença, onde encontramos importante elemento de equiparação dos feitos portugueses ao de outras nações, notavelmente daquelas que, por sua história, possuíam laços mais estreitos com os antigos: não apenas por serem responsáveis pelo comércio das riquezas exaltadas pelos antigos – embora, de fato, creio que seja válida a tese de que as atividades comerciais das cidades italianas tenham “despertado” de um longo torpor a que haviam se entregado após a queda de Roma –, mas principalmente por serem ícones de alguns valores característicos do início da Época Moderna: enquanto Veneza e Gênova foram as mais importantes cidades comerciais ao longo dos séculos XIII, XIV e XV – sendo Veneza, ainda, importante referência política no que tange aos valores de independência e autogoverno ao final do século XV –, foi Florença e seu Renascimento quem deu a tônica no âmbito da cultura.⁶¹⁷

Efetivamente, a pena de João de Barros capta o peso histórico da economia veneziana. Em estudo clássico, Fernand Braudel, detido na formação das economias-mundo europeias, atenta para a superioridade de cidades como Veneza e Gênova no domínio das atividades mercantis do Mediterrâneo com o Levante. Com efeito, Braudel assinala que o pequeno comércio que se instaura desde o século IX entre as pequenas cidades situadas nas costas da Itália e as grandes cidades do Islão e Constantinopla, será responsável pela primazia comercial de Veneza ao final do século XIV, e pela de Gênova em um segundo momento. Contudo, embora cidades como Milão e Florença também tenham acompanhado toda a dinâmica comercial mediterrânica de perto, o caso

⁶¹⁵ Cf. VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554)*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 111 e ss.

⁶¹⁶ Década II, Livro VI, Cap. I. p. 3.

⁶¹⁷ Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 75 e ss; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno...* p. 160 e ss.

veneziano é emblemático, uma vez que, desde muito cedo, conseguiu talhar seu império:

“[...] modesto em extensão mas de espantosa importância estratégica e mercantil, por causa do seu alinhamento ao longo das rotas do Levante. Um Império disperso que se parece antecipadamente, guardadas as devidas proporções, com o dos portugueses ou dos holandeses, mais tarde, no oceano Índico, segundo o esquema do que os anglo-saxões chamam *trading posts Empire*, uma cadeia de postos mercantis que constituem, todos juntos, uma longa antena capitalista. Um Império ‘à fenícia’, diremos nós.”⁶¹⁸

De fato, Braudel nos dá a dimensão do peso econômico de Veneza às vésperas da época de João de Barros e que, provavelmente, compunha o espaço mental do humanista português. Definitivamente, acredito ser esta reputação de potência comercial que faz eco na pena de nosso humanista: ainda que o “*triunfo de Vasco da Gama*” tenha deslocado as grandes vias do comércio internacional do Mediterrâneo para o oceano Atlântico, os comerciantes italianos não perderiam seu espaço nesta nova conjuntura, onde assumiriam posições decisivas, tal como nos ensina, mais uma vez, Fernand Braudel:

“Em Lisboa, quando se acaba o século XV, os comerciantes italianos formam uma colônia próspera de que conhecemos todos os grandes nomes. Também é sabido que Cristóvão Colombo ganhou Portugal a serviço dos Centurione, Spinola e di Negro, todos comerciantes genoveses. Os mais ricos desses comerciantes estiveram na origem da economia açucareira da Madeira e participaram, como os Vanni, os Gridetti ou, melhor ainda, os Machione, da equipagem de barcos inteiros, quando da viagem de Pedro Álvares Cabral (1501-03). Alguns desses comerciantes se acharão em seguida do outro lado do Atlântico, no Brasil, onde fizeram descendência.”⁶¹⁹

De todo modo, não podemos perder de vista que tal perspectiva se inscrevia numa concepção de mundo orientada por equivalências entre o moderno e o antigo. E neste sentido, interessa atentarmos para a eficiente comparação feita por Braudel entre

⁶¹⁸ BRAUDEL, Fernand. *Op. cit.* p. 104.

⁶¹⁹ BRAUDEL, Fernand. *O modelo italiano*. Trad. Franklin de Mattos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 74.

venezianos e fenícios, tendo em vista que estes últimos podem ser compreendidos como um “*esboço de economia-mundo*”, segundo o próprio autor. Entretanto é preciso notar ainda que o declínio dos fenícios foi precedido pela ascensão de Cartago, que dominaria “*pouco a pouco todos os estabelecimentos fenícios*”, conforme escreveu Gabriel-Leroux.⁶²⁰ Esta comparação ganha ainda maior relevância quando a percebemos na pena do próprio João de Barros, visto que o historiador quinhentista compara os conflitos inerentes às conquistas portuguesas aos conflitos entre romanos e cartaginêses:

“E assim estava limpa deles no tempo do Rei Dom João o primeiro, que desejando ele derramar seu sangue na guerra dos infiéis, por haver a benção de seus avós, esteve determinado de fazer guerra aos mouros do reino de Granada e por alguns inconvenientes de Castela, e assim por maior glória sua, passou além-mar em as partes de África, *onde tomou aquela Metrôpole Ceuta, cidade tão cruel competidora de Espanha, como Cartago foi de Itália*; da qual cidade se logo intitulou por senhor, como quem tomava posse daquela parte de África e deixava porta aberta a seus filhos e netos para irem mais avante.”⁶²¹

Enquanto na Antiguidade os italianos encontravam em Cartago seus cruéis competidores, entre os modernos, os ibéricos encontrariam em Ceuta seus grandes inimigos. Como apontamos anteriormente, havia uma pretensa continuidade histórica entre o mundo antigo e os modernos portugueses e, neste sentido, é importante a consideração segundo a qual o Renascimento “*constrói o seu clima epocal a partir duma lógica de afinidades temporais que torna mais presente o passado distante e mais ausente o passado próximo*”.⁶²² Com efeito, é esta perspectiva que orienta a relação entre Roma antiga e Portugal moderno apresentada de formas variadas na pena de João de Barros, para quem a grandeza dos feitos portugueses encontrava equivalência nos dos antigos. Em suma, a exaltação do moderno fundamenta-se na excelência da Antiguidade:

“[...] porque não somente tomaram cidades, vilas e lugares, nos principais portos e forças dos reinos de Fez e Marrocos, restituindo à Igreja

⁶²⁰ Cf. GABRIEL-LEROUX, J. *As primeiras civilizações do mediterrâneo*. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 73 e ss.

⁶²¹ Década I, Livro I, Cap. I. O grifo é meu.

⁶²² BARRETO, Luís Filipe. *Op. cit.* p. 311.

Romana a jurisdição que naquelas partes tinha perdida depois da perdição de Espanha, como obedientes filhos e primeiros capitães pela fé nestas partes de África, mas ainda foram despregar aquela divina e real bandeira da milícia de Cristo (que eles fundaram por esta guerra dos infiéis) nas partes orientais da Ásia, em meio das infernais mesquitas da Arábia e Pérsia, e de todos os pagodes da gentilidade da Índia de aquém e de além do Gange, parte onde (segundo escritores gregos e latinos) exceto a ilustre Semirames, Baco e o *grande Alexandre*, ninguém ousou cometer”.⁶²³

Vale notar que a comparação com Alexandre *O Grande* prolonga a lógica de afinidades temporais para o âmbito de um ideal heróico reivindicado por João de Barros para a dinastia de Avis. Com efeito, segundo Anthony Pagden, durante séculos Alexandre foi considerado o arquétipo do construtor de impérios por ter sido o primeiro grande imperador do ocidente: entre 336 a. C. e 323 a. C. seu império teria sido o mais extenso da Antiguidade, nos assegura o autor. Por sua vez, além de destruir o Império Persa da dinastia Aquemênida, Alexandre conseguiria unir todos os Estados gregos independentes. Todavia, mais do que conquistar, importa notar que sua ambição foi construir um elo entre o ocidente e o oriente, enfim, entre “*Ásia e Europa, helenos e bárbaros*”, no intuito de suspender uma “*antiga inimizade entre oriente e ocidente*”.⁶²⁴

Ora, em sua figuração do príncipe ideal, Baldassare Castiglione também nos remete a Alexandre, pois, segundo ele:

“[...] não contente com a fama merecidamente conquistada por ter dominado o mundo com as armas, edificou Alexandria no Egito, Bucefália na Índia e outras cidades noutros países; e pensou dar forma de homem ao monte Atos, construindo-lhe na mão esquerda uma grande cidade e na direita uma grande taça para onde confluíriam todos os rios que nele nascem e que dali desembocariam no mar, ideia de fato grande e digna de Alexandre Magno.”⁶²⁵

Em síntese, alcançar fama e fundar cidades: eram estas as qualidades que João de Barros atribuía à dinastia de Avis e, também, aos nobres portugueses, sempre em comparação com os antigos, ao tratar da constituição do império português. Sem

⁶²³ Década I, Livro I, Cap. I.

⁶²⁴ Cf. PAGDEN, Anthony. *Povos e impérios: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade*. Trad. Marta Miranda O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 35 e ss.

⁶²⁵ CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão...* p. 301.

dúvida, é o caso de nos lembrarmos da convicção humanista de que a obtenção de honra, glória e fama era a meta de todo homem virtuoso.⁶²⁶ Com efeito, a superação de uma situação “*sui generis*”, resultante de um feito histórico singular, exigia da Casa Real portuguesa a manutenção de suas conquistas, principalmente em face da diversidade de povos doravante integrados como súditos, mas que, entretanto, possuíam grande variedade de crenças e costumes. Tendo em vista que a novidade da situação é correlata à honra do príncipe em conseguir assimilar e contornar as dificuldades que se apresentavam, importa assinalar a perspectiva de Nicolau Maquiavel sobre o assunto. Para o florentino, “*nunca coisa nenhuma deu tanta honra a um governante novo como as novas leis e regulamentos que elaborasse*”.⁶²⁷ Sem dúvida, assim como João de Barros detinha uma visão positiva da religião dos antigos em um mundo no qual Maquiavel ensinara a desvincular a prática política do juízo moral cristão, é possível sugerir, também, que o humanista português não fica atrás do pensador italiano no que tange à concepção sobre a honra do príncipe cristão.⁶²⁸ Ou seria mais uma formulação dissimulada de um potencial maquiavelismo lusíada não apreendido por Martim de Albuquerque em seus estudos de história das ideias políticas em Portugal? Ora, Albuquerque é eloquente ao tratar do assunto. Segundo ele:

“[...] o pensamento lusíada é antimaquiavélico, o que, aliás, estava de acordo quer com as necessidades impostas pela expansão portuguesa [...] quer com o espírito do Povo que gerou um credo messiânico e sonhou com um império universal, o Quinto Império, realizador do reino de Deus na Terra, do reino da Justiça, do reino da Ordem [...]; de um povo que, como o espanhol, criou o tipo ideal do *fidalg*o – antimaquiavélico por concepção e definição.”⁶²⁹

Contudo, vale notar que ao tratar da relação entre João de Barros e Maquiavel no *Panegírico de Dom João III*, o historiador das ideias políticas em Portugal atenta para a possibilidade de “*confirmar inequivocamente a recepção de Maquiavel pelo cronista*

⁶²⁶ Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político...* p. 115 e ss.

⁶²⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Escritos Políticos. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. p. 137.

⁶²⁸ A respeito da visão positiva que João de Barros possuía da religião dos antigos cf. MARCOCCI, Giuseppe. “Machiavelli, la religione dei romani e l’impero portoghese”. In: *Storica*, nn. 41-42. (2009) [2008], pp. 35-68.

⁶²⁹ ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007. p. 10. Grifo do autor.

português”, ao passo que este “*aproveitou-o e saneou-o [...] sem lhe dar sequer a honra de uma citação*”.⁶³⁰

Definitivamente, a criação de fortalezas e o estabelecimento de uma rede comercial em dimensões globais exigiu paulatina inovação por parte dos Avis: a criação de um império de entrepostos comerciais, como sugerimos com Fernand Braudel. Por sua vez, Anthony Pagden nos faz notar que a concepção de império é derivada da palavra latina “*imperium*”, e denota, simultaneamente, tanto o poder supremo do comando bélico, quanto o direito do magistrado de impor a lei em diferentes lugares. Em suma, o historiador inglês chama a atenção para o fato de que, em sua acepção original, “*imperium*” significava soberania. Sentido que se manteria intacto até o século XVIII.⁶³¹ Ora, se a definição de soberania deve passar pela compreensão histórica da formação do Estado moderno e, concomitantemente, exerceu papel importante na estruturação do ideal de soberano,⁶³² seria o caso de especularmos sobre a hipótese de que a defesa que João de Barros faz da construção do império Português pode nos remeter a um discreto embate político interno a respeito da legitimidade da Casa de Avis, uma dinastia relativamente nova.⁶³³ De todo modo, a despeito da especulação, não podemos perder de vista a tese de que as pretensões imperialistas de Portugal

⁶³⁰ ALBUQUERQUE, Martim de. *Op. cit.* pp. 185 e 200.

⁶³¹ Cf. PAGDEN, Anthony. *Op. cit.* p. 25.

⁶³² Cf. BARRETO, Vicente de Paulo e CULLETON, Alfredo (coord.). *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. s. v. “Soberania”.

⁶³³ A especulação está calcada em nossa leitura da bibliografia: tendo como ponto de partida a *Crônica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos Alves sugerem que a primeira fase da expansão portuguesa, ao contar com o beneplácito pontifício das bulas papais, almejava “*a um tempo a pacificação social do reino e sua promoção aos olhos da Europa*”. Além disso, os autores atentam também para o empenho de Zurara em “*conseguir os efeitos que cobrem de honra e de valor o conjunto da geração de Avis*”. Em suma, filho de Dom João I, fundador da Dinastia de Avis, o infante Dom Henrique é sobrevalorado na perspectiva de Thomaz e Santos (cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império”... cit. pp. 85 e 86. O grifo é meu). Neste sentido, é significativo o papel histórico atribuído ao infante como precursor das grandes navegações: para Luís Filipe Barreto, por exemplo, “*o objeto e objetivo essencial de Zurara é o Infante enquanto causa fazedora próxima da apropriação da Guiné. O Infante é o motor da nova historicidade e destino de Portugal*” (cf. BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimentos e Renascimento...* p. 71). O próprio João de Barros entende o infante Dom Henrique como o verdadeiro iniciador de “*tão ilustre empresa, como foi o descobrimento e conquista que deu fundamento a esta nossa Ásia*” (Década I, Livro I, Cap. I, p. 15). Por fim, importa recuperarmos o que escreveu Maria Helena da Cruz Coelho a respeito da consolidação da Dinastia de Avis: “*Dom João I percebe-se de que a consolidação da sua dinastia e a segurança do reino se jogavam não só em terra, mas sobretudo no mar. Em terra, procurou contrabalançar o poderio castelhano por entre guerras e acordos de paz que outras ameaças laterais a Castela, como o reino de Aragão e o de Granada, ajudariam a concretizar. No mar apostou numa estratégia mais envolvente de defesa e expansão do reino, como resolução das suas crises internas e externas*”. (cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. “Na Barca da conquista, o Portugal que se fez caravela e nau.” In: NOVAES, Adauto (org): *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131. O grifo é meu). Deixo aqui meu agradecimento à generosidade de Fernando Altoé que me cedeu as transcrições.

pressupunham, também, a configuração da soberania dos reis portugueses no âmbito de uma jurisdição superior que possuísse autoridade junto aos soberanos locais, tal como apresentamos no capítulo anterior com o apoio do artigo de Luis Filipe F. R. Thomaz.

Com efeito, importa considerar que ao início do século XV Portugal era um dos reinos mais pobres da Europa, sendo-lhe sistematicamente negado o acesso às tradicionais reservas de ouro e prata que abasteciam outros países europeus. Além disso, possuía uma capacidade comercial extremamente limitada. Diante disso, a glória de Portugal dependeria não apenas de sua capacidade de explorar os recursos de sua costa atlântica, mas sobretudo de sua experiência marítima. Efetivamente, é digno de nota que ao final do século XVII o império Português se estenderia da África Ocidental até o sul da China e abarcaria, também, a Índia. É em vista disso que, nas *Décadas*, a nação de Vasco da Gama pode ser considerada tão gloriosa quanto a dos romanos, tal como podemos verificar no excerto abaixo transcrito: ⁶³⁴

“Por causa do qual, como adiante se dirá, o Rei acrescentou a sua Coroa os títulos que ora tem, de Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. E na satisfação deste grande serviço, mostrou o Rei quanto o estimava, fazendo logo e depois mercê a Vasco da Gama destas coisas: que ele e seus irmãos se chamassem de Dom, e que, no escudo das armas de sua linhagem, acrescentasse ua peça das armas reais deste reino, e o ofício de Almirante dos Mares da Índia, e mais trezentos mil reais de renda; e que em cada um ano pudesse empregar na Índia duzentos cruzados em mercadorias, os quais regularmente, na especiaria que lhe vem do emprego deles, respondem cá no reino dois contos e oito centos mil reais, e tudo isto de juros, e assim Conde da Vidigueira, correndo depois o tempo, em que as coisas da Índia mostraram ter a grandeza delas maior do que parecia nos primeiros anos. *E se Vasco da Gama fora de nação tão gloriosa como eram os romanos*, per ventura acrescentara ao apelido da sua linhagem posto que fosse tão nobre como é esta alcunha - da Índia, pois sabemos ser mais gloriosa coisa para insígnias de honra o adquirido que o herdado, e que Scipião mais se gloriava do feito que lhe deu por alcunha, Africano, que do apelido de Cornélio, que era da sua linhagem”. ⁶³⁵

⁶³⁴ Cf. PAGDEN, Anthony. *Op. cit.*

⁶³⁵ *Década I, Livro IV, Cap. XI. p. 371 e 372. O grifo é meu.*

De fato, não havia notícias entre gregos, romanos ou outra nação, de feitos equivalentes aos dos portugueses regidos pelos Avis. Para João de Barros, Dom Manuel foi um instrumento por meio do qual Deus abriria as portas de um mundo de bárbaros, brutos e infiéis, cheio de riquezas que, uma vez alcançadas, estimularia louvores e incentivaria o reconhecimento das virtudes do regente por parte de seus súditos, a despeito de todas as perdas humanas e outros prejuízos. Em suma, para João de Barros, Dom Manuel foi “*o mais bem afortunado rei da Cristandade, pois nos primeiros dois anos de seu reinado descobrira maior estado à Coroa deste reino, do que era o património que com ele herdara*”. Para o humanista, tal façanha era “*coisa que Deus não concedera a nenhum príncipe da Espanha, nem a seus antecessores que nisso bem trabalharam no decurso de tantos anos*”, mas, principalmente, era um fato que não “*se achava escritura de gregos, romanos, ou de alguma outra nação*”.⁶³⁶ Enfim, creio que João de Barros dá embasamento suficiente ao humanista espanhol Juan Luís Vives, quando este argumentou que “*nem os homens do seu tempo eram anões nem os da Antiguidade eram gigantes*”:⁶³⁷ enfim, homens excepcionais, os portugueses, regidos por um soberano afeito à promoção do bem público, seriam sujeitos no curso de sua própria história. Na pena do historiador quinhentista, ao fazer o que os próprios antigos fizeram, os portugueses iriam além.

Por fim, na pena de um moralista, as *Décadas* figuram como uma clara demonstração da própria ciência moral. Sem a confirmação da história, o preceito moral incorreria na mais absoluta vanidade, ao passo que a relação dos feitos traria, simultaneamente, um ensinamento de prudência política e a incitação a uma vida virtuosa.⁶³⁸ Enfim, a efetividade histórica e a meditação moral convergeriam para o plano político, espaço de embates e tomadas de posição que ao longo do Renascimento se desenhou a partir de um estreito vínculo estabelecido entre antigos e modernos.

⁶³⁶ Década I, Livro V, Cap. I. pp. 379 e 380.

⁶³⁷ Cf. LE GOFF, Jaques. *Op. cit.* pp. 182 e 183.

⁶³⁸ Para esta reflexão, cf. GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano*. Filosofia e vita civile nel Rinascimento. Roma: Editori Laterza, 1993. p. 207 e ss.

4.2. Brutos e políticos

Sugerimos acima que as *Décadas da Ásia* se configuram como evidência empírica da ciência moral. Com efeito, ao passo que é possível compreendê-la como fonte de ensinamentos para uma vida virtuosa, não deixaria de veicular, ainda que de modo residual, juízos e esteriótipos diversos, que fundamentavam a distinção e a segregação, ainda que atreladas a um pressuposto universalista fundamentalmente inclusivo. Contudo, a princípio seria o caso de nos colocarmos a questão a respeito dos efetivos domínios da ciência moral à época de João de Barros. Edmundo O’Gorman, em seu estudo preliminar sobre a *Historia Natural y moral de las Indias* composta pelo jesuíta espanhol José de Acosta, chama nossa atenção para o fato de que para o jesuíta espanhol, enquanto a noção de natural – evocado no título de seu livro – abarca um enorme campo de conhecimentos que atualmente nos remete às ciências físico-matemáticas, químicas, astronômicas, biológicas ou mesmo geográficas; a noção de moral – também evocada no título de seu livro – encerra outros campos de conhecimento, tais como arqueología e história e em linhas gerais, as ciência humanas, ou seja: o homem, a vontade humana e seu universo cultural.⁶³⁹ Por sua vez, o historiador italiano Nicola Gasbarro não apenas atenta para o fato de que a moral nos remete “às dinâmicas sociais do costume e dos hábitos”, mas também às regras que as governam. Enfim, para o italiano, a moral denota os “*mores*” (costumes).⁶⁴⁰

Entretanto se a moral foi objeto da história escrita por José de Acosta, ou seja, os usos e costumes dos habitantes das Índias de Castela, o mesmo não pode ser dito para a história de João de Barros. Como vimos anteriormente, em sua pena, os costumes não eram compreendidos como objeto da história. Para ele, esta dimensão etnográfica é reservada a outro campo de conhecimento. Em síntese, nosso autor é eloquente neste sentido. Em sua descrição do gentio da Índia, por exemplo, revela-nos que “*os costumes desta gente, mais particular escrevemos em os comentários da nossa Geografia*”.⁶⁴¹ Por sua vez, na descrição da Ilha do Ceilão, o humanista nos revela serem muitas as coisas que contam os “*naturais desta ilha da sua santidade e da dos seus sacerdotes e brâmanes, que deixamos para quando tratarmos dela em nossa Geografia, e assim dos*

⁶³⁹ Cf. O’GORMAN, Edmundo. “Estudio Preliminar”. In: ACOSTA, José de. *Historia natural y moral de las Indias*. México: Fundo de Cultura Económica, 1962.

⁶⁴⁰ Cf. GASBARRO, Nicola. Missões... *Op. cit.* p. 92 e 93.

⁶⁴¹ Década I, Livro IX, Cap. III. p. 323.

costumes da gente e estado dos seus reis e cerimónias com que se servem e guardam entre si".⁶⁴² Não é diferente para o caso do Sião, onde o historiador quinhentista anota que "*muitos e vários costumes tem esta gente e o seu príncipe, que deixamos para os Comentários da nossa Geografia*".⁶⁴³ Por fim, na descrição do reino de Pegu, Barros também nos alerta para o fato de que que "*seus costumes, governo e estado de seu rei, uso de suas armas, e outras coisas que entre eles se usa, deixamos para os Comentários da nossa Geografia*".⁶⁴⁴ Enfim, se avaliarmos em termos literais o que escreveu João de Barros, notaremos que os costumes eram objeto da geografia. De todo modo, é interessante recuperarmos a ideia de António Borges Coelho, segundo a qual a "*originalidade maior das 'Décadas' consiste nas relações estreitas que estabelecem entre a história e a geografia*".⁶⁴⁵

Com efeito, já assinalamos que a especificidade da produção cultural portuguesa do século XVI reside no interesse etnográfico que se faz presente na literatura humanista. Neste sentido, de acordo com Ed. Fueter, o contexto dos descobrimentos despertou na historiografia um problema inteiramente novo: doravante, o gosto pelo detalhe da conquista, bem como as descrições dos habitantes dos países recém descobertos é que dariam a tônica, visto que, paulatinamente, despontaria entre os letrados europeus um profundo interesse pelos modos de vida exóticos de populações que pela primeira vez na história ganhavam maior visibilidade aos olhos dos europeus. Por sua vez, de acordo com o autor, o interesse passaria a incidir em temas como a organização política dessas populações, seus hábitos alimentares, sua idumentária, enfim, surgia uma especial demanda por descrições precisas a respeito dessas novidades, ou seja, um interesse sistemático pela etnografia.⁶⁴⁶

Tendo em vista o caso português, Diogo Ramada Curto sugere que o interesse etnográfico apresenta-se vinculado à historiografia desde as crônicas de Gomes Eanes Zurara, onde já se encontram referências aos costumes dos inimigos dos portugueses: "*numa obra de conteúdo muito heterogêneo, é precisamente quando o interesse do autor se afasta da narrativa dos feitos de guerra que vemos esboçada uma intenção*

⁶⁴² Década III, Livro II, Cap. I. p. 116.

⁶⁴³ Década III, Livro II, Cap. V. p. 173.

⁶⁴⁴ Década III, Livro III, Cap. IV. p. 280.

⁶⁴⁵ COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...* p. 133.

⁶⁴⁶ Cf. FUETER, Ed. *Historia de la historiografía moderna*. Vol. I. Trad. Ana María Ripullone. Editorial Nova: Buenos Aires, 1953. p. 320.

etnográfica”,⁶⁴⁷ escreve Ramada Curto. Contudo, importa notar que os interesses etnográficos não se apresentam dissociados dos interesses ligados à conquista. Daí, por exemplo, o chamado “foral de Afonso Mexia”, uma compilação de informações a respeito dos usos e costumes de Goa, cuja demanda nos remete à formulação, por parte da Coroa portuguesa, de um sistema tributário no local.⁶⁴⁸ Por sua vez, John H. Elliott, detido sobre a colonização do Novo Mundo, sugeriu que a necessidade de explorar os recursos do continente americano, bem como os interesses em governar e converter ao cristianismo sua população é que compelia os europeus a ampliarem seu campo de visão e organizarem e classificarem seus achados a partir de um enquadramento coerente de pensamento. Por fim, Elliott sugere que não havia um interesse estritamente epistemológico em estudar a diversidade social e cultural em si, mas sim a intenção de incorporá-la tão rápido quanto fosse possível à “república cristã”.⁶⁴⁹

É ainda John H. Elliott a sugerir que a herança clássica e judaico-cristã suscitou uma classificação dual da humanidade, ordenada quer por sua filiação religiosa, quer por seu grau de civilização.⁶⁵⁰ Ora, como já apontou Delio Cantimori, os humanistas voltaram, de fato, sua atenção ao homem e à vida moral, de modo que as práticas e os modos de vida foram o centro de sua atenção.⁶⁵¹ Diante disso, vale notar que, atento à vida moral, João de Barros faz uso de um critério de classificação que estabelece uma diferença fundamental entre os homens. Como vimos anteriormente, a par das murmurações havia a ideia de que uma parte significativa do mundo estava destinada a servir de “*pasto dos brutos*”.⁶⁵² Com efeito, importa observar que a noção de brutos denota um critério de classificação fundamentalmente etnocêntrico, que projeta a alteridade no âmbito de uma natureza semiferina. Havia, efetivamente, uma diferença fundamental entre homens e brutos, que o historiador quinhentista assinala em sua descrição do diálogo travado entre Diogo de Azambuja e Caramansa, onde, enfim, o fidalgo português oferece a salvação da alma ao régulo da Guiné, que, segundo ele, “*era amor da salvação de sua alma, coisa mais preciosa que os homens tinham, por ela ser a que lhe dava vida, entendimento para conhecer e entender todas as coisas, e pela*

⁶⁴⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial...* p. 62.

⁶⁴⁸ Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel: 1994. p. 228.

⁶⁴⁹ Cf. ELLIOTT, J. H. *O Velho Mundo e o Novo: 1492-1650*. Trad. Maria Lucília Filipe. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

⁶⁵⁰ Cf. ELLIOTT, J. H. *Op. cit.*

⁶⁵¹ Cf. CANTIMORI, Delio. *Humanismo y religiones en el Renacimiento...* p. 167.

⁶⁵² Cf. Década I, Livro I, Cap. IV. p. 38.

qual o homem era diferente dos brutos”.⁶⁵³ Desse modo, a intrínseca relação estabelecida entre alma e entendimento denota, sem dúvida, ambas heranças referidas: enquanto a tradição cristã definia o homem em termos da sua receptividade da graça divina – alma –, a tradição clássica definia-o nos termos de sua racionalidade – entendimento. Em linhas gerais, é mais uma vez John Elliott quem acrescenta que é a divisão fundamental que se estabelecia quanto à religião quem dividia a humanidade entre cristãos e não cristãos (pagãos, infiéis e gentios), contudo, os europeus do Renascimento se apropriaram, ainda, da distinção proveniente da literatura clássica, entre gregos e bárbaros.⁶⁵⁴

Com efeito, esta diferenciação nos remete a um debate de caráter antropológico que envolve a própria noção de humanidade ao longo da história. Autores como Margaret T. Hodgen e, mais recentemente Matthew R. Goodrum, David Abulafia, Joan-Pau Rubiés e Felipe Fernandez-Armesto se debruçaram sobre este assunto a partir de diferentes aspectos. Por sua vez, estes autores foram atentos ao destacarem o fato de que o pensamento do cristianismo primitivo e as ideias do alto medievo – marcadas simultaneamente pelas sagradas escrituras e por ingredientes pagãos, fantásticos, monstruosos e fabulosos – tiveram impacto significativo sobre as ideias etnológicas ainda ao longo do século XVI.⁶⁵⁵ De todo modo, como apontou Edmundo O’Gorman para o caso de José de Acosta, o pressuposto bíblico da descendência do gênero humano de um único par de genitores levaria o pensamento etnológico a rechaçar a hipótese de uma humanidade autóctone americana,⁶⁵⁶ o que configuraria, definitivamente, o pressuposto universalista mediador das relações com os mais diversos povos e culturas com os quais os portugueses manteriam contato ao longo do século XVI, diante da efetividade da construção de seu império.

⁶⁵³ Década I, Livro III, Cap. I. p.159.

⁶⁵⁴ Cf. ELLIOTT, J. H. *Op. cit.*

⁶⁵⁵ Cf. HODGEN, M. T. *Early anthropology in the sixteenth and seventeenth centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1964; GOODRUM, M. R. “Biblical anthropology and the Idea of human Prehistory in Late Antiquity”. In: *History and Anthropology*. Vol 13 (2). 2002. pp. 69-78; ABULAFIA, David. *The Discovery of mankind*. Atlantic encounters in the age of Columbus. New Haven, CT: Yale University Press, 2008; RUBIÉS, Joan-Pau. *Travel and ethnology in the Renaissance*. South India through European Eyes, 1250-1625. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Então você pensa que é humano?* Uma breve história da humanidade. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Seria o caso de citarmos outros estudos que nos remetem a esta problemática; DUCHET, M. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995; FERGUSON, A. B. *Utter Antiquity: perception of Prehistory in Renaissance England*. Durham: Duke University Press, 1993.

⁶⁵⁶ Cf. O’GORMAN, Edmundo. *Op.cit.*

No âmbito desse debate, importa assinalar a existência de uma teoria naturalista que caracterizou o pensamento pagão sobre a noção de humanidade e que haveria de ser combatida pelo ideário patrístico. Sobre este embate, Matthew Goodrum nos remete à cosmogonia tradicionalmente atribuída ao filósofo grego Demócrito de Abdera ⁶⁵⁷ – cuja obra é conhecida, fundamentalmente, a partir de citações e comentários de outros escritores. Dentre estes autores, Censorino – autor latino que compôs um tratado sobre a história natural do homem –, por exemplo, assinala que o filósofo de Abdera acreditava que o “*homem havia começado originalmente na água e no lodo*”. ⁶⁵⁸ Contudo, foi mediado pela pena de um dos mais importantes apologetas do cristianismo que a ideia de Demócrito ganha seus contornos mais naturalistas: em sua obra *Instituições Divinas*, Lucio Célio Firmiano Lactâncio, no intuito de refutar a cosmogonia pagã, escreve que Demócrito sugere terem os homens saído “*da terra, à maneira dos vermes, sem terem sido criados por alguma razão especial*”. ⁶⁵⁹

Com efeito, no que tange à concepção da origem da espécie humana, a perspectiva atribuída a Demócrito de Abdera se desenha por meio da ação de agentes naturais, invocados para explicar o fenômeno. Entretanto, esta concepção foi combatida pela filosofia do cristianismo primitivo: ao passo que Demócrito entendia a criação do homem a partir de processos caóticos orientados pela lei da natureza, o cristianismo deveria entender a criação do homem a partir de outras bases, ou seja, além do pressuposto bíblico da descendência do gênero humano de um único par de genitores, a criação do homem haveria de ser compreendida como um ato singular, divino e orientado pelo plano de criação de Deus, onde o homem ocuparia o topo da hierarquia da criação. ⁶⁶⁰ Definitivamente, a produção intelectual patrística não pode ser esquecida como elemento de peso nas concepções etnológicas do século XVI.

Assim, é preciso considerar que o debate sobre o problema da origem e da natureza do homem orientou parte dos escritos dos filósofos cristãos. Com efeito, no *Stromata*, miscelânea composta pelo teólogo grego Clemente de Alexandria, este debate é posto em evidência pelo autor quando assinala que, para ele, é somente por meio da “*investigação sobre a origem do mundo que se poderá penetrar na natureza*

⁶⁵⁷ Cf. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

⁶⁵⁸ Cf. DÉMOCRITE. *L'atomisme ancien*. Fragments et témoignages. Textes traduits par Maurice Solovine. Révision de la traduction, introduction et commentaires de Pierre-Marie Morel. Paris: Pocket, 1993. p. 92. A tradução foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

⁶⁵⁹ Cf. DÉMOCRITE. *Op. cit.* p. 92. A tradução foi feita por mim.

⁶⁶⁰ Cf. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

humana”.⁶⁶¹ Para situarmos esta proposição, é relevante considerarmos que ela foi defendida pelo mesmo apologeta que via o culto de Cibele como um defeito.⁶⁶² Em suma, é a partir desse quadro mental que, segundo o teólogo, o importante seria penetrar na natureza humana. Em vista disso, vale atentarmos para a observação de Michel Foucault, para quem:

“O cristianismo pertence ao campo das religiões de salvação. É uma dessas religiões que tem como objetivo conduzir o indivíduo de uma realidade à outra, da morte à vida, do tempo à eternidade. Para alcançar isso, o cristianismo impôs um conjunto de condições e regras de comportamento para certa transformação de si.”⁶⁶³

Conhecer a natureza humana, ou seja, conhecer a si mesmo no intuito de alcançar a salvação. Tendo isso em vista, é notório que a questão posta em evidência, em última instância, articulava-se ao aforismo grego inscrito nos pórticos do oráculo de Delfos: “*conhece-te a ti mesmo*”.⁶⁶⁴ Definitivamente, é em vista dessa problemática que a filosofia patrística se deteve na questão a respeito da natureza da espécie humana. É neste sentido, por exemplo, que no diálogo *Octavio* – influente obra de apologia ao cristianismo escrita por Marcos Minúcio Félix –, a importância de se conhecer a natureza humana é sustentada sob a perspectiva de que a ordem e a variedade do universo manifesta a existência de Deus. Com efeito, o apologeta aponta para o mesmo caminho dos termos do debate já apresentado:

“Não nego que *Cecilo* tenha se esforçado em sublinhar a importância de que o homem deve conhecer-se a si mesmo e examinar que é, de onde vem, por que existe, se é um agregado de elementos, um composto de átomos ou mais bem ter sido feito, formado, animado por Deus. Isto não podemos, contudo, explorá-lo e descobri-lo sem investigar todo o universo, pois todas as coisas se acham tão vinculadas, conectadas e concatenadas que, se não se tiver examinado com atenção a natureza da divindade, não se pode conhecer

⁶⁶¹ Cf. CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Les Stromates*. Introduction, texte critique et notes par Annewies Van Den Hoek. Traduction de Claude Mondésert, s. j. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001. p. 95. (XIV, I). A tradução para o português foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

⁶⁶² Cf. HARTOG, François. *El espejo de Heródoto...*

⁶⁶³ FOUCAULT, Michel. “Tecnologias de si, 1982.” In: *Verve*. Trad. Andre Degenszajn. nº 6, 2004. p. 349.

⁶⁶⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

a da humanidade, nem se pode tão pouco dirigir bem os assuntos civis se não se conhece antes essa cidade comum a todos que é o mundo; sobre tudo, se tivermos em conta que nos diferenciamos das bestas pelo fato de que estas, inclinadas e voltadas em direção à terra, não nasceram se não para encher o pasto, enquanto nós, providos de um rosto erguido e de um olhar dirigido ao céu, a quem nos foi dada a palavra e a razão mediante as quais podemos conhecer, compreender e imitar a Deus, não nos está permitido nem nos é lícito ignorar a claridade celeste que se impõe a nossos olhos e a nossos sentidos; é um grande sacrilégio buscar na terra o que se deve encontrar nas alturas.”⁶⁶⁵

Vale notar que Minúcio Félix reveste de uma perspectiva cristã uma noção que circulava no ideário pagão: é possível encontrarmos opiniões semelhantes em obras como o tratado sobre *A natureza dos deuses*, de autoria de Marco Túlio Cícero ou no poema *Metamorfoses* de Públio Ovídio Naso. Para Cícero, por exemplo, a natureza teria feito do homem um ser que, “*ao invés de ser curvado para o chão, possui tronco alto e ereto, para que possa contemplar o céu e tomar consciência dos deuses*”. Em suma, na pena do escritor romano, enquanto habitantes da terra, os homens teriam o privilégio de apreciar o “*mundo supra-terrestre e divino, espetáculo que não é oferecido a qualquer outra espécie animal*”.⁶⁶⁶ Por sua vez, ao tratar da criação do homem, Ovídio registra ser ele o detentor da mais alta inteligência:

“Ente, que a todos legislar pudesse:
Eis o homem nasce, e – ou tu, suprema Origem
De melhor Natureza, e quanto há nela,
Ou tu, pasmoso Artífice, o formaste
Pura extração de divinal semente,
Ou a Terra ainda nova, inda de fresco
Separada dos céus, lhe tinha o germe.
Com águas fluviais embrandecida,
Dela o filho de Jápeto afeiçoa,
Organiza porções, e as assemelha
Aos entes imortais, que regem tudo.

⁶⁶⁵ FÉLIX, Minucio. *Octavio*. Introducción, traducción y notas de Víctor Sanz Santacruz. Madrid: Ciudad Nueva, 2000. p. 83 e 84. (17, 1-2). A tradução para o português foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

⁶⁶⁶ CÍCÉRON. *De la nature des dieux*. Traduction nouvelle avec des notice et notes par Charles Appuhn. Paris Librairie Garnier Frères, 1935. p. 229. (II, LVI). A tradução para o português foi feita por mim.

As outras criaturas debruçadas
Olhando a Terra estão; porém ao homem
O Factor conferiu sublime rosto,
Erguido para o céu lhe deu que olhasse”.⁶⁶⁷

Ainda que a interação das perspectivas sobre a espécie humana oferecidas tanto por Cícero, quanto por Ovídio, tenham sido passíveis de uma apropriação intelectual, tal como a de Minúcio Félix, visto que sustentam a ideia da superioridade do homem em relação aos outros seres, importa notar a existência de um pressuposto naturalista, orientado pelo caos, que marca a obra do poeta latino:

“Não tinha mais que um rosto a Natureza:
Este era o Caos, massa indigesta, rude,
E consistente só num peso inerte”.⁶⁶⁸

Com efeito, ao passo que a Patrística podia apropriar-se de parte do pensamento pagão a respeito da definição do homem, como já mencionamos anteriormente, na tese de que o homem surgiu ao acaso no interior de uma situação caótica não podia ser aceita. No segundo livro das *Instituições divinas*, Lactâncio, em suas já mencionadas refutações à cosmogonia pagã, rebate a concepção do poeta latino onde o caos e a confusão teriam caracterizado o momento da criação do homem.⁶⁶⁹ Com efeito, embora a tese da geração espontânea fosse inconcebível para o caso do homem, visto que ele teria sido criado diretamente por Deus e à sua imagem e semelhança, ela não era totalmente absurda para a filosofia Patrística, uma vez que, segundo o próprio livro de *Gênesis*, o Criador teria dito: “*Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie*”.⁶⁷⁰ Em face disso, em suas homilias sobre os seis dias da criação do mundo – o *Hexamerão* –, Basílio de Cesareia anuncia ver “*a lama sozinha produzir enguias, que não procedem de nenhum ovo, nem de qualquer outra forma, é a terra sozinha que lhes dá nascimento*”. Com efeito, no que tange ao homem, São Basílio anota ter a “*cabeça voltada para o céu e os olhos para cima*”, o que denota seu “*crescimento celestial*”, acima de todos os outros seres, “*tanto pela dignidade de sua conformação corporal*

⁶⁶⁷ OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Bocage. São Paulo: Hedra, 2007. p. 43 e 45. (I, 77 – 86).

⁶⁶⁸ OVÍDIO. *Op. cit.* p. 39. (I, 6 – 7).

⁶⁶⁹ LACTANCE. *Institutions Divines*. Livre II. Introduction, texte critique, traduction et notes par Pierre Monat. Paris, Éditions du Cerf, 1987. Cf. p. 115. (VIII, 8). A tradução para o português foi feita por mim.

⁶⁷⁰ Cf. Gn 1, 24.

como pela dignidade de sua alma”.⁶⁷¹ Em síntese, a posição ereta do homem estaria associada ao próprio uso racional do corpo, notavelmente das mãos, as quais, segundo Gregório de Nissa, pode facilmente produzir “*toda arte e toda operação, tanto na guerra quanto na paz*” e foram acrescentadas ao corpo humano “*por uma questão racional*”.⁶⁷²

Das apropriações feitas por João de Barros das “obras literárias” da Antiguidade, bem como sua utilização dos textos dos primeiros filósofos cristãos, I. S. Révah nos deu notícias em artigo seminal.⁶⁷³ Contudo, seria o caso de nos perguntarmos se João de Barros teria tido contato, especificamente, com este debate. Creio que a resposta seja afirmativa: ainda que o humanista não percorra o debate sobre a origem da espécie humana, é possível apontarmos alguns momentos em que o historiador quinhentista tangencia o assunto, particularmente em dois pontos onde encontramos referências às *Metamorfoses* de Ovídio e às *Instituições divinas* de Lactâncio, ambas em seu diálogo *Ropicapnefma*. Por sua vez, a menção ao apologeta cristão foi observada por I. S. Révah, quando, ao dar voz à Razão o humanista português anuncia que:

“A alma, enquanto está retida em o cárcere do corpo, sentindo corruptas paixões, dá lugar às mortais dores. Mas tanto que o corpo é corrompido e ela acha a liberdade, é levada ao céu, onde está eternamente sem pena, porque assim o despôs a divina Providência”.⁶⁷⁴

Révah observa que o excerto nos remete ao sétimo livro das *Instituições divinas*: mais especificamente, é possível sugerir que a transcrição refere-se ao capítulo sobre a imortalidade da alma. Todavia, além da menção a Lactâncio, ainda sob a voz da Razão em sua discussão a respeito da imortalidade da alma, nosso humanista faz, também, referência literal a Ovídio ao anotar: “*Deu o Fabricador de todas as coisas ao homem rosto alto e mandou-lhe contemplar o céu; não o fez, como os outros animais, com ele derrubado, curvo e posto na terra*”.⁶⁷⁵ O que podemos notar, portanto, é sua

⁶⁷¹ BASIL. “The Hexameron”. In: *Nicene and post-Nicene Fathers*. Basil: Letters and Select Works. Second Series. Peabody, Mass: Hendrickson Publishers, 2004. p. 102. (I, 2). A tradução para o português foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

⁶⁷² GREGORY OF NYSSA. “On the making of man”. In: *Nicene and post-Nicene Fathers*. Gregory of Nyssa: Dogmatic Treatises, etc. Second Series. Peabody, Mass: Hendrickson Publishers, 2004. p. 394. (VIII, 8). A tradução para o português foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, M. R. *Op. cit.*

⁶⁷³ Cf. RÉVAH, I. S. “‘Antiquité et christianisme’, ‘anciens et modernes’... In: *Op. cit.*

⁶⁷⁴ BARROS, João de. *Ropicapnefma*... p. 61. A transcrição foi atualizada por mim.

⁶⁷⁵ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 61. A transcrição foi atualizada por mim.

necessidade em demarcar a fronteira entre homens e animais. Com efeito, vale atentarmos para o fato de que Edmund Leach sugere não existir “*uma linha de demarcação nítida entre a Natureza e a Cultura*”.⁶⁷⁶

O debate a respeito das diferenças entre os homens e os animais, cujo pano de fundo nos remete às discussões sobre a própria origem da espécie humana, colabora na construção de uma doutrina que transparecem as exigências sociais cristãs em seus diversos contextos de ação e, nesta perspectiva, assinala a estreita relação que se estabelece entre a esfera religiosa e a esfera política. Com efeito, ainda que seja possível especificarmos que o peso da pregação cristã como fonte de inspiração das reflexões do poder tenha alcançado seu ápice entre os séculos V e XII, não podemos perder de vista que o plano político e religioso permaneceriam entrelaçados mesmo após a renovação da filosofia e do direito levada a cabo pelo movimento humanista.⁶⁷⁷

Em linhas gerais, pode-se dizer que este entrelaçamento perpetua a desconfiança judaico-cristã com relação ao poder laico: enquanto gregos e romanos confiavam nas virtudes cívicas e na organização da cidade como espaço de realização do cidadão, os homens da *Bíblia* desprezavam os poderes temporais com a certeza de que a justiça era um assunto fundamentalmente divino, além disso, entendiam a cidade como espaço de realização da própria imagem da Babilônia de Nabucodonosor, ou seja, era o lugar da devassidão e da corrupção.⁶⁷⁸ Desse modo, quando nos deparamos com o ideário do cristianismo primitivo, segundo o qual a boa direção dos assuntos civis deve ser entregue ao homem por sua capacidade de fazer o uso da razão – dentro de uma significativa articulação com sua capacidade de contemplar e imitar a Deus em diferenciação das bestas –, estamos nos defrontando, em última instância, com o ideal de cidadão – bem como de seu oposto, o bárbaro – concebido por Aristóteles em sua *Política*, todavia, já revestido pelos fundamentos doutrinários da religião cristã. De fato, como bem observou Nicola Gasbarro, “*a ‘cidade de Deus’ é potencialmente aberta a todas as gentes e a ‘doctrina christiana’ compatibilizou, de fato, todas as elaborações universalistas da Antiguidade pagã, da filosofia grega ao direito romano*”.⁶⁷⁹ Especificamente no que tange à diferenciação entre o bárbaro e o cidadão, a autoridade

⁶⁷⁶ LEACH, Edmund. “Etnocentrismos”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5. Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 139.

⁶⁷⁷ Cf. NAY, Olivier. *História das ideias políticas*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 77 e ss.

⁶⁷⁸ Cf. NAY, Olivier. *Op. cit.*

⁶⁷⁹ GASBARRO, Nicola. *Op. cit.* p. 76.

das sagradas escrituras e do pensamento patrístico se articulam a um pensamento de orientação filosófica preponderantemente aristotélica.

Como vimos, para o apologeta Minúcio Félix, a capacidade do uso racional do corpo, bem como a capacidade de uso da palavra, capacitam o homem a dirigir os assuntos civis da “*cidade comum a todos que é o mundo*”. Como mencionamos acima, a estabilização desta categoria foi mediada pelo ideário da filosofia Patrística que se desdobra da noção desenhada por Aristóteles em sua *Política*, segundo a qual o homem é um animal cívico. Com efeito, o Estagirita argumenta que é comum e necessário ao homem a dependência mútua e, por isso, a vida em sociedade encontra-se inscrita nos desígnios da natureza, de modo que, estando a cidade na natureza, o homem é naturalmente feito para a sociedade política: para Aristóteles, portanto, o homem é um animal cívico e por isso foi agraciado pela natureza com o dom da fala, elemento articulador de toda a sociedade civil. Em linhas gerais, a ideia do Estagirita é de que nenhum homem pode bastar-se por si mesmo e aquele que não depende de outros homens ou, por algum problema, não pode resolver-se ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto – um bárbaro. De fato, é a fala que projeta o homem no plano da vida política.

⁶⁸⁰ Neste sentido, interessa a observação de Edmund Leach, segundo a qual a “*linguagem é o instrumento ‘principal’ através do qual se realiza a ordenação do ambiente.*” ⁶⁸¹

Em certo sentido, a introdução do problema da moral e dos bárbaros no remete à relação existente entre antigos e modernos. Com efeito, para François Hartog, a noção de selvagem se articula a ambas as noções à medida que sua identificação, localização e domesticação se dá mediante um jogo de referências, alusões e citações que permite o estabelecimento de uma conexão, ainda que dissimétrica, entre antigos e selvagens ⁶⁸² – ao que poderíamos acrescentar a categoria brutos. Particularmente, creio que a noção de bárbaro é fundamental neste jogo. Diante disso, vale notar que o termo bárbaro pode ser compreendido, fundamentalmente, como um instrumento de distinção entre aqueles que eram membros da sociedade à qual pertencia o “observador” e aqueles que não pertenciam a ela. Todavia, é importante notar que a palavra bárbaro não era conhecida na Grécia antiga. Em suma, autores como Anthony Pagden e Laënnec Hurbon

⁶⁸⁰ Cf. ARISTÓTELES. *A política...*

⁶⁸¹ LEACH, Edmund. “Anthropos”. In: *Op. cit.* p. 14.

⁶⁸² Cf. HARTOG, François. *Os antigos, o passado...* p. 128 e ss. Cf. tbm. HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaad, 2005.

sustentam que entre os gregos o bárbaro era aquele que balbuciava, ou seja, aquele que não falava grego, de modo que as palavras mais apropriadas para designar este personagem nos remetem mais diretamente ao estrangeiro ou, em geral, àquele que fala outra língua. Por sua vez, a palavra bárbaro teve aplicações diversas ao longo da história, tendo se adaptado com facilidade e de acordo com demandas históricas concretas em suas diversas utilizações. De todo modo, ao passo que o bárbaro é aquele que não fala, ele representa, efetivamente, o antônimo de civil e político, visto que, tal como sugeriu Anthony Pagden em estudo clássico, tais termos derivam das palavras “*civis*” e “*pólis*”: ambas aplicadas às cidades, bem como ao homem, visto ser ele o único animal a construir e habitar cidades. Finalmente, o emprego da palavra bárbaro articula-se, sempre, à noção de inferioridade cultural ou mental, sendo que esta conotação se estabilizou definitivamente ao longo do século IV.⁶⁸³

Com efeito, o Estagirita sustenta que este pressuposto hierarquizador é uma resposta natural da sociedade, que para sua mútua conservação demanda uma estrutura na qual alguém deve exercer a função de comando, enquanto outro deve submeter-se: para Aristóteles, todos os seres são marcados pela natureza desde o nascimento, seja para o comando, seja para a submissão. Pertence, portanto, ao desígnio da natureza que os mais inteligentes comandem aqueles que não possam contribuir com nada além do trabalho do seu corpo para a prosperidade comum: “*todos os que não têm nada melhor para nos oferecer de que o uso de seus corpos e de seus membros são condenados pela natureza à escravidão*”, argumenta o filósofo. Entretanto, ainda em sua perspectiva, o mando é tão mais nobre quanto mais elevado é o súdito: mais vale comandar homens do que animais, escreve em sua *Política*.⁶⁸⁴ É sob esta perspectiva que devemos compreender a ideia de que o príncipe é tido como o rei dos costumes, tal como sugere João de Barros, mais uma vez por meio da *Razão*, em sua *Ropicapnefma*:

“Lugares, homens, costumes, muitos têm o cunho do rei que os enobreceu. De onde vieram fidalguias e trajes, se não do gosto que os reis tiveram deles: Sempre se disse: ‘Tal rei folgava em tal lugar, fez tal casta honrada, era monteiro, vestia as armas, estimava as letras e outros exercícios, prazer de sua vida’. Reina outro, e desfaz quanto este fez. Todos vêm

⁶⁸³ Cf. HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginario*. Trad. Jorge Padín Videla. México: FCE, 1993. Cf. tbm. PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. El indio americano y los orígenes de la etnología comparativa. Trad. Belén Urrutia Domínguez. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

⁶⁸⁴ Cf. ARISTÓTELES. *Op. cit.* Cit. p. 13.

interpolados: um guerreiro, outro pacífico; um cobiçoso, outro liberal; um previsto, outro inábil. Isso é geral: províncias, reinos, cidades, homens, costumes, todos têm sua vez, sua frol, seu princípio e seu fim. E bem-aventurado o príncipe em cujo tempo floresceram coisas de louvor e homens de perfeita vida medraram, cá é sinal da perfeição da sua. *Não há mister mais célebre à coroa que os costumes de seus povos*, porque tal será o rei quais eles forem, por ser um espírito potencial da sua república.”⁶⁸⁵

Ora, se não perdermos de vista que a distinção de um reino encontra-se, também, na qualidade de seus súditos, e mais, a própria dignidade do soberano define-se, também, pela qualidade de seus povos, não seria fora de propósito atentarmos para o pequeno espaço dedicado pelo historiador quinhentista em suas *Décadas* à Terra de Santa Cruz, onde o humanista fora agraciado com uma capitania: dentre os trinta livros que compõem sua obra magna, apenas dois capítulos são dedicados ao descobrimento do Brasil. Com efeito, tratava-se de uma “*bárbara terra, nunca trilhada de povo cristão*”, onde o povo “*pagão da terra, o qual podemos crer estar ainda na lei da natureza*” todavia, possuía alguma vocação para o cristianismo, uma vez que “*todos se punham em joelhos, usando dos autos que viam fazer aos nossos, como se tivessem notícia da Divindade a que se humildavam*”,⁶⁸⁶ na ocasião da celebração da primeira missa na Terra de Santa Cruz.

Sob o prisma de que o mando é tanto mais nobre quanto mais elevado é o súdito, é compreensível que as gentes bárbaras da terra de Santa Cruz haveriam de ser esquecidas por um bom espaço de tempo, ao menos até o início efetivo da colonização do Brasil por volta de 1530. Tanto mais sentido ganha este hiato da colonização quando nos lembramos, a partir dos estudos inspiradores de Laura de Mello e Souza, que as representações europeias do homem americano foram pautadas por projeções imaginárias acerca da humanidade, bem como pela representação de animais monstruosos. Sem dúvida, a perspectiva apresentada pela historiadora nos remete a um dos momentos históricos que, segundo Adone Agnolin, determina uma específica forma cultural de percorrer a alteridade. Diferentemente do momento histórico de orientação romana e jurídico-estatalizante, que apontamos no capítulo anterior, trata-se, agora, da elaboração mítica por meio da qual a tradição grega definiu o outro:

⁶⁸⁵ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 139. A transcrição foi atualizada por mim e o grifo é meu.

⁶⁸⁶ Cf. cit. *Década I*, Livro V, Cap. II. pp. 389-390.

“Através da ‘prática mítica’, a cultura grega conotava a alteridade espacial e entropológica representada pelos povos ‘outros’ reconduzindo-a a uma oposição fundamental: aquela entre o *si*, enquanto cultura julgante, e todos os outros, que eram definidos globalmente enquanto objeto de julgamento, a fim de garantir e re-confirmar a própria identidade cultural. [...] Quanto mais se encontram longe do centro cultural por excelência, tanto mais os povos ‘outros’ eram marginalizados e projetados no pólo da naturalidade semiferina, ou até mesmo colocados na alteridade absoluta, fora e contra cada possível humanidade (= monstrosidade).”⁶⁸⁷

Em suma, é mais uma vez Laura de Mello e Souza quem nos assegura, ainda, que o ameríndio poderia pertencer a duas modalidades diferentes de representação: “quanto ao afastamento geográfico, é monstro; no que diz respeito à nudez e à vida natural, é selvagem”. Entretanto, matiza, a representação do homem selvagem prevaleceria ao longo do tempo, sobretudo porque a noção de monstrosidade fundamentava-se em um desconhecimento que a experiência das navegações lançaria por terra. Assim: “o homem selvagem não dependia do desconhecido, mas da representação hierárquica da sociedade cristã. Justificava a empresa colonial enquanto tentativa de dar cultura e religião aos que não a tinham”.⁶⁸⁸

De fato, importa considerar que a justificação da empresa colonial se explicita a partir da marginalização dos povos ‘outros’ mas que, todavia, a incorporação das novas terras haveria de ser acompanhada da salvação das almas de seus habitantes naturais. Sem dúvida, é significativa, neste sentido, a sugestão a respeito da predisposição indígena à fé cristã apontada por João de Barros: sua esperança residia, sobretudo, na conversão dos gentios. É principalmente a partir desta expectativa que o historiador quinhentista clamaria “contra o triunfo de princípios seculares sobre os religiosos”⁶⁸⁹ na apresentação de seu argumento em defesa do nome Terra de Santa Cruz – em detrimento do nome Brasil:

“[...] admoesto, da parte da cruz de Cristo Jesus, a todos que esse lugar lerem, que dêem a essa terra o nome que com tanta solenidade lhe foi

⁶⁸⁷ AGNOLIN, Adone. *O apetite da antropologia...* p. 57. Grifo do autor. F. tbm. Cf. AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens...* p. 444.

⁶⁸⁸ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz...* pp. 52 e 55.

⁶⁸⁹ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico...* pp. 30-31.

posto, sob pena de a mesma cruz, que nos há de ser mostrada no dia final, ao acusar de mais devotos do pau-brasil que dela; e por honra de tão grande terra chamemos-lhe Província e digamos a Província de *Santa Cruz*, que soa melhor entre prudentes, que Brasil, posto pelo vulgo sem consideração e não habilitado para dar nome às propriedades da Coroa real.”⁶⁹⁰

Assim, o debate do historiador a respeito do Santo Lenho e do pau-brasil, bem como suas implicações na escolha do nome da província americana articula-se, em termos mais amplos, “*ao profetismo e ao providencialismo comuns às crônicas portuguesas dos descobrimentos*”.⁶⁹¹ Em vista disso, se por um lado a pena de João de Barros ecoa um humanismo imbuído do espírito cruzadístico que deu a tônica do movimento humanista em Portugal, por outro, denota também já uma continuidade desta vocação cruzadística, todavia, apropriada agora pela ‘portugalidade’ por doação particular de Deus, onde “*a guerra contra os infiéis que se opõem a Portugal é um castigo e retribuição do pecado que o Islão cometeu tomando a Espanha, terra que sempre fora cristã*”.⁶⁹² Diante disso, como bem observou Laura de Mello e Souza, no reino ibérico, o humanismo cívico “*se combinou com a defesa da monarquia e de suas políticas*”, ou seja, com as preocupações que se desdobram da expansão marítima: o mais evidente resultado da aliança estabelecida entre a monarquia de Dom João III e os letrados burocratas, tal como João de Barros.⁶⁹³

Ora, a incorporação das novas terras e a salvação das almas, seja de americanos, africanos ou asiáticos, possui um contraponto laico característico do humanismo português, que é a defesa da monarquia e suas políticas. Diante disso, seria o caso de levarmos em consideração a tese de que o processo de formação dos Estados monárquicos encontra-se associado à disciplinação de seus súditos, tal como nos fez notar, oportunamente, o historiador alemão Gerhard Oestreich, para quem “*a ideia do bem comum e da boa polícia liga-se estreitamente com a ideia de disciplina*”.⁶⁹⁴ Com efeito, Oestreich orienta-se pela teoria política hobbesiana para sugerir que o corpo social seria submetido à força conformadora de um poder supremo normatizador das atitudes dos cidadãos.

⁶⁹⁰ Década I, Livro V, Cap. II. p. 392. Cf. tbm. SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.* p. 31.

⁶⁹¹ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. “O nome do Brasil”. In: *Revista de História*. n° 145 (2001). Cf. cit. pp. 77.

⁶⁹² THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. *Op. cit.* p. 93.

⁶⁹³ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.* Cf. cit. pp. 76.

⁶⁹⁴ OESTREICH, G. “Problemas estruturais do absolutismo europeu”... p. 196.

“Ademais, como impedir as rixas de nascer não é menos útil – ao contrário, é até mais útil –, para se chegar à paz, do que apaziguá-las uma vez nascidas; e como todas as controvérsias provêm do fato de que as opiniões dos homens diferem quanto ao que é *meum* e *tuum*, justo e injusto, proveitoso e nocivo, bom ou mau, honesto e desonesto, e outras coisas análogas, que cada qual avalia segundo o seu próprio julgamento – então, *compete ao mesmo poder principal estabelecer algumas regras comuns para todos*, e declará-las de público, de modo que todo indivíduo possa saber o que pode ser chamado seu ou de outrem, o que justo, o que injusto, honesto, desonesto, bom, mau, isto é, em resumo, o que deve ser feito e o que deve ser evitado no curso da nossa vida em comum. Estas regras e medidas são usualmente denominadas leis civis, ou leis da cidade, por serem as ordens de quem possui o poder supremo na cidade. *E as leis civis assim as definimos: nada mais são do que as ordens de quem tem a autoridade principal na cidade, dirigindo as ações futuras dos cidadãos.*”⁶⁹⁵

É importante a observação de que, enquanto para Aristóteles a vida política era determinada pela natureza, em Hobbes, ela é determinada pelas demandas da vida em sociedade. Sem dúvida, Hobbes respondia a um conjunto de problemas, onde a vontade individual ganhava nova projeção a partir da ascensão do “*individualismo renascentista*”, como sugeriu Agnes Heller.⁶⁹⁶ De todo modo, a questão da direção dos cidadãos é resolvida pelas *leis civis*, que são “*as ordens de quem tem a autoridade principal na cidade*”. Com efeito, vale observarmos que, embora a perspectiva de Hobbes possa ser compreendida sob um notório aspecto laicizante, sua teoria política não deixa de ser pautada largamente na *Bíblia*: ao comentar a respeito do papel deste livro na vida intelectual e moral inglesa ao longo do século XVI, o historiador Christopher Hill nota que o autor do *Leviatã* faz uso sistemático das sagradas escrituras como fonte.⁶⁹⁷ Com efeito, dedica todo um capítulo de seu *Do cidadão* a confirmar os direitos do governo a partir da *Bíblia*. Ali, a própria definição da autoridade real está pautada no primeiro livro de Samuel, onde lemos:

⁶⁹⁵ HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Trad. apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 106. O grifo é meu.

⁶⁹⁶ HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento...* p. 163 e ss.

⁶⁹⁷ Cf. HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Trad. de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 41 e ss.

“Declara-lhes qual será o costume ⁶⁹⁸ do rei que houver de reinar sobre eles *etc.* Este será o costume do rei que houver de reinar sobre vós: ele tomará os vossos filhos, e os empregará para os seus carros, e para seus cavaleiros, para que corram adiante dos seus carros *etc.* E tomará as vossas filhas para perfumistas *etc.* E tomará o melhor das vossas vinhas, e os dará aos seus criados *etc.*” ⁶⁹⁹

Diante disso, se arriscarmos uma comparação com João de Barros – mesmo sem perder de vista os diferentes contextos em que a obra desses autores foram elaboradas –, é notória a literalidade do português ao definir o papel moral-pedagógico e ordenador do príncipe. Com efeito, escreve o humanista em seu *Panegírico do Rei Dom João III*, que “*é o verdadeiro ofício do rei*” inventar “*novas e proveitosas leis*” ⁷⁰⁰ – sem dúvida, orientado pelo conselho de seus letrados. Por sua vez, tais leis haveriam de ser inspiradas por Deus – tal como em Hobbes – uma vez que “*V. Alteza [...] traz todos seus pensamentos em Deus. Este é a verdadeira lei, e deste nasce a verdadeira justiça*”. ⁷⁰¹ Em suma, ao passo que na filosofia política do inglês encontramos pretensões laicizantes, em João de Barros, o papel do príncipe não se separa das motivações religiosas, uma vez que Dom João III é responsável tanto pela paz na república, quanto pela difusão da fé cristã: “*Qual príncipe converteu à Fé de Cristo tantas províncias, tanta multidão de almas, cuja bem-aventurança não pode deixar de ser comunicada com a causa dela?*”, ⁷⁰² pergunta-se o humanista em seu encômio. Em síntese, tendo em vista que sob o prisma de Barros, por um lado, as repúblicas poderiam se governar tanto pelas leis quanto pelos bons costumes, e por outro, que os costumes eram mais antigos que as leis, importa considerar que ao soberano, caberia a difusão – e conservação – de ambos, visto que “*leis e bons costumes eram necessários para a conservação da boa república*”. ⁷⁰³

Se, como observamos anteriormente, importa à coroa os costumes de seus súditos, visto que a própria dignidade do soberano define-se, também, a partir dessa

⁶⁹⁸ “No sentido de ‘direito’, como, aliás, está na tradução do rei Jaime”. Cf. nota 8 em HOBBS, Thomas. *Op. cit.* p. 384.

⁶⁹⁹ Cf. 1Sm 8, 11-15. Apud. HOBBS, Thomas. *Idem.* p. 178.

⁷⁰⁰ BARROS, João de. “Panegírico do Rei Dom João III”... p. 5. É válida a comparação da formulação de João de Barros com a de Nicolau Maquiavel anteriormente citada, segundo a qual, “*nunca coisa nenhuma deu tanta honra a um governante novo como as novas leis e regulamentos que elaborasse*” (Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *Op. cit.* p. 137).

⁷⁰¹ BARROS, João de. *Op. cit.* p. 11.

⁷⁰² BARROS, João de. *Idem.* p. 38.

⁷⁰³ *Idem, Ibidem.* p. 15.

relação, o problema da expansão do reino português e suas implicações mais evidentes – como a incorporação de novos espaços habitados por populações culturalmente distintas e adeptas das mais diversas crenças e costumes – ganha significativa relevância: sobre o assunto, John H. Elliott chamou nossa atenção para a existência de monarquias caracteristicamente compósitas no âmbito da dinâmica da formação dos estados europeus modernos. Envolvendo, muitas vezes, uma miríade de povos e territórios, a manutenção destas monarquias dependia da observância de suas leis e costumes em um ambiente marcadamente descontínuo e heterogêneo: desse modo, a continuidade seria forjada em termos religiosos – e simultaneamente civis –, o que permitiria a configuração de uma unidade relativa para o estado.⁷⁰⁴ No caso de uma monarquia católica como a portuguesa, cujo poder fundamentava-se, também, na religião – como vimos acima – foi o universalismo cristão quem permitiu a incorporação da diversidade cultural. Sem dúvida, é preciso assinalar que é a possibilidade de conversão à fé que marca a diferença entre a figura do bárbaro para um cristão do século XVI e a figura do bárbaro da época helenística, enfim, a diferença entre a “*congregatio fidelium*” e o “*oikuméne*”:

“[...] enquanto o *oikuméne* era um mundo completamente fechado, a cristandade não era. O mito cristão de um só progenitor para toda a humanidade e a crença cristã na perfeição do plano divino para o mundo natural fizeram que a unidade do gênero *homo sapiens* fosse essencial para a antropologia e para a teologia, como o havia sido para a biologia grega.”⁷⁰⁵

Nas *Décadas*, a figura do bárbaro é múltipla e, ainda que muitas vezes atenda às exigências de uma alteridade cuja cultura pode atingir diferentes graus de complexidade, a mediação de João de Barros implica, sistematicamente, um juízo. Caso emblemático, neste sentido é a descrição de Moçambique: assentada em um “*pedaço de terra torneado de água salgada com que fica em ilha, tudo terra baixa e alagadiça*”, Moçambique é tida por insalubre, um lugar “*doentio e bárbaro*” onde chegou a ficar “*sepultada a maior parte da gente*” de uma armada que como tantas outras ali fizera escala para invernar. Por sua vez, suas “*casas eram palhoças*”, sendo que as únicas

⁷⁰⁴ ELLIOTT, J. H. “A Europe of Composite Monarchies”. In: *Past and Present*, No. 137, The Cultural and Political Construction of Europe. (Nov., 1992), pp. 48-71.

⁷⁰⁵ PAGDEN, Anthony. *Op. cit.* p. 40. A tradução do espanhol foi feita por mim.

construções “*de taipa com eirados por cima*”, eram a Mesquita e as casas do Xeque.⁷⁰⁶ Com efeito, a pobreza das edificações é característica dos povos bárbaros: outro notável exemplo neste sentido encontramos na descrição da comarca de Toroa, região pertencente ao reino de Sofala que era habitada por uma gente que “*é muito bárbara e todas suas casas são de madeira*”.⁷⁰⁷ Com efeito, ainda sobre Moçambique João de Barros faz notar que os povoadores da cidade eram “*mouros vindos de fora*” e que a povoação teria sido feita unicamente para servir de escala do trajeto entre Mina e Quíloa, “*porque a terra em si era de pouco trato, e os naturais, que eram negros de cabelo revoltado, como de Guiné*”.⁷⁰⁸ Definitivamente, embora os portugueses tenham se apercebido de que a ilha de Moçambique fosse um porto de escala importante para assegurar a regularidade de suas ligações entre Lisboa e o oriente, vale notar que a regularização de tal carreira só frutificaria definitivamente a partir da segunda metade do século XVII. Daí a conotação de esterilidade que o lugar ganha na pena do historiador quinhentista, a despeito de possuir um importante centro mercantil.⁷⁰⁹

De um lado, portanto, a terra de pouco trato com casas de madeira ou palhoças, ao passo que de outro lado, os negros de cabelo revoltado. As considerações de João de Barros a respeito da escolha do local para as construções acenam para os limites da vida política local, tal como a região do Zanguebar, cuja aspereza da terra dificulta a habitação de gente política. De fato, o historiador anota que na região, encontrava-se gente “*negra, de cabelo retorcido, idólatra e tão crente em agouros e feitiços*” que até mesmo os “*animais, aves, frutas e sementes, tudo responde à barbaria da gente em serem feras e agrestes*”. Por fim, escreve o humanista ser ali “*áspera e estéril terra para habitação de gente política*”.⁷¹⁰ Assim, é diante da incapacidade de transformar seu meio, que o homem agreste se opõe ao político. Neste sentido, caso emblemático, também são os baduís – ou beduínos – que habitam o entorno do Mar Roxo, “*cuja vida*

⁷⁰⁶ Cf. Década I, Livro IV, Cap. IV. pp. 296.

⁷⁰⁷ Década I, Livro X, Cap. I. p. 379.

⁷⁰⁸ Década I, Livro IV, Cap. IV. p. 297.

⁷⁰⁹ Cf. DIAS ANTUNES, Luís Frederico. E LOBATO, Manuel. “Moçambique”. In: SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. O Império oriental (1660-1820). Volume V – tomo 2. Coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes. Lisboa: Editorial Estampa, 2006. pp. 265 e ss.

⁷¹⁰ Cf. Década I, Livro VIII, Cap. IV. p.210.

é pastorar gado e andar no campo”,⁷¹¹ e são tidos por bárbaros por aqueles que *“habitam cidades e povoações políticas”*.⁷¹² Em síntese, escreve o autor das *Décadas*:

“A gente que habita ao longo desta ribeira do mar, tirando os lugares célebres, é muito agreste e bárbara, a que os mesmos mouros chamam baduís como cá dissemos, campestre e montanhês, a qual toda vive de saltos e rapina, e quando podem, cometer as povoações”.⁷¹³

Segundo Gilberto Mazzoleni, durante séculos o ocidente qualificou a diversidade cultural a partir de um paradigma expresso fundamentalmente por meio de uma oposição expressa na cor da pele, em suma, *“o europeu identificou na relação entre o si mesmo (branco) e o outro (negro) uma quantificação satisfatória do diverso”*.⁷¹⁴ De fato, João de Barros classifica os homens de Moçambique a partir deste paradigma, uma vez que são apresentados como *“negros de cabelo revolto, como de Guiné”*. Com efeito, os habitantes da Guiné eram considerados bárbaros pelo humanista:

“Neste tempo o negócio de Guiné andava já corrente entre os nossos e os moradores daquelas partes, e uns com os outros se comunicavam nas coisas do comércio com paz e amor, sem aquelas entradas e saltos de roubos de guerra que no princípio houve. O que não pôde ser de outra maneira, principalmente acerca de *gente tão agreste e bárbara*, assim em lei e costumes, como no uso das coisas desta nossa Europa”.⁷¹⁵

Contudo, ainda que as gentes da Guiné fossem agrestes e bárbaras, o título de *“Senhor da Guiné”* fora incorporado pelos Avis desde Dom João II. Entretanto, se a qualidade e a boa fama da coroa depende, também dos costumes de seus povos, que interesse poderia haver por parte do reino de Portugal em incorporar tal título? A resposta está no comércio, visto que *“o negócio de Guiné andava já corrente”*: definitivamente, ainda que a cobiça e os interesses estritamente materiais fossem

⁷¹¹ Cf. Década I, Livro VII, Cap. II. p. 89.

⁷¹² Cf. Década I, Livro VIII, Cap. IV. p. 210.

⁷¹³ Década II, Livro VIII, Cap. I. p. 276 e 277.

⁷¹⁴ MAZZOLENI, Gilberto. *O Planeta Cultural*: para uma Antropologia Histórica. Trad. Liliana Laganà e Hylío Laganà Fernandes. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo e Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro-São Paulo, 1992. p. 69. Os grifos são do autor.

⁷¹⁵ Década I, Livro II, Cap. II. p. 141. O grifo é meu.

condenáveis, o comércio era compreendido como fundamento de boa polícia; “o comércio e comutação, [...] é o meio pelo qual se concilia e trata a paz e amor entre todos os homens, por este comércio ser o fundamento de toda a humana polícia”.⁷¹⁶ Ora, não seria equivocada a consideração de que o comércio é um instrumento de comunicação. Por sua vez, o comércio da Guiné estava no escopo português a muito tempo e foi explorado de formas diversas: Luís Filipe F. R. Thomaz observa que, se em um primeiro momento ele foi usufruído por Dom Henrique de modo vitalício, em um segundo momento sua exploração comercial passaria a ser feita por arrendamento.⁷¹⁷ Com efeito, se eram bárbaros, não se pode perder de vista que:

“[...] depois que tiveram alguma notícia da verdade pelos benefícios que recebiam, assi na alma como no intendmento, e coisas para seus usos, ficaram tão domésticos, que não havia mais que partirem os navios deste reino, e, chegados a seus portos, concorriam muitos povos do sertão ao comércio de nossas mercadorias, que lhe davam a troco de almas, as quais mais vinham receber salvação que cativoiro.”⁷¹⁸

De fato, o número de cristãos na Guiné esteve em crescimento permanente ao longo dos primeiros séculos da presença portuguesa.⁷¹⁹ Entretanto, os benefícios que recebia a gente da Guiné não se limitavam à alma mas compreendiam, também, o intendimento e as coisas de uso: o proveito das relações com os portugueses não se esgotava na esfera religiosa, uma vez que a salvação da alma haveria de ser acompanhada de uma melhoria significativa em todos os níveis da vida material. Sem dúvida, para João de Barros, a economia não apenas tinha origem nas relações políticas mas, sobretudo, situava-se dentro delas.⁷²⁰ Ainda sob este prisma, vale atentarmos para o fato de que os benefícios materiais poderiam ganhar maior evidência quando a conversão religiosa fosse difícil, tal como foi o caso de Cochim, cidade habitada predominantemente por mouros, onde pouco havia de se fazer para transformar esta

⁷¹⁶ Década I, Livro V, Cap I. p. 385.

⁷¹⁷ Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor...*

⁷¹⁸ Década I, Livro II, Cap. II. pp. 141 e 142.

⁷¹⁹ Cf. CALDEIRA, Arlindo Manuel e NEVES, Carlos Agostinho das. “A Igreja e a cultura”. In: SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica. Volume III – tomo 2.* Coord. Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. pp. 425 e ss.

⁷²⁰ Para esta inferência, cf. GODELIER, Maurice. “Economia”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 28. Produção/Distribuição – Excedente. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995. pp. 11-37.

situação. Ali, os portugueses desempenharam importante papel político, cujas implicações produziram efeito notáveis na esfera da vida material:

“A qual cidade Cochim, cabeça do reino do seu nome, ao tempo que entramos na Índia era tão pouca coisa que não tinha força para resistir a potência do Samorim de Calecute e ora, com favor nosso, não somente é feita uma magnífica cidade em templos, edifícios e casas muito suntuosas dos nossos naturais, que ali fizeram sua vivenda, governando a terra pelas leis e ordenações deste reino de Portugal, como cada uma das cidades dele, mas ainda o rei natural da terra e seus súditos são feitos, com nossa comunicação, poderosos em riquezas e potência para resistir a todo Malabar, por lhe serem muito sujeitos aqueles príncipes e senhores do reino a que eles chamam Caimais.”⁷²¹

Luís Filipe F. R. Thomaz sugere que a constatação da presença maciça de mouros em Cochim seria responsável pela tônica guerreira que a empresa colonizadora adquiriria, promovendo uma renovação das campanhas marroquinas feitas ao longo do século XV. Enfim, para o historiador português, esse ideal de guerra santa conferiu “*à expansão portuguesa no oriente uma força moral e uma coesão intrínseca que, em parte, explicam seu sucesso*”.⁷²² Por sua vez, o desdobramento desse ímpeto colonizador ganha seus contornos na visível oposição existente entre as casas de madeira ou palhoça, de Moçambique ou do Zanguebar e a magnífica cidade de Cochim, com templos, edifícios e casas suntuosas. Em síntese, as edificações denotavam polícia e orientavam os interesses expansionistas. Ormuz, por exemplo, cuja “*cidade em si é muito magnífica em edifícios*”,⁷²³ foi um local estrategicamente ocupado por Afonso de Albuquerque no intuito de firmar a presença portuguesa no Índico. De todo modo, importa considerar que embora esta conquista não se deva efetivamente à iniciativa real,⁷²⁴ para João de Barros, os feitos dos portugueses no oriente eram pautados por uma lógica onde a glória do feito haveria de corresponder à dignidade à qual o nascimento obrigava e, por isso, seria inconcebível considerar a autonomia das decisões de Afonso de Albuquerque: em última instância, seus feitos eram em nome do reino. É sob esta perspectiva que devemos compreender a produção historiográfica quinhentista dedicada

⁷²¹ Década I, Livro IX, Cap. I. p. 297 e 298.

⁷²² Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. *Op. cit.* p. 212.

⁷²³ Década II, Livro II, Cap II. p.107.

⁷²⁴ Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. *Op. cit.*

à presença portuguesa no oriente, onde “o monarca ocupava o centro das atenções”, sobretudo como elemento estruturador das conquistas.⁷²⁵

Com efeito, as edificações eram claro indício de vida política e boa polícia. Malaca é, também, exemplar neste sentido, visto que, tal como Cochim, João de Barros sugere ter se beneficiado da rede comercial portuguesa, sendo considerada pelo humanista uma “das mais populosas e de maior polícia em edifícios de todo o Mundo”.⁷²⁶ Definitivamente, o que podemos notar, é a existência de um parâmetro fundamental que procura determinar e hierarquizar a diversidade cultural. Assim, o que importa é identificar o bárbaro para que ele seja transformado em homem político. Entretanto, a identificação do bárbaro define-se também pela homologia em face do imperativo da unidade do gênero humano. É isto o que permite a João de Barros estabelecer uma relação de continuidade entre ocidente e oriente, tal como já observou Zoltán Biedermann em sugestivo artigo.⁷²⁷

Sem dúvida, nas *Décadas* a homologia ganha contornos bem definidos no que se refere à China. Com efeito, João de Barros compara os chineses aos gregos e romanos sendo que os primeiros poderiam ser considerados ainda mais prudentes na construção de seu império, uma vez que de acordo com o historiador quinhentista, “tiveram maior prudência que os gregos, cartagineses e romanos; os quais, por causa de conquistar terras alheias, tanto se alongaram da pátria, que a vieram perder; porém os chineses não quiseram experimentar este total dano”.⁷²⁸ Possivelmente uma crítica velada às dimensões do império português? Talvez. De todo modo, a comparação entre chineses e gregos foi oportunamente assinalada por António José Saraiva, que nos atentou para a efetiva conotação de tal recurso. Para ele, este confronto denota substantiva aproximação com o ideal de Antiguidade e tudo o que ele representou. Em vista disso, conclui: “como elogio e manifestação de admiração, era o máximo que de um humanista se podia esperar”.⁷²⁹

Definitivamente, a China é apresentada como exemplo em um contexto que vive sob o signo da imitação. De fato, como sugeriu Zoltán Biedermann, ao passo que a China podia servir de exemplo para o leitor português, é porque os fenômenos da vida

⁷²⁵ Cf. AVELAR, Ana Paula Menino. *Visões do Oriente...* p. 225 e ss.

⁷²⁶ *Década II*, Livro VI, Cap I. p. 14.

⁷²⁷ Cf. BIEDERMANN, Zoltán. “Nos primórdios da antropologia moderna...”

⁷²⁸ *Década III*, Livro II, Cap VII. p. 196.

⁷²⁹ SARAIVA, António José. “Uma concepção planetária da História...” p. 352.

social eram compreendidos como essencialmente semelhantes nas diversas regiões do globo.⁷³⁰ Com efeito, a comparação não pára por aí. Luís Filipe F. R. Thomaz sugere haver um diálogo entre os soberanos da China e de Portugal que mais parecia “*uma conversa de surdos*”, em face de suas pretensões universalistas. Diante disso, o historiador atenta para a autorrepresentação do imperador chinês:

“Figurava-se o céu como um círculo, a terra como um quadrado; a projeção do céu na terra era a China, os quatro cantos o país dos bárbaros, que assim quedavam privados dos eflúvios celestes e prisioneiros da sua própria barbárie; se logravam escapar-lhe um pouco, era na medida em que vinham sorver à China as migalhas de civilidade que tombavam da mesa do Filho do Céu, a quem tinham, por isso, o dever de mandar embaixadas, a prestar tributo e vassalagem.”⁷³¹

A China era de fato um lugar político segundo João de Barros, uma vez que seu rei, “*em terra, povo, potência, riqueza e polícia é mais que todos estes outros*”.⁷³² Em suma, a noção de política sugere uma efetiva possibilidade de comparação. Por sua vez, esta comparação reside em um procedimento intelectual que opera um instrumental atrelado à especificidade do contexto português do século XVI. Se existe, de fato, alguma admiração por parte de João de Barros, ela está longe de aceitar a relatividade de sua civilização, mas se deve, principalmente, ao fato de que, para ele, as relações econômicas encontram-se no interior das relações políticas e obedecem a uma lógica que denota a existência de uma “ponte” efetiva entre as diferentes civilizações em relação. Esta ponte é o reconhecimento dos limites do exercício do poder e o reconhecimento da soberania “nacional”: definitivamente, as relações econômicas entre portugueses e chineses só foram levadas a efeito “*sob as condições estabelecidas pelas autoridades chinesas e não por aquelas impostas*” pelos portugueses, como notou Charles Boxer.⁷³³

Por fim, ainda que partilhando de uma origem comum – ou seja, o pressuposto da unidade do gênero humano –, bem como da efetiva possibilidade de comunicação –

⁷³⁰ Cf. BIEDERMANN, Zoltán. *Op. cit.*

⁷³¹ THOMAZ, Luís Filipe F. R. “Introdução”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos portugueses no extremo oriente*. 1º Vol. Tomo I. Em torno de Macau. Lisboa: Fundação Oriente, 1998. p. 88.

⁷³² Década I, Livro IX, Cap II, p. 320.

⁷³³ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...* p.64.

principalmente por meio do comércio –, a configuração das diferenças orienta-se por meio de uma opressão simbólica sistematicamente veiculada pelos pressupostos hierarquizadores que norteiam a estruturação das relações nos mais diversos espaços de interação descritos pelo historiador quinhentista. Contudo, encontram homologia na esfera do poder, ou seja, nos limites à ingerência. Todavia, o reconhecimento dos limites do exercício do poder não se desdobra na admiração por outras civilizações, mas sim em um ímpeto normatizador. Exemplo significativo, neste sentido, é a proposta pedagógica veiculada literalmente por João de Barros tanto em suas gramáticas, quanto em sua defesa da linguagem: franco tributário de Coluccio Salutati, para quem o conhecimento dos rudimentos gramaticais e do uso da língua seria a porta de entrada de todo discernimento espiritual e apreensão da palavra de Deus,⁷³⁴ Barros compreende a necessidade estratégica de levar a efeito um procedimento de aculturação elementar⁷³⁵ através da alfabetização infantil em português, “*por ser o primeiro leite de sua criação*”:⁷³⁶

“As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar, porém não gastará doutrina, costumes, *linguagem*, *que os portugueses nesta terra deixarem*.”⁷³⁷

Evidência notória do binômio língua e império, notemos que os portugueses é que haveriam de deixar suas marcas na esfera dos costumes,⁷³⁸ o que denota tanto pretensão ao direcionamento espiritual, quanto procedimento de segregação. Com efeito, a incorporação de costumes diversos implicaria degeneração, conhecida como barbarismo no caso específico da linguagem, compreendido como um “*vício que se comete na escritura [...] ou na pronúncia*”, o qual em nenhuma outra parte da terra se cometia tanto quanto no reino de Portugal, “*por causa das muitas nações que*

⁷³⁴ Cf. GARIN, Eugenio. *Op. cit.* p. 38 e ss.

⁷³⁵ Cf. ROCHE, Daniel. “As práticas de escrita nas cidades francesas do século XVIII”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

⁷³⁶ BARROS, João de. *Grammatica da lingua Portuguesa...* p. 1 verso. A atualização foi feita por mim.

⁷³⁷ BARROS, João de. *Diálogo em louvor de nossa linguagem...* p. 53.

⁷³⁸ Sobre o assunto Giuseppe Marcocci sugere que no *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, “Barros avançou a tese de uma substancial continuidade entre Roma e Portugal. Naquele esboço havia lugar para um imperialismo cultural capaz de absorver neologismos das terras ultramarinas, uma proposta que muito devia à sua prática quotidiana do comércio internacional como feitor da Casa da Índia [...] Esta atitude recebeu a simpatia de Asensio, apesar de ela interpretar a imposição da língua como forma de domínio imperecível.” (cf. MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império...* p. 228).

trouxemos ao jugo de nosso serviço”. Por sua vez, ainda que a comparação com os antigos possa revelar alguma admiração e reconhecimento de uma civilização não europeia, não se pode perder de vista que ela é sincrônica à veiculação de estereótipos por meio da língua no interior da sociedade portuguesa. Seria principalmente o uso da fala que instrumentalizaria a violência simbólica que assinala as diferenças constituídas no âmbito de uma pretensa relação de subordinação dos locais onde não se reproduzisse fielmente a cultura lusa, notavelmente a língua portuguesa, “*por que bem como os gregos e Roma haviam por bárbaras todas as outras nações estranhas a eles, por não poderem formar sua linguagem: assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa*”.⁷³⁹

⁷³⁹ BARROS, João de. *Grammatica da lingua Portuguesa...* p. 34 anverso. A atualização do texto foi feita por mim.

Conclusão

O propósito deste estudo foi localizar o ideário inerente à produção intelectual letrada portuguesa, concebido, fundamentalmente, como produto de um vocabulário conceitual disponível à mentalidade renascentista.

Para cumprí-lo, recuperamos e problematizamos, a princípio, a *Vida de João de Barros* escrita por Manuel Severim de Faria, sem perder de vista a conjuntura em que foi escrita: o contexto da união dos reinos ibéricos, momento em que o questionamento da identidade portuguesa dava a tônica em uma produção literária voltada cada vez mais à atribuição de significados ao passado. Foi principalmente sob este prisma que a leitura da *Vida de João de Barros* conduziu-nos à invenção de uma tradição dedicada a impor sentidos ao passado e seu imperativo de assinalar o compromisso de João de Barros com a vida cívica em Portugal.

Em vista disso, propusemos a ideia de que a representação do ideal de vida civil de um personagem como João de Barros não pode prescindir dos padrões de honra e dignidade característicos de um cortesão. E assim, notamos que a trajetória da vida de João de Barros descrita por Severim de Faria sugere ter sido ele muito bem amparado na Corte, ao cumprir todas as etapas que deveriam ser galgadas pelo cortesão ideal, ou seja, possuir origem nobre, residir na Corte desde a mocidade, ter proximidade com o rei e ter sólida formação em humanidades.

Historicamente, o cortesão tem sido considerado como um dos mais representativos personagens dentre aqueles que emergiram ao longo do início da Época Moderna. Por sua vez, no âmbito de uma instituição rigidamente ordenada como a Corte, a representação do cortesão enquanto ideal de vida civil não deveria se afastar dos padrões que regulam a honra e dignidade que lhe deviam ser característicos.

Foi sob este prisma que compreendemos o tratamento que Severim de Faria deu à trajetória de vida de João de Barros ao sugerir que ele teria sido capitão da Fortaleza de São Jorge da Mina: em suma, exigia-se do cortesão não apenas uma sólida formação intelectual por meio do conhecimento das letras, mas também que sua profissão estivesse vinculada às armas.

Fundamentados no pressuposto de que não existe abordagem de um problema histórico fora do discurso historiográfico que o elaborou, nos detivemos no contexto, na obra, bem como na conjuntura em que João de Barros viveu, além de atentarmos para o fato de que o uso da linguagem era um elemento de absoluta relevância no âmbito da vida dos cortesãos.

Assim, a partir de um enfoque no qual refutamos a percepção do passado como alteridade absoluta, pudemos assinalar a existência de dois momentos do reinado de Dom João III: um primeiro, de maior abertura ao pensamento humanista laicizante, marcado pelo investimento na cultura, e um segundo, mais obscurantista, caracterizado pela instituição da Inquisição, e que assinala um período de maior fechamento cultural. Em vista disso, compreendemos que a obra de João de Barros foi um espaço por meio do qual o autor se inseria no debate público e apresentava suas opiniões por meio de gêneros literários apropriados.

Com efeito, a dedicatória feita ao rei português por Erasmo de Roterdã na primeira edição das *Lucubrações de Crisóstomo* tem sido apontada como a maior prova da inclinação humanista de Dom João III. Entretanto, ao atentarmos para a existência de uma relação de subordinação das letras ao poder, arriscamos a hipótese de que esta dedicatória pode ser compreendida como um recurso do humanista holandês para alcançar benefícios junto ao rei. Em nossa perspectiva, esta hipótese ganha credibilidade diante do fato de que Erasmo suprimiu a dedicatória em uma segunda publicação, quando viu suas expectativas frustradas.

Outro elemento associado à inclinação humanista de Dom João III é sua eventual pretensão de acolher o humanista holandês no reino ibérico, oferecendo-lhe uma Cátedra em Coimbra. Tal hipótese nos parece problemática. Primeiramente porque ela está fundamentada em uma informação dada por Damião de Góis sob constrangimento. Em segundo lugar porque não há notícia de que o rei português tenha formalizado tal convite. Por fim, ainda que Dom João tenha, de fato, especulado sobre a presença de Erasmo em sua Corte como mestre e representante das letras, isto não denota, necessariamente, uma inclinação humanista do rei de Portugal, visto que a presença do holandês era disputada por monarcas de toda a Europa, o que nos fez contarmos com a hipótese de que a motivação de Dom João III era protocolar.

Ainda assim a influência de Erasmo foi evidente em Portugal, muito embora esteja atrelada às especificidades históricas do reino ibérico. Diante disso procuramos

assinalar a cautela do humanismo português em eliminar as fronteiras entre a herança pagã e o cristianismo como a mais notável peculiaridade do erasmismo ibérico. De fato, entendemos que a manutenção das fronteiras entre a herança pagã e o cristianismo foi um elemento fundamental na composição do espírito cruzadístico que estruturou a mentalidade portuguesa no contexto da expansão. Por sua vez, também compreendemos a exclusão dos grandes pensadores da Antiguidade do Paraíso como o limite do pensamento erasmista em João de Barros.

Ao nos debruçarmos sobre o contexto e a conjuntura em que João de Barros viveu e produziu sua obra, obrigatoriamente nos deparamos com a noção de Renascimento e sua operacionalidade enquanto categoria historiográfica. Diante disso, atentamos para a diversidade de suas manifestações, bem como para o fato de que, em Portugal, sua articulação com a esfera política atende às vicissitudes da expansão marítima, evidenciando que tal categoria não pode ser compreendida apenas como um rótulo entre outros. Em nossa perspectiva o Estado do Renascimento inventou os funcionários do rei, e portanto, a demanda pela modernização cultural foi imposta pelas novas configurações do poder na Europa Moderna. Por isso, o investimento realizado por Dom João III no campo da cultura foi compreendido como um fenômeno de caráter político.

De todo modo foi possível notar um ambiente mais aberto no primeiro momento do reinado de Dom João III. A opção do humanista por diferentes gêneros literários obedece uma lógica intrínseca à diversidade de conjunturas efetivamente vivenciadas por João de Barros e são um seguro indício de sua consciência em face das diferentes situações que este reinado experimentou. Primeiramente, em um contexto de maior abertura, a obra de João de Barros foi marcada pela composição de colóquios, um gênero literário que dava maior espaço às polêmicas, ao passo que em um segundo momento, produzida em um contexto mais fechado, sua obra foi marcada por composições do gênero epidítico, que possuem um tom encomiástico, e poupam o autor de tomar partido em polêmicas inoportunas.

Por isso a resignação de João de Barros foi compreendida sob a perspectiva de um movimento mais geral da política à época de Dom João III, quando os jesuítas tomaram consciência de que as universidades constituíam um dos pontos-chave na batalha estratégica pela ortodoxia e o Colégio das Artes passou a ser administrado pela Companhia de Jesus. Além disso, atentamos também para momento em que se desenha

a polêmica antijudaica, onde a conversão forçada dos judeus, a malograda tentativa de sua integração e o início das perseguições aos judaizantes articula-se à instauração da Inquisição em Portugal. Por fim, somamos a isto a presença turca no Mediterrâneo.

Este percurso nos permitiu recuperar os mais significativos elementos que compõem o ideário presente na produção intelectual letrada portuguesa, e a partir disso, problematizá-los e compreendê-los como resultantes de um vocabulário conceitual disponível à mentalidade renascentista, notavelmente a partir das *Décadas da Ásia*. Com isso, em face da já mencionada subordinação das letras ao poder, sugerimos que a elaboração desta obra de história obedeceu aos interesses do Estado, uma vez que nela encontramos a reiteração do perfil justo e elevado das ações portuguesas no além-mar.

Por sua vez, a problematização e a contextualização do vocabulário conceitual em uma obra de história nos conduziu à definição daquilo que compreendemos como o “horizonte histórico” de seu autor. Esta definição partiu, primeiramente, da percepção da existência de uma estreita relação entre a fala e a escrita. Em linhas gerais, a escrita era compreendida como um instrumento para a perpetuação da fala, um artifício que imprimia-lhe maior estabilidade e continuidade no tempo, cuja função seria a de capturar a efemeridade da experiência.

Ao passo que a escrita era considerada como um desdobramento da fala, era tida, também, como uma técnica de persuasão. Por isso, a história era compreendida como sujeito da oratória, cujo potencial persuasivo encontrava-se, por um lado, nos testemunhos e documentos – em suma, nas fontes – arrolados, e por outro, no valor moral do autor. Diante disso, as fontes podiam ser manipuladas de modo que produziam efeito em termos de autoridade, fossem estas fontes sagradas ou seculares. Assim, fossem as fontes laicas ou não, era a figura do autor quem assinalava a homologia entre ambas, o que significa que a credibilidade da escritura estava no autor e em seus méritos morais e “literários”.

Embora houvesse uma profunda diferença entre letras humanas e letras sagradas, definida em parte pela formação do letrado, ambas poderiam aparecer imbricadas não apenas porque o autor assinalava sua equidade, mas também porque havia um resíduo medievalizante onde o mágico e o maravilhoso ainda operavam. De todo modo, o ideário de João de Barros pertence à Época Moderna à medida em que ele escreveu sobre o verossímil e o útil, uma vez que a razão se apresenta calcada na ideia de

utilidade e de uma verdade essencial, proveitosa, a ser alcançada por meio da leitura, compreendida como exercício de edificação pessoal.

Portanto, a equidade entre letras humanas e letras sagradas define João de Barros como um homem da Época Moderna. É notável, por exemplo, que a imitação dos modelos de moralidade encontrados na literatura devocional da Idade Média seja superada pela imitação da Antiguidade clássica pagã. E é significativo, também, que sua narrativa tenha o cuidado de cotejar tanto as informações contidas na *Bíblia*, quanto aquelas legadas pelos antigos: ao passo que se articulavam as experiências em regiões desconhecidas, mesmo considerando que as sagradas escrituras e a Antiguidade fossem suportes fundamentais, a experiência coeva ganhava um espaço notável.

A superação de uma visão de mundo cristã por outra, com tendências secularizantes, traz consigo a percepção das transformações históricas enquanto uma sucessão de acontecimentos particulares, o que denota efetiva tomada de consciência da autonomia do presente em relação ao passado, visto que a percepção da história predominante no baixo medievo, bem como no pensamento cristão jamais perceberam tal sucessão. Assim, a instauração da escritura laica como referencial moral, aliada a consciência histórica se inscrevem no curso das lentas mudanças que definiriam novos paradigmas culturais para a sociedade ocidental.

Importa notar, também, que a história era um campo definido e possuía objetos bem delimitados, além de um elemento ativo, direcionado à vida pública, onde a memória se configurava como instrumento pedagógico. Por isso a “conservação”, ou não, da memória era feita de modo consciente, visto que era ela quem guiaria o entendimento – a dimensão racional –, onde a experiência ganhava credibilidade. Assim, ao passo que a memória se configurava como a propriedade de atualizar impressões ou informações do passado, ela deveria ser considerada, também, como esforço no qual a seleção e perpetuação das lembranças deveriam ser regidas pela justiça.

A definição da memória como instrumento pedagógico nos dá a chave de leitura necessária para compreendemos a imitação dos antigos sob o signo de uma efetiva consciência da diversidade de épocas – ou seja, da percepção da sucessão de eventos articulados em um processo –, visto que deriva de um momento histórico no qual se desenha o gosto pelo novo, elemento característico da primeira modernidade. Assim, embora a categoria moderno não denote efetiva superioridade em relação à categoria

antigo, na *Ásia*, é flagrante o respeito à inovação frente aos antigos, em síntese, uma inovação intelectual que vem na esteira dos descobrimentos.

A articulação entre os antigos e as inovações que se impunham por meio dos feitos dos modernos foi compreendida em termos de uma relação de reciprocidade, onde as categorias antigo e moderno definiam-se uma em face da outra. E ao passo que os antigos eram compreendidos como depositários da experiência, e por isso pautavam comparações, este confronto dimensionava os feitos modernos: sem dúvida, era relevante o fato de não haver notícias entre gregos e romanos de realizações equivalentes às dos portugueses.

Os portugueses seriam, portanto, sujeitos no curso de sua própria história. E ao passo que a história obedecia os interesses do Estado, havia uma notória convergência da efetividade histórica para o plano político. Daí a necessidade de assinalarmos que a dignidade real, bem como de sua Casa, dependiam largamente da qualidade de seus súditos.

Regidos por um soberano justo e afeito à promoção do bem público, as ações portuguesas no além-mar apresentavam-se como justas e elevadas. E não obstante a manutenção das conquistas e o compromisso com a república implicasse na assimilação da diversidade de povos com os quais os portugueses entravam em contato, a honra do príncipe definia-se, também, por sua capacidade de exercer a justiça mesmo diante desses novos súditos. Assim, as *Décadas* foram compreendidas como a evidência empírica de uma ciência moral onde os usos e costumes dessas populações ganharam notória relevância, o que nos permitiu reiterarmos a ideia de que o conhecimento etnográfico foi um elemento característico da historiografia humanista portuguesa do século XVI.

No âmbito das ideias, a assimilação desses povos acionou, por um lado, a herança clássica e judaico-cristã, cuja definição do homem era pautada por sua receptividade da graça divina. Por outro lado, acionou a tradição clássica, cuja definição do homem era pautada por sua racionalidade. Por sua vez, esta continuidade medievalizante é acompanhada de outra, definida no entrelaçamento entre o político e o religioso. Em nossa perspectiva, foi a religião quem fundamentou ideologicamente, e quem forneceu os instrumentos “universalistas” para a assimilação, embora pese o fato de que as ações inclusivas eram orientadas pela figura do soberano, principalmente em vista da conservação de seu reino, bem como da manutenção da glória de seus títulos.

Por fim, ainda que o papel do príncipe não estivesse separado das motivações religiosas, notamos que as noções de bárbaro e de político davam a tônica nas descrições destes súditos na pena de João de Barros: fosse para incluí-los, fosse para segregá-los. A compreensão dessas categorias é fundamental em uma sociedade que entendia a linguagem como elemento que definia a noção de polícia. Daí que somente uma sociedade estruturada a partir desse tipo de valor pode construir identidades e excluir socialmente por meio desse viés.

Autêntico tributário do humanismo italiano, João de Barros entende o uso da língua como instrumento de acesso à palavra divina. O contraponto desta dimensão inclusiva está na segregação. Efetivamente, a densidade do problema da circulação de estereótipos a partir da linguagem só pode ser compreendida quando nos lembramos de que, nesta época, “*ouvir valia mais do que ver*”.⁷⁴⁰ Sem dúvida, no século XVI, a construção da imagem dependia, também, da audição.

⁷⁴⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz...* p. 21.

Bibliografia

Fontes

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Trad. e notas de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. *Monarquía*. Estudio preliminar y notas, Laureano Robles Carcedo y Luis Frayle Delgado. Editorial Tecnos: Madrid, 1992.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Retórica*. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento pena. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Lisboa, 2005.

BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os contiuadores das suas ‘Décadas’”. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*. Vol. XL, 1917.

BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Vol. I-III. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998).

_____. *Ásia de João de Barros*. Eletronic edition (T. F. Early and Stephen Parkinson). Oxford: Centre for the Study of the Portuguese Discoveries, 1992.

_____. “Carta de João de Barros para Dom João III.” (25 de setembro de 1563). In: SÁ, A. Moreira de. *Humanistas portugueses em Itália*. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeira, de João de Barros e de Henrique Caiado. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. “Carta de João de Barros para Dom João de Castro.” (23 de março de 1547). In: SÁ, A. Moreira de. *Humanistas portugueses em Itália*. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeira, de João de Barros e de Henrique Caiado. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. “Carta de João de Barros para o Senhor de Ragusa.” (25 de setembro de 1563). In: SÁ, A. Moreira de. *Humanistas portugueses em Itália*. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeira, de João de Barros e de Henrique Caiado. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja: ou Gramática da língua portuguesa*. Gabriel Antunes de Araujo (org.). São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008.

_____. *Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem*. Quarta Impressão. Lisboa: Na officina de Francisco da Sylva, 1742.

_____. *Décadas da Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. V. 1-6 : Década I-III de João de Barros (I-1552; II-1553; III-1563). Nova ed. - Lisboa : Na Régia Officina Typografica, 1777-1788.

_____. *Dialogo da viçiosa vergonha*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m], 1540.

_____. *Dialogos de preceitos moraes co[m] prática delles, em módo de iogo*. Lisboa: per Luis Rodriguez, liureiro delrey nósso senhor, 1540.

_____. “Diálogo em louvor da nossa linguagem”. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

_____. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Manuscrito inédito de João de Barros. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Livraria Studium Editora, 1950.

_____. *Grammatica da lingua Portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu Typographum: M.D.X.L.

_____. *Grammatices Rudimenta* (1540). Publicado por Maria Leonor Carvalhão Buescu, “Os Grammatices Rudimenta de João de Barros”. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

_____. *Panegíricos* (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria). Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.

_____. *Ropicapnefma*. Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah. 2 Volumes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

_____. “Versão desconhecida de uma carta de João de Barros” (1531). Por José pedro Machado. In: *Revista de Portugal*. Série A. Língua Portuguesa. Nº 223. Vol. XXIX. Março de 1964. pp. 175-183.

BASIL. “The Hexaameron”. In: *Nicene and post-Nicene Fathers*. Basil: Letters and Select Works. Second Series. Peabody, Mass: Hendrickson Publishers, 2004.

Bíblia de Jerusalém. Nova edição revista e ampliada. Gilberto da Silva Gorgulho *et alii*. (coord.). Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de *La Bible de Jérusalem*, edição em língua francesa. São Paulo: Paulus, 2003.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, & latino*. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, & latinos, e offerecido a elrey de Portugal Dom Joam V. pelo padre D. Raphael Bluteau. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1712/1728. p. 684. (Os 8 volumes que compoem o dicionario foram publicados ao longo de 9 anos, a saber: Volumes I e II, em 1712; III e IV, em 1713; volume V, em 1716, volumes VI e VII, em 1720 e o volume VIII, em 1721. Aos 8 volumes juntaram-se outros dois de suplementos publicados entre 1727 e 1728, contendo mais de cinco mil vocábulos que não constavam nos volumes anteriores). Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. e <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/pol%C3%ADcia>. Vários acessos.

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coordenação e introdução Luís Torgal. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *O cortesão*. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CICÉRON. *De la nature des dieux*. Traduction nouvelle avec des notice et notes par Charles Appuhn. Paris Librairie Garnier Frères, 1935.

CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Les Stromates*. Introduction, texte critique et notes par Annewies Van Den Hoek. Traduction de Claude Mondésert, s. j. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001. p. 95.

DÉMOCRITE. *L’atomisme ancien*. Fragments et témoignages. Textes traduits par Maurice Solovine. Révision de la traduction, introduction et commentaires de Pierre-Marie Morel. Paris: Pocket, 1993.

ERASMO DE ROTTERDAM. “De Pueris (Sobre os meninos)”. In: *Erasmus de Rotterdam: o mais eminente filósofo da Renascença*. Trad. Luiz Francine. São Paulo: Lafonte, 2011.

FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios politicos* / por Manoel Severim de Faria Chantre, & Conego na Santa Se de Evora . - Em Evora: impressos por Manoel Carvalho, impressor da Universidade, 1624.

_____. *Vida de João de Barros por Manuel Severim de Faria e indice geral das quatro décadas da sua Ásia* (1624).- Nova ed. - Lisboa : Na Régia Officina Typografica, 1777-1788.

FÉLIX, Minucio. *Octavio*. Introducció, traducció y notas de Víctor Sanz Santacruz. Madrid: Ciudad Nueva, 2000.

GÓIS, Damião de. *Chronica do Felicissimo Rei Dom Manuel*. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1566.

_____. *Descrição da cidade de Lisboa pelo Cavaleiro Português Damião de Góis*. Ao ínclito príncipe Dom Henrique, infante de Portugal, Eminentíssimo cardeal da Santa Igreja Romana do título dos Quatro santos Coroados. Tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

GREGORY OF NYSSA. "On the making of man". In: *Nicene and post-Nicene Fathers*. Gregory of Nyssa: Dogmatic Treatises, etc. Second Series. Peabody, Mass: Hendrickson Publishers, 2004.

HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Trad. apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LACTANCE. *Institutions Divines*. Livre II. Introduction, texte critique, traduction et notes par Pierre Monat. Paris, Éditions du Cerf, 1987.

LAVANHA, João Batista. "Aos que lerem esta Quarta Década". In: *Da Ásia de João de Barros*. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente. Quarta Década. Parte Primeira. Lisboa: Na regia Officina Typografica, Anno MDCCLXXVII.

LUZ, Francisco Mendes da. "Regimento da caza da Índia: manuscrito do século XVII existente no arquivo geral de Simancas". In: *Anais: estudos da geografia da expansão portuguesa*. - Vol. VI, tomo II (1951), p. 9- 23.

LUZ, Francisco Mendes da. "Regimento da caza da Índia: tittulo das cousas comus e geraes aos officiaes da caza" In: *Anais: estudos da geografia da expansão portuguesa*. - Vol. VI, tomo II (1951), p. 27-35.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Escritos Políticos. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MONTAIGNE, Michel de. *Os Ensaaios*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Bocage. São Paulo: Hedra, 2007.

PEREIRA, Duarte Pacheco. "Esmeraldo de situ orbis". In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Edition critique et commentée. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1991.

QUINTO HORÁCIO FLACO. *Arte Poética*. Trad. Mauri Furlan. In: <http://www.latim.ufsc.br/986ED7F3-3F3A-4BC2-BBE3-A3514D872AC1.html>. Acesso em 05/08/2011.

VIVES, Juan Luis. “Arte de hablar”. In: *Obras completas*. Primera traslacion castellana integra y directa, comentarios, notas y um ensayo bibliografico por Lorenzo Riber de la Real Academia Española. Tomo Segundo. M. Aguilar Editor: Madrid, 1948.

Dicionários

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994.

BARRETO, Vicente de Paulo e CULLETON, Alfredo (Coord.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de política*. Coord. trad. João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

HARVEY, Sir Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Trad. Maria Stela Gonçalves *et alii*. São Paulo, Edições Loyola, 2001.

PRIETO, Maria Helena Urueña. *Dicionário de literatura latina*. Lisboa: Verbo, 2006.

SERRÃO Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Castanhoso/Fez. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

SLOANE, Thomas O (Editor in Chief). *Encyclopedia of rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Referências bibliográficas

ABULAFIA, David. *The Discovery of mankind*. Atlantic encounters in the age of Columbus. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

_____. *O apetite da antropologia, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

ALBUQUERQUE, Luís de [et al.]. *O Confronto do olhar o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho, 1991.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007.

ALCIDES, Sérgio. *Desavenças*. Poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

ARTAZA, Elena. *El ars narrandi em el siglo XVI español*. Teoria y pratica. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

AUBIN, Jean. *Le latin et l'astrolabe: recherches sur le portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996.

AVELAR, Ana Paula Menino. *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

BADIOU, Alain. *São Paulo: a fundação do universalismo*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998).

BALTA, Paul. *Islã*. Trad. William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

BARRETO, Luís Filipe. “A Ásia na cultura portuguesa (c. 1485 – c. 1630)”. In: CUNHA, Mafalda Soares *et al.* *Os construtores do Oriente Português*. Porto: Edifício da Alfândega: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses: Câmara Municipal do Porto, 1998.

_____. *Caminhos do saber no Renascimento português*. Estudos de história e teoria da cultura. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

_____. *Descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989.

_____. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

BARROS, Alberto Ribeiro G. de. *10 lições sobre Bodin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Trad. Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1952.

BEAU, Albin Eduard. *As relações germânicas do humanismo de Damião de Góis*. Coimbra: Impresso nas oficinas da “Coimbra editora/Ida”, 1941.

BELL, Aubrey F.G. *Um humanista português: Damião de Góis; seguido das cartas portuguesas de Damião de Góis*. Lisboa: Império, 1942.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direção). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BETHENCOURT Francisco e CURTO Diogo Ramada (edição). *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007.

BIEDERMANN, Zoltán. “Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros”. In: *Anais de História de Além-Mar*, Vol. IV, 2003, pp. 29-61.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Prefácio, Jaques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

_____. *O império marítimo português, 1415 – 1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Tomo segundo. Trad. Mario Monteforte Toledo, Wenceslao Roces y Vicente Simón. México: FCE, 1997.

_____. *O modelo italiano*. Trad. Franklin de Mattos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”. In: *Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. pp. 10-24.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. “Os ‘Grammatices Rudimenta’ de João de Barros”. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Volume IV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: UNESP. 1997.

BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. “O cortesão”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

_____. “Os usos da alfabetização no início da Itália moderna”. In: BURKE, Peter. e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: UNESP. 1997.

CALDEIRA, Arlindo Manuel e NEVES, Carlos Agostinho das. “A Igreja e a cultura”. In: SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica*. Volume III – tomo 2. Coord. Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

CANDIDO, Antonio (*et alli.*). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. *O nobre: contribuição para o seu estudo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Plaquetas da Oficina; 1).

CANTIMORI, Delio. *Humanismo y religiones en el Renacimiento*. Trad. Antonio-Prometo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1984.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise*. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian, 1983.

_____. “As fontes de Duarte Pacheco Pereira no ‘Esmeraldo de Situ Orbis’”. In: *Coleção da Revista de História* (PAULA, E. Simões de. dir.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1967.

_____. *Da história-crónica à história-ciência*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento*. Trad. Rodrigo Ruza. México: FCE, 1990.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. (org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CIDADE, Hernani. “João de Barros: o que pensa da língua portuguesa, como a escreve”. In: *Boletim de Filologia*. Tomo XI. Miscelânea de filologia, literatura e história cultural memória de Francisco Adolfo Coelho (1847 – 1919). Lisboa, 1950, pp. 281-303.

COELHO, António Borges. *João de Barros: vida e obra*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

_____. “Tópicos para o estudo da relação Universidade/Inquisição (séculos XVI-XVII)”. In: TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Tudo é mercadoria*. Sobre o percurso e obra de João de Barros. Caminho, 1992.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “Na Barca da conquista, o Portugal que se fez caravela e nau.” In: NOVAES, Adauto (org): *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CONTI, Lígia Nassif. *Um projeto pedagógico às margens da expansão: João de Barros e seu ideal moralizador*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2005.

CORTESÃO, Jaime. *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

_____. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Seara Nova, 1940.

COUTO, Aires do. “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”. In: *Máthesis*. N. 9. 2000. pp. 37-67.

CURTO, Diogo Ramada. “A cultura política”. In: MATTOSO, José (direcção). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

_____. *Cultura imperial e projetos coloniais (séc. XV e XVIII)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1988.

DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. Trad. de notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS ANTUNES, Luís Frederico. E LOBATO, Manuel. “Moçambique”. In: SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império oriental (1660-1820)*. Volume V – tomo 2. Coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.

DIAS, J. S. da Silva. *Camões no Portugal de quinhentos*. Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

_____. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

DUCHET, M. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

DUVERGER, Maurice. “O conceito de Império”. In: DORÉ, Andréa Carla *et alii* (org.). *Facetas do império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Capes, 2008.

EGMOND, Florike. “A European Community of Scholars Exchange and Friendship among Early Modern Natural Historians”. In: MOLHO, Anthony *et alii*. (Edited). *Finding Europe*. Discourses on Margins, Communities, Images ca. 13th – ca. 18th Centuries. New York/Oxford: Berghahn Books, 2007.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLIOTT, J. H. “A Europe of Composite Monarchies”. In: *Past and Present*, No. 137, The Cultural and Political Construction of Europe. (Nov., 1992), pp. 48-71.

_____. *O velho mundo e o novo 1492-1650*. Trad. Maria Lucília Filipe. Lisboa: Querco, 1984.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEITLER, Bruno. “O catolicismo como ideal: produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna”. In: *Novos estud.* – CEBRAP. 2005, n.72, pp. 137-158.

FERGUSON, A. B. *Utter Antiquity: perception of Prehistory in Renaissance England*. Durham: Duke University Press, 1993.

FERNANDES, R. M. Rosado. “Introdução”. In: RESENDE, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário R. M. Rosado Fernandes. Estabelecimento do texto latino, Sebastião Tavares de Pinho. São Paulo: Annablume Clássica; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. (Portugaliae Monumenta Neolatina).

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Então você pensa que é humano?* Uma breve história da humanidade. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FILORAMO, Giovanni. *Monoteísmos e dualismos: as religiões de salvação*. Trad. Camila Kintzel. São Paulo: Hedra, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. “Tecnologias de si, 1982.” In: *Verve*. Trad. Andre Degenszajn. n° 6, 2004. p. 349.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FUETER, Ed. *Historia de la historiografía moderna*. Vol. I. Trad. Ana María Ripullone. Editorial Nova: Buenos Aires, 1953.

FUMAROLI, Marc. *La Querelle des Anciens et des Modernes*. XVII^e -XIII^e siècles. Paris: Gallimard, 2001.

GABRIEL-LEROUX, J. *As primeiras civilizações do mediterrâneo*. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. *La cultura del Rinascimento*. Milano, 1988.

_____. *L’umanesimo italiano*. Filosofia e vita civile nel Rinascimento. Roma: Editori Laterza, 1993.

_____. “O filósofo e o mago”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

_____. “O homem renascentista”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GASBARRO, Nicola. “Missões: a civilização cristã em ação”. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODELIER, Maurice. “Economia”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 28. Produção/Distribuição – Excedente. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

GOODRUM, M. R. “Biblical anthropology and the Idea of human Prehistory in Late Antiquity”. In: *History and Anthropology*. Vol 13 (2). 2002. pp. 69-78.

GREEN, V. H. H. *Renascimento e Reforma*. A Europa entre 1450 e 1660. Trad. Cardigos dos Reis. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

HAHN, Fábio André. *A pureza da fé*. O antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal Quinhentista. Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2009.

HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaad, 2005.

_____. *El espejo de Heródoto*. Ensaio sobre la representación del otro. Trad. Daniel Zadunaisky. Buenos Aires: FCE, 2002.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad. Sonia Lacerda et alii. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Trad. Óscar Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HERMANN, Jacqueline. “As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial”. In: GRINBERG, Keila. (Org.). *História dos Judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”. In: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. (colectânea de textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Trad. de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

HODGEN, M. T. *Early anthropology in the sixteenth and seventeenth centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUE, Sheila Moura. “Introdução”. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. pp. 9-35.

HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginario*. Trad. Jorge Padín Videla. México: FCE, 1993.

KANTOR, Íris. “Antigos e Modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasileira, cronografias e representações do passado (1720-1724).” In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.

KOSSOVITCH, Leon. “Contra a idéia de Renascimento”. In: NOVAES, A. (org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRISTELLER, Paul Oskar. “Philosophy and Humanism in Renaissance Perspective”. In: O’KELLY, Bernard (edited by). *The Renaissance image of man and the world*. Ohio: Ohio University Press, 1966.

LABORINHO, Ana Paula, SEIXO, Maria Alzira e MEIRA, Maria José (org.). *A vertigem do Oriente: modalidades discursivas no encontro de culturas*. Lisboa-Macau: Edições Cosmos/Instituto Português do Oriente, 1999.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico, França, 1460-1610*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAFAYE, Jaques. *Por amor al griego. La nación europea, señorío humanista (siglos XIV-XVII)*. México: FCE, 2005.

LAPA, M. Rodrigues. “Prefácio”. In: BARROS, João. *Panegírico* (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria). Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.

LEACH, Edmund. “Etnocentrismos”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5. Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão *et alii*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Luís Filipe Silvério. *Império dos sonhos: Profecias oníricas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.

LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: as margens do ocidente*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

LOPES, Óscar. “Posfácio do tradutor”. In: HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Trad. Óscar Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

LOPES, Rodolfo Pais Nunes. “Introdução”. In: PSEUDO-HOMERO. *Batracomiomaquia ou a guerra das rãs e dos ratos*. Introdução e tradução do Grego, Rodolfo Paes Nunes Lopes. Associação Portuguesa de Estudos Clássicos – Universidade de Coimbra: Coimbra, 2008.

MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos. Visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

_____. “Machiavelli, la religione dei romani e l’impero portoghese”. In: *Storica*, nn. 41-42. (2009) [2008], pp. 35-68.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. *Circularidade no século dezesseis: emergência da similitude na Cartinha de João de Barros e no Cathecismo de D. Diogo Ortiz*. Tese de Doutorado da Faculdade de Educação, Campinas: UNICAMP, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

MARTINS, José V. de Pina. *Humanisme et Renaissance de l’Italie au Portugal, les deux regards de Janus*. 2 vols, Lisboa: Fondation Calouste Gulbenkian, 1989.

_____. *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Estudos e textos. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1973.

MATOS, Luis de. *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

_____. *Portugais en France au XVI siècle*. Coimbra: Atlantida, 1952.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As estruturas políticas de unificação: o rei”. In: MATTOSO, José (direcção). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAZZOLENI, Gilberto. *O Planeta Cultural: para uma Antropologia Histórica*. Trad. Liliana Laganà e Hylío Laganà Fernandes. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo e Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro-São Paulo, 1992.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal, século XIII a XVI*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003.

_____. “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

MENDES, António Rosa. “A vida cultural”. In: MATTOSO, José. (dir.) e MAGALHÃES, Joaquim R. (coord.) *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade. Editorial Estampa. Lisboa: 1998.

MINOGUE, Kenneth. *Política: uma brevíssima introdução*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.

MOREIRA, Rafael e THOMAS, William M. “Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão – O achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. pp. 101-111.

NAY, Olivier. *História das ideias políticas*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OESTREICH, G. “Problemas estruturais do absolutismo europeu”. In: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. (colectânia de textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

O’GORMAN, Edmundo. “Estudio preliminar”. In: ACOSTA, Joseph de. *Historia Natural y Moral de las Indias. Em que se tratan las cosas notables Del cielo, y elemenos, metales, plantas y animales dellas: y los ritos, y ceremonias, leyes y gobierno, y guerras de los Indios*. Mexico: FCE, 1940.

OLIVEIRA, António de. “A infanta D. Maria e o senhorio de Viseu: uma precisão cronológica”. In: *Revista Portuguesa de História*. 27 (1992). pp. 215-220.

OLIVEIRA, Ricardo de. “Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime”. *Revista Brasileira de História*, Dez 2005, vol.25, no.50, pp. 217-238.

O’MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Trad. Domingos Armando Donita. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PAES, Maria Paula Dias Couto. “De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso”. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, 2007. 500-514.

PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. El indio americano y los orígenes de la etnología comparativa. Trad. Belén Urrutia Domínguez. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

_____. *Mundos em guerra: 2500 anos de conflito entre Ocidente e Oriente*. Trad. Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *Povos e impérios: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade*. Trad. Marta Miranda O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Uma historiografia combativa: vozes dissonantes do ideário luso-tropicalista” (Resenha do livro “Cultura Imperial e projetos coloniais – séculos XV a XVIII, de Diogo Ramada Curto). In: *Jornal de Resenhas*. Nº 11, novembro de 2012, p. 23.

PANOFSKY, Erwin. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Trad. Maria Luisa Balseiro. Madrid: Alianza, 1991.

PÉCORA, Alcir. “Prefácio à edição brasileira. A cena da perfeição”. In: CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *O cortesão*. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PIRES, Francisco Murari. *Modernidades Tucidideanas: “Ktema es Aei”*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2007.

POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Trad. Marta Vázquez-Pimentel y Eloy García. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

PRODI, Paulo. *Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMALHO, Américo da Costa. “Cataldo”. In: *Cátedra Humanismo Latino*. Intervenção no colóquio internacional Humanismo Latino na Cultura Portuguesa, 17 a 19 Outubro de 2002, FLUP/Porto. pp. 1-5.

_____. “João de Barros, humanista”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. pp. 68-73.

_____. *Para a história do humanismo em Portugal*. Vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

_____. “Literatura, intelectuais e humanismo cívico”. In: CURTO, Diogo Ramada (dir.) *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Commissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo’98 / Difel, 1998.

REIS, Flávio Antônio Fernandes. “Cícero ‘em linguagem portuguesa’ quinhentista”. *Revista desassossego*. [on line]. Junho de 2010, n. 3. pp. 1-9. In: <http://www.fflch.usp.br/dlc/revistas/desassossego/edicao/03/edicao.php> Acessado em 21/09/2012.

RÉVAH, I. S. “‘Antiquité et christianisme’, ‘anciens et modernes’ dans l’oeuvre de João de Barros”. In: *Revue philosophique de la France et de l’étranger*. nº 92, Paris, 1967.

_____. “João de Barros”. In: BARROS, João. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Manuscrito inédito de João de Barros. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Livraria Studium Editora, 1950.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et alii]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1990.

ROCHE, Daniel. “As práticas de escrita nas cidades francesas do século XVIII”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

RODRIGUES, Rui Luis. *Entre o dito e o maldito: Humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confecionalização do Ocidente, 1530-1685*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

_____. “Reflexões sobre o Humanismo português no alvorecer da época confessional”. In: *Revista Angelus Novus*. Nº 2, julho, 2011. pp. 51-80.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. Seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RUBIÉS, Joan-Pau. *Travel and ethnology in the Renaissance*. South India through European Eyes, 1250-1625. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1998.

SÁ, A. Moreira de. *Humanistas portugueses em Itália*. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1983.

SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2008.

SARAIVA, António José. *Para a História da Cultura em Portugal*. Volume II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

_____. *História de Portugal*. Volume IV. Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640). Lisboa: Editorial Verbo, 1990.

SILVEIRA, Jorge Fernandes. “Fernão Lopes e José Saramago – Paisagem – Linguagem. Causa de Veer” In: CANDIDO, Antonio (et alli.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Motives, Intentions and the Interpretation of Texts”. In: *New Literary History*. Vol. 3, No. 2, On Interpretation: I (Winter, 1972), pp. 393-408.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Editora Ática. 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. “O nome do Brasil”. In: *Revista de História*. nº 145 (2001). pp. 61-86.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700*. Uma história política e económica. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império.” In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

THOMAZ, Luis Filipe F. R. “A ideia imperial manuelina”. In: DORÉ, Andréa Carla *et alii* (org.). *Facetas do império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Capes, 2008.

_____. *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel: 1994.

_____. “Introdução”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos portugueses no extremo oriente*. 1º Vol. Tomo I. Em torno de Macau. Lisboa: Fundação Oriente, 1998.

THOMPSON, I. A. A. “El contexto institucional de la aparición del ministro-favorito”. In: ELLIOTT, John y BROCKLISS, Laurence (dirección). *El mundo de los validos*. Trad. Jesús Alborés y Eva Rodríguez Halfter. Madrid: Taurus, 2000.

VALERI, Valerio. “Realeza”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 30. “Religião-Rito”. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. pp. 415-445.

_____. “Rito”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 30. “Religião-Rito”. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. pp. 325-357.

VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554)*. São Paulo: Annablume, 2010.

VITORINO, Júlio César. “Introdução”. In: TITO LIVIO. *História de Roma – livro I: a monarquia (Ab Vrbe Condita, liber I)*. Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio César Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZUMTHOR, Paul. *La letra y la voz*. De la “literatura” medieval. Trad. Julián Presa. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989.